



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SOCIAL**  
**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**  
**MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E**  
**GESTÃO SOCIAL**

**CARLA AZEVÊDO DE ARAGÃO**

**EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO PARA O**  
**DESENVOLVIMENTO:**  
**TECENDO ORIENTAÇÕES PARA EMERGENTE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO**  
**DO ESTADO DA BAHIA**

Salvador  
2011

**CARLA AZEVÊDO DE ARAGÃO**

**EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO:  
TECENDO ORIENTAÇÕES PARA EMERGENTE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO  
DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia, Programa de Gestão e Desenvolvimento Social, Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Suzana Moura.

Co-orientador: Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira.

Salvador  
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A659e Aragão, Carla Azevêdo de.

Experiências de comunicação para o desenvolvimento: tecendo orientações para emergente política de comunicação do Estado da Bahia / Carla Azevêdo de Aragão. – Salvador, 2011.

194 f.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Suzana Moura.

Co-orientador: Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira.

Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2011.

1. Comunicação – Interação Social. 2. Desenvolvimento. 3. Políticas de Comunicação. 4. Jovens. 5. Subúrbio Ferroviário - Salvador. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. II. Moura, Maria Suzana. III. Ferreira, Giovandro Marcus IV. Título.

CDD 302.2

**CARLA AZEVÊDO DE ARAGÃO**

**EXPERIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO:  
TECENDO ORIENTAÇÕES PARA EMERGENTE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO  
DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia, Programa de Gestão e Desenvolvimento Social, Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social e aprovada pela seguinte banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Suzana Moura (Orientadora)  
CIAGS/UFBA

---

Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira (Co-orientador)  
FACOM/UFBA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cicilia Maria Krohling Peruzzo  
Universidade Metodista de São Paulo

---

Daniella Rocha Magalhães  
Especialista em Participação e Movimentos Sociais (UFMG).  
Membro do Comitê Gestor da Cipó – Comunicação Interativa

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

Aos que me impulsionam, como Bruno e Daniel, jovens que tiveram seus sonhos interrompidos, e os/as guerreiros/as do Subúrbio Ferroviário de Salvador.  
As minhas sobrinhas Gabi e Clarinha, que renovam minhas esperanças.  
E principalmente à Neyde Marques (*in memoriam*), a quem presto esta singela homenagem em agradecimento aos seus sábios ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores: Maria Suzana, pessoa e profissional que está conectada com o que há de mais especial e a quem agradeço pela contribuição valiosa, e o mestre e amigo, Giovandro Marcus, por iluminar os labirintos intrincados da comunicação.

Aos colegas do mestrado, que generosamente partilham seus saberes e dúvidas comigo. E à equipe competente de profissionais e professores do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, em especial à professora Tânia Fisher por sua obstinação em materializar esse projeto.

Aos companheiros/as da Cipó, com os(as) quais aprendi a ser uma profissional e uma pessoa melhor. Felizmente são muitos, não dá para citar, mas não posso deixar as cúmplices de fora: Anna Penido, grande inspiradora do projeto Agentes, Daniella Rocha e Melina Silveira. À Débora Freire, Leandro Sena e Sara que me ajudaram a tornar o vídeo uma realidade. Aos companheiros e cúmplices admiráveis de *saga suburbana*, Leandro Vilas Verde e Taise Sena. E Milena Oliveira e Nilton Lopes por todo suporte.

Ao Citi e à Caos Consultoria, através de Vanessa Pinsky, Cristiane Locatelli e Eduardo Marino.

A todos/as entrevistados/as que gentilmente disponibilizaram seu tempo e generosamente compartilharam suas experiências para produção do vídeo (anexo) e da dissertação. **No Brasil:** Anderson Santos de Souza, Caren Cristina Prazeres, Cicília Peruzzo, Daniella Rocha, Emilae Alana Silva Sena, Eric Reis, Gislene Moreira e Robinson Almeida. **Na Colômbia:** Alma Montoya, Camilo Vaz, Carlos Molano Gómez, Cecília Barros, Dani Salamanca, Helga Lusinki, José Luiz Moreno, Josué Corrêa, Leonardo Parardo, Linda Mendoza, Lucelly Villa, Olga Calbo, Padre Salazar e Raúl Montaña. **No Equador:** Alexander Amezquita, Angélica Rosas, Antonio Zarango, Eduardo Guerrero, Gissela Dávila, Hugo Ramirez, Ibeth Paucar, José Fernando Lopez Forero, Marco Reinaldo Llango, Marlene Fernanda Lissa, Nelsy Lizarazo, Sandra Villa, Santiago Naula Quisper e Zulay Maythe. **Na Venezuela:** Alexander Hernandez, Ana Estela González, Carlos Alaña, Claryed Castillo, Gerardo Lombardi, Gina, Iris, Javier Barios, Jophelin, Jeylú, Monica Marchesi, Sailyn Fernández e Zaired.

A Rosely Arantes, que me apoiou através do acesso a documentos públicos do Governo do Estado da Bahia.

A Alejandro Bilbao Magis, que abriu as portas para a deliciosa aventura da Residência Social.

As organizações que me receberam com tanto carinho na Colômbia (Escola Santa Bárbara, Formato 19K, Grupo ComunicArte, Paulinas e Rádio 1430), Equador (ALER – Associação Latino-americana de Educação Radiofônica) e Venezuela (Instituto Radiofônico Fé e Alegria, Rádio IRFA/Caracas, Rádio IRFA/Maracaibo, Rádio IRFA/Paraguaipoa e Canal Zeta).

Aos/as novos/as companheiros/as, por todo apoio: Alexander José Hernández, Blanca Diego, Claryed Castillos, Carlos Alaña, Eduardo Guerrero, Érica Briceño, Faiber Parra, Jesus Rojo, Juan Carlos Cadena Burbano, Lida Garcia Reyes, Linda Mendoza, Lucelly Villa, Luis Milano, Maria Cianci, Maryz Jiménez, Paola Garcia Reyes, Raúl Montaña e Rosa Aponte.

À amiga Touché Guimarães, pelas incríveis aulas de espanhol e de vida. As amigas que me acompanharam nessa jornada: Cybele Amado, Daniella Silva, Émile Machado, Fábila Calasans, Gil Moreira, Iracema Lima dos Santos, Regina de Sá, Sarah Roberta, Tatiana Rocha e as “cabeças”. E José Ribeiro pelas dicas de controle do “coeficiente de ansiedade”.

À Ana Paula Maynard e toda sua família que foram fundamentais ao me acolher em Asunción.

A todos/as novos/as colegas de trabalho do Instituto Social del Mercosur por compreender tão prontamente essa fase e me apoiarem: Magdalena Rivarola, Carmen Garcia, Tatiana Brawerman, Mariano Nascone, Marcelo Mondelli, Orlando Aguirre e Celeste Acevedo. E o apoio do colega Refael Reis, do Parlasur.

À minha família que amo (mainha, painho, Linho e Quinha) por fazerem parte da minha vida; minha voinha Jandira, que sempre me apoiou; minhas sobrinhas amadas, seus pais Dani e Lico.

Ao meu companheiro Lêuzinho, pela compreensão amorosa e todo seu apoio. E a sua família, também minha família escolhida, especialmente Roquinha, Suy e Sheylinha.

Ao Vale do Capão, na Chapada Diamantina (BA), e à Bahia de Asunción (Paraguay), por sua força e beleza, que sem me pedir nada em troca me ofereceu guarida em longos dias de escrita. E a luz que sempre ilumina meu caminho, sem jamais ofuscar as possibilidades que o universo vem me oferecendo de forma generosa ao longo dessa minha passagem.



*“Yo creo que la gran revolución está dada en los medios. Hoy en día, con las posibilidades tecnológicas, los medios digitales, las redes sociales, la utilización de las redes sociales, hay muchas cosas de las que podemos disfrutar. Todos esos medios, todos esos escenarios comunicacionales son espacios realmente participativos, políticamente comprometidos y con una responsabilidad social, con la responsabilidad de solidaridad y con la responsabilidad del otro. (...) Con lápiz. Con grabadoras. Yo creo que eso sí es una revolución más grande.*

*Que la misma gente, a través de su propia vista, pueden decir lo que piensan, que lo que sienten, lo que sueñan ... cuáles son sus utopías. Que la gente, con sus propias voces, con sus propias lenguas, con sus propios dialectos puedan decir y expresar sus sentimientos. Puedan expresar sus sueños. No se puede quitar la posibilidad de soñar y de creer que en este mundo cabemos todos”. **Alma Montoya***

## RESUMO

A presente dissertação-projeto reflete sobre a interface comunicação/desenvolvimento a partir do projeto “Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (ACD)”, implementado pela organização não-governamental baiana Cipó – Comunicação Interativa, e da residência social realizada junto a Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER). Com base nessa dupla imersão e no diálogo com alguns autores/atores - Paulo Freire, José Marques de Melo, Luis Ramiro Beltrán, Celso Furtado, Juan Díaz Bordenave, Cicilia Peruzzo, César Bolaño, Ignacy Sachs, Alfonso Gumucio-Dagron, Nestor García Canclini, entre outros - buscou-se gerar dois níveis de intervenção: no nível organizacional, identificar e analisar as práticas de comunicação para o desenvolvimento implementadas pela Cipó em comunidades populares de Salvador (BA), com a participação de jovens, através do projeto ACD. Ao sistematizar esse trabalho, revelou alguns resultados alcançados. Com base nesta experiência e na observação do trabalho da ALER em três países (Venezuela, Colômbia e Equador), que resultou também no vídeo-debate *Uma América Latina de Muitas Vozes* (Anexo A), produziu o segundo nível de intervenção ao tecer orientações para a emergente Política de Comunicação do Estado da Bahia.

**Palavras chave:** Comunicação para o Desenvolvimento. Política de Comunicação.

## ABSTRACT

This thesis-project reflects on the interface communication/development from the project "Agents of Communication for Development (ACD)", implemented by NGO CIPÓ - Interactive Communication, and social residency conducted at the Latin American Association for Radio Education (ALER). Based on that double dipping and dialogue with other authors/actors - Paulo Freire, José Marques de Melo, Luis Ramiro Beltrán, Celso Furtado, Juan Díaz Bordenave, Cicilia Peruzzo, César Bolaño, Ignacy Sachs, Alfonso Gumucio-Dagron, Nestor García Canclini, among others - sought to create two levels of intervention: in the organizational level, identify and analyze the practices of communication for development in communities implemented by Cipó on popular communities of Salvador (BA), with the participation of young people through the ACD project. To systematize this work showed some results. Based on this experience and observation of the work of ALER in three countries (Venezuela, Colombia and Ecuador), which also resulted in a video discussion "A Latin America of Many Voices" (Attached A), produced the second level of intervention to make guidelines for the emerging Public Policy Communication in the State of Bahia.

**Key words:** Communication for Development. Public Policy Communication.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO	15
<b>2 O CAMPO EMPÍRICO</b>	<b>22</b>
2.1 A ORGANIZAÇÃO CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA	22
<b>2.1.1 Cibersolidário: o primeiro passo em direção à atuação comunitária</b>	<b>26</b>
2.2 O PROJETO AGENTES DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ACD)	28
<b>2.2.1 O Subúrbio Ferroviário de Salvador</b>	<b>35</b>
2.2.1.1 Primeira parada: Plataforma	38
2.2.1.2 Segunda parada: Fazenda Coutos	40
<b>2.2.2 Características do Público Participante</b>	<b>41</b>
2.2.2.1 Recorte da realidade do jovem morador do Subúrbio	41
2.3 A ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE EDUCACIÓN RADIOFÓNICA (ALER)	43
<b>2.3.1 As associadas: pontos que fortalecem a rede</b>	<b>49</b>
2.3.1.1 Instituto Radiofônico Fé e Alegria (IRFA)	55
<b>2.3.2 Uma América Latina de Muitas Vozes</b>	<b>61</b>
2.3.2.1 Nome do vídeo: qualquer semelhança não é mera coincidência	62
<b>3 REFERENCIAIS TEÓRICO-PRÁTICOS</b>	<b>64</b>
3.1 DIÁLOGO ENTRE A CONCEITUAÇÃO PRODUZIDA PELA CIPÓ E ALER E O CAMPO TEÓRICO	64
<b>3.1.1 Parafraseando Paulo Freire: Comunicação não é Extensão</b>	<b>66</b>
<b>3.1.2 Desenvolvimento como processo de múltiplas dimensões</b>	<b>68</b>
3.1.2.1 Desenvolvimento Pessoal e Social	71
3.1.2.2 Desenvolvimento Político e Econômico	72
3.1.2.3 Desenvolvimento Cultural e Ambiental	75
<b>3.1.3 Comunicação para o Desenvolvimento</b>	<b>78</b>
<b>3.1.4 Participação político-social e Juventude: uma proposta de redefinição do papel dos jovens na sociedade</b>	<b>83</b>
<b>4 CONTRIBUIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS</b>	<b>86</b>
4.1 A REPERCUSSÃO DO PROJETO ACD NA VIDA DOS JOVENS E NO SEU ENTORNO	86
<b>4.1.1 Novas perspectivas para o projeto ACD</b>	<b>100</b>
4.2 A INFLUÊNCIA DA ALER NO EFERVESCENTE CONTEXTO LATINO-AMERICANO: NOVOS CENÁRIOS, REIVINDICAÇÕES ANTIGAS	102
<b>5 TECENDO ORIENTAÇÕES PARA EMERGENTE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA BAHIA</b>	<b>111</b>
5.1 UMA BREVE RECAPITULAÇÃO HISTÓRICA	111
5.2 A REALIZAÇÃO DA 1ª CONFECOM – CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO	114
<b>5.2.1 O governo Dilma Roussef e a pauta da comunicação</b>	<b>119</b>
5.3 DA 1ª CONFERÊNCIA À POLÍTICA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO: OS DESAFIOS DO SEGUNDO MANDATO DO GOVERNO WAGNER	121

<b>5.3.1 Um mais um é sempre mais que dois, pra melhor juntar as nossas forças</b>	<b>122</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>143</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>154</b>
ANEXO A - ROTEIRO E CD DO VÍDEO-DEBATE “UMA AMÉRICA LATINA DE MUITAS VOZES”	155
ANEXO B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	167
ANEXO C - FALAS VIDEO DA RESIDÊNCIA SOCIAL	169
ANEXO D - MULTIMÍDIA DO PROJETO AGENTES DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	183
<b>APÊNDICES</b>	<b>184</b>
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (DISPONIBILIZADO EM MEIO ELETRÔNICO)	185
APÊNDICE B - LISTA DOS 49 ENTREVISTADOS PARA O VÍDEO E A DISSERTAÇÃO	192

## 1 INTRODUÇÃO

Explicitar a motivação para escrever essa dissertação-projeto significa voltar aos nove anos, quando fiz o primeiro jornal-escolar, na terceira série, na Escolinha Bom Pastor. Na época, lembro que foi fascinante ver meu texto publicado e sendo lido pelos colegas. Ao longo dos 25 anos que se seguiram desde este episódio, construí minha trajetória pautada no interesse em entender cada vez mais as tecnologias da informação e comunicação, um universo que sempre foi tão distante (vivi numa casa sem livros, sem toca-discos, sem telefone ou tevê colorida por muitos anos).

Da primeira “matéria” da pré-adolescência, passando pelo 2º grau em Processamento de Dados (onde descobri o computador em 1990), cheguei à graduação em Comunicação Social. Busquei nas redações de jornais, tevês e revistas trabalhar com os temas que me mantivessem próxima da realidade dos bairros populares, das iniciativas promovidas pela sociedade civil no intuito de contribuir com melhoria a qualidade de vida dos mais pobres e dar visibilidade aos *personagens* da vida cotidiana. Mas, a lógica empresarial me aprisionava e o ritmo alucinante das redações não permitia aprofundar as discussões. Sabia que era possível fazer *outra* comunicação, mas onde, como e com quem?

A resposta chegou com um convite da ONG Cipó – Comunicação Interativa para que eu conhecesse a organização e realizasse oficinas de comunicação com adolescentes e jovens. Pouco mais de um ano e meio se passou para que eu abandonasse as redações de jornais e fizesse parte da equipe da organização. Em nove anos de atuação, foram muitos aprendizados e desafios, que exigiram permanente estudo, incluindo uma especialização em Jornalismo e Direitos Humanos, em 2006.

A busca pelo Programa de Desenvolvimento e Gestão Social também foi impulsionada pelas angústias do exercício da nova função de gestora dentro da Cipó. Inicialmente, pretendia, além de melhorar meu desempenho como gestora, entender a ingerência do capital privado nas práticas de gestão das organizações sociais. Apesar de continuar achando válida a proposta, engavetei o projeto para mais uma vez me lançar ao desafio de olhar a comunicação pelos novos ângulos que o Mestrado me ofereceu.

A proposta de estudar algo na área de comunicação para o desenvolvimento foi se delineando ao longo do curso, na medida em que três movimentos aconteciam simultaneamente. No nível organizacional, assumi a coordenação do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (ACD), que grosso modo promove o envolvimento de jovens num processo formativo que alia o conhecimento básico de algumas tecnologias da

informação e da comunicação à intervenção comunitária, por meio da participação na implantação de planos de ação e produção de mídia alternativa com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos participantes e de suas comunidades. Implementado entre junho de 2008 e agosto de 2010 no Subúrbio Ferroviário de Salvador, o projeto ACD se mostrou como um estudo de caso promissor, por duas razões principais: a) configurou-se como uma experiência que alia comunicação e desenvolvimento; e b) não havia sido sistematizado pela organização, que vem buscando parceiros para uma segunda edição do projeto. No nível local, a Cipó ampliou sua atuação na área de comunicação e passou a fazer parte do grupo de trabalho que organizou a 1ª Conferência Estadual de Comunicação, e primeira do País, em 2008. Em nível nacional, o debate sobre democratização da comunicação e sua positividade como um direito ganhou força pela pressão da sociedade civil junto ao governo e culminou na realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro de 2009, e da qual a Cipó foi eleita como uma das representantes da sociedade civil.

A esse conjunto de circunstâncias, somou-se a realização da Residência Social(1) na Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER), que há 38 anos promove a democratização da comunicação na América Latina. A instituição figura, junto com outras de igual envergadura, nas pesquisas e publicações de autores latino-americanos, como Luis Ramiro Beltrán, Paulo Freire, Juan Díaz Bordenave, José Marques de Melo, Alfonso Gumucio-Dagron e Nestor García Canclini. Teoria e prática vivas em novos contextos. Graças a essa experiência, inclusive, me senti preparada para participar de um concurso para assumir a vaga de coordenadora do núcleo de comunicação do Instituto Social do Mercosul, na cidade de Assunção, no Paraguai. Fui selecionada e desde Assunção escrevi as últimas linhas deste trabalho, ainda mais convicta da importância e emergência do debate.

Foi neste cenário que me pareceu relevante a proposta dessa dissertação-projeto, cujo objetivo inicial foi “identificar as contribuições do projeto *Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento* (ACD), implementado pela organização não-governamental Cipó – Comunicação Interativa, para a promoção do desenvolvimento de jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador e de suas comunidades. A partir desta experiência, tecer orientações para a emergente Política de Comunicação do Estado da Bahia”. Após a Residência Social na ALER, foi possível enriquecer e ampliar a proposta, incorporando as contribuições da

---

1 A Residência Social é uma tecnologia criada pelo CIAGS/UFBA, registrada no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI. Caracteriza-se pela inserção de alunos em organizações e projetos relacionados ao desenvolvimento social, complementando sua formação com uma vivência prática intensiva. Para os alunos do mestrado, é exigida uma inserção em uma organização social estrangeira por pelo menos 160 horas. Mais informações: [www.gestaosocial.org.br](http://www.gestaosocial.org.br).

Associação. Em resumo, o problema de pesquisa foi elaborado da seguinte forma: *Como os projetos de comunicação implementados pela Cipó (ACD) e pela ALER têm contribuído para o desenvolvimento? E quais as orientações que estas experiências apontam para uma política estadual de comunicação?*

Para realizar esse percurso foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever e avaliar o projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, implementado no Subúrbio Ferroviário de Salvador entre 2008 e 2010, a partir da percepção dos atores envolvidos sobre a repercussão do projeto em sua vida e no seu entorno.
- Sistematizar os conceitos que fundamentam a prática da Cipó no projeto ACD (especialmente o de comunicação para o desenvolvimento) em diálogo com o campo teórico.
- Identificar os conceitos e práticas de comunicação para o desenvolvimento da ALER.
- A partir das duas experiências, tecer orientações para uma emergente Política de Comunicação do Estado da Bahia.

Em suma, a dupla imersão nas experiências da Cipó e da ALER, aliada ao diálogo com alguns autores e atores, garantiu as condições para que fosse possível gerar dois níveis de intervenção. No nível organizacional, permitiu identificar e analisar as práticas de comunicação para o desenvolvimento implementadas pela Cipó em comunidades populares de Salvador (BA), com a participação de jovens, na medida em que buscamos responder se a vontade expressa nos objetivos do projeto de fato se materializou a partir da percepção dos participantes. Buscamos ainda as convergências com a experiência da ALER, que se caracteriza como uma intervenção mais ampla por sua atuação continental, mas que de perto resulta da soma de ações desenvolvidas por um conjunto de organizações, muitas delas com características e projetos semelhantes aos desenvolvidos pela Cipó. No nível estadual, os resultados revelados a partir da sistematização do ACD aliados à observação do trabalho da ALER em três países (Venezuela, Colômbia e Equador) - que resultou também no vídeo-debate *Uma América Latina de Muitas Vozes* (Anexo A) - produziram o segundo nível de intervenção: orientações para a emergente Política de Comunicação do Estado da Bahia. Não foi um exercício fácil, mas sem dúvida muito instigante e enriquecedor. A partir daqui, conto como fizemos essa trajetória e partilho os achados da pesquisa.



## 1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

É importante ressaltar que essa dissertação-projeto nasce de um contexto de trabalho, já que atuei na ONG Cipó entre 2002 e 2010. Durante quase todo processo de produção desta dissertação-projeto, ocupei um dos cargos de coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Institucional, ao lado da administradora Melina Silveira e da jornalista Daniella Rocha. Entre 2009 e 2010, assumi a coordenação do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (ACD), com apoio do assistente de coordenação e educador, Leandro Vilas Verde Cunha, e da monitora Taíse Sena. Além da dimensão profissional, sou mobilizada pelas questões que dizem respeito ao Subúrbio Ferroviário, onde passei minha primeira infância no bairro de Paripe, onde até hoje vive parte da minha família. Nesse sentido, é importante assumir desde já um rompimento paradigmático com a visão clássica de sujeito e objeto.

Boaventura de Souza Santos traduz essa crise do paradigma moderno como um momento de despedida, com alguma dor, “dos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, ancestrais e íntimos, mas não mais convincentes e securizantes, no qual nos encontramos” (SANTOS, 1987, p.58). O autor cita o trabalho de Clifford Geertz para trazer alguns expoentes da literatura e, através dos seus trabalhos, sugerir que a composição transdisciplinar e individual de suas obras (no caso são citados os autores Carlos Castañeda, Jorge Luís Borges e outros) podem apontar um movimento no sentido da maior personalização do trabalho científico. Para ele, esta inclusive seria uma das características do conhecimento científico no paradigma emergente: “todo conhecimento é autoconhecimento” (SANTOS, 1987, p.80). As outras seriam para o autor: a) todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum; b) todo conhecimento científico-natural é científico-social; e c) todo conhecimento é local e total.

Dessa forma, busquei, como sugere Giannella (2008, p.21), a “produção interativa do conhecimento”, a “valorização das competências dos sujeitos envolvidos no processo” e da “escuta ativa”, na medida em que propus uma construção colaborativa, ou seja, envolvendo muitos e com muitas formas de conhecimento sendo considerada para a produção da pesquisa. Apesar de reconhecer de antemão a dificuldade em consolidar essas posturas, persegui uma escuta verdadeiramente ativa dos atores envolvidos nas experiências. Escreveu Giannella (2008, p. 23) sobre a importância desse procedimento: “precisamos de um saber comprometido com os valores da escuta e do diálogo, ao invés da afirmação de uma visão de mundo, entre tantas, pretendendo validade absoluta e indiscutível”.

No livro *Sete Regras da Arte de Escutar* encontramos algumas compreensões que foram imprescindíveis para nortear o percurso do trabalho. Algumas delas: a) não ter pressa de chegar às conclusões, pois elas são a parte mais efêmera da pesquisa; b) aquilo que vemos depende do nosso ponto de vista e para conseguir dar conta dele, é preciso mudá-lo; c) compreender o que o outro está dizendo implica assumir que ele tem razão e pedir-lhe para que o ajude a ver as coisas e os eventos pela perspectiva dele; d) as emoções são instrumentos de conhecimento fundamentais, se soubermos compreender sua linguagem, pois elas não informam sobre o que se quer ver, mas sobre o jeito de observar, já que o código delas é relacional e analógico; e e) um bom ouvinte é um explorador de mundos possíveis, que assimila prazerosamente os paradoxos do pensamento e da comunicação.

Apesar de estimulante, não posso deixar de reconhecer o quanto foi difícil e desgastante o exercício da produção dessa dissertação-projeto nessas bases. Por muitas vezes, o maior obstáculo estava na minha dificuldade em me desapegar dos modelos tradicionais e compreender as possibilidades que estavam ao meu alcance. Daí a preocupação constante em garantir a multiplicidade dos atores que foram envolvidos no processo de pesquisa. No total, foram realizadas 49 entrevistas em quatro países. No âmbito do projeto ACD, por exemplo, foram ouvidos: jovens, equipe do projeto, parceiros, avaliadores externos, representantes da comunidade. Foram muitos os ajustes de agendas para conseguir participar de um número considerável de atividades externas e eventos, onde pude observar entrevistas e registrar. Durante a Residência Social, diversas organizações e atores também foram ouvidos. Essa escuta, aliada a rica contribuição dos autores lidos e a minha própria experiência, ofereceu condições e elementos para uma triangulação no processo de análise e proposição.

Assumido esse lugar de fala, considero importante deixar claro que o percurso metodológico buscou conciliar diversos interesses, como descrito anteriormente – refletir e amadurecer o projeto ACD durante sua execução, sistematizar alguns resultados após a finalização, dialogar com outras experiências (ALER) fora do escopo da Cipó e contribuir no âmbito das políticas de comunicação, que por décadas vem sendo negligenciada em detrimento de uma visão elitista e econômica, desconsiderando a dimensão do direito à comunicação e conseqüentemente a garantia da democratização do acesso, da produção e da difusão.

Buscou-se, ainda que de forma transversal, contribuir com a formação dos gestores sociais a partir da discussão sobre a dimensão da comunicação como um eixo estratégico nos processos de desenvolvimento humano. Em geral vista de forma instrumental, a comunicação é uma das dimensões mais importantes na atualidade por estar conectada diretamente a

viabilização de processos de participação, ampliação e fortalecimento da democracia, mediação, construção coletiva e outros temas tão caros às discussões desse campo de estudos e práticas. Dessa forma, esperamos contribuir com uma avaliação da inserção do tema Comunicação no Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, considerando as suas potencialidades no atual cenário, as diversas práticas dentro de organizações sociais e o impacto da comunicação nos processos de gestão e desenvolvimento.

Para fazer o percurso de elaboração dessa dissertação-projeto optamos por uma pesquisa descritivo-analítica e de intervenção, considerada a mais apropriada para favorecer a avaliação do projeto ACD. Adotamos a abordagem qualitativa, pois a pesquisa se baseou na percepção dos atores envolvidos. Um procedimento básico foi a revisão bibliográfica sobre os conceitos-chave: comunicação, desenvolvimento, comunicação para o desenvolvimento e políticas de comunicação. A busca dessa bibliografia foi feita em sites qualificados, livros sobre os temas, bibliotecas especializadas e produções de organizações sociais que atuam na área. A produção dos autores da chamada Escola Latino-americana de Comunicação, que contestam a visão instrumental e extensionista da Escola Norte-americana, ganhou destaque através da produção de alguns dos seus expoentes, como Béltran e Freire.

A pesquisa de campo foi realizada com técnicas combinadas de pesquisa-ação participante e análise documental, integrando diferentes instrumentos de coleta de dados:

a) Análise documental do campo empírico. Realizada junto ao acervo da Cipó e ALER, sites jornalísticos e instituições de pesquisa (atas, projetos, relatórios, reportagens, fichas de inscrição, planejamentos, relatórios e registros feitos pela autora ao longo da execução do projeto). A análise documental ajudou principalmente no resgate de informações registradas nos relatórios produzidos durante todo o processo, com descrição de atividades, algumas delas planejadas e presenciadas.

b) Aplicação de questionário (Apêndice A). Esse instrumento foi construído em colaboração com as organizações parceiras do financiador do projeto ACD, o Citi Foundation, e contou com a colaboração da empresa Central de Apoio a Organizações Sem Fins Lucrativos (CAOS). De modo geral, a empresa foi contratada para elaborar os indicadores e meios de verificação, facilitar as oficinas para a discussão dos indicadores, processos e resultados com os representantes dos projetos e apoiar à equipe do Citi para avaliação de meio termo e de resultados do Programa do Citi.

(...) optou-se pela utilização de um desenho que agregou dados quanti e qualitativos (para o questionário). Trabalhou-se com duas fontes de informação: jovens participantes, abordados em maio de 2010 através de um

questionário, disponibilizado em meio eletrônico pós diálogo com representantes de todas as parceiras (...) e equipes das seis organizações, que coletaram e enviaram à equipe de avaliação informações quantitativas acerca dos resultados alcançados em suas edições do Programa. (MARINO; LOCATELLI, 2010, p. 3).

O questionário foi composto por 45 perguntas (4 de identificação, 15 abertas e 26 fechadas – algumas delas condicionadas à resposta anterior), disponibilizado online e respondido de forma voluntária por 177 jovens das seis organizações vinculadas ao Citi, sendo que focamos a avaliação nos 52 questionários preenchidos pelos jovens vinculados ao projeto ACD. O processo de aplicação do questionário foi feito pela equipe do projeto ACD, na sede da Cipó.

c) Entrevistas semi-estruturadas (Anexo B). Foram feitas 05 entrevistas semi-estruturadas com jovens participantes do projeto, sendo 02 do sexo feminino e 02 do sexo masculino, moradores dos bairros Fazenda Coutos e Plataforma. A amostra buscou contemplar pelo menos 10% dos jovens que foram formados como Agentes na primeira turma (total de 30), respeitar equidade de gênero e os dois bairros envolvidos na ação. A partir das entrevistas (e do questionário) buscou-se estabelecer uma conexão entre a formação oferecida e a motivação dos jovens para atuarem em prol do desenvolvimento local. A formação de fato provocou: uma nova compreensão em relação à comunicação? A apropriação do uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para mobilização social? O desenvolvimento dos jovens em nível pessoal? E, principalmente, esse processo culminou na mudança de posturas diante da comunidade e realização de ações em prol do desenvolvimento?

A quinta entrevista foi feita com o educador referência, que depois assumiu a assistência de coordenação do projeto. Além dessas, foram feitas outras, que são detalhadas abaixo.

d) Participação e observação em atividades do ACD. Participei de reuniões de planejamento e avaliação com a equipe do projeto, reuniões com parceiros e financiadores, eventos promovidos pelos jovens do projeto em suas comunidades e oficinas formativas. A depender da natureza da atividade, a participação se dava de forma diferenciada, seja como observadora, participante no planejamento ou realização da ação.

e) Participação e observação em 04 eventos. Pude acompanhar e registrar a Etapa Estadual da 1ª e 2ª Conferências de Comunicação, ambas realizadas em Salvador (2008 e 2009), e a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em Brasília (2009). A participação nas Conferências foi fundamental para contextualizar o *status* da discussão sobre políticas e leis

de comunicação no Brasil e na Bahia. Os registros pessoais feitos durante a participação nesses eventos e os relatórios da Cipó facilitaram a compressão dos documentos oficiais gerados a partir destas consultas públicas. Contribuíram também para construção de uma breve análise de cenário que aponta muitos desafios para o segundo mandato do governador Jaques Wagner no que se refere principalmente à pauta de reivindicações da sociedade civil para construção de uma Política de Comunicação para o estado.

Participei ainda do Seminário Internacional Comunicações e Desenvolvimento em Tempos de Convergência Midiática, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2009, pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Na ocasião pude registrar as palestras e conversar com Juan Díaz Bordenave, Marcos Dantas, entre outros especialistas latino-americanos que discutem o tema da comunicação na perspectiva do desenvolvimento.

f) Realização da etapa da Residência Social (RS). Requisito obrigatório no Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, essa etapa prevê a imersão do mestrando numa organização social estrangeira durante um mês. Para cumpri-la, optei por conhecer o trabalho da Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER), organização de reconhecida importância política e histórica que incide em diversos países latino-americanos pela democratização da comunicação. Visitei três países (Venezuela, Colômbia e Equador), com o intuito de conhecer o trabalho de algumas organizações associadas e o funcionamento do trabalho na sede da ALER, localizada em Quito.

Durante maio e junho de 2010, pude ser testemunha ocular do que estava acontecendo no âmbito do debate sobre comunicação nos três países. Leituras e observações foram enriquecidas por meio de 13 visitas em organizações sociais, dezenas de entrevistas concedidas por profissionais e ativistas da área, quase todos ligados a organizações associadas à ALER e muitos deles formados ainda jovens dentro dessas organizações. Foram 13 cidades percorridas nos três países, totalizando 24 horas de voo e 59 horas de ônibus em 29 dias de viagem. Foi uma jornada intensa e fundamental para compreender também um pouco do atual cenário latino-americano de discussão sobre legislação e políticas de comunicação.

A realização do vídeo-debate *Uma América Latina de Muitas Vozes*(2) (ANEXO A) foi um caminho escolhido para a sistematização e divulgação dos dados coletados.

---

2 Paralelo ao vídeo, foi feito um Diário de Bordo, com três capítulos, sendo um para cada País. Este registro não teve pretensões acadêmicas e se transformou num registro pessoal com observações desprezíveis do contexto sócio-político, econômico e cultural dos locais visitados, além de rememorar visitas, eventos e encontros.

Produzido a partir de entrevistas realizadas durante a viagem, o vídeo foi editado no Brasil, onde foi possível acrescentar os depoimentos dos 04 jovens do projeto ACD (citados acima) e outros 04 depoimentos coletados durante entrevistas realizadas com o secretário de Comunicação do Estado da Bahia, Robinson Almeida, a professora e pesquisadora Cícilia Peruzzo, a doutoranda em Comunicação Gislene Moreira e uma das coordenadoras executivas da Cipó, Daniella Rocha. A proposta foi sistematizar as diversas compreensões sobre comunicação e desenvolvimento num material que pudesse ser usado em sala de aula para discussão do tema. O registro teve ainda a dupla função de servir como produto final da Residência Social e foi disponibilizado para avaliação pela coordenação do Programa Jovens Escolhas, do Citi. Em nossa concepção o vídeo transformou-se um capítulo em áudio-visual do trabalho na medida em que complementa a discussão e amplia o acesso às entrevistas realizadas que não puderam ser aproveitadas em sua integralidade na dissertação-projeto.

A partir dos resultados obtidos, a dissertação-projeto foi estruturada em quatro capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. No **primeiro capítulo**, intitulado **O Campo Empírico**, foi feita uma breve apresentação da organização não-governamental Cipó – Comunicação Interativa, do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, implementado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, região que é rapidamente retratada com o intuito de contribuir com a compreensão do leitor sobre o contexto em que o projeto foi realizado. Foi feita ainda uma caracterização do público-participante, os jovens, com ênfase na situação em que vivem na cidade de Salvador e no próprio Subúrbio. Nesse mesmo capítulo também apresentamos a ALER e algumas de suas associadas.

O **segundo capítulo** é dedicado às **Referenciais Teórico-práticos**. Ao longo de todo esse capítulo, buscou-se sistematizar os conceitos que fundamentam a prática da Cipó no projeto ACD (especialmente o de comunicação para o desenvolvimento), descrita nos documentos institucionais a partir de algumas linhas teóricas que se debruçam sobre os conceitos de comunicação e desenvolvimento para então compreender o uso do termo comunicação para o desenvolvimento; em seguida, buscou-se identificar e ao mesmo tempo delimitar, ainda que de forma superficial, o campo da discussão sobre participação a partir de um recorte geracional de juventude, de modo a facilitar a compreensão da proposta do projeto ACD, que parte da redefinição do papel dos jovens na sociedade a partir da garantia da sua participação social e política. Ainda neste capítulo, buscou-se identificar os conceitos e práticas de comunicação para o desenvolvimento da ALER, a partir das observações, coleta de dados e entrevistas realizadas durante a Residência Social. O vídeo-debate *Uma América Latina de Muitas Vozes* é apresentado como um dos resultados dessa etapa de investigação.

O **terceiro capítulo**, intitulado **Contribuições das experiências analisadas**, foi dedicado à análise das experiências do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (ACD) e da ALER. É nesta sessão que estão os resultados sobre como o projeto ACD repercutiu na vida dos participantes, a partir da opinião deles; e as observações feitas durante a Residência Social a respeito do trabalho da ALER na promoção da democratização da comunicação no contexto latino-americano.

O **quarto capítulo**, **Tecendo Orientações para Emergente Política de Comunicação da Bahia**, apresenta uma contextualização do debate sobre políticas de comunicação no Brasil e na Bahia para então, a partir das duas experiências analisadas, tecer orientações para a emergente Política de Comunicação da Bahia.

## 2 O CAMPO EMPÍRICO

### 2.1 A ORGANIZAÇÃO CIPÓ – COMUNICAÇÃO INTERATIVA

A instituição baiana Cipó – Comunicação Interativa é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 8 de março de 1999, cuja missão é “criar oportunidades para o pleno desenvolvimento e a participação social, cultural e política de crianças, adolescentes e jovens, por meio da democratização da comunicação e da educação”. Os objetivos institucionais são a) melhorar a qualidade da educação básica e dos programas complementares de desenvolvimento pessoal e social dirigidos a crianças, adolescentes e jovens; b) democratizar os meios de acesso, produção e difusão da comunicação e capacitar a comunidade para utilizá-los de forma qualificada em prol do seu desenvolvimento; c) fomentar a participação política e comunitária do público infanto-juvenil; e d) ampliar e qualificar as oportunidades de formação, inserção e realização de adolescentes e jovens no mundo do trabalho. Especialmente, os três últimos objetivos norteiam o projeto ACD e serão observados ao longo do trabalho.

A Cipó tem seu trabalho legitimado e reconhecido por atores sociais, órgãos públicos e empresariado em nível local, nacional e internacional. Entre seus parceiros, estão organizações de diversas naturezas, como Fundos das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Ford Foundation, Citi Foundation, Instituto Unibanco, Oi Futuro, Braskem, além de secretarias municipais e estaduais de Educação, Trabalho e Cultura, Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e Governo Federal, através do Ministério da Cultura.

Com orçamentos anuais médios superiores a R\$ 2 milhões nos últimos três anos, a instituição é uma associação civil sem fins lucrativos que se define politicamente como uma organização não-governamental<sup>(3)</sup> (ONG). Em 10 anos de atividade, a Cipó alcançou os

---

3 A pesquisa Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil, desenvolvida a partir da parceria entre Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas - IPEA, a Associação Brasileira de ONGs – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, com base em dados do Cadastro de Empresas – CEMPRE de 2005, demonstra que existem hoje no Brasil 338 mil organizações sem fins lucrativos divididas em cinco categorias: 1. que são privadas, não integram o aparelho do Estado; 2. que não distribuem eventuais excedentes; 3. que são voluntárias; 4. que possuem capacidade de autogestão; e, 5. que são institucionalizadas. Esse número, entretanto, reúne uma diversidade de organizações muito grande. Na



seguintes resultados quantitativos (RELATÓRIO..., 2009):

- promoveu o ingresso no mercado de trabalho de mais de 1.000 adolescentes e jovens;
- realizou a formação de quase 8 mil crianças, adolescentes e jovens para o uso das tecnologias da informação e comunicação;
- atuou com mais de 120 escolas públicas e 9 universidades, por meio da realização de formações, oficinas e eventos;
- mobilizou aproximadamente 200 empresas para contratação de jovens via Lei da Aprendizagem e prestação de serviço;
- produziu cerca de 400 peças de comunicação - entre vídeos, fanzines, programas de rádio, blogs e sites - com as crianças, adolescentes e jovens;
- contribuiu com a implementação de 03 centros comunitários de multimídia em parceria com governos municipal, estadual e federal;
- elaborou 06 pesquisas acerca da cobertura da mídia baiana e sergipana sobre e para crianças e jovens e 03 guias de pautas e fontes para comunicadores (em parceria com a Rede Andi Brasil);
- gerou 09 Guias Metodológicos(4) que sistematizam a experiência dos programas: Estúdio Aprendiz, Escola Interativa, Estúdio Cipó de Multimeios, O Cidadão de Papel, Rede Sou de Atitude, Cipó Produções, Pelourinho Digital, Escola Oi Kabum de Arte e Tecnologia e Kabum Novos Produtores.

O trabalho de formação alia-se a uma ação de incidência política nas áreas prioritárias da organização: educação, trabalho, juventude e democratização da cultura e da comunicação. Para atuar politicamente, a Cipó articula-se em redes, conselhos e fóruns com

---

tentativa de diferenciar-se politicamente, algumas se filiaram a ABONG, entre elas a Cipó. A Associação descreve como ONG aquelas pautadas na defesa dos direitos humanos, com atuação política em prol do fortalecimento da democracia e cita uma definição dada por Hebert de Souza (conhecido como Betinho) em seu site: “uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia: liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham”. Disponível em: <http://www.abong.org.br/ongs.php>. Acesso em: 16 out. 2010.

4 São eles: Guia Estúdio Aprendiz, Guia Escola Interativa, Coletânea Design Popular, Guia O Cidadão de Papel, Guia de Atitude, Guia Comunicação para Organizações da Sociedade Civil, Olha aí Pelô, Coletânea Traços e Laços e Coletânea Festas Populares. A maioria desses materiais foi desenvolvida com Guia de Atividades e orientações para que educadores pudessem aplicá-los em processos de ensino-aprendizagem.

foco em *advocacy*(5). A instituição participa dos conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo ocupado uma cadeira como conselheira no Conselho Estadual, no biênio 2006 e 2007; atua nos conselhos Nacional e Estadual de Juventude – Conjuve e Cejuv, respectivamente (mandato 2010-2011). Integra redes de discussão, monitoramento e incidência política por causas ligadas ao público infanto-juvenil, como: Rede Sou de Atitude, fundada pela Cipó e formada por adolescentes e jovens de nove estados brasileiros que monitoram e realizam ações de incidência em prol dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, da qual é fundadora e abriga a secretaria executiva; Rede Andi Brasil, formada por ONGs de nove estados brasileiros que mobilizam a mídia para uma cobertura qualificada para e sobre esse público; Rede CEP – Comunicação, Educação e Participação, onde defende a melhoria da educação básica e adoção da educomunicação(6) como metodologia nas escolas públicas; e a Red LAyTS – Red Latinoamericana de Arte para la

---

5 O termo *advocacy* vem do inglês, mas tem origem no latim, a partir da junção *ad* + *vox*, ou seja, “dar a voz” a uma pessoa ou a uma causa. Assim, o *advocacy* consiste na busca de apoio pelos direitos de pessoas ou causas, ampliando o seu espaço de expressão e trabalhando pela promoção e defesa dos seus direitos. É também chamada de incidência política ou ação política. (In: GUIA DE ATITUDE: Reflexões e Práticas para o Monitoramento e a Ação Política. Salvador: Cipó – Comunicação Interativa; Rede Sou de Atitude, 2006.

6 A educomunicação é apontada nos documentos da Cipó como metodologia que embasa o seu fazer pedagógico. Cremos ser importante esclarecer de forma breve esse conceito para compreender melhor o trabalho da organização.

As interseções entre Comunicação e Educação vem sendo discutidas desde a década de 70 e um dos expoentes desse debate é o argentino Mario Kaplún (1923-1998). Este comunicador e educador foi um precursor na difusão de projetos de educação através das mídias. No Brasil, teve contemporâneos e amigos, como José Marques de Melo e Paulo Freire, que contribuíram com esse debate.

Grosso modo, essa abordagem propõe o rompimento com a visão funcionalista da comunicação, em que cada pólo presente na relação de comunicação cumpre um papel único (emissor ou receptor), desconsiderando as nuances presentes nas mediações socioculturais durante o ato de comunicar.

O reconhecimento dessas mediações, que são compostas de elementos explícitos e implícitos, pode subverter as relações educacionais, na medida em que se reconhece que a educação não é mera transmissão de conhecimentos, onde ao professor cabe o lugar daquele que detém o conhecimento, e portanto domina a comunicação (o emissor), e ao educando cabe o papel de receber esse conhecimento (o receptor).

Muitos autores latino-americanos se somaram aos citados acima – como o venezuelano Antonio Pasquali, o paraguaio Juan Díaz Bordenave, o mexicano Jorge González, o brasileiro Luiz Beltrão e os colombianos Luis Ramiro Beltrán e Jesús Martín-Barbero, sendo este último um dos expoentes na área de Estudos Culturais. Cada um desses foi avançando no campo de estudos e agregando novos olhares. No Brasil, o professor e pesquisador Ismar Soares, coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP, aliou a essa visão da educação para mídia um olhar também para as experiências desenvolvidas pelas ONGs, que desde os anos 70 usam a comunicação de forma educativa e alternativa, com o intuito de promover transformações sociais com as populações marginalizadas. Essas experiências influenciaram (e continuam a influenciar) de forma substancial a educação.

Martín-Barbero (2007) vai dizer ainda que a Educomunicação é uma proposta educativa que tem por fundamento a idéia de “ecossistema comunicativo”, intrinsicamente presente em todas as ações humanas e, conseqüentemente, nos processos educativos.

Transformación Social, que reúne organizações sociais com atuação em diversos países da América Latina.

Considerada uma instituição referência<sup>(7)</sup> no desenvolvimento de tecnologias sociais na área de comunicação e educação, com inserções nacional e estadual no campo da discussão política sobre ambos os temas, a Cipó desenvolve diversos projetos em bairros de Salvador e municípios baianos, como Camaçari, Dias D'Ávila, Feira de Santana entre outros. Entretanto, nem sempre foi assim.

A expansão das ações para fora dos seus muros aconteceu de forma gradual. Apenas no final de 2005, durante o planejamento estratégico, foi deliberado que a Cipó colocaria as tecnologias sociais que havia desenvolvido a serviço da promoção de mudanças, não apenas na vida daqueles que conseguia atender diretamente, mas em estruturas e organizações sociais, governamentais e não-governamentais, que pudessem oferecer oportunidades de transformação em escala. O Plano de Ação 2007-2009 (PLANO..., 2007) refletiu com mais detalhes o que estava sinalizado para 2006. O documento descreveu as ambições da organização de ampliar seu trabalho, a partir de uma atuação dentro de bairros populares de Salvador, Camaçari e Feira de Santana e do fortalecimento da atuação política. Após a sistematização do planejamento, ainda em 2007, foi produzido outro documento pela diretora executiva Anna Penido, posteriormente validado pelo Comitê Gestor da organização, chamado Conceitos e Processos (CONCEITOS..., 2007), que trouxe pela primeira vez uma definição para o termo “comunicação para o desenvolvimento”, que será detalhada mais adiante. No Plano de Ação 2007-2009, a Cipó desenhou uma estratégia de atuação que pretendia integrar as experiências, tecnologias, metodologia e práticas desenvolvidas com o propósito de utilizar a comunicação para fortalecer o processo de desenvolvimento das pessoas (principalmente adolescentes e jovens) e das suas comunidades.

O Projeto Cibersolidário foi o primeiro concebido a partir da reformulação institucional. Iniciado em 2006, o *Ciber*, como era chamado, permitiu a expansão da atuação da Cipó para três territórios do estado da Bahia. Na capital (Salvador), a ação deu-se no Subúrbio Ferroviário, tendo Plataforma e Fazenda Coutos como pólos-irradiadores das ações; na Região Metropolitana, a atuação focou os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila; e no interior, abrangeu as cidades que compõem a microrregião do Portal do Sertão, entrada para o

---

7 A Cipó foi requisitada em diversas oportunidades por estudantes da graduação e pós-graduação para se transformar em objeto de estudo acadêmico, gerando muitos artigos, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas etc. Cinco profissionais da própria organização (três ainda diretamente vinculados à ela) elegeram projetos da Cipó para produzirem três dissertações de mestrado e 02 monografias para conclusão de especializações.

semi-árido baiano, tendo Feira de Santana como referência para base das ações. Todas as regiões atendiam aos critérios definidos pela organização: graves índices de desenvolvimento humano e oportunidade concreta de atuação a partir de parcerias que se mostravam promissoras.

Além de sair dos muros do seu “laboratório pedagógico”, como se auto-denominava, e arriscar-se de forma inédita a atuar com e em comunidades populares baianas, a instituição iniciou um trabalho mais focado de atuação política no campo da comunicação, inserindo-se nos principais espaços de discussão sobre o tema. A Cipó compôs o Grupo de Trabalho que realizou as duas Conferências Estaduais de Comunicação (2008 e 2009) e participou da I Conferência Nacional de Comunicação (2009). Se por um lado a experiência na formação direta de crianças, adolescentes e jovens era considerada amadurecida e com capacidade de gerar resultados importantes; no que se referia à atuação comunitária, junto com adolescentes e jovens, a equipe sabia que seria preciso ir com cautela na implantação do *Ciber*, pois se tratava de uma experiência nova.

Para realização desta pesquisa é importante trazer algumas reflexões feitas pela organização sobre a execução desse projeto, pois elas definiram o desenho do *Projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento* - uma espécie de evolução do *Cibersolidário* - e a opção pela atuação no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

### **2.1.1 Cibersolidário: o primeiro passo em direção à atuação comunitária**

Na percepção dos profissionais da Cipó, a estruturação da proposta pedagógica do Cibersolidário(8) foi fundamental para a construção de um novo percurso formativo para jovens, para consolidação da proposta de atuação comunitária e de parcerias locais e para o desenvolvimento das primeiras ações de criação de ambiência nas comunidades, as quais permitiram não apenas a formação pontual dos jovens, mas a implementação de espaços de democratização das novas tecnologias da informação e comunicação. Entretanto, ficou visível para organização que não era possível implementar uma nova edição do projeto em três localidades distintas e com um número grande de jovens envolvidos. Além disso, a interlocução e parceria com os órgãos públicos e apoio da comunidade não eram garantia de que as condições necessárias para implantação do projeto seriam oferecidas.

---

8 Grande parte dos dados e reflexões presentes nesta sessão foi pesquisada no Relatório do Projeto Cibersolidário produzido para Fundação Kellogg, no final do projeto, em 2007, pela coordenadora Gislene Moreira e equipe do projeto. (RELATÓRIO..., 2007).

Em busca da superação de alguns desafios, a equipe da Cipó estimulou os jovens a criar ações que pudessem ser realizadas em locais diversos, utilizando outros instrumentos de comunicação, como vídeos, programas de rádio, murais e esquetes teatrais. Neste sentido, também a própria concepção da formação precisou ser reformulada, ou seja, reorientada em cada território a partir das condições e vocações locais, e dividida em três etapas: formação e construção de diagnóstico local; elaboração de proposta-piloto de ação de comunicação; e a execução. Apesar das dificuldades inerentes a implantação da nova proposta-piloto, a Cipó formou 89 jovens de 07 municípios (Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Santo Estevão, Conceição do Coité, Anguera e Santa Bárbara) como agentes de comunicação para o desenvolvimento(9).

A atuação dos agentes começou em março de 2007, a partir da execução de 15 projetos sociais em espaços de inclusão digital, escolas, emissoras de rádio e organizações comunitárias, as quais envolveram cerca de 10.000 pessoas. As intervenções buscaram promover ações como a realização de uma campanha de comunicação para Garantia de Direitos no Subúrbio Ferroviário, a dinamização de telecentros, a inserção de pessoas com deficiência em um dos infocentros de Camaçari, a inclusão digital de trabalhadores rurais em Santo Estevão, a criação de um observatório de denúncias de discriminação racial em rádio-jornalismo no Subúrbio Ferroviário, entre outras.

Os resultados da formação não se revelaram no tempo previsto, alguns dos projetos não conseguiram ser implementados da forma e no tempo programado, mas para-além do acompanhamento e da execução do projeto Cibersolidário, muitos jovens deram continuidade às iniciativas planejadas. Diante da fragilidade dos espaços de inclusão digital existentes nos territórios não foi possível integrá-los em rede. As ações de articulação planejadas iniciaram-se, portanto, com os próprios jovens, que se reuniram para buscar alternativas.

Segundo o Relatório, “a experimentação com o Cibersolidário permitiu à Cipó construir seu novo modelo de intervenção e aprimorar a proposta de uso da Comunicação para o Desenvolvimento Local” (2007, p. 17). Foi com base, portanto, nessa experiência que uma nova proposta foi desenhada tendo duas linhas de atuação. A primeira, voltada à montagem ou qualificação de centros comunitários de multimídia, viabilizando a infra-estrutura necessária para ações de mediação tecnológica. A segunda linha foi a da formação de jovens como agentes de comunicação para o desenvolvimento, já incorporando as lições apreendidas, como ampliação do período de formação, redefinição da faixa etária, aumento da bolsa-

---

9 O nome do projeto que daria continuidade a esse trabalho piloto nasce a partir dessa definição que foi dada aos jovens formados pelo *Ciber*.

auxílio de R\$ 60 para R\$ 120, e viabilização de um “recurso-semente” (verba inicial) para implantação dos projetos-piloto dos jovens, que foram chamados posteriormente de Planos de Ação.

Além disso, percebeu-se que a organização não poderia continuar nos três municípios e que seria fundamental consolidar a experiência em um dos locais. Nasceu então o projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (ACD), cuja proposta foi apresentada e financiada pelo Citi Foundation<sup>(10)</sup>, para acontecer no Subúrbio Ferroviário de Salvador, região escolhida por reunir as melhores condições para execução no que se refere à localização, parcerias firmadas e infra-estrutura. Na região, foram implementadas 02 unidades do Programa Casa Brasil, que foram usadas para realização do ACD.

## 2.2 O PROJETO AGENTES DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ACD)

O projeto ACD teve como proposta formar 30 jovens de Salvador (Bahia) como agentes de comunicação para o desenvolvimento por meio da capacitação intensiva nas áreas de identidade, desenvolvimento, comunicação, gestão e educação financeira. Em seguida, os jovens montaram planos de ação, com vistas à realização de atividades de educação pela comunicação, fortalecimento do empreendedorismo, produção de mídia e mobilização social, com envolvimento direto de 150 jovens e participação de outros 350 por meio de atividades articuladas. No capítulo 4, avaliamos os resultados alcançados durante a execução do projeto entre junho de 2008 e agosto de 2010.

O processo formativo previu a “capacitação em serviço” – denominação utilizada pela Cipó para designar a formação técnica em linguagens da comunicação oferecida durante o processo de planejamento e execução dos planos de ação - dos jovens agentes. Ao final do projeto, pretendia-se contribuir para que os participantes tivessem adquirido conhecimentos, atitudes e competências que os tornassem capazes de promover o seu desenvolvimento e da sua comunidade. Esse resultado se revelaria por meio da atuação desses jovens durante a execução dos planos de ação, da sua inserção como co-gestores de centros comunitários de

---

10 O projeto estava inserido no Programa Jovens Escolhas, do Citi, que tem como foco a formação de jovens empreendedores. Utiliza como estratégia formativa a elaboração e execução de planos de ação juvenis, de interesse coletivo e público, necessariamente envolvendo jovens participantes e não participantes das ONGs em ações transformadoras de sua realidade local. Em sua versão 2008/2010, o Programa foi apoiado pela Área de Responsabilidade Socioambiental do CITI, e desenvolvido por seis ONGs: Camará (SP), CECIP (RJ), Cipó (BA), CPA Pe Bello (SP), Humbiumbi (MG) e MOC (BA).

multimídia, da implementação de novas formas de intervenção social por meio do uso das tecnologias da informação e da comunicação, adesão a grupos juvenis, entre outras.

Os jovens formados pelo projeto como agentes de comunicação para o desenvolvimento foram selecionados segundo critérios pré-definidos pela Cipó e o Citi: idade entre 18 e 21 anos, moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador, com prioridade para os bairros de Plataforma e Fazenda Coutos e as localidades adjacentes (São João, Boiadeiro, Paripe, Vista Alegre e Alto de Coutos), oriundos de famílias de baixa renda, que estivessem cursando ou concluído a educação básica em escola pública e com espírito de liderança, capacidade de trabalhar em grupo, compromisso com a sua comunidade, desejo e disponibilidade para participar da iniciativa. Os jovens que participaram das ações realizadas pelos agentes, na segunda etapa do projeto, também atendiam aos mesmos critérios com exceção da faixa etária, que foi ampliada para 14 e 21 anos.

O objetivo geral do projeto, como descrito no documento encaminhado ao Citi (PROJETO..., 2008.), era “contribuir com o desenvolvimento das pessoas e das comunidades do Subúrbio Ferroviário de Salvador, por meio da formação de jovens para que atuem como empreendedores sociais na área da comunicação”. E os objetivos específicos:

- Formar 30 jovens para que:
  - utilizem processos, tecnologias e instrumentos de comunicação com o propósito de fortalecer o desenvolvimento local em suas comunidades;
  - planejem, executem, aprimorem e avaliem iniciativas empreendedoras de comunicação para o desenvolvimento (planos de ação juvenil);
  - planejem e administrem sua vida financeira e o orçamento dos seus planos de ação juvenil, adquirindo habilidades que garantam sua própria sustentabilidade e da sua iniciativa empreendedora;
- Criar condições para que os jovens formados atuem como educadores, produtores de mídia, comunicadores comunitários e articuladores/mobilizadores sociais, a partir do centro de multimídia comunitária da sua comunidade;
- Orientar e acompanhar os jovens no planejamento, implementação, gestão e avaliação de ações, campanhas e projetos de comunicação para o desenvolvimento (planos de ação juvenil), que beneficiem, pelo menos, 500 outros jovens da região;
- Criar condições para que os jovens agentes continuem atuando de forma cada vez mais estratégica em prol do desenvolvimento local após o término do projeto.

A proposta foi construída a partir de dois eixos centrais: a democratização dos meios de acesso, produção e difusão da comunicação e a capacitação da população local (no caso os jovens) para utilizar esses recursos com o propósito de promover o seu próprio desenvolvimento e de suas comunidades.

A implantação do projeto contou com um importante legado do Cibersolidário: duas unidades do projeto Casas Brasil<sup>11</sup> estavam implementadas, com apoio da Cipó, e com funcionamento garantido pela Prefeitura Municipal de Salvador e Governo Federal, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Cada unidade contava com auditório, telecentro, sala multimídia, laboratório de metareciclagem e sala de leitura. Os espaços contavam com um Conselho Gestor<sup>12</sup>, que havia sido criado para apoiar no seu gerenciamento e sustentabilidade. Quando a Cipó solicitou a disponibilização do espaço para realização do projeto, os Conselhos Gestores das duas unidades apoiaram a iniciativa, especialmente o coordenador da unidade de Fazenda Coutos, Marcos Maciel, jovem que havia participado da turma do Projeto Cibersolidário que foi realizada no Subúrbio, no ano anterior. Abaixo o depoimento dado por ele ao final do projeto:

A minha vida, no início de 2006, estava muito conturbada. Estava desempregado, tinha acabado um curso que estava fazendo e me sentia um completo vagabundo, abandonado. Em alguns momentos, me via numa profunda depressão. Sabia das minhas capacidades, mas não encontrava oportunidade de usá-las. Foi então que eu tomei a decisão de entrar no Cibersolidário. Desse momento em diante, comecei a me reencontrar com as minhas capacidades, conhecer e me relacionar com pessoas que me ajudaram bastante nessa auto-afirmação.

---

11 O programa Casas Brasil integrou uma proposta piloto do Governo Federal para convergir as diversas e pulverizadas ações de inclusão digital desenvolvidas nos últimos anos pelos mais distintos órgãos e instituições federais. O desenho experimental de sua política surgiu como uma proposta inovadora de implementar espaços públicos de acesso e produção tecnológica digital, como computadores, e equipamentos multimídia (vídeo, rádio e fotografia), com conectividade à Internet. Mais que uma proposta tecnologicista, o Governo buscou inovar com a idéia de promover o acesso a estes equipamentos em zonas densamente povoadas, com baixos índices sociais e digitais, mas ao mesmo tempo com a perspectiva de que esses centros fossem transformados em espaços de produção cultural co-geridos pela própria comunidade. As unidades referidas nesse trabalho, situadas em Plataforma e Fazenda Coutos, tiveram suas atividades encerradas em 31 de agosto de 2010, quando o Governo Federal anunciou o fim do repasse das bolsas para os monitores e a Prefeitura Municipal de Salvador, proponente do projeto, afirmou não ter condições de mantê-lo e sugeriu a Cipó que o fizesse. A Cipó, que apoiou a implantação e funcionamento dos dois espaços sem ter recebido recursos públicos municipais ou federais, também afirmou não ter condições de assumir o seu funcionamento.

12 Com o intuito de promover a participação comunitária na gestão do projeto, foi prevista a criação de Conselhos Gestores para cada unidade, formados em sua maioria por membros eleitos pelos próprios moradores em um grupo misto, que teria também a participação dos proponentes legais e o próprio governo federal, que deveriam gerenciar os rumos da utilização do espaço. Tal medida tinha como desafio iminente romper com as lógicas autoritárias, viciadas e verticais historicamente construídas nos processos hegemônicos das políticas públicas.



No início, entrei porque estava pleiteando uma vaga na Casa Brasil e precisava que a Cipó me conhecesse mais. Foi então que descobri que participar do Ciber foi algo muito além, foi um presente de Deus - por tantas vezes eu pedi a ele respostas. Descobri que esse grupo me fez quebrar preconceitos, sentimento de inferioridade e depressão.

No Ciber, não apenas adquiri conhecimentos e experiências, ganhei amigos, aumentei significativamente minha auto-estima, me senti muito mais útil para mim, para minha família e para minha comunidade. Acima de tudo, tive a certeza que fiz a escolha certa, a escolha de estar e amar o Ciber. Apesar de vários problemas terem acontecido, o que é natural, estive e estou sempre confiante e aliado no caminho das conquistas.

Hoje, sinto que o Cibersolidário salvou o meu ano de 2006 - daquela depressão nada ficou. Estou trabalhando, estou atuando na comunidade, estou feliz com minha família e comigo mesmo. (**Marcos Marciel**, participante do Cibersolidário foi contratado em outubro de 2006 como Coordenador do Telecentro da Casa Brasil de Fazenda Coutos e posteriormente assumiu a coordenação geral da unidade) (RELATÓRIO..., 2007)

A proposta da Cipó, como explicitado anteriormente, era capacitar os jovens agentes de comunicação para o desenvolvimento para atuarem nos centros de multimídia comunitária como: a) educadores (conduzem processos e ações de educação pela comunicação); b) produtores de mídia (especializam-se na produção de materiais de comunicação utilizando-se das diferentes linguagens midiáticas); c) comunicadores comunitários (atuam como produtores, repórteres, redatores, editores ou apresentadores em veículos ou programas de comunicação da comunidade); e d) articuladores/ mobilizadores sociais (utilizam a comunicação para conscientizar a população, monitorar e influenciar leis, políticas, programas, orçamentos e serviços públicos).

Para alcançar seus objetivos, a equipe do projeto previu um percurso formativo com carga horária total de 1.840 horas, no decorrer dos dois anos. A formação foi organizada em etapas, ações e módulos e está descrita no Projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (PROJETO..., 2008), apresentado ao Citi. Abaixo, um quadro que resume a proposta:

ETAPA	AÇÃO
1 - Seleção (mês 1)	<p><i>Divulgação do projeto em escolas, organizações sociais, infocentros e postos de serviço do Subúrbio Ferroviário de Salvador;</i></p> <p><i>Inscrição dos interessados por meio do preenchimento de formulário que busca identificar sua realidade socioeconômica e seu perfil;</i></p> <p><i>Realização de ação educativa (8 horas) com jovens cujos formulários forem pré-selecionados;</i></p> <p><i>Realização de entrevista de confirmação com os jovens selecionados nas ações educativas;</i></p> <p><i>Assinatura de Termo de Compromisso, como mecanismo de formalizar a sua responsabilidade de permanecer e se dedicar ao projeto.</i></p>
2 - Formação Intensiva (meses 2 ao 7 / 480 horas)	<p>Formação dos 30 jovens (15 pela manhã e 15 pela tarde), a partir de 20 horas semanais de atividades conduzidas por educadores, tendo a experimentação de linguagens midiáticas como eixo condutor e a realização de ações experimentais de comunicação para o desenvolvimento como resultado. O processo desenrola-se a partir do seguinte trajeto educativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li> <p>• <b>Módulo 1: Identidade (mês 2)</b>  <i><b>Objetivo:</b> Reconhecimento e valorização da realidade e das potencialidades pessoais e locais, identificação de demandas e oportunidades de intervenção.</i>  <i><b>Ações:</b> Dinâmicas de grupo e construção do mapa pessoal e do mapa da comunidade, com identificação de desafios e potencialidades.</i>  <i><b>Linguagens:</b> Fotografia e design gráfico (produção de cartazes com os mapas pessoais e comunitários)</i></p> </li> <li> <p>• <b>Módulo 2: Desenvolvimento Local (mês 3)</b>  <i><b>Objetivos:</b> Expansão de conhecimentos sobre a temática do desenvolvimento, com identificação e discussão de conceitos, estratégias, desafios e impactos no âmbito pessoal, social, econômico, cultural, político e ambiental.</i>  <i><b>Ações:</b> Debates com estudiosos e promotores do desenvolvimento, leitura e discussão de textos e construção da própria definição do grupo sobre o que é, como deve ser promovido e o que deve gerar o desenvolvimento da sua comunidade.</i>  <i><b>Linguagem:</b> Web design (produção de blog sobre desenvolvimento)</i></p> </li> <li> <p>• <b>Módulo 3: Comunicação para o Desenvolvimento (mês 4)</b>  <i><b>Objetivos:</b> Ampliação da compreensão sobre o conceito e o papel social da comunicação, identificação das diferentes possibilidades de uso da comunicação para promoção do desenvolvimento e das metodologias elaboradas pela CIPÓ.</i>  <i><b>Ações:</b> Aulas interativas, visitas a veículos e organizações de comunicação, debates com comunicadores, análise de processos, campanhas e peças de comunicação voltadas para o desenvolvimento</i>  <i><b>Linguagens:</b> Rádio e vídeo (produção de vinhetas voltadas à promoção do desenvolvimento)</i></p> </li> <li> <p>• <b>Módulo 4: Capacitação Específica (meses 5 e 6)</b>  <i><b>Objetivos:</b> Formação inicial dos jovens como educadores, produtores de mídia, comunicadores comunitários e articuladores/mobilizadores sociais.</i>  <i><b>Ações:</b> A capacitação acontece em quatro subgrupos (dois pela manhã e dois pela tarde) e em sistema de rodízio. Cada subgrupo vivencia duas semanas em cada função, tendo como desafio planejar, executar e avaliar uma ação experimental em cada área.</i>  <i><b>Produto:</b> 16 ações experimentais realizadas no centro de multimídia (Casas Brasil) com a participação da comunidade.</i></p> </li> <li> <p>• <b>Módulo 5: Introdução à Gestão de Projetos e Educação Financeira (mês 7)</b>  <i><b>Objetivos:</b> Disseminação de conceitos e fundamentos em gestão social, incluindo a aquisição de habilidades em elaboração de projetos e orçamentos, mobilização de recursos, gerenciamento, acompanhamento e avaliação de ações e resultados e prestação de contas. Educação dos jovens para que possam planejar e gerir bem seus ganhos pessoais e o orçamento dos seus planos de ação juvenil.</i>  <i><b>Ações:</b> Realização de atividades teórico-vivenciais, tendo como ponto de partida a elaboração dos planos de ação juvenil e seus respectivos orçamentos (em grupos conforme afinidades e convergência de vocações e objetivos) e a administração dos recursos que receberão via bolsa mensal.</i>  <i><b>Produto:</b> 06 planos de ação elaborados em grupos de cinco jovens e 30 planos de utilização das bolsas construídos individualmente.</i></p> </li> </ul>



ETAPA	AÇÃO
<p><b>3-Capacitação em Serviço e Implementação dos Planos de Ação Juvenil (meses 8 a 22 / 1.136 horas)</b></p>	<p>Os jovens agentes identificarão 150 jovens da comunidade, oriundos de escolas e de organizações sociais da região, com os quais realizarão processos formativos, a fim de capacitá-los para co-promover atividades de comunicação para o desenvolvimento. O grupo identificado participará de todo o ciclo do projeto a partir desse momento, integrando oficinas de educomunicação, produção de mídia, comunicação comunitária ou mobilização social, conduzidas pelos jovens agentes, a fim de que se tornem multiplicadores, realizando materiais (vídeos, jornais, programas de rádio, sites, impressos etc), campanhas (conscientização, articulação, defesa de direitos), ações (oficinas, mostras, exposições, debates), serviços (campanhas ou materiais de comunicação para iniciativas econômicas, sociais ou culturais de cunho comunitário), sempre com o intuito de abordar temas relevantes para a comunidade, contribuir com as iniciativas locais e convocar a juventude da região para participar da promoção do desenvolvimento. Cada um dos seis planos de ação juvenil deverá prever a formação de, pelo menos, 25 jovens multiplicadores, para isso, será disponibilizado um recurso semente no valor R\$ 1.900,00 por plano.</p> <p>Os materiais, campanhas, ações e serviços realizados pelos jovens agentes em conjunto com os jovens multiplicadores serão utilizados para mobilizar, pelo menos, 350 jovens da comunidade, a partir de iniciativas realizadas em articulação com escolas, organizações sociais, centros culturais ou grupos juvenis.</p> <p>Orientação dos jovens agentes na execução, no monitoramento, no aperfeiçoamento e na avaliação dos seus planos de ação juvenis, por meio de ações articuladas de acompanhamento e capacitação, conduzidas por educadores, conforme as demandas do grupo:</p> <p><b>Tutoria:</b> <i>O educador de referência acompanham o dia-a-dia dos jovens na implantação dos seus planos de ação juvenis e os orientam em relação a conteúdos, técnicas e posturas, dando retornos constantes e provocando-os no sentido de refletir sobre sua própria atuação.</i></p> <p><b>Oficinas Sistemáticas:</b> <i>Encontros quinzenais coletivos conduzidos pelo educador para partilha de experiências e aprendizados e aprofundamento dos conhecimentos na área da comunicação para o desenvolvimento.</i></p> <p><b>Oficinas de Gestão:</b> <i>Formação modular conduzida pelo educador, com apoio da equipe de gestão da CIPÓ, para capacitação continuada em planejamento, monitoramento e avaliação, gestão de processos e pessoas e sustentabilidade.</i></p> <p><b>Oficinas Técnicas:</b> <i>Capacitações específicas conduzidas por educadores pontuais para aprofundamento das habilidades dos jovens nas áreas em que estiverem atuando: educomunicação (metodologias), produção de mídia (tecnologias), comunicação comunitária (técnicas), mobilização social (estratégias).</i></p> <p><b>Oportunidades Externas:</b> <i>Viabilização da participação dos jovens em congressos, seminários e oficinas promovidos por outras organizações sobre temas relacionados à</i></p>

QUADRO 1: Etapas, Ações e Módulos.

FONTE: Elaboração própria a partir de “Projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento” (PROJETO..., 2008).

Diferentemente do Cibersolidário, o projeto ACD previu uma ajuda de custo mensal para os jovens Agentes no valor de R\$ 120,00 na tentativa de reduzir a evasão gerada principalmente pela inserção no trabalho, uma demanda apresentada pela família para que o jovem contribua com o orçamento doméstico. A proposta era que a bolsa: pudesse viabilizar custos básicos necessários para garantir a sua participação na iniciativa; valorizasse o trabalho dos jovens; permitisse que a experiência pudesse ser caracterizada em seu currículo como

uma primeira experiência de trabalho remunerado; e facilitasse o processo de educação financeira, servindo como ponto de partida para que os jovens planejassem e gerissem a utilização dos recursos.

Para atuar no projeto foi prevista uma equipe formada por uma coordenadora (40 horas/semanais), que ficou responsável pela gestão, incluindo supervisão do processo educativo, administração dos recursos, integração da equipe, articulações internas e externas, acompanhamento e avaliação. A ela se somaram dois profissionais, moradores do Subúrbio: um educador de referência (40 horas/semanais), com a função de conduzir o processo educativo, acompanhar os jovens e monitorar a execução dos planos de ação juvenil, e uma articuladora comunitária (40 horas/semanais), responsável por apoiar o educador referência e criar ambiência na comunidade para o desenvolvimento dos planos de ação. Pontualmente, quatro educadores foram chamados por módulos para ministrar as capacitações específicas para o aprofundamento de habilidades de educomunicação (metodologias), produção de mídia (tecnologias), comunicação comunitária (técnicas) e articulação/ mobilização social (estratégias). Na sede da organização, foi disponibilizado um assistente administrativo-financeiro (40 horas/semanais), que apoiaria a execução dos recursos administrativo-financeiros e prestação de contas.

Com parcerias em nível governamental e local definidas, a Cipó acreditou que seu maior desafio seria garantir um processo formativo com mais qualidade que a edição piloto e alcançar os resultados pactuados com o Citi. No âmbito quantitativo foi previsto:

- 30 jovens formados como agentes de comunicação para o desenvolvimento;
- 16 ações experimentais de comunicação para o desenvolvimento realizadas com a participação de pelo menos 80 pessoas da comunidade;
- 06 planos de ação juvenil planejados, executados, monitorados, aperfeiçoados e avaliados pelas equipes de jovens agentes;
- 150 jovens multiplicadores capacitados pelos jovens agentes para co-promover ações de comunicação para o desenvolvimento nos centros de multimídia comunitária e/ou em escolas e organizações sociais da região, como parte dos seus planos de ação;
- 350 jovens mobilizados pelas ações de comunicação para o desenvolvimento co-promovidas pelos jovens agentes e multiplicadores;
- 30 projetos de vida e planejamentos financeiros individuais construídos;
- 04 articulações realizadas com outras iniciativas locais de comunicação para o desenvolvimento;

- 01 plano de sustentabilidade construído e iniciado;
- 01 mostra de ações e produtos de comunicação para o desenvolvimento realizada com a participação de pelo menos 300 pessoas da comunidade.

No nível qualitativo:

- Sistema de comunicação local fortalecido e contribuindo com a promoção do desenvolvimento;
- Jovens inserindo-se de forma qualificada no mundo do trabalho e participando efetivamente da promoção do desenvolvimento da região;
- População local acessando mais as tecnologias da comunicação para promover o seu próprio desenvolvimento e da sua comunidade;
- Jovens mais bem preparados para lidar com as questões financeiras.

Em médio prazo(13) a instituição esperava contribuir com:

- Elevação do índice de inclusão digital;
- Ampliação do capital social local;
- Ampliação da presença de jovens em instâncias de participação e promoção social.

A equipe do projeto e o corpo técnico da organização reconheciam o desafio e inclusive consideravam as metas ambiciosas para serem alcançadas em dois anos. O fato de estarem num contexto tão complexo como o do Subúrbio aumentavam as expectativas.

### **2.2.1 O Subúrbio Ferroviário de Salvador**

Rodeado pela Baía de Todos os Santos, o Subúrbio Ferroviário é um local de beleza geográfica e ambiental reconhecida, de uma história e cultura ricas, mas ainda assim não figura nos mapas turísticos de Salvador. Não só está “fora do mapa”, como também do Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano (PDDU). Considerado pela Prefeitura Municipal e pela Câmara de Vereadores como a principal ação de planejamento de políticas públicas para cidade e aprovado em 2008, o PDDU não traz referência de políticas para a região suburbana. Para Moreira (2009), “uma zona historicamente excluída e negada das fronteiras da cidade

---

13 Não foi quantificado em anos esse período no documento que apresenta o projeto.

como o *sub-urbano*, lugar onde se vivencia uma urbanidade de segunda categoria”.



FOTO 1: Vista do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

FONTE: Acervo da Cipó, 2006.

A região remonta à época em que a cidade abrigava a Colônia Portuguesa e era grande pólo escravista da América Latina. Possuía uma grande senzala e foi entreposto do tráfico de escravos para o interior do estado. Em 1875, quando uma ampla rede ferroviária passou a cortar toda a sua extensão, o território foi ocupado, principalmente por negros libertos e operários das fábricas têxteis que se instalaram na região, que foi palco de diversos episódios históricos ligados a movimentos de resistência – primeiro anti-escravagistas, como a Revolta dos Malês, exemplarmente punida e estancada em 1835, e depois de operários.

Com o surgimento da Avenida Suburbana, nos anos 70, muitas pessoas se agruparam e foram atraídas pela possibilidade de construir seu próprio bairro. A partir daí, a região do Subúrbio Ferroviário passou por um inchaço populacional desordenado, quando casas foram construídas em qualquer pedaço de terra e sem planejamento urbano. A “nova” arquitetura passou a se mesclar com os casarões e chácaras tradicionais dando origem a um aglomerado de bairros (10 deles são pontos de parada do trem e mais de uma dezena estão do lado oposto da Avenida Suburbana ou depois dela, como Fazenda Coutos) que reuniam uma

população de aproximadamente 257 mil habitantes<sup>14</sup>, considerando o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000. No imaginário de muitos que vivem no local é como se não fizessem parte da *urbis*. É muito comum os moradores dizerem “vou à cidade”, quando se referem ao deslocamento para locais situados próximos à orla de Salvador ou às áreas comerciais (“região do Iguatemi”, Comércio etc) onde estão concentrados importantes prédios, bancos, hospitais etc. Não é incomum também conhecer moradores da região que nunca visitaram pontos turísticos gratuitos, como o Mercado Modelo, por exemplo.

Responder “qual a origem dessa segregação?” seguramente preencheria muitas páginas de árduo trabalho de pesquisa. Conforme a geógrafa francesa Dabrowsky (2003, p.183) “a discriminação está na origem da segregação. A discriminação é sociológica e a segregação é geográfica”. Quando o Subúrbio é associado (e isso acontece com frequência nos meios de comunicação) a um lugar sujo, feio, violento, desumano, identifica-se um lugar discriminado, habitado por pessoas também discriminadas e marcadas como *seres impuros, pouco civilizados e desvalorizados* (ESPINHEIRA, 2004) “A convivência com o feio, com o sujo, com a deterioração ambiental e com a violência gera uma auto-desvalorização e, conseqüentemente, uma baixa solidariedade social”, escreveu o sociólogo baiano Gey Espinheira (2004).

Se por um lado, a explosão demográfica e o grande fluxo de migração das zonas rurais para a capital gerou um denso povoamento, por outro, logo depois entrou em processo contínuo de decadência com a transferência das fábricas para outras regiões da cidade. As poucas alternativas de trabalho e renda, aliada ao descaso dos poderes públicos para com a área, provocaram a degradação do Subúrbio, isolando-o do restante da cidade. Esta imagem estigmatizada do *sub-urbano*, na expressão cunhada por Moreira (2009) e reforçada pela mídia de massa, especialmente pelos programas policiaiscos, constroem os referenciais simbólicos da negação, da segregação e do atraso contidos nos discursos midiáticos em que a

---

14 Essa população agrega os moradores do Subúrbio Ferroviário, das Ilhas de Maré e dos Frades e correspondia a cerca de 10% da população de Salvador, capital do estado da Bahia, localizada na região Nordeste do Brasil, cuja população estava no mesmo período em aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, distribuídos em quase 707 km<sup>2</sup>. (Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador. PNUD, Fundação José Pinheiro e IPEA, São Paulo: 2001) A cidade é marcada pela má distribuição de renda e apresenta o maior contingente de população negra do país, com aproximadamente 81% da população declarando-se entre pardos (54,9%) e negros (26%), segundo PNAD de 2005. O Índice de Desenvolvimento Humano é 0,805, segundo PNUD/2009, porém a média esconde uma realidade de contrastes: em bairros de classe média alta, como o Caminho das Árvores, o IDH é 0,968, assemelhando-se a países como a Noruega. Em Fazenda Coutos, bairro de origem de parte dos jovens do projeto, o IDH é 0,659, mais baixo do que o de muitos países da África, como o Tajiquistão.



violência e a marginalidade são as únicas dimensões evidenciadas. Ou seja, nas disputas pela visibilidade das pautas sociais, o Subúrbio aparece na esfera pública apenas pela sua negação ou privação.

Essa *mediação* entre serviços públicos precários e o *populacho* é realizada pela comunicação de massa, desde que o cidadão se disponha a corresponder aos interesses da lógica mercadológica da audiência e às expectativas da visão hegemônica do *sub-urbano* proposta pela cidade. (MOREIRA, 2009).

Os programas televisivos de maior audiência a mantêm ao custo da espetacularização do crime, da marginalidade exótica e da pobreza sem esperança. Frente à ausência de serviços públicos e do próprio Estado, essa mesma mídia espetáculo se torna um dos únicos espaços públicos de representação, reivindicação e acesso rápido aos aparatos de cidadania.

Foi neste cenário intrincado que a Cipó decidiu atuar, colocando-se como parceira da comunidade e da Prefeitura Municipal de Salvador, entre 2006 e 2010, para implementação e manutenção de duas unidades do projeto Casa Brasil, uma em Plataforma e outra em Fazenda Coutos. Os espaços abrigaram a formação dos Agentes e se transformaram e ponto de apoio de outras ações da organização, que não vamos tratar nessa pesquisa.

#### 2.2.1.1 Primeira parada: Plataforma

Plataforma é um dos mais antigos bairros de Salvador, está situado à margem da Avenida Suburbana e é cercado por um lado pela orla marítima da Baía de Todos os Santos e, do outro lado, pelo Parque São Bartolomeu, tombado pelo patrimônio histórico da humanidade e considerado local sagrado para os adeptos do Candomblé. O bairro foi uma aldeia jesuítica, em 1558, chamada Aldeia de São João, constituída por índios tupinambás. Com cerca de 4.000 índios, abrigava o Engenho São João e foi palco do primeiro sermão público em favor dos escravos negros feito pelo Padre Antonio Vieira.

Com a construção da Estação de Trem Almeida Brandão, os moradores foram beneficiados com serviços que incluíam mercadorias que vinham do interior para abastecer a feira local, a iluminação elétrica, o transporte e a instalação da Fábrica Têxtil São Brás (Fatbrás), em 1860, pela família Martins Catharino. A Fábrica fez surgir uma pequena vila operária formada pelas modestas casas pertencentes aos donos das terras, que as disponibilizavam para os funcionários, em sua maioria imigrantes. A fábrica de tecidos



desempenhou um papel importante na produção têxtil da Bahia e marcou a história do bairro de Plataforma, remetendo seus moradores a um passado de glória e nostalgia até os dias atuais.

A sua desativação, após a Segunda Guerra, devido ao aumento da concorrência mundial e a chegada das fibras sintéticas ao mercado, não marcou apenas o fim de uma era na história da industrialização na Bahia; representou também o fim de um capítulo na história do operariado baiano. Despedida em massa, a grande maioria dos trabalhadores – as mulheres principalmente – não foi absorvida pela “nova” indústria, deixando de participar da esfera da produção, provocando a estagnação local. Mesmo depois de tantos anos, as seqüelas do modelo desenvolvimentista proposto continuam interferindo na vida de Plataforma. As terras locais ainda são consideradas de propriedade da família Catharino, e por conta disso parte dos moradores é obrigada a pagar uma taxa anual pela utilização do solo, mesmo aqueles que moram em casas próprias, pois ainda são considerados inquilinos. A solução para uma disputa judicial antiga é uma das reivindicações da Associação de Moradores de Plataforma (AMPLA).

A Associação tem mais de 30 anos de atuação e foi uma das pioneiras da capital baiana na representação comunitária. Ajudou a criar a Federação das Associações de Bairro de Salvador (FABS) e articulou as primeiras manifestações a reclamar melhorias das condições de vida do Subúrbio Ferroviário. O passar do tempo, o desgaste dos embates políticos, a diminuição das mobilizações comunitárias e a falta de renovação no quadro de lideranças impactaram na atuação da AMPLA, que tem buscado novos horizontes de intervenção e de legitimação junto às novas gerações que não viveram os anos de efervescência. Uma das tentativas de reavivar a sede e atrair os jovens foi a implantação de uma das unidades da Casa Brasil. Após uma intermediação da Cipó, a Associação aceitou formalizar a parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador e ceder parte da sua sede, construída em mutirão, para abrigar o projeto.

Com mais de 20 mil habitantes, metade da população de Plataforma tem no máximo 24 anos. Convivem com uma realidade em que o acesso a direitos como educação e ao trabalho é quase um privilégio. Apenas 35% dos habitantes têm escolaridade mínima, sendo que 0,4% completaram o ensino superior. A taxa de desemprego é de quase 50% (em toda a capital baiana esse índice é de 16%, já considerada uma das taxas mais altas do país). Faltam equipamentos de lazer (o único cine-teatro estava desativado há 20 anos e foi reativado em 2007), apenas 3% tinham acesso à tecnologia digital, como Internet, em 2003, segundo Comitê pela Democratização da Informação (CDI).

### 2.2.1.2 Segunda parada: Fazenda Coutos

A construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, do Centro Industrial de Aratu e das grandes avenidas, como a Suburbana e a Paralela, abriram caminhos para uma nova explosão demográfica e ocupação urbana não planejada em toda cidade através de ondas populacionais aceleradas, conflituosas e plurais, fruto da migração procedente das zonas agrícolas afetadas pela mecanização do campo, do crescimento desordenado e também da expulsão dos antigos moradores das novas áreas “nobres”. E o Subúrbio Ferroviário foi muito atingido por esses fatores. As condições de miserabilidade na região ficou mundialmente conhecida no drama de Alagados, com suas palafitas na maré. A música *Alagados*, do grupo de rock brasileiro Paralamas do Sucesso denunciava a realidade do local onde as pessoas, segundo a canção, detêm “a arte de viver da fé; só não se sabe fé em quê”.

Fundado há 25 anos, o bairro surge do conflito de terras gerado pela especulação imobiliária na Avenida Paralela, o que desencadeou a transferência de famílias sem-teto que buscavam moradia na conhecida *favela* das Malvinas. O nome da ocupação era inspirado no evento histórico da guerra entre Argentina e Inglaterra e fazia referência aos embates dos moradores com a Prefeitura de Salvador e os *donos da terra* (as construtoras). Na época, depois de muitas reuniões, todos os moradores das Malvinas foram transferidos para a região suburbana. Este novo local passou a se chamar Conjunto Habitacional Colinas das Malvinas, que mais tarde ganhou o nome de Conjunto Habitacional Final Feliz, dado pela Prefeitura. Este nome, no entanto, não foi aprovado pelos moradores, que mudaram para Fazenda Coutos.

Os relatos dos moradores revelam uma história de luta e sofrimento. Os pioneiros tiveram um dia para construir seus barracos no meio do matagal, local sem água, luz, esgoto, escola ou transporte. Atualmente, parte da comunidade tem acesso a alguns dos direitos básicos, fruto das reivindicações dos primeiros moradores, que começaram organizando uma fila para gerir a água do único chafariz que os abastecia nas madrugadas. Em 1984, algumas lideranças locais reuniram-se para criar a “visão de comunidade ano 2000”. Uma espécie de plano de metas que elegia diversas prioridades para Fazenda Coutos tais como: linhas de ônibus, centro médico, infra-estrutura, escolas de ensino fundamental e médio, uma Rádio Comunitária, entre outras.

As urgências são muitas e bastou o anúncio da implantação da unidade da Casa Brasil, em 2005, para que ocorresse uma ampla mobilização comunitária. A unidade foi montada na Casa do Trabalhador, um espaço mantido pela Prefeitura e que estava degradado

antes da reforma para instalação do centro comunitário de multimídia. Foi neste espaço e na sede da Ampla que aconteceu grande parte da formação dos Agentes.

### **2.2.2 Características do Público Participante**

O público participante do projeto, como descrito anteriormente, foi formado por adolescentes e jovens, moradores do Subúrbio, sendo que para o núcleo central foram selecionadas 15 mulheres e 15 homens, em sua maioria negros. Os 30 agentes passaram por um processo seletivo dividido em duas fases principais: Inscrição e Ação Educativa. Foram inscritos 200 jovens, em junho de 2008, entre os quais foram selecionados 80 para participarem da Ação Educativa, que consistiu na realização de dinâmicas de grupo e atividades individuais, que permitem melhor avaliação do perfil dos jovens, sua atuação em coletivo, a escrita, análise crítica, criatividade, liderança, entre outros fatores.

Dos 80 selecionados para a Ação Educativa, 70 participaram do processo e destes 30 foram selecionados para compor a turma do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento. Entre os critérios de seleção mais subjetivos estavam a capacidade de liderança, facilidade de trabalhar em grupo, criatividade, experiência com ações comunitárias, experiência com tecnologias da informação e da comunicação, clareza nos textos e habilidades de expressão. Buscou-se a equidade de gênero e etnia, este último mais difícil, pois a população do Subúrbio é principalmente negra.

Os 250 jovens que participaram da etapa de implantação dos Planos de Ação, em 2009, também eram alunos de escolas públicas, oriundos de famílias de baixa renda, moradores de diversos bairros do Subúrbio Ferroviário, com idade entre 14 e 21 anos. O grupo mobilizado por meio das atividades realizadas, cerca de 900 pessoas, incluiu prioritariamente o público adolescente e jovem.

#### **2.2.2.1 Recorte da realidade do jovem morador do Subúrbio**

Muitos dos jovens que vivem na região abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho. Outros tantos estão sempre em busca de alternativas que preencham o tempo ocioso, especialmente o turno oposto a escola, pois em geral os bairros não oferecem opções de lazer, esporte ou qualificação. Muitos se engajam nos grupos culturais ou cultos religiosos. Aqueles que não se envolvem com nenhuma das duas opções tornam-se alvo preferido do narcotráfico, que assedia continuamente esse público com promessas de dinheiro

“rápido” e “fácil”.

Assim como em outras regiões de Salvador, o Subúrbio possui índices alarmantes de violência<sup>15</sup>. Segundo o Relatório Rastro da Violência em Salvador - produzido pelo Fórum Comunitário de Combate a Violência (FCCV), iniciativa gerenciada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) que agrega organismos acadêmicos, civis e comunitários para monitoramento e análise da violência em Salvador - a violência é um problema de saúde pública na cidade, pois figura como principal causa de morte, atingindo principalmente regiões como o Subúrbio.

Dados da Secretaria de Segurança Pública demonstram que, em 2006, 1.223 pessoas foram assassinadas na Região Metropolitana de Salvador. Em 2007, o número cresceu para 1.665, e, em 2008, eram 2.189. Um incremento de 56% em dois anos. Entre as primeiras horas de 2009 e o dia 05 de janeiro, já eram mais 50 homicídios. As vítimas são em sua maioria negros, pobres e moradores da periferia (JORNAL A TARDE, 06 jan. 2009, p.A4). O crescimento da violência na Bahia foi tema de reportagem na edição do Jornal Nacional exibido durante a noite de 7 de fevereiro de 2011. Segundo o texto, nos últimos quatro anos, o número de homicídios cresceu 50% na Bahia e a taxa de homicídios em Salvador - 61 por 100 mil habitantes - ficou cinco vezes maior da que a ONU estabelece como limite para grandes cidades: 12 por 100 mil. Os números no estado também são altos: 36 por 100 mil habitantes.

O FCCV (PESQUISA..., 2010) denuncia que historicamente de todos os homicídios registrados 67,4% dos mortos têm entre 15 e 39 anos; 68,5% estudaram só o primeiro grau da educação básica e oito de cada dez residiam em bairros como os do Subúrbio Ferroviário. Agregue-se a esse cenário a *Taxa de Mistério*, em que 93% das mortes não têm conhecimento oficial da autoria (ESPINHEIRA, 2004).

A soma de todos estes índices converteu a cidade entre as mais violentas do país. Para o Fórum, a situação revela “um processo sistemático de extermínio das novas gerações de negros pobres, que ocorre diária e silenciosamente, sem despertar nenhuma reação da cidade e de seus governantes”. “Eles são o ápice da negação *sub-urbana*, que se manifesta em toda sua crueldade e plenitude na ação dos grupos de extermínio, na repressão policial arbitrária e na explosão do tráfico de drogas com seus episódios de zonas de guerra” (MOREIRA, 2009).

---

15 Por violência estamos chamando qualquer ação intencional realizada por um indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais. Também podendo ser entendida como uma construção política, decorrente do jogo de interesses em confronto na vida social (ESPINHEIRA, 2000).

A questão é que enquanto participantes dos inúmeros programas de educação para a cidadania surgidos nos últimos anos, jovens de diferentes idades e condições socioeconômicas foram estimulados e preparados para atuar em organizações e iniciativas de caráter social e/ou comunitário. Mais recentemente, alguns desses indivíduos e grupos também têm sido convocados a participar de articulações que buscam realizar esforços mais consistentes no sentido de garantir a participação dessa faixa etária na elaboração e no monitoramento de políticas, principalmente aquelas que afetam suas vidas, como é o caso dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Juventude.

Esta geração estará influenciando os resultados da luta contra a pobreza nos próximos 50 anos. Portanto, investir no capital humano nessa faixa etária pode significar um importante bônus demográfico. Outras razões para o investimento na juventude relacionam-se aos aspectos intergeracionais, uma vez que as transformações produzidas nos jovens de hoje repercutem agora, no futuro próximo e nas gerações seguintes, favorecendo a quebra do ciclo da pobreza e das desigualdades sociais. Esse público também representa um ativo estratégico importante, pois carrega características que favorecem a constituição de novas lideranças capazes de transformação social, como vontade de aprender, disposição, ousadia e criatividade (ROCHA, 2007).

Apesar de todas essas experiências, a sociedade brasileira ainda percebe os jovens mais como problema ou destinatário, do que como co-promotor de ações e soluções. Poucos são os fóruns do governo e/ou da sociedade civil em que a sua presença é formalizada ou mesmo permitida. Para que as políticas se efetivem de forma democrática, é preciso reconhecer que os jovens são atores importantes nesse processo e plenamente capazes de participar da vida social e política, desde que as oportunidades lhes sejam apresentadas. Dessa forma se podem criar condições para subverter a teoria sociologia que foca a juventude como um problema social específico (ESPINHEIRA, 2006, p. 54).

Apresentados de forma resumida, o trabalho da Cipó, do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento e o seu contexto de atuação, o sub-capítulo a seguir traz um pouco do histórico de atuação da ALER.

### 2.3 A ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE EDUCACIÓN RADIOFÓNICA (ALER)

A ALER, organização visitada durante a etapa da Residência Social, entre maio de junho de 2010, foi criada em 1972 e inicialmente reunia 18 rádios da igreja católica com o objetivo de alfabetizar principalmente os camponeses. O trabalho foi inspirado, entre outras

experiências, na Radioescuela Sutatenza, criada por padres jesuítas na cidade de Sutatenza, Colômbia, no final da década de 40. Estes párocos criaram aparatos radiofônicos de pilhas com uma só estação e em alguns anos havia receptores da Rádioescuela Sutatenza por várias cidades do país, promovendo uma experiência emblemática(16) na promoção da educação popular. O Padre jesuíta Jaime Salazar(17) conta que o padre Joaquín Salcedo foi o idealizador do plano de educação para a alfabetização divulgado por rádio que incluía igualmente a evangelização, práticas agrárias e saúde.

À proposta de alfabetização à distância da ALER logo se incorporou estratégias de fortalecimento da organização popular para redução da situação de pobreza em que vivia (e ainda vive) muitos países da América Latina. A radicalização de alguns setores da igreja, que se unia em muitos países aos partidos esquerdistas, fez com que a ALER somasse ao seu caráter educativo, e intrinsecamente popular, um modelo participativo, claramente opositivo aos regimes ditatoriais, com o objetivo de democratizar o microfone nas mais recônditas áreas rurais e entre os pobres e excluídos da zona urbana, transformando a ALER numa referência em termos de rádio popular, alternativa, educativa e comunitária.

El cambio de ALER también se dio en su constitución. De ser, en la práctica una asociación de radios "de inspiración católica - cristiana", pasó a ser una de radios "de inspiración cristiana y/o humanista", con lo cual acogió a instituciones no necesariamente ligadas a proyectos de la iglesia. Desde entonces, empezaron a participar en la asociación radios comunitarias que se habían desarrollado en varios países de América Latina, cuyos objetivos coincidían con los de ALER en la búsqueda de construir sociedades más justas y dignas(18)

As especificidades e os princípios norteadores de processos de comunicação popular - também denominada de alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos (PERUZZO, 2008, p. 47) – se constroem nesse momento

---

16 Outra experiência muito importante foi desenvolvida pelas Rádios Mineiras da Bolívia, organizadas por sindicatos com o objetivo de promover o direito da classe trabalhadora. Elas cumpriram durante muitos anos uma função educativa e política contra as rádios comerciais e as autoridades (AMARC-ALC, 2004, p. 39). Estas rádios eram administradas e mantidas com recursos da comunidade de radio escutas. A primeira delas nasceu em 1953, na mina Século XX e se chamava Rádio La Voz de Los Mineros (GUGLIELMONE apud AMARANTE, 2009, p.5), seguida de outras que constituíram não apenas experiências políticas, mas que aglutinavam também a comunidade em torno de alternativas socioculturais e desportivas.

17 Diretor da Rádio 1430, localizada em Bogotá. Entrevista realizada em: 08 de junho, na cidade de Bogotá.

18 Disponível em: [www.aler.org](http://www.aler.org). Acesso em: 13 maio 2010.

histórico e vão inspirar posteriormente organizações como a Cipó, que nascem no final da década 90 em um contexto muito distinto. Apesar de se apropriarem desses conceitos, muitas experiências apresentam especificidades, mas em sua origem carregam o sentido político (o que não ocorre em todos os casos) das experiências iniciais, ou seja: “o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (PERUZZO, 2008, p.47).

Esses princípios se apresentam de alguma forma na missão da ALER: “trabalhar, junto a outros atores sociais, pela democratização das comunicações, pelo desenvolvimento humano sustentável e pela construção de sociedades com maior justiça, maior equidade e mais democracia”(19). A instituição – assim como outras de grande envergadura e anos de atuação, com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC)(20) – atua há décadas pela promoção de avanços na democratização da comunicação, como mecanismo para fortalecimento do exercício democrático, buscando adequar-se aos novos contextos, já que os avanços nas políticas de comunicação na América Latina são pequenos, apesar de os resultados desses movimentos começarem a aparecer em meados do ano 2000, como veremos no capítulo 5.

Atualmente, a ALER reúne 120 instituições de 17 países, sendo que 10 delas são Coordenadoras Nacionais (CNs) - estações terrestres de transmissão e recepção com capacidade de distribuição da produção radiofônica em tempo real para todas as associadas. Há ainda 300 pontos com receptores do sinal de satélite da ALER, com uma cobertura que abarca a América do Sul, América Central, Caribe e o sul da América do Norte, com uma audiência potencial estimada de 50 milhões de habitantes. Toda programação via satélite conta com tecnologia *audiostreaming* que, através da Internet, chega a todo o mundo. A programação de satélite está disponível 24 horas e é atualizada na internet de segunda a domingo. Como é possível perceber, a ALER não é um conjunto de rádios, mas uma plataforma que atualmente distribui produção radiofônica (com planos de ampliar as

---

19 Disponível em: [www.aler.org](http://www.aler.org). Acesso em: 13 maio 2010.

20 A AMARC configura-se como uma organização de coordenação, cooperação, consulta, intercâmbio e promoção das rádios comunitárias e surgiu a partir de um encontro, promovido pela ONU, de 600 radialistas de 36 países, em Montreal, no Ano Internacional das Comunicações. Desde então, é reconhecida como Organismo Não-Governamental Internacional, de caráter laico e sem fins lucrativos. Atualmente, conta com 3000 entidades associadas de 110 países. Apenas na América Latina o movimento AMARC-ALC, reúne 450 rádios e centros de comunicação, cujo objetivo é promover a democracia na comunicação para favorecer a liberdade de expressão e contribuir para e com o desenvolvimento igualitário e sustentável das sociedades. (AMARANTE, 2009, p.6).

linguagens), que provê de insumos as suas sócias e cujo site serve de vitrine para mostrar ao mundo o que suas associadas produzem.

## Estaciones Terrenas

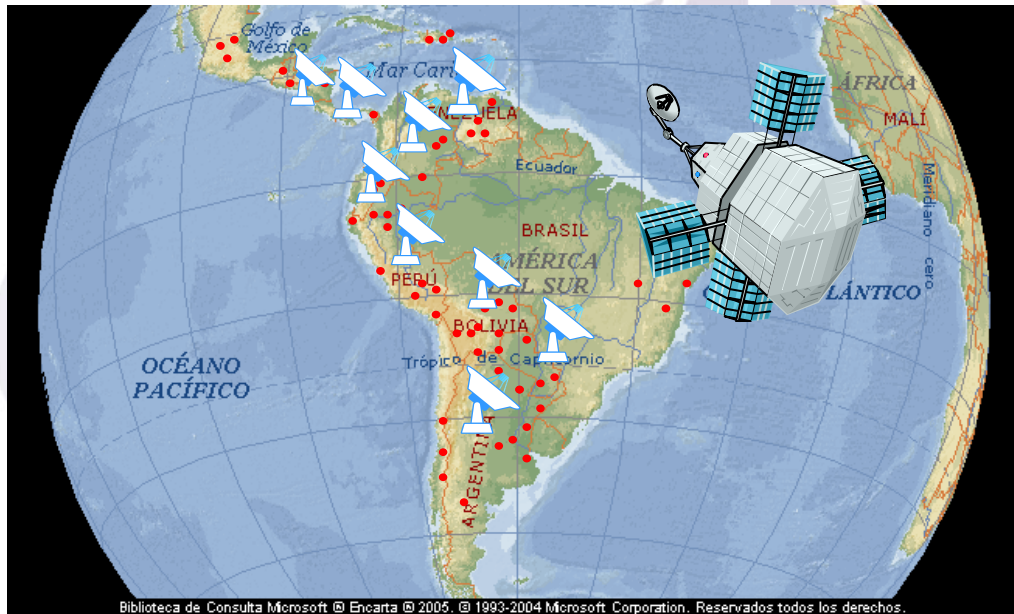


ILUSTRAÇÃO 1: Estaciones terrenas.

FONTE: ALER, 2010.

As Coordenadoras Nacionais foram criadas quando a ALER decidiu empreender pesquisas e recursos na criação do Sistema Intercontinental de Comunicação Radiofônica (SICR), consolidado em 2000. Essa estratégia é baseada em uma infra-estrutura de satélite e informatizada que permite cobertura continental imediata. Em menos de dez anos, o sistema de distribuição de conteúdo por fita cassete migra para o satélite, impactando não apenas a área tecnológica, mas o modo de trabalhar e atuar da ALER, que passou a ter como principais linhas estratégicas: Projeto Político Comunicativo (PPC), Sustentabilidade Econômica, Social e Organizativa (SESO), Formação-Pesquisa, Políticas Públicas e o SICR, apresentado anteriormente.

O PPC é uma metodologia de reflexão desenvolvida pela ALER que busca contribuir para que cada rádio associada reflita sua identidade, os seus projetos e renovem sua atuação em torno de quatro eixos: estética, sustentabilidade, produção de sentidos e incidência. Toda associada é estimulada a desenvolver seu Projeto, atualizá-lo de forma sistemática e tê-lo como uma bússola para definição da sua atuação. Nesse sentido, a SESO é



uma espécie de continuidade desse processo. Essa linha de atuação prevê apoio para que as rádios possam se desenvolver como interlocutores reconhecidos e influentes em suas localidades e região, assim como construir alternativas próprias para gestão de recursos.

Através do trabalho de Formação e Pesquisa, a ALER impulsiona processos de geração de conhecimento sobre comunicação democrática, pesquisa e formação nas rádios populares a partir de uma visão educomunicativa das suas experiências. Desde 2003, a Equipe Latinoamericana de Formação (ELFO) contribui com essas atividades. Uma das mais novas experimentações da ALER está na área de produção audiovisual através do La Mirona. O projeto, criado em 2007, reflete a preocupação da organização em trabalhar com outras plataformas, uma necessidade diante da convergência de mídias para plataformas digitais. Outra linha estratégica é a de Políticas Públicas, que reuni as ações de apoio a processo de democratização das comunicações a partir do enfoque da comunicação como um direito e um bem público, por meio de estratégias de incidência em políticas de acesso, regulação e uso dos meios, transparência e governabilidade.

Esse novo modo de atuar, de forma mais integrada e em tempo real, conduziu a ALER a rever também sua forma de se relacionar com as associadas. O PPC revelou novas demandas por parte das rádios, que trouxeram sujeitos, temas e realidades que estavam de fora ou pouco retratadas pela ALER. A criação de redes foi encampada como uma estratégia capaz de fortalecer a articulação entre as associadas por áreas de interesse, gerando também mais condições de produção radiofônica conjunta.

(...) Era preciso dinamizar a participação dentro da associação como desafio de fortalecimento organizativo. A proposta é que todas sócias tenham espaço para refletir seus interesses, aportar, discutir o tema da sua agenda. Então, elas podem participar de redes por temas, sujeitos ou territorial. E isso foi ratificado pela assembléia como uma estratégia de desenvolvimento do Projeto Político Comunicativo (...) do qual emerge o debate sobre desenvolvimento dentro dos países. (Nelsy Lizarazo, secretária executiva da ALER)(21).

Atualmente, 14 redes estão em funcionamento. São elas: a) Rede Informativa Continental, que agrega 90 co-responsáveis pela produção diária do informativo *Contacto Sur* e do informativo semanal *Ronda Informativa Latino-americana*. O *Contacto Sur*, o mais importante produzido pela ALER, vai ao ar em três edições (7h, 12h e 16h, cada um com 15 minutos). Todos os programas têm caráter informativo, sendo que o de meio dia é mais

---

21 Entrevista concedida em: 16 de junho de 2010, na sede da ALER, em Quito (Equador).

analítico e foca em temas que estão em evidência na América Latina. Há ainda outros programas como *Migração e Comunicação* e *Boas Novas, Boas, Ondas*; b) Rede de Evangelização, que transmite um programa de rádio semanal de evangelização; c) Rede Kiechwa via Satélite, formada por povos andinos, reúne 35 produtores do Peru, Bolívia e Equador que fazem programas nas línguas dos povos indígenas desses países; d) Rede Intercultural Amazônica de Rádios, que está presente em seis países da região e reúne 24 emissoras com produção focada em desenvolvimento, meio ambiente e questões de gênero; e) Rede de Comunicação e Educação, com 10 especialistas que fomentam processos educativos através da comunicação; f) Rede Latino-Americana de Marketing, integrada por representantes das 10 Coordenadoras Nacionais, é responsável por contribuir com o fortalecimento das rádios; g) Programa Ritmo Sul, projeto orientado para fortalecer as competências das rádios, em parceria com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC); h) Rede de Comunicação e Migração, com 10 comunicadores que fomentam a produção de campanhas radiofônicas continentais e programas semanais sobre o tema; i) Rede Indígena Latino Americana, que reúne outras 10 redes de comunicadores indígenas para promoção da articulação dos povos originários da América Latina; j) Rede de Suporte Tecnológico, que atua na pesquisa e experimentação em novas tecnologias de informação e comunicação; l) Rede de Formadores em Comunicação (ou Equipe Latino Americana de Formação – ELFO), dedicada à produção de conhecimento; m) Rede de Políticas Públicas, com 10 integrantes de diferentes países, tem foco na incidência em espaços de discussão de políticas públicas para área de comunicação; n) Rede de Comunicação e Desenvolvimento, responsável por articular processos nacionais de reflexão sobre a comunicação como um processo de transformação social, cultural e econômico; e o) Rede de Jovens, formada em 2009, com intuito de promover uma maior participação dos jovens nas associadas da ALER. Eles produzem semanalmente o programa Mochileiros.

A Rede Intercultural Amazônica de Rádios é única que reúne rádios brasileiras. Segundo os entrevistados, foram feitas várias tentativas por parte da ALER de se aproximar do Brasil, o que aconteceu em alguns momentos com rádios do Nordeste, mas o trabalho não avançou por conta da barreira do idioma e da dificuldade da organização de atuar em todas as regiões do país dada suas dimensões. Há três anos, a Associação conseguiu firmar parceria dentro da região Amazônia com 15 rádios, algumas delas brasileiras, que fazem produção diária veiculada por satélite. Uma vez que esse trabalho avance, a ALER retomará o trabalho no Nordeste do País, “mas é preciso que se deseje que ALER possa contribuir”, afirmou Nelsy Lizarazo.

Em termos de sustentabilidade financeira, a ALER tem como fonte básica de investimento a cooperação internacional, principalmente as agências européias. Há poucos anos, a sazonalidade dos aportes fez com que a organização buscasse alternativas por meio de fundos concursáveis e através da venda de difusão, produção, campanha sociais para divulgação em todos os continentes, sem que tivesse alcançado “mais autonomia, mais sustentabilidade e menos dependência da cooperação internacional”, como afirma a secretária executiva da ALER, Nelsy Lizarazo. E completa:

(...) Sempre estivemos mais próximas da Europa, mais que dos Estados Unidos, seguramente por questões políticas. (...) Vivemos momentos que são melhores ou piores, como se movem os contextos internacionais e como se vai movendo as políticas de cooperação e desenvolvimento. Uma época apóia processos populares e organizativos e aí entra ALER, não necessariamente pela comunicação. A comunicação não é um campo de prioridade estratégica nem para as políticas de desenvolvimento, nem para a cooperação para o desenvolvimento, principalmente este tipo de comunicação. A comunicação é sempre vista como etérea, não lhes parece óbvio. Então, temos que atrelar muito ao educativo porque o educativo é mais claro para busca de recursos e o articulamos muito a processos de corte regional.

Ela afirmou que o fato de a ALER não ser um projeto local e nem nacional, oferece uma dificuldade adicional que é imposta pela lógica pragmática da cooperação. “Nós temos como mostrar muitos resultados, mas nem sempre são tão tangíveis como gosta a cooperação. Ao fazer comunicação, estamos lidando com as disputas que se dão no mundo simbólico. Então, que indicadores mostrar para cooperação? É difícil mostrar essas coisas”. Se por um lado a capilaridade da ALER e o tema comunicação são um desafio na mobilização de recursos, por outro, é o que fortalece a organização em outras dimensões da sustentabilidade (social, política, institucional). Afinal, articular 120 organizações de 17 países requer um trabalho de gestão complexo e que demonstra uma maturidade institucional condizente com os 38 anos de atuação (2010). Conhecer alguns dos nós dessa rede é o que faremos a seguir.

### **2.3.1 As associadas: pontos que fortalecem a rede**

Durante a Residência Social, foi possível conhecer 10 associadas<sup>(22)</sup> da ALER, entre elas três Coordenadoras Nacionais: Rede A Sonora (Colômbia), Coordenadora de Radio

---

22 Na Venezuela: Rádios Fé e Alegria Caracas (1390 AM), Paraguaipoa (92.3 FM) e Maracaibo (850 AM) e Rádio Latacunga. Na Colômbia: Grupo ComunicArte e Rádio 1430. No Equador: Rádio IRFA. Além das três Coordenadoras citadas no texto acima.

Popular Educativa do Equador (Corape) e o Instituto Radiofônico Fé e Alegria (Venezuela).

A (Corape), criada em 1988, nasceu com forte posicionamento político e foco no investimento em capacitação dos recursos humanos das emissoras. Sua fundação contou com um amplo estímulo da ALER, que avaliou a necessidade de criação de uma associação das rádios do Equador. A Corape foi criada por filiadas da ALER, como Rádio Latacunga, Escola Radiofônica Popular do Equador, Rádio Antena Livre, Centro de Educação Popular, Rádios IRFA, entre outras, que formaram o primeiro núcleo. Após passar por uma crise, em 2000, motivada por um diretório pouco forte e uma secretaria executiva muito centrada em Quito, as sócias deram início a um resgate do conceito de associatividade que originou o trabalho.

A Corape tem como principal objetivo promover a comunicação comunitária e tem como missão: “garantir diversidade de vozes, pluralidade e uma democracia real no país”. Atualmente, tem uma forte atuação na área de incidência política e faz parte do grupo que está discutindo a criação da nova Lei de Comunicação do Equador. Formada por 33 sócias, a Coordenadora é a maior do Equador nessa área e reúne as principais rádios de cunho educativo, comunitário e popular do país. Entre elas, a Rádio Latacunga - uma das fundadoras da Corape e uma antiga associada da ALER.

A Rádio Latacunga tem uma emissora AM, fundada em 1981, e outra FM, que iniciou as atividades em 1991. Considerada uma das rádios mais influentes do Equador, a Latacunga AM nasceu para apoiar o movimento indígena da região de Cotopaxi e promover educação formal e a evangelização indígena. Ligada à Diocese de Latacunga, sempre se definiu como uma rádio participativa (“que não é feita a partir do microfone, mas a partir das pessoas”). Com alcance na área rural, seu foco sempre foi os campesinos e os povos indígenas e para chegar até eles desenvolveu algumas estratégias, como as unidades móveis de rádio. Uma das experiências mais importantes foram as *Cabines de Gravação*, que eram levadas para as comunidades, onde estavam os repórteres populares que faziam os programas direto das associações e escolas. Na época, a Rádio fazia formação de repórteres populares e a comunidade era responsável pelas cabines de gravação. Atualmente, existem duas funcionando e a produção chega em CD. Os programas são feitos por indígenas formados pela Rádio, em sua própria língua: o kichwa, falada por cerca de 33% da população indígena de Cotopaxi.

Os jesuítas iniciaram uma etapa de evangelização ainda na década de 70 e começaram a formar professores indígenas. Todo esse processo de educação funcionou e gerou uma ampla organização indígena em Cotopaxi, com formação de líderes. Todo esse processo é parte da evangelização, que não tem apenas o foco doutrinário. O povo indígena - por sua condição de marginalidade, de não reconhecimento de sua cultura, de não inserção na sociedade - motivou a igreja a esse trabalho de promoção humana. Com isso, nasce a necessidade de ter um meio de comunicação que fortaleça os processos de educação indígena, que favoreça a organização e que também sirva à evangelização. Decidiu-se colocar uma rádio na Diocese de Latacunga. Uma rádio que não fosse só a voz da igreja católica, mas que nascesse com a proposta de dar voz a um povo em marcha. Não seria uma emissora doutrinária. Nos construímos como uma emissora popular, comunitária e participativa. Fazemos um programa educativo e informativo. Informativo do que acontece nas comunidades e educativo dentro dos valores da cultura dessas comunidades, das suas formas de se organizar e produzir”. (Eduardo Guerrero, presidente da Rádio Latacunga)(23).

A Latacunga FM é um projeto complementar à AM com alcance no setor urbano e voltada ao público jovem, para o qual oferece uma programação focada na “educação em valores”. Um dos seus principais objetivos é levantar recursos para manter a emissora AM, que não tem apelo comercial, mas é o motivo de existência do trabalho. O conhecimento nesse tipo de produção permitiu à Rádio Latacunga ser a primeira sede da Rede Kiechwa via Satélite, fundada em 1997 pela ALER. A Rede reúne todas as contribuições das rádios kichwas e quechuas (dialetos muito semelhantes, do qual resulta o nome da Rede) no Equador, Venezuela e Bolívia.

A relação com igreja católica, que vamos encontrar em outras organizações da ALER, é sempre apresentada de forma naturalizada, como algo que por si não gera qualquer tipo de desconforto ou censura. Entretanto, nas entrelinhas de muitas das entrevistas pudemos perceber os pontos delicados dessa relação, que incluem desde o “cuidado” na abordagem de algumas temáticas, direção pouco flexível de padres católicos em algumas rádios associadas, reserva de espaço na grade de programação para evangelização (que todos fazem questão de afirmar que não é doutrinário) até outras características que vão variar de acordo com as instituições. Um produtor de uma das rádios visitadas, por exemplo, afirmou que “(...) não há censura. Mas, sabemos que não podemos colocar rock pesado”. Outro falou dos cuidados que são necessários para tocar em temas como aborto.

Essa restrição editorial parece não interferir no posicionamento político diante dos governos e partidos, especialmente no que se refere às pautas da educação, comunicação, direitos humanos e desenvolvimento. Foram muitos os relatos de momentos políticos

---

23 Entrevista concedida em 17 de junho de 2010, na sede da Rádio, em Latacunga (Equador).

delicados que as rádios tiveram papel protagonista na visibilização dos temas e também de autonomia dentro da própria ALER. Um dos exemplos ocorreu durante a Residência Social, em Bogotá, quando houve a divulgação pela ALER de possíveis fraudes nas eleições para presidente da Colômbia. A informação não foi produzida pela rede La Sonora, Coordenadora Nacional no país, ou mesmo pela 14.30AM (Bogotá), e gerou um melindre entre a direção da Rádio 14.30 (antiga Emissora Kennedy), responsável pela presidência da La Sonora, pois eles consideraram o posicionamento precipitado, já que não existiam provas que subsidiassem as acusações.

Esse posicionamento da ALER nos deu algumas dores de cabeça. (...) Esse tipo de abordagem não se aplica na Colômbia, como no Equador e na Venezuela, onde os partidos e a política estão mais voltados à esquerda. Refletimos todos da emissora com o grupo da ALER sobre o contexto do nosso país. (...) Fizeram uma pesquisa sobre audiência da ALER na Colômbia. Poucas pessoas se interessam pelo conteúdo. Mantemos a veiculação, mas apontamos a necessidade de uma cobertura mais ao centro, com mais música e menos política. (...) O (informativo) Contacto Sur deveria estar com audiência grande, mas não estava. Não há conciliação de interesses entre todos os países e o que pode estar atrativo para um país, pode não estar para outro. (...) Também é importante abordar boas notícias, temas positivos. Os programas deveriam ter formatos mais dinâmicos, mais recursos sonoros, notícias em contextos diferenciados (Carlos Molano Gómez, gerente da Rádio 14.30)(24).

Esse episódio ilustra situações que acontecem, segundo os próprios entrevistados, com pouca frequência, já que na maioria das vezes a produção em rede fortalece as programações. Entretanto, a crítica à repetição dos programas e seu formato foi feita em diferentes contextos. Ainda assim, todas as associadas demonstraram interesse em continuar a fazer parte da ALER, contribuir com as reformulações e atuar em nome do trabalho que é promovido pela Associação.

Durante a visita a Rádio 14.30, em Bogotá, foi possível observar de perto uma rádio com forte influência da igreja. Dirigida pelo padre jesuíta Jaime Salazar, a Rádio pertence à Associação A Voz de Maria(25), que é formada por um grupo de católicos em âmbito civil e da qual padre Salazar é também presidente. A Emissora, com 55 anos de fundada, teve por 36

---

24 Entrevista concedida em 14 de junho de 2010, na sede da Rádio 14.30, em Bogotá.

25 O “braço civil” da Companhia de Jesus<sup>25</sup> (jesuíta) tem mais de 100 emissoras de rádio e tevê, revistas e jornais na América Latina. Isto porque durante muitos anos um dos apostolados da Companhia de Jesus foi a comunicação. Na Colômbia, a ênfase está atualmente na educação. A comunicação tem mais força através das publicações com a Universidade Javeriana, que pertence à Companhia, e reúne 18 faculdades. São cerca de 400 livros produzidos por ano e a Universidade tem duas rádios: uma em Bogotá e outra em Cali.

anos outro padre na sua condução. A Rádio 14.30 tem como objetivo:

Producir y elaborar contenidos con lenguajes innovadora, que se articulen desde las agendas de los movimientos, actores sociales y la sociedad civil en general, para contribuir a la promoción y ejercicio de la ciudadanía plena. Generando con los realizadores y oyentes argumentos necesarios para fortalecer capacidades de describir, analizar, interpretar y de actuar sobre el acontecer de la vida cotidianas(26).

A rádio é comercial e disputa a audiência com outras 72 emissoras em Bogotá com uma programação que inclui informativos, programas sobre saúde e nutrição, musicais, esportivos e notícias da América Latina. Um dos principais programas é o *RompeCabezas*, que trata de temas políticos e sociais, além da programação feita pelas associadas de ALER, como o programa *Contacto Sur*. “Temos alguns programas religiosos, em que falamos de princípios e valores cristãos, com foco na religião católica. Mas, não só isso. O foco da emissora é a cultura popular”, afirmou o Padre Salazar<sup>27</sup>.

À convite da ALER, a La Sonora passou a ser a Coordenadora Nacional na Colômbia desde 2007. Além de possuir uma antena que permite enviar e baixar conteúdos para toda rede, a La Sonora tem outros projetos conjuntos com a ALER, sendo que o principal deles é fortalecer a própria Rede La Sonora, que reúne 25 emissoras e outros parceiros, como Grupo ComunicArte, também associado da ALER e visitado durante a Residência.

O Grupo ComunicArte é uma organização e uma empresa social que se dedica “a melhoria da qualidade de vida, dignidade e respeito aos Direitos Humanos e a transformação da sociedade através da comunicação social, democrática e participativa<sup>28</sup>”. Sua dupla identidade jurídica revela uma estratégia adotada por muitas organizações na Colômbia. Durante a entrevista com a diretora Alma Montoya<sup>(29)</sup>, escutamos que:

(...) Quando se pertence a uma ONG (na Colômbia) já se converte em um suspeito para o Estado. Continuamente o presidente (se referia a Uribe) tem ameaçado as ONGs de fechá-las. Há muita gente de ONG que foi assassinada. Por isso que nós temos micro-empresas e fundações. (...). As ONGs são relacionadas com a guerrilha. (...) A auto-censura tem sido como uma estratégia de sobrevivência. Então, eu não creio que seja covardia, mas uma estratégia de sobrevivência. Eu creio que país não necessita de mais mortes, mas de idéias.

26 Disponível em: <http://www.1430amradio.com/node/1>. Acesso em: 17 jul. 2010.

27 Entrevista concedida em 8 de junho de 2010, na sede da Rádio 14.30, em Bogotá.

28 Disponível em: <http://www.grupocomunicarte.org/mision.html>. Acesso em 14 jul. 2010.

29 Entrevista concedida em 9 de junho de 2010, na sede do Grupo ComunicArte, em Bogotá.

A instituição agrega pessoas, quase todos comunicadores e educadores de formação, que compõem um quadro de especialistas que atuam por projeto. Na ocasião da visita, realizada em junho de 2010, 15 pessoas atuavam na cidade de Macarena, fazendo formação de comunicadores populares. Havia outro projeto sendo desenvolvido em parceria com o Centro de Comunicação da Editora Paulinas e o Ministério da Educação para formação de professores e alunos para utilização das ferramentas da comunicação em sala de aula. O grupo fixo da organização oscila entre cinco e dez pessoas, entre elas uma das fundadoras, Alma Montoya<sup>30</sup>. A instituição é laica, não tem vínculo com a igreja e busca recursos principalmente junto a organizações internacionais e governo, com o qual tem algumas afinidades em relação à política de educação em nível municipal. Está na agenda de projetos com o governo um trabalho de formação de 500 professores em gramática audiovisual.

Outra linha de ação do grupo é a realização de eventos e cursos e publicações com as universidades, mas o principal eixo é o trabalho comunitário, por meio do apoio as emissoras, para as quais oferece suporte para formação da equipe em produção radiofônica, instalação e acompanhamento de rádios. O foco são as zonas de conflito, especialmente na fronteira, bairros de alto risco e rádios indígenas de interesse público. Como associada da ALER, o Grupo ComunicArte reconhece o importante trabalho da Associação, porém ressentido-se pelo fato desta ter reduzido, na última década, sua atuação na área de formação e apoio a novas rádios para focar na produção via satélite.

(...) Perdemos muito espaço de formação e capacitação. As últimas publicações foram atualizações das velhas. Não há algo novo. (...) Aqui na Colômbia são três integrantes da ALER: a 14.30, a emissora Cometa, que é comunitária, e nós. Mas, as atenções são para as outras duas emissoras. Então, para ALER, é muito mais importante ter uma emissora como a 14.30, que tem um trabalho comercial, para que esteja aqui sendo escutados. Poderia ser de outra forma. (...) Então, eu não creio que uma tecnologia que vai ajudar para uma coisa estrague todo um processo. Então, como nós não transmitimos, não temos sido importantes para ALER. (...) Fazemos um trabalho de formação, como ALER já fez. (...) Evo Morales foi comunicador popular formado por ALER. Foi conhecer a ALER em Quito. (...) E agora a preocupação é pagar o satélite?! (Alma Montoya, fundadora e diretora do Grupo ComunicArte)(<sup>31</sup>).

---

<sup>30</sup> Alma Montoya é uma personagem emblemática na promoção da democratização da comunicação. Durante 18 anos, viveu e viajou por diversos países latino-americanos, onde ajudou a montar mais de 15 rádios comunitárias, entre elas dirigiu a Rádio Latacunga, no Equador. Monja desde os 15 anos, suspendeu os votos para continuar atuando na área e montar o Grupo ComunicArte, quando voltou para Bogotá, pois a congregação Paulinas pediu que se afastasse após alguns episódios, entre eles, uma prisão enquanto estava num levantamento indígena no Equador.

<sup>31</sup> Entrevista concedida em 9 de junho de 2010, na sede do Grupo ComunicArte, em Bogotá.



Se por um lado o Grupo tem críticas à ênfase dada às mudanças tecnológicas, por outro, alguns associados ressaltam que o alto investimento no novo suporte permitiu maior alcance e possibilitou que a modernização da ALER a levasse para mais pessoas, de diversos países, através da produção de um discurso plural, dada a rede de rádios que alimentam a produção.

No caso de produção de uma notícia sobre um embate entre Uribe e Chávez, ALER sempre oferece espaço para produção de Venezuela e Colômbia, respeitando as diferenças e visões distintas. Os informes de ALER são oitenta por cento voltado para política, depois esporte, um pouco de economia. É o que acontece em Contacto Sur. Se pode chegar a conclusão de que ao promover educação, a ALER acredita que a dimensão política tem um papel extremamente importante. (José Luiz Moreno, locutor da Rádio 1430 AM)(32).

No que depender daqueles que estão à frente da direção da ALER, essa preocupação com a dimensão tecnológica tende a crescer dado o atual cenário de convergência midiática para suportes digitais. A Associação está há três anos experimentando a produção de vídeos-documentários e estudando novas possibilidades de disseminar o trabalho das associadas. O trabalho de formação inclusive deve incluir essa nova linguagem para os associados em 2011. “Será preciso trabalhar plataformas novas. Não será possível falar só em rádio. A instituição precisará ser mais multimídia”, declarou em entrevista a secretária executiva da ALER, Nelsy Lizarazo(33).

### *2.3.1.1 Instituto Radiofônico Fé e Alegria (IRFA)*

Durante a Residência Social, conhecemos um dos associados mais importante da ALER, o Instituto Radiofônico Fé e Alegria (IRFA). O IRFA integra o Fé e Alegria - Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social, criado em 1955 pelo padre jesuíta chileno José María Vélaz. Sua atuação é voltada a setores empobrecidos e excluídos com o intuito de promover o desenvolvimento pessoal e a participação social. O trabalho desenvolvido é definido por cinco conceitos: movimento, educação, popular, integral e de promoção social. No site do Movimento Fé e Alegria(34) lemos de forma breve uma definição para o uso de cada termo:

---

32 Entrevista concedida em 8 de junho de 2010, na sede da Rádio 14.30, em Bogotá.

33 Entrevista concedida em 16 de junho de 2010, na sede da ALER, em Quito.

34 Disponível em: <http://www.feyalegria.org/>. Acesso em: 24 ago. 2010.

(...) **Es un movimiento** que agrupa a personas en actitud de crecimiento, autocrítica y búsqueda de respuestas a los retos de las necesidades humanas. **Es de educación** porque promueve la formación de personas conscientes de sus potencialidades y de la realidad, libres y solidarias, abiertas a la trascendencia y protagonistas de su desarrollo. **Es popular** porque asume la educación como propuesta pedagógica y política de transformación desde y con las comunidades. **Es integral** porque entiende que la educación abarca a la persona en todas sus dimensiones. **Y es de promoción social** porque, ante situaciones de injusticia y necesidades de sujetos concretos, se compromete en su superación y, desde allí, en la construcción de una sociedad justa, fraterna, democrática y participativa (...).

O Movimento tem um trabalho de escala que atinge 17 países, o que nos custaria remontar um pouco o seu histórico. Para este trabalho, vamos focar em um dos seus programas, o IRFA, que nasceu 20 anos depois na Venezuela e estava, em 2010, em sete países, entre eles o Brasil. O foco do trabalho é a educação voltada para jovens e adultos, cujo modelo de ensino é baseado no sistema ECCA, originários das Ilhas Canárias, com base em rádio educativa como uma opção de ensino à distância, formal e informal. O IRFA define-se por fim como uma rede educativa e de comunicação, que através da geração de propostas educativas e comunicativas, relevantes e de qualidade, está dirigida à população excluída para promover a construção de cidadania e da luta pela igualdade, equidade e inclusão social, na busca coletiva de um desenvolvimento humano integral, sustentável e justo para todos.

Durante a Residência, foi possível conhecer a atuação do IRFA-Venezuela, através da visita a três unidades da Rede: IRFA Caracas. IRFA Maracaibo e IRFA Paraguaipoa, sendo que todas as unidades, através das suas rádios, integram também a ALER. O serviço educacional do IRFA na Venezuela está registrado e aprovado pelo Ministério do Poder Popular para a Educação (MPPE), da República Bolivariana da Venezuela. Isso significa que os cursos oferecidos para jovens e adultos são reconhecidos pelo governo e substitutos do ensino formal oferecido nas escolas públicas.

O trabalho formativo dividi-se em três etapas: a) EBA I - Educação Básica para Adultos, 1ª etapa: compreende do 1º ao 6º grau, sendo que os dois primeiros são considerados alfabetização. Esta etapa dura 3 anos; b) EBA II – Educação Básica para Adultos, 2ª fase: compreende do 7º ao 9º grau. A duração deste período é também de três anos; c) Meio Diversificado e Profissionalizante: tem duas menções de nível técnico administrativo: Contabilidade e Informática e a duração é de 3 anos.



ILUSTRAÇÃO 2: Cobertura da Rede Irfa Venezuela.

FONTE: Acervo IRFA (PRINCÍPIOS..., 2009).

O Sistema Educomunicativo do IRFA está conformado em três partes:

- Materiais Educativos:** guias de orientação para geração de conhecimento (aprendizagem significativa) e de fazer (desenvolvimento de competências), direcionado para auto-aprendizagem dos participantes. Compreendem as diferentes áreas do conhecimento e os conteúdos a serem desenvolvidos durante cada semana nos Centros Comunitários de Aprendizagem (CCA). Está disponível em duas formas: impressa e digital.
- Centro Comunitário de Aprendizagem (CCA):** é o ambiente de aprendizagem, físico e humano, em se que desenvolve a orientação presencial, que privilegia os 4 pilares da educação (ser, fazer, conhecer e conviver); onde o grupo assume-se como uma comunidade de aprendizagem e o orientador(a) voluntário(a) serve como um facilitador(a) do processo. Os encontros acontecem aos sábados e tem uma duração estimada entre 6 e 8 horas.
- Meios Tecnológicos:** se conforma por rádio e web. O rádio tem como papel

pedagógico acompanhar, motivar e reforçar as estratégias de aprendizagem que são geradas nos Centros Comunitários de Aprendizagem inspiradas nos materiais educativos. A rádio oferece uma gama de programação educativa e informativa, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana; à noite, por exemplo, é exibida a radiorevista juvenil *Al Aire pero no revueltos*, que é produzida em rede, via satélite e Internet, e contém um tema central que durante a semana recebe cinco abordagens diferentes. O material pode ser utilizado aos sábados nos CCAs, de onde os estudantes participam da revista através de opiniões, cumprimentos e perguntas. A web é um espaço de aprendizagem virtual e de socialização do que é gerado nos CCAs, assim como um ponto de encontro e divulgação do sistema, e tem como principal característica a interação. Desde os sites, os jovens e adultos podem assistir aos programas, conferir notícias, acessar guias didáticos, blogs de diversos CCAs, participar de chats e fóruns.

Quanto à organização do conteúdo, o sistema proporciona um conhecimento mais abrangente, rompendo com o modelo tradicional de ensino, que tem um conhecimento fragmentado em disciplinas ou assuntos. O Sistema Educomunicativo do IRFA Venezuela lembra em muitos aspectos a proposta pedagógica e metodológica de trabalho da Cipó, sem deixarmos de considerar que de antemão que há uma diferença substancial a ser considerada: o fato de o trabalho do IRFA ser reconhecido pelo governo, o que o coloca dentro da categoria de ensino formal e lhe condiciona há agregar conteúdos da proposta curricular do Ministério da Educação da Venezuela.

Assim como vários meios de comunicação, as rádios da rede IRFA buscam informar, educar e entreter, porém muito mais, buscamos educar, formar, inconformar, motivar a organização comunitária, ativar a indignação, além de ressaltar o que as pessoas têm como fortalezas. (...) Somos ativistas políticos. Fazemos política com “P” grande”. (Javier Barrios, Coordenador Nacional do IRFA Venezuela). (35)

O IRFA Caracas, que atende Caracas e região metropolitana, faz o acompanhamento de 30 CCAs, totalizando cerca de 3 mil participantes. No país, estima-se que estejam matriculados no sistema aproximadamente 22 mil jovens e adultos. Cada CCA tem um coordenador, um assessor pedagógico e os facilitadores, sendo todos(as) voluntários(as). O IRFA Caracas (30 CCAs) tem mais de 200 voluntários que se responsabilizam pela parte acadêmica, administrativa e a gestão da unidade.

---

35 Entrevista concedida em 25 de maio de 2010, na sede do IRFA Caracas, na Venezuela.

Semestralmente, são realizadas oficinas para formar os facilitadores, para que os voluntários possam entender a instituição, os temas e perceberem como podem contribuir. O IRFA está desenvolvendo uma formação à distância para chegar a mais pessoas e garantir uma visão geral da instituição, além de aprofundar a formação no Sistema Educomunicativo. Na maioria das vezes, é a própria comunidade que busca o IRFA para solicitar a implantação de um CCA, o que facilita, segundo os técnicos entrevistados, a implantação do Centro na comunidade.

Há geralmente uma rádio por região onde estão em funcionamento os CCAs. Algumas delas têm convênios com rádios comunitárias locais e são associadas à Rede IRFA. Este é o caso da Rádio IRFA Caracas, da Rádio IRFA Maracaibo e da Rádio IRFA Paraguaipoa, todas filiadas também a ALER e como tal responsáveis por produzir e veicular programas que alimentem a produção da Associação. O atual presidente da ALER, Gerardo Lombardi, é também um dos diretores do IRFA/Caracas. Ele contou(36) que, em 1991, a ALER estava em cerca de 10 países e tinha aproximadamente 40 afiliadas. Na ocasião, a Rádio Maracaibo, por exemplo, não era associada de ALER, mas o IRFA Venezuela sim. Em 1994, todas as rádios do IRFA Venezuela já haviam se filiado à ALER contribuindo para o fortalecimento da Associação não só na Venezuela mais em outros países em que o IRFA está presente.

A Rádio Maracaibo, que atende aos CCAs do município e região, assim como a Rádio Caracas, tem duas frequências (AM e FM), sendo que a AM é mais noticiosa e com foco educativo e é a que veicula os programas que são voltados para o trabalho de formação dos CCAs. A diretora da Rádio, Monica Marchesi(37), contou que eles estão formando um grupo de ouvintes para poder definir com eles os temas que serão abordados nas rádios. A proposta é conformar um conselho de ouvintes, com realização de encontros regulares em que se possa definir agendas. Os jornalistas e comunicadores da Rádio também contribuem com o trabalho nos CCAs através da realização de oficinas de formação de porta-vozes escolares e comunitários. Há uma proposta de realização de um programa direto dos CCAs de Maracaibo, mas o projeto ainda não saiu do papel.

A Rádio Maracaibo atua em parceria com outras rádios da rede IRFA, entre elas com a Rádio Fé e Alegria Paraguaipoa, localizada na região Guajira. Esta foi a primeira rádio indígena da Venezuela e completa 12 anos de atuação em 2011. A equipe atua na produção de conteúdo educativo e jornalístico com apoio dos porta-vozes comunitários, a maioria

---

36 Entrevista concedida em 31 de maio de 2010, na sede do IRFA Maracaibo, na Venezuela.

37 Entrevista concedida em 1º de junho de 2010, na sede da Rádio IRFA Maracaibo, na Venezuela.

indígenas, que reportam assuntos direto das comunidades. A Rádio Paraguaipoa tem uma preocupação extra com a questão da língua, já que os conteúdos são transmitidos em espanhol e na língua do povo wayuu. Além disso, possui um comitê de direitos humanos dentro da rádio, pois a região, que faz fronteira com a Colômbia, requer tratamento cuidadoso de alguns temas. “Há muita violação de direitos humanos cometida por abuso policial, abuso de poder dos militares. Então, a rádio trabalha muito os temas relacionados aos direitos humanos, aos direitos das mulheres. Além disso, tem toda questão que envolve o fato de estarmos na fronteira”, explicou a jornalista Sailyn Fernández(38). Na programação, está inserida veiculação de cantos dos povos wayuus, entre outras manifestações culturais da zona Guajira. Assim como em Maracaibo e Caracas, os programas subsidiam as aulas presenciais que são oferecidas nos CCAs da região.

A Rádio Fé e Alegria Paraguaipoa é escutada em todo Departamento da Guajira venezuelana e colombiana e em diversos assentamentos indígenas wayuus. Mesmo os indígenas que estão do lado da Colômbia participam da rádio através do envio de mensagens por caminhoneiros, que entregam na rádio para ser lida ao vivo. Eles solicitam a divulgação de caminhadas, eventos, acidentes e sobre situações que as comunidades vivem. “Agora usam também o telefone. Mas, há muitos lugares em que não há energia elétrica, especialmente na alta Guajira, que está mais do lado colombiano”, disse Fernández(39).

Quase toda população da região Guajira ouve a emissora, que é a única voltada para produção de notícias locais. Nessa região, a população assiste as redes de tevê colombiana Caracol e RCN porque as tevês venezuelanas não chegam. A repetidora da TV Nacional foi fechada há muito anos, porém há uma grande antena colombiana que envia o sinal para Venezuela. O trabalho da Rádio se mantém através de projetos que são desenvolvidos conjuntamente com a Rádio Maracaibo e pequenos projetos internos que garantem parte da programação, que em sua grade veicula também conteúdos produzidos pelas associadas da ALER. Como se pode perceber, a ALER reúne uma diversidade de organizações e rádios, que juntas não apenas conformam a associação como são em verdade os pontos que tornam a Associação forte.

---

38 Entrevista concedida em 2 de junho de 2010, na sede da Rádio Paraguaipoa, na Venezuela.

39 Idem.

### 2.3.2 Uma América Latina de Muitas Vozes

Durante a Residência Social, alguns trechos de entrevistas realizadas foram gravados de forma despreziosa a título de registro pessoal. No Brasil, com todo material em mãos e a tarefa de produzir um registro dessa etapa para a Coordenação do Mestrado, surgiu a proposta de aproveitar as imagens para montar um vídeo-debate, ou seja, um material audiovisual que pudesse contribuir como suporte para a discussão do tema Comunicação para o Desenvolvimento, especialmente em sala de aula.

O primeiro desafio foi elaborar um roteiro a partir do material captado, um trabalho inverso àquele que costuma acontecer quando da produção de um vídeo. Logo nessa etapa ficou claro que essa inversão (repito, não intencional) comprometeria a estrutura do material. O roteiro foi feito dentro das possibilidades (Anexo A) e foi alterado durante o processo de edição, com apoio de Débora Freire, profissional responsável por esta área no projeto Oi Kabum Escola de Arte e Tecnologia, executado pela Cipó. A animação foi feita por um jovem monitor do projeto Leandro Sena. Ambos foram fundamentais para que alcançássemos o resultado final.

O vídeo foi estruturado em três momentos, onde se buscou responder algumas perguntas através dos depoimentos: a) Comunicação para o Desenvolvimento: que discussões remontam esse termo? Por que ele ficou esquecido após a década de 70? Em 2010, o Relatório Mc Bride completa 30 anos, faz sentido recuperá-lo? Sob qual roupagem? b) Experiências desenvolvidas na América Latina: estão pautadas na democratização da comunicação para promoção da transformação social? Ou seja, na promoção do desenvolvimento? Em quais dimensões? Elas oferecem pistas para as políticas de comunicação? c) Políticas de Comunicação na América Latina: como está o processo de reformulação das antigas leis de comunicação? Há avanços após décadas de pressão social? Qual o cenário em cada País?

A partir da definição dessa estrutura viável, foi necessário transcrever e traduzir todas as entrevistas (Anexo C) e montar o vídeo. Alterações foram feitas, mas não houve tempo hábil para voltar ao roteiro e ao registro das falas do vídeo para novamente colocar tudo em conformidade com o resultado final, algo muito comum dentro do processo de criação de uma peça audiovisual.

No total, foram inseridos no vídeo depoimentos de 24 entrevistados, entre especialistas no tema, jovens, ativistas sociais, políticos, entre outros, dos quatro países. Algumas das falas estão distribuídas ao longo do trabalho, especialmente no próximo

capítulo, onde o debate conceitual emerge a partir dos conceitos identificados que baseiam o trabalho da Cipó e da ALER e dos referenciais utilizados para reflexão teórico-prático.

### *2.3.2.1 Nome do vídeo: qualquer semelhança não é mera coincidência*

O nome do vídeo foi escolhido de forma propositada com objetivo de fazer referência ao relatório *Um Mundo, Muitas Vozes – Comunicação e Informação na Nossa Época*. Conhecido como relatório MacBride, esse documento foi sistematizado em 1980, a partir de uma série de debates sobre democratização da comunicação promovidos no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no início da década de 70. Na 18ª sessão da Conferência Geral da UNESCO de 1974, por exemplo, podia-se ler na resolução 4.121 que “todos os indivíduos devem ter acesso igual às oportunidades de participação ativa nos meios de comunicação e de se beneficiar de tais meios, enquanto preservam o direito à proteção contra seus abusos”. Entre os principais desdobramentos desse evento, está a realização, em maio de 1978, do primeiro seminário de especialistas da Unesco sobre o direito de comunicar, em Estolcomo. Outros encontros internacionais foram realizados e geraram a indicação de que o direito de comunicar fosse considerado um direito humano fundamental e, como tal, incluído à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

O tema na ocasião ganhou cada vez mais força, resultando na formação de uma Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. O Relatório foi resultado dos trabalhos dessa Comissão, coordenada pelo ex-ministro das relações internacionais da Irlanda e prêmio Nobel da Paz, o jurista e jornalista Sean MacBride. O documento propunha que se reduzisse a influência das considerações comerciais na organização das comunicações nos países, era a favor de políticas nacionais de comunicação e chamava atenção para a importância do direito à comunicação, com destaque para o respeito aos direitos humanos e à ética. Em um trecho do Relatório pode-se ler:

As necessidades de comunicação em uma sociedade democrática devem ser atendidas pela extensão dos direitos específicos, tais como o direito a ser informado, o direito a informar, o direito à privacidade, o direito a participar na comunicação pública – todos elementos de um novo conceito, o direito de comunicar” (Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, 1980, p.265. In HAMELINK, 2005, p.143).



O conjunto de propostas, que originou a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), incomodou, e logo os governos norte-americano, inglês e outros próximos a esses países – contrários a esta concepção – acusaram a UNESCO de promover o cerceamento à liberdade de expressão já que favorecia o controle dos veículos por parte dos governos. Os Estados Unidos e a Inglaterra, sob o governo de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente, comandaram a retirada daqueles países da UNESCO, justificando essa posição como recusa ao endosso de teses consideradas por estes países antidemocráticas, prejudiciais tanto à livre-expressão quanto ao livre-comércio (MELO, 2008, p.43). Tamanha pressão resultou num recuo.

Mas, as idéias já estavam lançadas e publicadas e o documento se transformou em uma referência em universidades, ganhou força principalmente na América Latina, onde muitos passaram a defender a inclusão do reconhecimento da comunicação como um direito humano na pauta das nações, visto que assim como outros direitos, revela uma necessidade humana básica, o fundamento de todas as relações e organizações sociais. Talvez um dos motivos dessa disseminação em terras latino-americanas esteja associado ao protagonismo de dois representantes da região na Comissão: o diplomata chileno Juan Somavía e o escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez. Ambos levaram para o documento, como lembra Melo (2008), três nomes da Escola Latino-Americana de Comunicação: o educador brasileiro Paulo Freire, o pesquisador boliviano Luis Ramiro Béltran e o chileno Fernando Reyes Mata.

Durante as três décadas que se seguiram desde a produção do Relatório, muitos foram os expoentes na defesa do direito à comunicação. Mais recentemente, podemos destacar a Campanha Direito à Comunicação na Sociedade da Informação, conhecida internacionalmente como CRIS (Communication Rights in the Information Society), responsável pela recuperação da pauta no cenário internacional. Criada por organizações não governamentais do campo da comunicação e dos direitos humanos com a finalidade de ampliar o debate sobre a democratização das tecnologias da informação e comunicação, a Campanha CRIS foi lançada em 2001, teve seu ponto alto em 2003 quando foi realizada a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, em Genebra, Suíça, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

### 3 REFERÊNCIAS TEÓRICO-PRÁTICOS

Esse capítulo buscou identificar os conceitos e práticas que fundamentam o trabalho desenvolvido pelas duas organizações pesquisadas: a Cipó, focando o projeto ACD, e a ALER, tomando em conta o que foi possível reunir durante um mês de imersão da Residência Social. Essa análise partiu da observação, leitura de documentos e entrevistas, que foram relacionadas à revisão bibliográfica sobre os temas comunicação, desenvolvimento e comunicação para o desenvolvimento - especialmente das produções que tratam da interface entre os dois campos, produzidas por autores da escola latino-americana de comunicação. Ainda que de forma superficial, o campo da discussão sobre participação<sup>(40)</sup> foi abordado a partir de um recorte geracional de juventude, de modo a facilitar a compreensão da proposta do projeto ACD. Dessa forma buscamos compreender os conceitos que orientam a *práxis* das duas organizações.

#### 3.1 DIÁLOGO ENTRE A CONCEITUAÇÃO PRODUZIDA PELA CIPÓ E ALER E O CAMPO TEÓRICO

A comunicação torna-se fator cada vez mais vital para a promoção da garantia de direitos, da participação, do fortalecimento do exercício democrático e do desenvolvimento. Por isso a democratização das tecnologias da informação e da comunicação e a ampliação do acesso ao conhecimento são apontadas, por aqueles que atuam pela democratização da comunicação e por seu reconhecimento como direito humano, como requisitos imprescindíveis para que as pessoas consigam responder positivamente às oportunidades e aos desafios impostos pelas transformações sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e ambientais. Mais: para que elas não sejam “apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente” (FREIRE, 2003, p. 77).

Portanto, não estamos falando apenas da garantia ao acesso à informação, mas do direito ao acesso às tecnologias para produção e a difusão de conhecimento, de discursos, de

---

40 Tomamos participação como um direito assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seus artigos 27 e 29, onde se lê que todos os homens têm direito de participar livremente da vida da comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. Um direito firmado também na Conferência das Nações Unidas de 1976, onde é visto como um dever político e um instrumento essencial de construção nacional. Para Peruzzo, “uma das múltiplas instâncias pelas quais o homem pode exercer esse direito e esse dever é a comunicação social, compreendendo-se nela todos os níveis e todos os meios criados para efetivá-la” (Peruzzo, 2004, p. 275).

reivindicações e de visão de mundo:

“As regiões que se desenvolvem mais são aquelas onde o capital social é maior, onde há mais tradição de participação política e organização social, menos hierarquia nas relações humanas, menor nível de desigualdade social e redes de cooperação a partir das quais os recursos, mesmo que reduzidos, conseguem ser potencializados. Ou seja, aquelas sociedades que têm uma estrutura mais democrática e permeável, marcada pela confiança e pelo associativismo, em que todos se relacionam e se envolvem sempre e necessariamente apoiados por um intenso processo comunicativo” (CONCEITOS..., 2007).

Muitas articulações e movimentos, especialmente na América Latina, defendem claramente que para alcançarmos a plena democratização do acesso, produção e difusão das TICs é preciso antes positivar a comunicação como um direito, que segundo Ramos deveria ser classificado como de quarta geração. Para ele, e outros autores compartilham a mesma percepção, o direito à informação – caracterizado pela liberdade de pensamento, de expressão, de culto e reunião – é muito restritivo e fora das ditaduras e dos regimes autoritários não atende a complexidade das discussões e reivindicações que estão postas na contemporaneidade. “Um direito social de “quarta geração”, aquele, quem sabe, mais adequado para amparar, nas sociedades da informação e da comunicação, nossas inesgotáveis expectativas de avanço crescente da democracia da igualdade em todo mundo” (RAMOS, 2005, p.247).

O direito humano à comunicação ganha destaque na medida em que a informação e o conhecimento se tornam centrais na contemporaneidade a ponto de autores desenvolverem e adotarem conceitos como *Sociedade da Informação* e *Sociedade do Conhecimento* para descreverem a nova forma de organização da vida humana. Esses conceitos não falam da mesma coisa e não são neutros. Informação é diferente de comunicação. A informação é uma fonte de poder e o domínio e concentração dos seus meios de produção, controle e disseminação pode aprofundar a desigualdade da distribuição dos poderes numa sociedade já marcada por disparidades. Para Marques, promover a democratização na Sociedade da Informação é requisito para alcançar a Sociedade do Conhecimento, assim como a democratização das oportunidades educativas e culturais: “esta outra sociedade que se fundamente na democracia representativa e na economia distributiva” (MELO, 2008, p.4).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e os processos a elas relacionados alteram e ampliam a complexidade das relações humanas. Essas relações, por sua vez, são delineadas por atos comunicativos. Pasquali (2005) afirmará que a comunicação, “ontologicamente, é a razão de ser (*raison d'être*) das relações humanas. Conseqüentemente,

o Direito à Comunicação deve estar entre os direitos humanos mais originais e orgânicos. Sem os utilizar completamente, o ser racional não pode ser um animal político, escolher a modalidade de ser com o outro ou garantir a melhor reciprocidade possível” (PASQUALI, 2005, p.31).

Em entrevista concedida a Barbosa (2005), a professora e pesquisadora Cicília Peruzzo, integrante da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) afirma:

No sentido tradicional, o direito à comunicação significava basicamente o acesso à informação e à liberdade de opinião e expressão. Nesta concepção, tomamos o cidadão como receptor. A mudança que aconteceu está em reconhecer que, para a efetivação deste direito, todos precisam ser difusores e produtores de conteúdo próprio; todos devem poder se comunicar enquanto protagonistas da comunicação. Essa nova perspectiva coloca a noção do direito ao acesso como direito de cidadania. (In BARBOSA, 2005)

Em última instância, está se falando da participação popular, da descentralização dos processos decisórios, da igualdade de condições na produção e visibilização do discurso. Ou seja, dos princípios que norteiam a democracia. Nesse sentido, o Direito Humano à Comunicação é imprescindível, inclusive para efetivação dos outros direitos.

### **3.1.1 Parafraseando Paulo Freire: *Comunicação não é Extensão***

Quando questionou, logo no título do seu livro *Comunicação ou Extensão?* (FREIRE, 1983. 7ª Ed.), a função da comunicação, Paulo Freire estava fazendo uma crítica à visão funcionalista que reservou à comunicação um papel restritivo de difusão de conhecimento, especialmente entre as décadas de 60 e 70, desconsiderando o papel dos atores envolvidos.

(...) a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. (...) Como educador, se recusa a “domesticação” dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de *comunicação*, não ao de *extensão*. (...) Conhecer, na dimensão humana que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. (...) O Conhecer é tarefa de sujeito. (Freire, 1969/1983, p. 24, 25 e 27).

Freire é um dos pensadores latinos que impulsiona a reflexão sobre educação e comunicação e vai balizar conceitualmente muitos trabalhos de seus contemporâneos (Kaplún, Bordenave, Melo, Béltran, entre tantos outros) e influenciar produções até os dias de hoje quando o tema é a *Pedagogia da Comunicação*. Como traduziu Melo, quando se referiu de forma sintética a proposta freiriana:

“Tendo plena consciência de que a educação reflete a estrutura de Poder e reconhecendo que a educação bancária é instrumento do poder dos opressores, Paulo Freire indaga se é possível praticar uma educação dialógica numa sociedade cujo poder nega o diálogo. (...) Em outras palavras: a instauração de uma Pedagogia da Comunicação tem como exigência primordial a superação da contradição educador-educando. Essa superação conduz à educação problematizadora (...). Educando e educador deixariam de ter papéis estanques. (...) Ambos, assim se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos” (MELO, 1981, p.36).

Bordenave relata em um dos seus textos que na sua evolução como comunicador para o desenvolvimento o ponto mais alto talvez tenha sido a descoberta da educação. Ele lamenta o divórcio entre as Faculdades de Comunicação e Educação, que muito tem limitado a superação da fronteira entre os dois campos, algo que na prática não existe. “Educadores populares são ao mesmo tempo comunicadores populares” (Bordenave, 2008, p. 11). O autor lembra ainda que o casamento entre as duas áreas há muito estava inserida na proposta de Educação Radiofônica de Kaplún:

(...) será entendida aqui em um sentido amplo: não só emissões especializadas que promovem alfabetização e difusão de conhecimentos elementares, (...) senão também todas aquelas que procuram transmitir valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade; aquelas que propõem elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter a cada homem em agente ativo da transformação do seu meio natural, econômico e social (Kaplún **apud** Patrício, 2008, p.125)

Tanto a Cipó quanto ALER neste sentido definem como base metodológica dos seus trabalhos a Educação pela Comunicação ou Educomunicação, como já explicamos no Capítulo 2. Esta metodologia, por sua vez, em muito se inspira nos trabalhos desenvolvidos por Freire e outros já citados. Além do mais, em ambas organizações Freire é tido uma referência nas produções, nos debates e na postura dos educadores na facilitação de processos de formação.

Por meio dos seus documentos, e isso também se revela nos esforços das suas práticas, a Cipó busca promover o acesso e apropriação das TICs através de diversos projetos, além do Agentes, sempre tomando o adolescente e o jovem como um participante e não um

beneficiário. Ainda que não tenha conseguido promover a participação destes nos processo de concepção dos projetos ou em instâncias de decisão dentro da organização (e é preciso dizer que há experiências pontuais nesse sentido), a organização toma a sério os processos de avaliação feita com estes, onde são reveladas falhas de execução, infra-estrutura, novas demandas e também são apontadas os acertos do trabalho e seu impacto na vida dos participantes e de suas comunidades.

No caso da ALER, o público em questão é formado por associadas que não só se revezam na direção da instituição, como participam do seu planejamento e definem mudanças estruturantes, num processo equilibrado de alternância de papéis entre todos, inclusive na presidência da organização. Há consenso entre todos sempre? Não. E isso não se converte em um problema. São 120 associadas espalhadas por 17 países, envolvendo um alto grau de articulação, que exige da secretaria executiva um exercício diário de diálogo com diversas realidades e demandas. Desse modo a estratégia da organização busca atender as especificidades dos grupos, que hoje são organizados por redes de temas, sem deixar de provocar uma reflexão regional, fortalecendo o debate sobre os pontos que são convergentes no debate sobre comunicação na América Latina e Caribe.

### **3.1.2 Desenvolvimento como processo de múltiplas dimensões**

A noção de desenvolvimento nos países considerados “periféricos” esteve pautada por décadas na concepção de modernização e progresso, importada (e muitas vezes imposta) dos países do “centro”. Aos países “atrasados” (não-modernos) era vendida uma promessa de que o aceleramento da industrialização traria consigo a geração abundante de riquezas. Pautado exclusivamente no crescimento econômico - ou seja, na crença de que um setor da sociedade (empresariado), sob a tutela do Estado provedor, alavancaria a economia e conseqüentemente o desenvolvimento -, esse modelo trazia consigo a promessa de que o excedente de riquezas geraria um Estado de bem-estar social para todos. Acontece que tempos depois se pôde constatar que o bolo havia crescido, mas que não foi repartido com todos e a promessa não havia se cumprido.

Ao contrário, o que se assistiu com a consolidação desse modelo foi chamado por autores críticos latino-americanos de “sistema de dependência”, já que cada vez mais os países desenvolvidos construía estruturas rígidas de negociação com os países pobres, destinando a estes o papel de fornecedor de matéria-prima, consumidor de tecnologia, importador de bens de alto valor agregado e assim por diante. Os próprios organismos

multilaterais de financiamento pautaram o empréstimo de recursos aos países em desenvolvimento no investimento em aumento da produtividade, especialmente no campo, onde modelos extrativista e nada sustentáveis produziam modelos de cultivo a partir da exploração irracional dos recursos naturais. Internamente, não foi preciso esperar muito para assistir ao aumento da exclusão social, da fila por emprego, privatizações, enfraquecimento do Estado, entre outros efeitos colaterais.

Na esteira desse processo, muito mais complexo que o resumo apresentado acima, nasce a crítica a esse modelo desenvolvimentista e gerencialista, que se apresentará de forma contundente por meio da produção de diversos intelectuais, entre eles o brasileiro Celso Furtado que a certa altura escreve:

“... Farei uma reflexão final, derivada do meu contato neste e noutros países, com os problemas de regiões que acumularam um grande atraso econômico. Durante muito tempo prevaleceu por toda parte a tendência a imaginar que o desenvolvimento é algo quantificável, cujo substrato é a acumulação, o investimento, a capacidade produtiva. Ora, a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e só posteriormente econômico. Produz-se desenvolvimento quando na sociedade manifesta-se uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas...” (FURTADO, 1982, p. 149).

Furtado vai criticar essa necessidade de vivermos sob a égide do progresso, em que um imperativo categórico nos incita a crescer, a progredir, a evoluir. Ele vai criticar duramente o Brasil, onde muito precocemente o estado foi cooptado pela elite agrária, patrocinando ele mesmo os avanços e atendendo-lhe aos interesses particulares. O país adentrou o mundo industrial moderno sob o patrocínio do Estado, atendendo o interesse dos grupos dominantes e tal processo impediu a formação normal das classes políticas, dificultou o estabelecimento de uma burguesia industrial em oposição ao agrarismo e, por fim, prejudicou nas classes subalternas o estabelecimento de uma consciência do próprio papel social. Os conflitos sociais não se explicitaram e não impactaram os processos de mudança (COUTINHO, 1989; NOGUEIRA, 1998; FURTADO, 1990).

Sachs (1999) vai afirmar que “o desenvolvimento potencial de um país depende de sua capacidade cultural de formular um *projeto nacional* e então mobilizar a capacidade política e administrativa de levá-la avante, muito mais que de sua riqueza em recursos naturais e do grau de avanço de suas forças produtivas”. Propostas como a de Furtado e Sachs demonstram a necessidade de ampliação da concepção de desenvolvimento para além do

crescimento econômico, considerando dimensões antes ignoradas, entre elas, a da cultura, apontada por outros autores como fundamental.

Mas, é importante trazer que desde a criação e adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – oferecendo uma opção ao índice internacional de medida do desenvolvimento, o Produto Interno Bruto (PIB) – por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, os olhos de muitos se abriram para necessidade de buscar “o PIB per capita”, ou seja, os aspectos sociais da vida humana que estavam mascarados no PIB, oferecendo uma nova forma de perceber o desenvolvimento. Hoje, já contestado por vários autores, dado necessidade de rever sua construção, o IDH de Sen tem o mérito indiscutível de ter se baseado em dimensões fundamentais para o desenvolvimento de forma simples, se transformando num instrumento de análise poderoso. “A descoberta já funcionou para a medida, o índice. E muito se avançou em relação ao conceito, mas é preciso avançar mais, para que a humanização e a sustentabilidade do desenvolvimento tornem-se algo tão natural que não mais será preciso de adjetivos para qualificá-lo” (LIBÂNIO, 2008, p. 200).

Influenciado pela leitura de Sen, Sachs propõe um reconceitualização do desenvolvimento em termos de universalização efetiva do conjunto das chamadas três gerações de direitos: “os direitos políticos, civis e cívicos; os direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao trabalho descente; e por último o direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à infância” (SACHS, 2009, p. 316).

Ao realizar a formação dos jovens como agentes de comunicação para o desenvolvimento, a Cipó anuncia que pretende desencadear um processo de desenvolvimento em diversos âmbitos (pessoal, social, cultural, político, econômico e ambiental), que será multiplicado pelos jovens formados e posteriormente encampado pelos moradores das comunidades. Ao apresentar seis dimensões para o desenvolvimento como igualmente fundamentais, a instituição declara sua opção por visões progressistas sobre o desenvolvimento, que historicamente foi limitado à dimensão econômica, destacando o papel que a comunicação tem nesse processo.

Na ALER, que possui uma ênfase no comunicador comunitário e apenas de poucos anos para cá tem buscado uma maior aproximação com o público jovem, a compreensão de desenvolvimento que adota a organização foi resumida pelo coordenador da área de Produção e Programação, Hugo Ramirez(41), como aquela que é mais integral, ou seja, que considera que as pessoas reúnem as possibilidades para discernir, criticar, construir seu próprio

---

41 Entrevista concedida em 15 de junho de 2010, em Quito.



desenvolvimento.

“(…) Eu creio que a partir da comunicação contribuimos muito nisso: em formar sujeitos, em promover esses sujeitos, pessoas pensantes, que são os que, afinal de contas, tendo isso com suas próprias capacidades de decisão são os que vão também por si contribuir com o desenvolvimento, a este desenvolvimento humano”.

### *3.1.2.1 Desenvolvimento Pessoal e Social*

No documento *Conceitos e Processo* (2007), a Cipó traz que o “Desenvolvimento Pessoal” se realiza a partir da formação integral dos indivíduos, que por meio do acesso, produção e partilha de informações, conhecimentos e experiências, desenvolvem atitudes (como auto-estima, auto-respeito, criticidade, capacidade de expressão, assertividade, postura ética e valorização da diversidade) e habilidades (escuta, expansão de repertório, qualificação técnica etc) que vão impactar na sua vida. As tecnologias da informação e comunicação, quando utilizadas para promover ensino-aprendizagem, de forma crítica e criativa, favorecem a dinamização desses processos.

Por sua vez, a comunicação promove o “Desenvolvimento Social” na medida em que empodera e articula os indivíduos, as organizações da sociedade civil e as comunidades, permitindo uma atuação de forma mais efetiva na esfera pública, que hoje não se resume aos espaços públicos tradicionais, mas também se refere aos espaços midiáticos que têm grande alcance social.

Como já demonstrou Gomes (2004), o conhecimento das lógicas e das rotinas com as quais operam as instituições da comunicação de massa tornou-se importante para todas as esferas sociais, visto que são domínios que precisam de acesso à esfera de visibilidade pública<sup>(42)</sup>. O autor aponta como pressupostos que orientam essa percepção o fato de que na esfera de visibilidade pública circulam prioritariamente materiais e conteúdos organizados segundo códigos e gramáticas característicos das instituições midiáticas que as controlam, assim como o fato de as rotinas produtivas dessas indústrias assimilarem materiais e conteúdos organizados em conformidade com a lógica que empregam.

---

<sup>42</sup> Para o autor, a esfera de visibilidade pública é aquela dimensão da vida social que é visível, acessível ao conhecimento e domínios públicos. Responde a demandas de sociabilidade e comunicação e ganha nas sociedades modernas um papel importante para vida democrática. Difere-se da esfera pública, que não é só exposição, mas também, e principalmente, argumentação. Para Gomes, é um grave pecado conceitual confundir os dois âmbitos, como fez Habermas, quando, ao analisar a publicidade social contemporânea, verificou o divórcio entre exposição e debate, e decidiu decretar que a esfera pública estava moribunda (GOMES, 1998, p. 155-185).

Para Dupas, a espetacularização promovida pelos meios de comunicação, substitutos do espaço público na contemporaneidade, fragiliza a condição essencial para o exercício da cidadania, pois falseia o processo de reconhecimento e explicitação dos conflitos. A produção feroz de informações, e não significados comuns compartilhados com a sociedade, se apresenta como um novo modo de regulação social em que a manipulação dos atores sociais se dá pelo apelo a projetos pontuais e pela retórica, e não por argumentação ou justificação (DUPAS, 2003, p. 15). Por outro lado, a estruturação do mundo em redes (*networks*) pelas tecnologias da informação gera ainda a emergência da interconexão, em que *estar ou não estar conectado* define a inclusão ou exclusão.

Tanto a ALER quanto a Cipó buscam promover a apropriação técnica dos mecanismos de comunicação a partir do desenvolvimento de uma postura crítica diante da produção comercial midiática, sem contudo negar ou compreender sua importância dentro da sociedade democrática. Ao estimular que seus públicos desenvolvam produtos buscam estimulá-los a criar novas formas de comunicar, comprometida com as necessidades e características das comunidades onde estão localizados para os quais vão se dirigir, e respaldada por valores de respeito aos direitos humanos e à democracia.

Como não possui canal de disseminação próprio, como a ALER, a Cipó busca veicular a produção dos jovens em espaços comunitários e alternativos, além de escolas e outros espaços públicos, assim como nos canais comerciais e educativos. Essa ainda é, entretanto, uma fragilidade na sua atuação. Muitas vezes os produtos desenvolvidos têm um alcance muito aquém das suas possibilidades. São raros os momentos, por exemplo, que são veiculados em uma mídia de massa.

### *3.1.2.2 Desenvolvimento Político e Econômico*

Enquanto instrumento de poder, a comunicação facilita os processos políticos inerentes e necessários à vida comunitária, criando condições para o “Desenvolvimento Político”, que se revela por meio do fortalecimento e democratização dos espaços e canais de participação, inserção da comunidade e suas questões na esfera de visibilidade pública e, conseqüentemente, na agenda social e política local, da região ou do país. Para Freire (2005), a comunicação, vivida em sua dimensão política, torna-se elemento central de um modelo comunicativo baseado no diálogo e na participação popular. Em sua teoria da educação dialógica e libertadora, afirma que a comunicação se define como situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas em vez de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo (FREIRE, 2005,

p. 74).

O autor Gomes acrescenta:

“Ganha ares de evidência comum o fato de que grande parte da ação política se dá em relação com a comunicação, que os agentes políticos (mesmo aqueles da sociedade civil) tendem atuar para esfera da visibilidade pública controlada pela comunicação, que grande parte (senão tudo) da política se encerra nos meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa, que a presença da televisão alterou a atividade política e exigiu a formação de novas competências e habilidades no campo político que lhe transformaram significativamente a configuração interna”. (GOMES, 2004, p. 51).

Entretanto, como promover e garantir essa construção num país em que, apesar do aumento no número de pessoas que têm acesso às novas tecnologias, há altos índices de exclusão digital que revelam por outro ângulo mais uma faceta do abismo que separa ricos e pobres. Dados do Comitê Gestor da Internet (CGIBr, 2007, p. 35), por exemplo, revelam que somente 33,3% dos brasileiros já tiveram contato com a Internet pelo menos uma vez na vida, enquanto 66,7% nunca a acessaram. Entre os mais ricos, 95% já acessaram, mas, entre os mais pobres, esse número cai para 12,2%. O levantamento revelava ainda que mais de 85% da população não têm acesso à Internet em suas casas. Entretanto, entre os mais ricos, 81,5% acessam a rede de suas residências. Já entre os mais pobres (classes D e E), apenas 1,6% têm contato com a rede mundial de computadores de suas residências.

Os dados revelam a urgência da socialização da internet, considerado um ambiente capaz de ampliar o exercício da cidadania com igualdade e liberdade. Se considerada a dimensão estratégica da comunicação na construção de um processo contínuo e consistente de desenvolvimento, participação popular efetiva (e não simulada) e conseqüentemente de políticas que verdadeiramente venham atender aos anseios dessas populações.

“Sua efetivação contribuirá para o exercício da cidadania na dimensão política, por meio da ampliação das possibilidades de participação do cidadão na vida da sua cidade, do país e do mundo. (...) Contribuirá, ainda, para o exercício da cidadania nas suas dimensões econômica e social, a partir do acesso aos bens materiais e serviços públicos. (...) Como também do exercício da cidadania em sua dimensão cultural, potencializada pelo acesso à informação e ao conhecimento acumulado que a rede proporciona, além do exercício do direito de partilhar o poder de comunicar.” (PERUZZO, 2005, p.286).

Essas formas renovadas de participação política também permitem a

potencialização da participação de grupos empenhados na defesa dos direitos da cidadania. Moraes alerta que não se trata de substituir o mundo vivido pelo mundo virtual, nem subestimar mediações sociais e mecanismos clássicos de representação política, mas “agregar aos meios tradicionais as ferramentas digitais (...), que se inserem nos marcos de uma época em que padrões relacionais, parâmetros comunicacionais, permutas culturais, dinâmicas produtivas e apropria socialização da política cada vez mais orbitam em torno de tecnologias” (MORAES, 2009, p. 260).

Na medida em que está atrelado ao acesso a novos conhecimentos técnicos e comerciais e a oportunidades de atuação e atração de novos investimentos e investidores, o “Desenvolvimento Econômico” prescinde da dinamização da economia local. Esta por sua vez se dá por meio da geração de novas oportunidades de inserção profissional, fortalecimento da imagem dos empreendimentos e empreendedores locais, agregando valor a seus produtos e serviços e expansão da capacidade produtiva de forma sustentável.

Segundo Castells, “informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica. (...) A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis, mais poderosas, possibilita que a própria informação se torne produto do processo produtivo (CASTELLS, 1999, p.119).

O avanço das tecnologias da informação e comunicação, entretanto, extrapola as relações comerciais e financeiras, na medida em que conecta pessoas do mundo inteiro de forma instantânea, favorece as trocas culturais (ou a massificação, como descreverão alguns). Para o geógrafo Milton Santos, “a grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais, ao contrário das técnicas das máquinas, são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, essas técnicas dóceis estarão à serviço do homem”. (SANTOS, 2000).

No Relatório Mc Bride, o desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico (1983, p.342) é apontado como estratégico para elação do nível de vida dos povos e das nações, desde que se tome em conta que um novo modelo de desenvolvimento implica a participação da população nos assuntos nacionais, permitido a cada cidadão a condição de afirmar sua identidade pessoal ou cultural. Essa perspectiva está presente tanto nas práticas da Cipó, quanto da ALER, na medida em que ambas organizações buscam fortalecer os

processos participativos e a atuação política. Porém, essa dimensão, para ambas, é tão importante quanto as outras.

“(…) a comunicação entre os seres humanos constitui condição fundamental de seu pleno desenvolvimento qualitativo e do das sociedades em que vivem. A existência dessa comunicação e a sua democratização são o que pode contribuir para o surgimento desse desenvolvimento diferente, centralizado na qualidade de vida, e não exclusivamente na variedade e na quantidade dos bens produzidos”. (RELATÓRIO..., 1983, 342).

A mudança dos modelos de desenvolvimento, fortemente caracterizado pela economia industrial, para uma economia informacional, gera uma situação conseqüente: “onde ter mais ou menos acesso às novas tecnologias é um indicador e um determinante da profundidade da lacuna que separa as diferentes camadas sociais”. (JAMBEIRO, 2007, p. 60). Um fosso que se largará à medida que a prestação de serviço público, pelo próprio Estado, migrar cada vez mais para Internet e a estrutura administrativa se orientar para o usuário da rede mundial de computadores (SORJ, 2003, p.71), como já vem acontecendo, por exemplo, com as inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a declaração do Imposto de Renda, que gradativamente deixa de oferecer outra possibilidade fora da conexão via Internet.

### *3.1.2.3 Desenvolvimento Cultural e Ambiental*

Ao incluir a cultura como componente do desenvolvimento, algo que começou a ser discutido há cerca de quatro décadas com a criação do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ampliou-se o conceito de desenvolvimento para além da realização econômica. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004, organizado pelo PNUD, busca traduzir a requalificação do conceito de desenvolvimento que começa a ganhar força na década de 90, trazendo o seguinte enunciado em suas primeiras páginas:

“(…) para que o mundo atinja os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e erradique a pobreza tem que enfrentar primeiro, com êxito, o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. Fazê-lo com êxito é condição prévia para os países se concentrarem adequadamente em outras prioridades do crescimento econômico, a saúde e a educação para todos os cidadãos. O desenvolvimento humano tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas. Esta é uma questão, tanto de política, como de economia – desde a proteção dos direitos humanos até ao aprofundamento da democracia. A menos que as pessoas pobres e marginalizadas – que na

maioria das vezes são membros de minorias religiosas, étnicas, ou migrantes – possam influenciar ações políticas, ao nível local e nacional, não é provável que obtenham acesso equitativo ao emprego, escolas, hospitais, justiça, segurança e a outros serviços básicos”. (PNUD, 2004).

Para Barros (2007), “a cultura gera desenvolvimento humano porque fornece instrumentos de conhecimento, reconhecimento e autoconhecimento. Ou seja, porque gera identidade” (BARROS, 2007, p. 6). O autor vai propor uma tríplice relação entre cultura e desenvolvimento: a) dimensão política – a cultura cria as condições para a vida coletiva, portanto, funda a experiência pública; b) dimensão social – a cultura é condição para o exercício da cidadania pensada como inclusão e pertencimento; e c) dimensão econômica – a cultura é geradora de renda.

O conceito de cultura como “recurso”, noção batizada pelo professor da Universidade de Nova York, George Yudice, expressa nesse contexto a proposta de ampliação do termo para além das noções tradicionais e elitizantes de cultura, que sempre afastaram essa dimensão das discussões sobre desenvolvimento. O autor diferencia cultura como “recurso” na forma de valor simbólico, que pode ser agregado aos negócios (culturalização da economia) e “recurso” como bem ou serviço (simbólico-cultural), que pode vir a ser, ele mesmo, negócio (economia da cultura). Nessa perspectiva, a cultura passa a ser vista como “um valor a ser preservado em sua diversidade e pluralismo – assim como a biodiversidade – e o investimento em cultura é visto como prioritário para o fortalecimento da fibra social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento político e econômico” (HOLLANDA, 2008).

Canclini coloca que, mesmo depois de quarenta anos da apropriação da cena pública pelos meios de comunicação eletrônicos, “e de serem, convertidos nos principais formadores do imaginário coletivo”, os ministérios da cultura ainda continuam com seus olhares focados nas belas artes. E desta forma parece ignorar os cenários de consumo onde se forma o que ele chamou de “bases estéticas da cidadania”. O autor aponta, assim, para a necessidade de repensarmos hoje as políticas e as formas de participação - o que significa ser cidadãos e consumidores (CANCLINI, 2008, p.217), ou seja, levar em conta a necessidade de se reconceber conjuntamente o papel do Estado e da sociedade civil.

Não cabe reduzir o papel da cultura como um setor econômico, mas “enquanto dimensão constitutiva da vida social, uma usina geradora de riquezas simbólicas” (MIGUEZ, 2009, p. 3). Não se pretende desconsiderar as possibilidades econômicas que decorrem da cultura, mas “avançar na direção de uma nova compreensão do que deva ser desenvolvimento (...) como aumento da diversidade das manifestações culturais e a promoção da inclusão,

simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores” (MIGUEZ, 2009, p.4).

No âmbito do “Desenvolvimento Cultural”, a Cipó e a ALER buscam promover uma comunicação que potencialize o resgate da identidade, a valorização da cultura e o fortalecimento da imagem local, a re-significação dos referenciais simbólicos, a promoção de uma imagem positiva e propositiva da comunidade para fora e para dentro, a valorização da diversidade cultural, a produção, a fruição e o intercâmbio cultural.

Sobre o tema do meio ambiente frente à “necessidade” do desenvolvimento em outras bases, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Márcio Pochmann reforça a necessidade de se construir um novo tipo de Estado diante do fracasso do modelo neoliberal, que teve início com um Estado que tinha empresas e hoje se defronta com empresas que possuem países, visto que há corporações mundiais que chegam a faturar o PIB do Brasil.

Para ele o atual modelo de produção e consumo, imposto pelo mercado, é insustentável porque degrada o meio ambiente e coloca em risco à espécie humana.

“O Estado precisa reinventar o mercado com competição ampla, com pequenos e médios empreendimentos. É preciso haver uma concorrência cooperativa. Tudo isso requer nova estrutura bancária. É preciso prover assistência massiva. Nunca estivemos tão próximos de poder construir algo similar. Esse seria, então, um dos desafios centrais do período em que vivemos hoje”. (POCHMANN, 2009, p. 21).

E como a Cipó e a ALER dialogam com isso? Para Cipó, comunicação contribui para o “Desenvolvimento Ambiental(43)” na medida em que pode promover a consciência ambiental, pressionar os poderes públicos e estimular a comunidade a realizar melhorias que tornem o ambiente local saudável e agradável e estimular o crescimento equilibrado e ecologicamente sustentável por meio de campanhas de conscientização.

Entretanto, no que se refere à experiência das duas organizações, é importante dizer que em ambas esse tema não aparece com muita força. O que pode ser percebido mesmo em suas instalações com a ausência de uma política simples de economia dos recursos naturais ou promoção do consumo consciente.

No caso da Cipó, o tema aparece através dos debates e produtos que emergem dos jovens. A questão do lixo, preservação do espaço escolar e da biodiversidade, por exemplo,

---

43 Estamos tomando como “ambiental”, “os serviços e recursos naturais que dão suporte ao desenvolvimento humano no presente e no futuro” (LIBÂNIO, 2008, p. 194).

são discutidos de forma superficial. No caso da ALER o tema também não tem uma centralidade. Essa postura revela uma contradição já que muitos autores concluem ser indissociável o debate sobre “outro desenvolvimento” sem tomar em conta o quão estratégica é a pauta ambiental nesse processo e a repercussão que ele pode ter através do desenvolvimento de estratégias locais.

### **3.1.3 Comunicação para o Desenvolvimento**

O boliviano Luis Ramiro Beltrán, um dos principais precursores da comunicação para o desenvolvimento na América Latina, afirma que no continente têm prevalecido três conceituações principais a respeito da relação entre comunicação social e desenvolvimento: comunicação de desenvolvimento, comunicação de apoio ao desenvolvimento e comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático(44).

Ao descrever as distinções entre cada um destes conceitos, Beltrán definiu a comunicação de desenvolvimento como a noção de que “os meios massivos têm a capacidade de criar uma atmosfera pública favorável à mudança”, considerada indispensável para a modernização das sociedades tradicionais por meio do progresso tecnológico e o crescimento econômico. Já a comunicação de apoio ao desenvolvimento traduz a idéia de que “a comunicação planejada e organizada - seja ou não massiva - é um instrumento chave para a conquista de metas práticas de instituições e projetos específicos que propiciam o desenvolvimento. A comunicação alternativa para o desenvolvimento democrático é a noção de que, ao expandir e equilibrar o acesso e a participação das pessoas no processo de comunicação, tanto em níveis de meios massivos como aos interpessoais de base, o desenvolvimento deve assegurar, além de benefícios materiais, a justiça social, a liberdade para todos e o governo da maioria.

O autor afirma que essas três categorias refletem melhor as distinções que estão presentes nas práticas e que muitas vezes usá-las sem precisão pode gerar confusões indesejáveis. Para fins de análise, entretanto, as três conceituações são na maioria das vezes agregadas em um rótulo mais amplo e também comumente utilizada pelo próprio autor: o de "comunicação para o desenvolvimento", que não equivale a uma definição única, porém facilita a análise em alguns pontos, além de ser uma expressão mais usada para traduzir o

---

44 Beltrán, 1993. Discurso de inauguração da IV Mesa Redonda sobre Comunicação e Desenvolvimento, organizada pelo Instituto para América Latina (IPAL), em Lima, Peru, entre 23 e 26 de fevereiro de 1993. Disponível em: [www.comminit.com/en/node/150404](http://www.comminit.com/en/node/150404). Acesso em: 21/01/2010.



debate.

Mesmo porque, durante décadas a América Latina tem sido notadamente ativa, imaginativa e produtiva em tratar de colocar a comunicação a serviço do desenvolvimento. E “começou a utilizar a comunicação para o desenvolvimento muito antes das propostas teóricas e inclusive quando a denominação nem existia ainda como tal. (BELTRÁN, 1993)

Os pesquisadores Alfonso Gumucio-Dagron e Thomas Tufte trabalham com o termo *comunicação para mudança social* de modo a demarcar o que eles vão configurar como um novo momento de discussão do tema, entretanto, na própria introdução do livro *Antología de Comunicación para el Cambio Social: Lecturas Históricas y Contemporáneas* (45), organizado por ambos, reconhecem que apesar de muitos autores trabalharem com outras terminologias (entre elas, a mais usada: comunicação para o desenvolvimento) os textos reunidos no trabalho refletem as mesmas preocupações. Eles definem comunicação para mudança social como:

“ (...) um processo de diálogo público e privado através do qual as pessoas definem o que são, o que querem e necessitam, e como vão trabalhar coletivamente para obter aquilo que contribuirá ao melhoramento de suas vidas. Se baseia em princípios de justiça, equidade, voz e participação, na tolerância e no processo desatar as vozes que antes não eram escutadas” (GUMUCIO-DAGRON e TUFTE, 2008, p. 44).

Os autores falam de um aspecto importante no processo de mudança, que não se dá no âmbito do indivíduo, mas da promoção de uma mudança de postura e comportamento no âmbito da coletividade em que as ações surgem da comunidade e não são feitas para ela. “No coração desse conceito está a convicção de que as comunidades afetadas entendem melhor sua realidade que os “especialistas” fora dela” (GUMUCIO-DAGRON e TUFTE, 2008, p. 45). Durante o livro, o termo comunicação para o desenvolvimento é usado como sinônimo do termo proposto pelos autores.

Outro expoente no debate sobre o tema, o paraguaio Juan Díaz Bordenave (2008, p.746), definiu em três pontos como funciona a comunicação para o desenvolvimento (sem mudar o conceito) dentro do novo paradigma participativo e da mobilização comunitária:

- a) Facilitando o diálogo entre os membros das comunidades através da ajuda na construção de um diagnóstico participativo das situações-problema e na apresentação dos problemas identificados à comunidade; do estímulo à reflexão

---

45 Trata-se de um compendio de 1.414 páginas, que reúne 200 textos de 150 autores, com histórico reconhecido de pesquisas sobre o tema, ainda não traduzido para o português.

comunitária e a priorização de problemas; favorecimento do intercâmbio de idéias e experiências entre comunidades distintas; e apoio a organização da comunidade para solução de problemas;

b) Fortalecendo a capacidade da comunidade de fazer conhecer suas aspirações, necessidades e problemas às autoridades e sociedade como um todo, por meio da disponibilização de informação sobre os serviços existentes e a forma de acessar os mesmos; capacitação dos membros da comunidade no uso dos meios de comunicação para informar as autoridades e ao público em geral sobre necessidades de assistência; e com apoio às reivindicações da comunidade, ajudando-lhes a obter legitimidade diante das autoridades, formadores de opinião e meios de comunicação social, nas soluções propostas para seus problemas; com prestação de serviço de informação à comunidade sobre seus avanços no processo de mobilização até a solução desejada;

c) Promovendo entre as instituições oficiais e privadas a utilização adequada da comunicação em sua relação com as comunidades. Dessa forma busca facilitar a estas instituições o processo de entendimento das necessidades e pedidos de assistência das comunidades; promover uma intercomunicação com outras organizações para coordenação dos programas de apoio às comunidades; com a elaboração de estratégias de comunicação em apoio aos programas e projetos de intervenção social nas comunidades; e preparação de materiais e uso dos meios de comunicação para disseminar mensagens aos diversos setores da população.

A Cipó define a comunicação para o desenvolvimento como “um processo que fortalece o potencial comunicativo de uma determinada comunidade, direcionando-o para a promoção de avanços no âmbito pessoal, social, econômico, cultural, político e ambiental. (...) A comunicação para o desenvolvimento considera os atores como agentes do seu próprio desenvolvimento e ponto de partida para o desenvolvimento sustentável de sua comunidade”. Foi baseada nessa concepção, muito inspirada em concepções como as que vimos anteriormente, que a instituição desenvolveu o projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, que aponta a necessidade de parcerias intersetoriais para implementação dos Centros Comunitários de Multimídias<sup>46</sup> e criação da sustentabilidade da proposta, que

---

<sup>46</sup> Para Cipó, “o Centro Comunitário de Multimídia (CCM) é espaço de articulação de pessoas e oportunidades que gera e difunde conhecimentos; conecta indivíduos entre si e com o mundo, fortalecendo a sua capacidade de atuar conjuntamente; permite que a comunidade produza suas

deve ser desenvolvida por jovens moradores dos bairros envolvidos.

A comunicação para o desenvolvimento acontece, portanto, quando uma comunidade ou território coloca seu potencial comunicativo a serviço da promoção do desenvolvimento de seus integrantes e de seu entorno. “Nesta perspectiva, a comunicação não atua como fator isolado, mas como facilitadora e potencializadora de diversos outros processos imprescindíveis à promoção do desenvolvimento integral e sustentável” (CONCEITOS..., 2007).

Trata-se de um processo horizontal, de duas vias, que busca unir as pessoas para que identifiquem seus problemas, construam consensos sobre o futuro desejado e se empoderem para torná-lo realidade. Envolve, portanto, a co-produção e partilha de conhecimentos, o respeito ao contexto, aos valores e à cultura de cada localidade e a valorização equânime dos diversos integrantes de um determinado território, uma vez que prescinde da participação de todos eles. (CONCEITOS..., 2007)

Nas etapas de implantação, apontadas como necessária pela Cipó, para um processo de comunicação para o desenvolvimento, lembramos do que disse Bordenave anteriormente nos documentos institucionais: a) identificação das necessidades e possibilidades de contribuição da comunicação para um determinado território ou comunidade (diagnóstico); b) a utilização de estratégias de comunicação inovadoras e eficientes para audiências específicas; c) a adoção de políticas, metodologias e infra-estrutura tecnológica adequadas; e d) capacitação da comunidade para utilizar as técnicas comunicativas, os processos participativos, o monitoramento e a avaliação dos resultados. Essas etapas contribuem para criação de ambiência, construção de redes/conexões, fortalecimento institucional, construção/disseminação de tecnologias e conhecimentos e incorporação da proposta em políticas e práticas de promoção do desenvolvimento.

Dessa forma, quando a comunicação é pensada na perspectiva da promoção do desenvolvimento, é possível fortalecer, no âmbito pessoal, o exercício da cidadania e da participação democrática e facilitar a criação e consolidação de vínculos e processos de troca e articulação com outros atores; além de promover o desenvolvimento social, intelectual, econômico e político do cidadão.

No âmbito das organizações da sociedade civil, a comunicação para o desenvolvimento pode contribuir para o fortalecimento institucional, expansão do impacto social e articulação com outras organizações. Na comunidade, busca promover o

---

próprias mídias, para expressar suas idéias e opiniões, reafirmar sua identidade, disseminar sua cultura, intervir na sua realidade, mobilizar, educar, participar etc”. (CONCEITOS..., 2007)

fortalecimento do capital social, aprofundando os vínculos e a confiança entre as pessoas e organizações locais, a formação e legitimação de novas lideranças, a articulação de redes sociais etc, favorecendo inclusive suas atividades econômicas e sua capacidade de organização. É possível observar ainda o aumento do nível educacional e da auto-estima de seus integrantes, profissionalização de suas entidades, ampliação dos serviços locais e de sua qualidade de vida, que vão ser determinados principalmente por sua capacidade de reivindicar políticas e programas que tragam benefícios para o local.

“...a organização dos sujeitos em torno dos temas de interesse público é a forma de ampliação da sua potência cívica, o meio através do qual podem intervir mais ativamente no debate público e chegar às instâncias deliberativas”(HENRIQUES **In** HENRIQUES, 2004).

Na sociedade contemporânea, onde o processo de mediação tecnológica parece inexorável, garantir a democratização dos espaços e meios de mediação é uma necessidade na medida em que pode instrumentalizar os sujeitos para interpretar as transformações, que na maioria das vezes acontecem sem que seja possível diagnosticar o que se quer e como se quer mudar. Um processo que só ganha força e legitimidade quando agrega muitas vozes com mesmo poder de discurso e reivindicação, pois “se não houver horizontalidade nas relações sociais, igual potencial de expor idéias, concordar, discordar, argumentar, não há democracia” (LIMA, 2006, p.5).

Castells considera que não é sequer possível pensar em processos de desenvolvimento sem pensar em tecnologia, especialmente no acesso à rede mundial de computadores:

Desenvolvimento sem a Internet seria o equivalente a industrialização sem eletricidade na era industrial. É por isso que a declaração freqüentemente ouvida sobre a necessidade de se começar com “os problemas reais do Terceiro Mundo” — designando com isso: saúde, educação, água, eletricidade e assim por diante — antes de chegar a Internet, revela uma profunda incompreensão das questões atuais relativas ao desenvolvimento. Porque, sem uma economia e um sistema de administração baseados na Internet, qualquer país tem pouca chance de gerar os recursos necessários para cobrir suas necessidades de desenvolvimento, num terreno sustentável — sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais. (CASTELLS, 2001, p.269).

Mais uma vez, o Relatório McBride é utilizado para referenciar a importância de não tomarmos a comunicação como um “serviço acidental, cujo o desenvolvimento fique a sabor do acaso”. Desse modo sugere também a criação de políticas de comunicação globais,

ligadas aos objetivos gerais de caráter social, cultural, econômico e político, e baseadas em consultas interministeriais e interdisciplinares que tragam em si grande participação pública. Isso sem falar que a comunicação/informação – mais especificamente a capacidade de transmitir, armazenar, gerar e utilizar informação – se apresenta como um recurso capital com papel crucial para a economia, comparável ao da energia e das matérias-primas. Uma situação que fica evidenciada quando falamos em corporações multinacionais (RELATÓRIO..., 1983, p. 424).

### **3.1.4 Participação político-social e Juventude: uma proposta de redefinição do papel dos jovens na sociedade**

No cenário internacional, organismos como a Organização das Nações Unidas - ONU vêm continuamente estimulando os países a formularem e implementarem políticas voltadas para a juventude dentro do enfoque da oportunidade e não do dano. O Brasil ainda precisa avançar mais nessa concepção, mas aos poucos os governos vêm investindo em programas e projetos que trabalham o jovem na perspectiva da cidadania e da participação e não do risco ou do problema.

Nesse sentido, o ano de 2006 foi um marco para os jovens(47) brasileiros. O governo federal criou a Secretaria Nacional de Juventude e desde então algumas reivindicações antigas saíram do papel: o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi instituído, o *ProJovem* (programa de elevação de escolaridade e preparação para o mundo do trabalho) foi implantado e a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foi realizada em 2008. Esta elegeu 71 proposições e 22 prioridades para investimento neste público nas mais diversas áreas. Na Bahia, como resultado da Conferência, foi criado o Conselho Estadual de Juventude e uma área, dentro da Secretaria Estadual de Relações Sociais (Serin), para conduzir a gestão das políticas de juventude. O governo criou ainda o *Trilha*, programa de elevação de escolaridade e ingresso no mundo do trabalho, que ocorre em diversos municípios baianos juntamente com o *ProJovem*.

Se por um lado, a implementação do que está nas 71 proposições ainda é algo distante, por outro este novo cenário deixa para trás um modo de ver e pensar políticas para os

---

47 Segundo IBGE, em 2025, estima-se que o Brasil viverá o segundo pico de sua população jovem, com projeções de 35,7 milhões de habitantes transitando entre a adolescência e juventude (o primeiro pico ocorreu em 2005, com 35,1 milhões de brasileiros). O IBGE considera a faixa etária de jovens de 15 e 24 anos, quando o Plano Nacional de Juventude fala em 15 a 29 anos. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 14 jul. 2010.

jovens que se perpetuou durante décadas, resultado de um esforço de décadas encampado pelo movimento estudantil, pela juventude partidária e outros formatos participativos, como os jovens ligados às organizações sociais, ao movimento *hip hop*, os produtores de mídia independente e alternativa, aqueles ligados ao movimento ambientalista, dentre outros.

Até meados da década de 60, por exemplo, as políticas para juventude eram direcionadas aos jovens de camadas populares, porém “se resumiam a algumas medidas de apoio à inserção no mundo do trabalho, mas mais fortemente medidas de prevenção, punição ou resgate das situações de desvio e marginalidade.” (ABRAMOVAY et al., 2004, p 79). Segundo Castro e Abramovay (2009), com a luta pela redemocratização política, o jovem estudante das camadas populares passou a adquirir maior visibilidade social e já na década de 90 foi reconhecido como foco de ações de responsabilidade social. Uma tendência que vem se mantendo, como revela o Censo Juventude, um recorte especial do Censo GIFE 2007-2008 realizado em parceria com o Ibope/Instituto Paulo Montenegro e Instituto Ibi. A pesquisa apontou que em um universo de 80 organizações participantes do Censo (todas associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE), 56 afirmam que seus programas são focados exclusivamente em jovens, “por acreditar que o investimento na juventude é uma maneira de criar melhores condições de vida no futuro” (EMPRESAS..., 2010).

As razões pelas quais os associados GIFE optam por investir na juventude, quando poderiam investir em qualquer outra faixa etária, são apontadas como: indicadores socioeconômicos relacionados aos públicos (66%), crença no papel da juventude contra a replicação da pobreza (63%) e falta de políticas públicas para pessoas dessa idade (43%). Os critérios para seleção dos jovens apoiados pelo programa são faixa etária (77%), renda (57%) e localização geográfica (39%). Pode-se dizer que as financiadoras de programas para juventude, na sua maioria, iniciaram suas ações pelo paradigma descrito por Dina Krauskopf de jovem problema para jovem como ator estratégico de desenvolvimento local (FREITAS. 2005, p.23).

O direito à inclusão social como demanda referencial da participação política juvenil atualmente, segundo Novaes (2005), resulta de graus crescentes de vulnerabilidade e ‘medo de sobrar’ que a juventude tem sofrido em diversos campos sociais. Nessa configuração, cinco seriam os indutores (forma e demanda) de participação política juvenil para Castro e Abramavoy (2009, p 36), que a seguir resumimos: a) as apropriações juvenis do ideário ecológico; b) os novos sentidos do casamento entre “educação e trabalho”; c) as novas versões das lutas pelos Direitos Humanos - movimentos juvenis têm-se apropriado do referencial ‘direitos humanos’ e com ele mobilizado diferentes lutas frente à banalização da

violência e da morte; d) a arte e a cultura na construção do espaço público. É significativo o fato de as experiências socialmente públicas da juventude terem sido destacadamente ações em torno da produção de sentidos simbólicos e identidades coletivas, o que se convencionou chamar de cidadania cultural; e e) os efeitos e as potencialidades das novas tecnologias de informação. Os movimentos juvenis têm contribuído significativamente pelas redes virtuais para denunciar, questionar, enfim consolidar contatos, e campanhas.

Em toda literatura sobre o impacto da internet na extensão das possibilidades de participação política, dois vetores se consolidaram após a primeira metade da década de 90: primeiro, insiste-se na recuperação da esfera da discussão pública, e, segundo, destaca-se a capacidade da internet em diminuir o controle dos tradicionais meios de comunicação de massa. Nessa linhagem literária, a internet apresenta as seguintes vantagens para o encadeamento das funções de participação política: superação dos limites de tempo e espaço, extensão e qualidade do estoque de informações, comodidade, conforto, conveniência e baixo custo, sem controles e filtros, interatividade e oportunidades para vozes excluídas (GOMES, 2004 apud CASTRO; ABRAMOVOY, 2009, p.36). Qual seria o público mais apto a experimentar as ferramentas tecnológicas mais modernas para monitoramento e exercício político?

Muitas organizações sociais apostam nos jovens. Projetos nas áreas de educação, proteção, artes, trabalho, esporte, participação e comunicação, por exemplo, buscam enfrentar as causas da exclusão desse público. No entanto, ainda faltam iniciativas que consigam, de forma intersetorial, reunir sociedade civil, governos e iniciativa privada para juntos e de acordo com suas competências, desenvolver programas integrados de atendimento à juventude, como segmento social. Este esforço está presente em diversos projetos da Cipó e especificamente no Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento. Na descrição do projeto, os jovens são os protagonistas de todo processo: recebem formação, formam outros jovens, elaboram e executam planos de ação (com orçamento gerenciado por eles) e são estimulados a mobilizar a comunidade a partir de um diagnóstico construído de forma participativa sobre quais as áreas e temas prioritários em que eles vão atuar. A seguir vamos conhecer os resultados dessa experiência.

## 4 CONTRIBUIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre dois dos objetivos específicos definidos nessa dissertação. A saber: a) avaliar o projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (ACD), a partir da percepção dos atores envolvidos sobre a repercussão do projeto em sua vida e no seu entorno. (É importante ressaltar que, apesar de o projeto pretender um impacto comunitário, vamos observar esta repercussão através dos jovens envolvidos, pois uma análise de campo com outros membros da comunidade demandaria um escopo de pesquisa não compatível com o cronograma do Programa ou mesmo com a proposta deste trabalho); e b) identificar as práticas de comunicação para o desenvolvimento da ALER.

### 4.1 A REPERCUSSÃO DO PROJETO ACD NA VIDA DOS JOVENS E NO SEU ENTORNO

Após uma breve paralisação diante desse desafio, decidimos identificar o grau de repercussão do projeto ACD no âmbito local através do próprio jovem, estimulando-os a falar das transformações provocadas em nível pessoal e de como ele interferiu na relação deles com o seu entorno. Embora as comunidades do Subúrbio sejam espaço de convivência e moradia dos jovens e foco das ações desenvolvidas pelos jovens após a formação, o contexto da pesquisa é o projeto ACD, onde simbolicamente o público do projeto se relaciona com vários outros atores, diferentes discursos e contextos se revelam e as ações são elaboradas e executadas, gerando desdobramentos que buscamos analisar. Ainda que reconheçamos os limites desse procedimento, as informações levantadas através dos questionários, das entrevistas e da análise documental apontaram resultados que merecem atenção e que compartilhamos a seguir com o intuito de contribuir com uma reflexão sobre o projeto, sem a pretensão de apontar aqui conclusões definitivas.

O processo de investigação junto aos jovens e análise dos dados foi fundamentado em algumas questões centrais elaboradas a partir do cruzamento das expectativas do projeto ACD (objetivos) e o conceito de desenvolvimento pessoal e local que subsidia o trabalho da Cipó. Primeiro, elegemos algumas palavras-chave, destacadas abaixo:

1. Objetivo geral do projeto ACD: “contribuir com o **desenvolvimento das pessoas e das comunidades** do Subúrbio Ferroviário de Salvador, por meio da



formação de jovens para que atuem como **empreendedores sociais na área da comunicação**”.

2. Objetivo específico 1: Formar 30 jovens para que: **utilizem** processos, tecnologias e instrumentos de **comunicação com o propósito de fortalecer o desenvolvimento local** em suas comunidades; planejem, executem, aprimorem e avaliem **iniciativas empreendedoras de comunicação para o desenvolvimento** (planos de ação juvenil); e planejem e **administrem sua vida financeira** e o orçamento dos seus planos de ação juvenil, **adquirindo habilidades que garantam sua própria sustentabilidade e da sua iniciativa empreendedora**;

3. Objetivo Específico 2: Criar condições para que os jovens formados **atuem como educadores, produtores de mídia, comunicadores comunitários e articuladores/mobilizadores sociais**, a partir do centro de multimídia comunitária da sua comunidade;

4. Objetivo Específico 3: Orientar e acompanhar os **jovens no planejamento, implementação, gestão e avaliação de ações, campanhas e projetos de comunicação para o desenvolvimento** (planos de ação juvenil), que beneficiem, pelo menos, 500 outros jovens da região;

5. Objetivo Específico 4: criar condições para que os **jovens agentes continuem atuando** de forma cada vez mais estratégica **em prol do desenvolvimento local** mesmo após o término do projeto.

Ao avaliar as palavras e temas destacados acima buscamos identificar as sinergias entre estas e as dimensões do desenvolvimento (cujos aportes teóricos foram apresentados no capítulo anterior), gerando a definição das categorias temáticas de análise, ora transformadas em algumas perguntas que subsidiaram as entrevistas semi-estruturadas e a aplicação do questionário. Sabíamos que para responder parte da questão do **problema de pesquisa** da dissertação - *Como os projetos de comunicação implementados pela Cipó (ACD) e pela ALER têm contribuído para o desenvolvimento? E quais as orientações que estas experiências apontam para uma política estadual de comunicação?* - seria preciso avaliar o cumprimento dos objetivos do projeto ACD:

- os jovens sentem-se capacitados e motivados a atuarem **em prol do desenvolvimento local**?

- os jovens sentem-se capazes de **planejar, implementar e avaliar ações, campanhas e projetos de comunicação para o desenvolvimento, ou seja, de serem empreendedores sociais na área de comunicação para o**

**desenvolvimento?**

- os jovens se sentem capacitados a atuarem **como educadores, produtores de mídia, comunicadores comunitários e/ou articuladores/mobilizadores sociais?**

- qual a compreensão dos jovens sobre a **utilização da comunicação com o propósito de fortalecer o desenvolvimento local?**

- em última instância, em que medida as ações do projeto promoveram o **desenvolvimento das pessoas** (dos jovens) **e das comunidades** (seu entorno)?

- os jovens adquiriram habilidades que contribuem para **administração da sua vida financeira, ou seja, sua própria sustentabilidade e da sua iniciativa empreendedora?**

Um dos instrumentos de pesquisa, como detalhado na Introdução, foi a aplicação de questionário, em que se buscou levantar informações acerca das mudanças que os jovens perceberam em si mesmos após a participação no programa, acerca da experiência vivida (especialmente a elaboração e implementação dos planos de ação comunitários) e da compreensão sobre os problemas comunitários e seu papel diante deles. Dos cerca de 180 jovens que participaram diretamente do projeto ACD, 52 responderam ao questionário.

O levantamento dos dados revelou que metade dos entrevistados ingressou no projeto em 2008, quase 39%, em 2009 e 11% no início de 2010. Em relação aos dados quantitativos de faixa etária, encontramos o seguinte entre o público pesquisado: 23,1% estão abaixo dos 17 anos, 26,9% são maiores de 20 anos e os outros 50% estão entre 17 e 20 anos. Trata-se de uma amostra significativa, pois representa proporcionalmente, em termos de faixa etária, os 180 jovens, segundo as fichas de inscrição avaliadas.

menor de 17 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	maior de 20 anos	total
23.1%	13.5%	7.7%	11,5%	17,3%	26,9%	100%
12	7	4	6	9	14	52

QUADRO 2: Idade dos jovens entrevistados.

FONTE: Elaboração própria a partir de Marino e Locatelli (2010).

Em relação aos dados quantitativos de escolaridade, alguns resultados significativos: não houve evasão escolar, algo muito comum entre os jovens moradores de bairros populares, afrodescendentes, com famílias de baixa renda. Aproximadamente 42%

concluíram o ensino médio, 10% estão cursando ou concluiu a universidade e 48% cursam o ensino médio. Entre os que concluíram o ensino médio, cerca de 30% estão fazendo ou completaram cursos complementares à educação formal, como redação, inglês, design gráfico e eletrotécnica; 26% prestaram vestibular ou estão fazendo curso pré-vestibular. Quando questionados sobre os planos que eles têm em relação à sua educação, a grande maioria (90%) deseja concluir o ensino médio e/ou ingressar na universidade. Destes, quase metade assinala também o desejo de fazer cursos depois da faculdade. Eis o quadro detalhado:

Fundamental Completo	1ª série Ensino Médio	2ª série Ensino Médio	3ª série Ensino Médio	Médio Completo	Nível Superior em curso	Nível Superior Completo	Interrompeu os estudos	total
11.5%	13.5%	17.3%	5.8%	42.3%	7.7%	1.9%	0.0%	100%
6	7	9	3	22	4	1	0	52

QUADRO 3: Escolaridade dos jovens entrevistados.

FONTE: Elaboração própria a partir de Marino e Locatelli (2010).

Junto com os estudos, o trabalho foi apontado como um elemento importante na vida dos jovens. Quase todos responderam que se projetam, dentro de dois anos, trabalhando e/ou estudando. Para 15 dos 27 jovens que concluíram o ensino médio ou estão no ensino superior, o trabalho já é (ou foi) uma realidade. Destes, 13 continuam empregados e três afirmaram que atuam nas suas áreas de formação ou interesse, mas reafirmam o desejo de conquistar uma inserção de “sucesso”.

Todos os 13 que estão empregados disseram que o ingresso no projeto contribuiu para sua inserção ou melhor desempenho no trabalho. Muitos destacaram em seus depoimentos a capacidade de se “expressar melhor”, a “perda da timidez”, de “desenvolver habilidades que nem sabia que tinha”. Alguns destacaram habilidades técnicas, como a produção de fanzines, fotografias, fotoclipes, power points e clipagem de matérias jornalísticas e mudanças de posturas no que se refere a “pontualidade” e “responsabilidade com o trabalho”.

<b>Você está trabalhando atualmente?</b>	Sim	25%	13
	Não	75%	39
<b>É um trabalho ligado à sua área de estudos?</b>	Sim	7,5%	3
	Não	92,5%	37
<b>Se não está trabalhando, já trabalhou?</b>	Sim	35,7%	15
	Não	64,3%	27
<b>Era um trabalho ligado à sua área de estudos?</b>	Sim	7,9%	3
	Não	92,1%	35
<b>Sua participação no Programa Jovens Escolhas contribuiu para sua entrada, ou para um melhor desempenho, neste trabalho?</b>	Sim	32,6%	15
	Não se aplica	67,4%	31

QUADRO 4: Grau de empregabilidade dos jovens entrevistados.

FONTE(48): Elaboração própria a partir de Marino e Locatelli (2010).

Comparando-se os índices que relacionam idade, escolaridade e ingresso no trabalho dos jovens ligados ao projeto com os índices oficiais que envolvem o público jovem que vive no Subúrbio Ferroviário, pudemos constatar diferenças positivas. Por exemplo: a porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos com menos de oito anos de estudos atinge 48,4% no Subúrbio e a taxa de desemprego dessa mesma faixa etária é de quase 45%, segundo dados do IBGE de 2000.

A partir da matriz avaliativa do projeto, foram desenvolvidos três indicadores de competências: conhecimento teórico para elaboração de projetos, facilitação de reuniões e sistematização e organização de informações. As respostas dos jovens ao questionário revelaram resultados significativos em cada um dos campos. Eles afirmaram “que aumentaram sua capacidade de planejamento, de desenvolver projetos a serem implantados na comunidade, contemplando as diversas opiniões, e que perceberam a importância do monitoramento e da sistematização das atividades para os resultados alcançados”.

Escolhi junto à equipe o tema a ser trabalhado, construção de objetivos,

---

48 Uma esclarecimento: o “não se aplica” está sendo utilizado neste caso para identificar os jovens que não responderam a esta pergunta porque não trabalhavam antes. Desse modo ela não se aplica a eles, senão apenas aos 15 jovens que já tinham experiência laboral.

metas, justificativas e etc. Aprendi a construir o projeto em si, há muitos detalhes que devem ser pesados antes da ação. (Jovem A, 20 anos)

Elaboração de projeto, orçamento, planejamento de aula, sistematização de atividades. Aprendi a ter organização, pontualidade nas atividades. (Jovem B, 20 anos)

Abaixo quadro gerado pela equipe da CAOS que traz a avaliação do resultado das respostas dos jovens em comparação às metas do projeto:

Pergunta avaliativa	Indicadores	Resultados
Os jovens desenvolveram competências e habilidades que facilitarão seu ingresso, permanência e progresso no mundo do trabalho?	Conhecimento teórico relativo a etapas de elaboração de projetos	Atingido
	Habilidade de facilitação de reuniões	Atingido
	Habilidade de sistematização e organização de informações	Atingido
	Persistência diante de situações adversas	Atingido
	Reconhecimento do próprio potencial de geração de renda	Todos os jovens descreveram diversas habilidades que consideram significativas para a entrada no mundo do trabalho
	Habilidade de planejamento financeiro	Atingido

QUADRO 5: Resultado das respostas dos jovens em comparação às metas do projeto.

FONTE: Marino e Locatelli (2010, p. 31).

As questões elencadas no Quadro 5 foram baseadas na experiência dos jovens no desenvolvimento e execução dos planos de ação. Como detalhado no Capítulo 2, essa etapa do projeto previu que os 30 jovens Agentes se dividissem em seis grupos e construíssem um projeto de intervenção na sua comunidade a partir de um diagnóstico. Para isso, receberam formação básica em elaboração de projeto e um orçamento de R\$ 1.500,00 por grupo para executar o plano de ação. Cada grupo teve que envolver outros 25 jovens na sua proposta. Foram desenvolvidos e executados seis planos de ação que conseguiram envolver cerca de 250 jovens, 100 além do previsto.

Essa etapa da formação e os resultados gerados por ela, que serão desdobrados em

seguida, permite perceber o grau de importância dado pela Cipó para promoção de uma formação para além de um modelo convencional que busca a preparação do jovem para o ingresso no mercado de trabalho tradicional. Nesse momento do processo formativo foi possível perceber a intenção de desenvolver entre os participantes uma visão crítica da sua realidade, postura proativa diante do processo de transformação dessa realidade, capacidade de reconhecer e convocar os outros atores-chaves para esse processo etc. Foi possível detectar nos programas das atividades, conteúdos e práticas que pretendiam, por exemplo, desenvolver habilidades para elaboração e execução de projetos, estímulo à participação política e mobilização para intervenção local e incidência. Após análise de cada projeto desenvolvido por eles, os resumos da seguinte forma:

- **Juventude Fazend’Ação** – tinha como objetivo contribuir com o aumento da visibilidade de Fazenda Coutos através da internet, por meio de sites, blog e vídeos, que ressaltassem os pontos positivos do bairro, “contribuindo com a resignificação do local para seus próprios moradores”. Os jovens se propuseram a elaborar e distribuir um jornal com jovens entre 16 e 20 anos.
- **Agentes de Preservação** – tinha como objetivo principal contribuir para a preservação de patrimônios históricos, culturais e ambientais do Subúrbio por meio da formação de 30 jovens, entre 14 e 17 anos, como mobilizadores sociais, comunicadores comunitários, produtores de mídia e educadores.
- **Lazer Seguro:** pretendia capacitar jovens do Subúrbio entre 16 a 18, estudantes de colégios estaduais, para que eles atuassem no desenvolvimento comunitário, com foco na promoção do “lazer seguro”. A proposta do grupo era evidenciar os problemas da comunidade “para que os jovens utilizassem os instrumentos da comunicação como estratégia de visibilização e busca de solução desses problemas”. Ao final da formação, os 30 estudantes deveriam atuar no ambiente escolar como mobilizadores.
- **Jovens + Lazer’Cult** – tinha a proposta de contribuir para a formação de 30 jovens lideranças comunitárias, entre 15 e 18 anos, “através da educação, estimulando-os a atuar nos seus bairros em prol da melhoria do lazer e da cultura”.
- **Conexão Estudantil de Desenvolvimento Escolar (CEDE)** – objetivou criar grupos de lideranças estudantis, entre 15 e 21 anos, dentro dos colégios de ensino médio de Paripe, “visando promover ações de mobilização em prol da melhoria na

qualidade da educação pública e integração da escola com as comunidades onde os alunos residem”.

- **Jovens Atuantes na Educação** - foi criado para contribuir com a ampliação da relação da comunidade com estudantes e as escolas, a fim de valorizar a preservação do patrimônio escolar, “criando assim uma comunidade capaz de exercer seus deveres e lutar por seus direitos”.

Entre os jovens, o principal impacto que identifiquei é o fortalecimento da autonomia. Essa é a principal mudança no comportamento e nas avaliações dos próprios jovens sobre o que o projeto significou para eles. Uma maturidade mais apurada que se reverte em outro olhar sobre si mesmo e sobre o lugar em que vivem e as pessoas que ali estão. Também demonstram planos de vida construídos ou modificados a partir dessa experiência. Para as comunidades o primeiro impacto é o acesso a outra imagem sobre si próprios; a revelação de coisas que nem eles mesmos se davam conta, mas que sempre existiu bem do lado” (Leandro Vilas Verde, educador referência do projeto ACD).(49)

Todos os planos foram escritos pelos jovens seguindo padrões básicos de formatação de projeto, com apresentação, justificativa, objetivos, metas, atividades, cronograma, mecanismos de avaliação e orçamento. Nessa etapa, os jovens se responsabilizaram pelo registro das atividades, utilização dos recursos e prestação de contas e contaram com apoio dos educadores para elaborar as oficinas, os produtos de comunicação, as cartas para grupos culturais e associações quando necessitavam solicitar apoio, entre outras ações. Cada um dos planos de ação, construídos com base no diagnóstico que eles realizaram previamente em suas comunidades, envolveu mostras e exposições de trabalhos, que mobilizaram cerca de 900 pessoas da comunidade.

Para o desenvolvimento dos planos, foram firmadas parcerias com duas escolas estaduais, uma escola municipal e cinco organizações e associações sediadas no Subúrbio Ferroviário. A interlocução com esses espaços, mesmo quando solicitado apoio dos educadores na orientação sobre abordagem, foi feita pelos jovens.

(...) Eu vivi uma época que a escola não abria as portas para um projeto, a menos que fosse um projeto da escola que você precisasse trazer um grupo. E hoje a gente consegue mobilizar 300 pessoas em uma exposição só. Aquilo foi maravilhoso! Muito bom mesmo. Para mim de concreto foram essas coisas, mas tem muito, muito mais. (...) (Jovem C, 20 anos)

---

49 Entrevista concedida em 18 de outubro de 2010.



O percurso formativo que conduziu até a preparação dos jovens para essa etapa envolveu atividades semelhantes às que os jovens vivenciarão na execução dos planos de ação. Ainda em 2009, por exemplo, os participantes desenvolveram dois vídeos: *Plataformas de Espetáculos e Magia e De Dentro de Casa*. O primeiro apresentou grupos artísticos formados por jovens do Subúrbio, que buscam na arte e cultura um meio de transformação social. *De Dentro de Casa* tem cunho social mais forte e retratou de forma criativa a realidade de mulheres moradoras do Subúrbio que sofrem violência dentro de seus lares. O vídeo foi rodado dentro de uma casa e traz um depoimento emocionante de uma mulher que conseguiu superar esse trauma e reconstruir sua vida. A produção dos vídeos mobilizou 06 grupos culturais do Subúrbio Ferroviário, além do Centro Cultural de Plataforma e dos Colégios Estaduais Almirante Barroso, localizado no bairro de Paripe, e Bertholdo Cirilo dos Reis, em Plataforma.

Para realizar o lançamento dos dois vídeos, foi montada a *Mostra De Olho na Gente*. Para esse evento, os próprios jovens foram convocados a experimentar a elaboração e implementação de um planejamento de lançamento, distribuição de convites e divulgação nas suas comunidades. Coube a eles também elaborar a capa do DVD, montar produtos e estratégias de divulgação e conduzir o lançamento, que reuniu 85 pessoas. Durante a Mostra, eles também apresentaram os seus planos de ação e anunciaram o processo seletivo de 150 jovens. Eles foram ainda os responsáveis pela divulgação, que ocorreu por meio de cartazes, panfletos, e-mail, Orkut e MSN (elaborados e distribuídos pelos próprios jovens) e boletins eletrônicos distribuídos pela equipe de educadores do projeto. A ação mobilizou cerca de 300 jovens de diversas comunidades do Subúrbio interessados em fazer parte do ACD.

Uma das atividades do Módulo de Desenvolvimento Local, nome dado a um conjunto de conteúdos formativos focados na atuação comunitária e desenvolvimento local, teve como objetivo de mobilizar os jovens a refletirem sobre sua realidade a partir de uma projeção da comunidade ideal para eles viverem, construídas de forma coletiva a partir de perspectivas diversas. A etapa previu a construção de um diagnóstico situacional dos bairros de Plataforma e Fazenda Coutos, tendo como base os aspectos que comporiam a realidade ideal. Divididos em grupos, os jovens elaboraram um plano de pesquisa que incluiu: entrevistas com moradores (foram 100 realizadas); coleta de dados de fontes oficiais e registros fotográficos. Ao final da aplicação das entrevistas, sistematizaram as informações num diagnóstico e elaboraram o painel *O Subúrbio que Queremos*, em que destacaram as deficiências da região e também suas riquezas humanas, culturais e ambientais.

De volta aos dados revelados pelo questionário aplicado, pudemos observar uma



postura propositiva dos jovens diante dos problemas da comunidade, um conhecimento da realidade local e o interesse por realizar atividades voltadas ao desenvolvimento e ações de mobilização comunitária. De forma geral, percebemos que os jovens têm uma visão crítica sobre sua realidade e se percebem como co-responsáveis pela transformação dessa realidade. Um dos principais desafios que as comunidades vêm enfrentando, na visão deles, é a superação da violência, da criminalidade e da rivalidade entre bairros, problemas que os atingem diretamente.

Violência é um dos principais problemas e vencê-la é o maior desafio, pois requer uma série de melhorias em variadas áreas da comunidade . É preciso trabalhar principalmente com educação e ações sociais que ocupem mais o tempo dos jovens, dando a eles opção. (Jovem D, maior de 20 anos)

Os jovens também abordaram como desafios a educação na família, a falta de respeito com o próximo e o preconceito. Foram citados problemas de urbanização/infra-estrutura, o desafio de melhorar a saúde, a falta de centros culturais e espaços de lazer, problemas com a educação, falta de escolas de 2º grau, de transporte, de oportunidade de emprego e degradação do meio ambiente, o que revela uma visão ampla dos problemas a serem enfrentados. Quase 80% revelaram preocupação pessoal com os desafios da comunidade. Ao apontarem outros atores preocupados com o problema, responderam: a comunidade (81%), seus pais (67%), movimentos sociais (57%), seus amigos (55%), governantes (20%) e gestores de serviços públicos (18%).

Quanto à responsabilidade por lidar com esses desafios, os papéis mudaram. Aproximadamente 94% afirmam que é papel dos gestores públicos, dos moradores (51%), dos movimentos sociais (45%) e deles mesmo (39%) buscarem soluções para os problemas. Apesar de encontrarmos respostas como “é uma luta para todos”, “é um desafio comum a todos”, a grande maioria credita ao poder público o dever de resolver os problemas.

Com minha participação no projeto pude perceber que uma comunidade não se transforma sozinha, e sim que é necessário assumir a realidade e ter força de vontade para ajudá-la a ser uma comunidade melhor, sem perder a certeza de sua identidade. (Jovem E, 19 anos)

Através do projeto pude enxergar meu bairro com outros olhos. Onde antes achava que não havia nada, hoje percebo que aqui tem quase tudo. (Jovem F, 16 anos)

Esse projeto me influenciou de maneira positiva, pois eu era meio largado para o que acontecia na minha comunidade e agora me preocupo com tudo o que acontece na minha comunidade. Quero participar, ver o que acontece,

quem é o responsável e qual o objetivo dessas pessoas estarem realizando tal atividade na comunidade. (Jovem G, 20 anos)

Quando perguntados sobre a frequência de participação em instâncias públicas de discussão, alguns jovens afirmaram sua participação em Conselhos de Direito (14,9%), Sindicatos (8,7%) e um maior número em associações (28,6%) e manifestações públicas (29,2%). Muitos avaliam sua participação como “ativa” nesses espaços.

*(O que você faz nestes espaços?)* Eu sou uma agente de comunicação para o desenvolvimento! (Jovem H, maior de 20 anos)

Busco entender os problemas da minha comunidade para assim tentar mostrá-los aos jovens que fazem parte do grupo de jovens (católicos) que eu coordeno, e de alguma forma tentar chamar atenção da comunidade através de arte (dança, música e teatro). (Jovem I, maior de 20 anos)

Podemos inferir a partir desses dados e depoimentos que, embora nem todos os jovens estejam diretamente envolvidos em instâncias de participação comunitária, há uma visão crítica desenvolvida, uma postura de co-responsabilidade em relação aos desafios do bairro, uma compreensão do papel do governo e um percentual a se considerar de jovens engajados com ações públicas. Ao cruzar essas informações com a faixa etária percebemos que 73% estão entre 15 e 20 anos e 23% são maiores de 20 anos.

Nesse sentido, foi importante aprofundar algumas questões através de entrevistas semi-estruturadas (Apêndice A), que foram feitas com quatro jovens, entre 20 e 23 anos. Eles foram do núcleo central do projeto, ou seja, jovens que atuaram desde o início dos trabalhos e que foram responsáveis pela elaboração dos planos de ação e realização da formação de outros jovens. Os quatro demonstraram perceber o potencial mobilizador da comunicação e da produção de mídia. Revelaram o desejo de desenvolver uma comunicação que confronte a mídia tradicional e promova mobilização em prol do desenvolvimento, a conscientização e visão crítica nas suas comunidades. Consideramos importante destacar trechos da declaração de cada um deles (outras partes estão no vídeo *Uma América Latina de Muitas Vozes*):

*(...) A comunicação pode ajudar no desenvolvimento da comunidade?)* Pode. Bastante. Porque se a comunidade aprender a se comunicar, ela pode crescer. A comunidade está assim hoje porque não se comunica com ninguém. Ela vota no prefeito, vota no presidente, mas não corre atrás de nada. Ela espera que eles voltem. Só que eles não vêm até aqui! Ela fica sempre esperando. (...) mas a culpa não é basicamente toda dele, é da comunidade também. A comunidade tem que (...) se comunicar com outras pessoas para criar um vínculo. Para tentar crescer junto. Tentar unir, ter um laço entre ela e o outro

(governo). (Anderson Santos de Souza, 22 anos, morador de Fazenda Coutos) (50)

A oficina de fotografia, *né*, que a gente fez lá com os educandos, eles mesmos ao irem para as oficinas tirarem fotos pelas ruas do seu bairro (...) perceberam que tinham coisas ali horríveis acontecendo, que a própria comunidade estava fazendo aquilo e eles não enxergavam isso. E com as fotos, dentro da oficina, eles puderam observar isso. E através da exposição (fotográfica) mostrar para os outros moradores do bairro que (...) se sentiram surpresos ao ver fotos de lugares abandonados, de lugares também muito interessantes, como praças, parquinhos que têm no bairro e que eles dizem que nunca tem nada. Através do projeto a gente vê mudanças dentro da comunidade, tanto dos jovens dos Agentes, como de outras pessoas, *né*. A gente percebeu que as pessoas mudaram seu olhar sobre determinados assuntos, determinados aspectos do bairro. (...) Hoje sei como alertar, identificar problemas na comunidade e usar a comunicação para tentar resolver e solucionar os problemas. E com isso busco *pra* minha vida profissional o trabalho como educadora ou educadora. Tenho certeza que todo aprendizado adquirido nesses dois anos é e sempre vai ser importante na minha vida e é uma base profissional que se inicia. (Emilia Alana Silva Sena, 20 anos, moradora de Plataforma)

Então, eu acho que quando a gente tem um problema a gente precisa dizer, mostrar para as pessoas, fazer com que as pessoas se convençam de que esse problema existe e tentar resolvê-lo. Então, a comunicação entra nisso. A gente precisa dizer o que é que a gente está passando para fazer com que mais pessoas vejam aquilo e se engajem nessa ação e queiram mudar também. Por que não adianta a gente só mostrar uma coisa e não dar o passo seguinte que é tentar resolver. (Eric Reis, 22 anos, morador de Fazenda Coutos)

Salvador é uma cidade de maioria negra e eu vejo uma peça (publicitária) que só tem gente branca, eu não consigo me identificar com aquilo e sei que outras pessoas também não se identificam com aquilo. Então, se eu for tentar fazer, eu vou tentar fazer com um olhar diferenciado, com meu olhar, fazendo com que as pessoas do bairro em que eu vim, da comunidade em que eu moro, também se identifiquem com aquilo (...) É nosso direito a gente se mostrar, digamos assim, para o mundo como um povo com a sua identidade mesmo. Não do jeito como é mostrado na maioria das vezes. (Eric Reis, 22 anos, morador de Fazenda Coutos)

(...) a partir de uma comunicação, principalmente de uma boa comunicação, a gente constrói um mundo, arrasa quarteirão ao nosso redor! (...) Então, deveria ser obrigatório em todas as escolas tratar de comunicação (...) porque facilita muito a vida do jovem. Ele se torna crítico, ele se torna autêntico, dono das suas opiniões. (Caren Cristina Prazeres, 20 anos, moradora de Plataforma)

Para compreender a dimensão das declarações dos jovens participantes do projeto, encontramos elementos na produção do sociólogo Gey Espinheira (2004), que por anos

---

50 Estes jovens estão identificados porque fizeram parte do grupo com o qual foi feita a entrevista semi-estruturada e que também foram filmados para o vídeo. Os jovens não identificados responderam o questionário on line de forma livre.

dedicou-se a estudar os fenômenos sociais no Subúrbio de Salvador. Espinheira afirma que o acirramento dos conflitos urbanos na cidade de Salvador nos últimos anos está estritamente relacionado com a banalização das formas históricas de violência que se estabeleceram na cidade desde a colonização. Sua perspectiva se aproxima da concepção freiriana, de que a violência se apresenta essencialmente como a negação do diálogo, uma prática comunicativa que fundou as bases da sociedade brasileira mediante um processo de dominação e exclusão mediado pelo silenciamento da grande maioria da população (FREIRE, 2005).

Neste sentido, a lógica da violência social, racial, política, ambiental e econômica revela sua representação máxima no que Espinheira vai apontar como genocídio cotidiano dos jovens afro-descendentes nos bairros historicamente segregados. Esse contexto carrega consigo um custo alto que se revela em condições precárias de sobrevivência e explode em reações violentas, que por sua vez alimentam as páginas de jornal e a representação simbólica distorcida dos moradores da região perante outros núcleos da cidade, gerando um ciclo vicioso perverso.

Ao afirmar sua identidade, valorizar sua comunidade e se sentir co-responsável por seu desenvolvimento, compreender a necessidade de reverter a imagem que é projetada para fora e afirmar-se apto a usar de forma política as tecnologias da informação e da comunicação, os adolescentes e jovens – justamente esses que têm sido literalmente alvo da violência e da negligência - contribuem para o rompimento desse ciclo. Dessa forma, nos parece cada vez mais claro que falar em desenvolvimento no Subúrbio Ferroviário de Salvador significa falar em reconstrução de uma representação; significa falar da construção de um espaço de diálogo real; um espaço de escuta, de construção, de participação, que hoje só está disponibilizado por meio da mídia massiva sensacionalista que tende a retratar um Subúrbio violento, miserável e perigoso.

Não por coincidência, durante o processo de execução dos Planos de Ação, os produtos de comunicação desenvolvidos pelos jovens têm como característica comum a abordagem dos bairros do Subúrbio a partir da valorização das expressões culturais, das opções de lazer local e de personagens do cotidiano em seu ambiente de trabalho (feira, comércio). No fotoclipe *Lazer Seguro*, por exemplo, a música de fundo tem como refrão: “eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci e poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar”. O material reúne dezenas de fotografias de parques, adolescentes na praia, campo de futebol, homens jogando cartas, do Centro Cultural de Plataforma. No vídeo *Plataformas de Espetáculo e Magia* estão em evidência os grupos de dança local (*street dance* e dança afro) e um espetáculo teatral montado por moradores do

Subúrbio.

Durante o projeto, foram produzidos 08 fotocliques (com 150 exemplares distribuídos), 02 vídeos (250 cópias), 04 peças de rádio, 01 jornal mural, 10 blogs, 01 jornal comunitário (300 exemplares), 06 cartões postais (250 cópias). Ao analisar as peças encontramos ainda outros pontos comuns que merecem observação, como a visão crítica aliada a uma postura propositiva diante dos problemas. Há, por exemplo, um vídeo sobre violência doméstica que traz um depoimento de superação. O jornal mural trata do problema da violência contra crianças e adolescentes. Nele, os jovens buscaram superar a exposição da violência e trouxeram trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e entrevistaram uma especialista na área no intuito de compreender o que pode ser feito nesses casos. Além disso, aliaram o problema à falta de oportunidades em educação.

Para divulgar essa produção, os jovens e educadores do projeto realizaram 05 exposições fotográficas: a *Mostra Um Olhar sobre Plataforma*, que reuniu cerca de 100 moradores, a *Mostra é Fazenda Haê!* (350 pessoas), *Exposição Vem cá ver Fazenda Coutos* (120 pessoas), *Mostra De Olho em + Gente* (150 pessoas), *Mostra Um Olhar sobre Plataforma: proteger, brincar e preservar* (100 pessoas), além do lançamento dos planos de ação, em um evento que mobilizou 80 moradores. Abaixo alguns cartazes produzidos pelos jovens para divulgar os eventos e uma matéria publicada no jornal *A Tarde*, o periódico mais lido na Bahia, sobre uma das exposições:

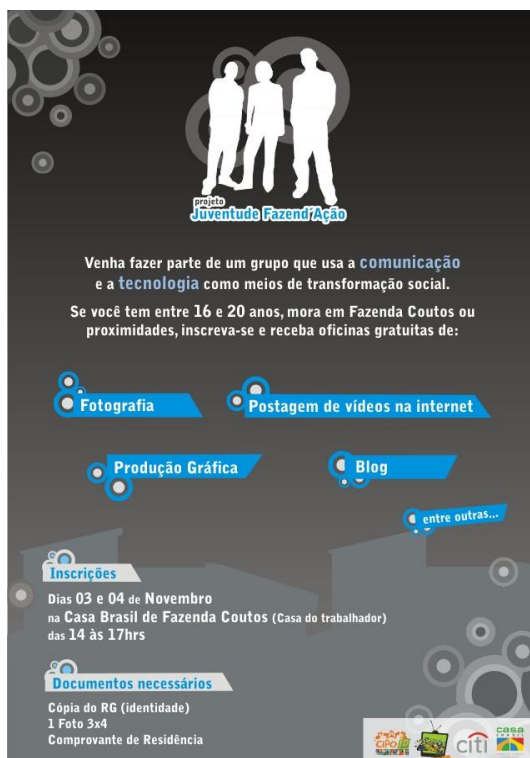


ILUSTRAÇÃO 2: Cartazes produzidos pelos jovens.

FONTE: Relatório... (2008)

**A TARDE** SALVADOR QUARTA-FEIRA 5/5/2010

MULTILINGUAGEM

Exposição produzida por jovens moradores reflete o cotidiano e a cultura do subúrbio ferroviário

**CHICO CASTRO JR.**

Com belas paisagens, um povo pacífico e jeito de cidade do interior, o subúrbio ferroviário de Salvador tem tudo para ser um dos lugares mais agradáveis da cidade. Mas, infelizmente, bairros como Plataforma e Fazenda Coutos quase sempre só aparecem no noticiário nas páginas policiais.

Uma das chaves para mudar essa realidade talvez esteja nas mãos dos jovens participantes do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, promovido pela ONG Cipó Comunicação Interativa, em parceria com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), Associação dos Moradores de Plataforma (Ampla), CITI e Projeto Educar é Ensinar a Viver.

Esses jovens, por meio da assessoria técnica e da orientação da ONG, produziram fotos, fanzines, fotocliques e outros produtos de comunicação que enfocam e valorizam as comunidades em que vivem, suas paisagens, cultura própria, história

e personalidades marcantes.

O resultado das oficinas ministradas para cerca de 150 jovens de Plataforma e de Fazenda Coutos pode ser visto em duas exposições de um dia.

A primeira aconteceu ontem, na Escola Pithon Pinto. A segunda é amanhã, no Espaço do Projeto Educar é Ensinar a Viver, em Fazenda Coutos (confira no serviço abaixo).

**Reconhecer e valorizar**  
“Essas exposições são resultado de um projeto que começou em 2008”, conta Leandro Vilas Verdes, educador que participou do processo todo.

**A mostra resulta das oficinas ministradas para cerca de 150 jovens de Plataforma e de Fazenda Coutos**

Cipó / Divulgação



“Na primeira fase, fizemos uma formação de 30 jovens para que atuassem como agentes multiplicadores em suas comunidades. Depois de um ano, eles construíram um plano de ação para desenvolver com outros jovens de suas comunidades”, detalha Leandro. “Agora, estamos na fase de finalização desses planos, que são as exposições”.

Nas peças expostas, os jovens sempre retratam questões importantes para seus bairros. “São produtos que falam da história, dos marcos, da segurança, lazer, educação, saúde, cultura, personalidades”, enumera.

A partir disso, esses jovens aprenderam a reconhecer suas comunidades, e assim, também a valorizá-las. “Eles não se davam conta da importância de coisas que aconteceram, da história. Então, eles conseguem valorizar isso e passar para outras pessoas”, conclui Leandro.

EXPOSIÇÕES SOBRE O SUBÚRBIO FERROVIÁRIO / AMANHÃ, A PARTIR DAS 15H / ESPAÇO DO PROJETO EDUCAR É ENSINAR A VIVER / RUA ALMEIDA JUNIOR, PRÓXIMO À FEIRA

ILUSTRAÇÃO 3: Matéria publicada.

FONTE: Jornal A Tarde, p. Multilinguagem, 05 maio 2010.

Ao observar a matéria do jornal *A Tarde*, percebemos que o repórter inicia seu texto fazendo o que nos parece uma espécie de *mea culpa* ao afirmar que “ (...) o subúrbio ferroviário de Salvador tem tudo para ser um dos lugares mais agradáveis da cidade. Mas, infelizmente, bairros como Plataforma e Fazenda Coutos quase sempre só aparecem no noticiário nas páginas policiais”. Uma realidade que o projeto buscou transformar através das ações de visibilização do Subúrbio a partir dos seus moradores, que inclusive resultou na veiculação dessa matéria

#### 4.1.1 Novas perspectivas para o projeto ACD

A segunda edição do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento foi aprovada pelos Fundos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para captação junto a empresas via dedução do imposto de renda. Foi também enviada para editais promovidos pelo Oi Futuro, Instituto Votoratim, Delegação da Comissão Européia, Fundo Finlandês e Citi Foundation. Um outro passo dado para contribuir com a continuidade e

disseminação do projeto foi a realização de um CD multimídia (Anexo D) que leva o nome do projeto e conta a experiência, apresenta a metodologia, os resultados, traz depoimentos e reúne todos os materiais (vídeos, fotoclipes, jornal mural etc) desenvolvidos pelos jovens para que possam ser utilizados em outras atividades. Em formato de CD, o multimídia foi financiado com recursos do Citi e elaborado pela então coordenadora (autora dessa dissertação) e o assistente de coordenação (Leandro Vilas Verde) do projeto.

Até a finalização dessa dissertação, tivemos conhecimento que o projeto não foi selecionado pelo Oi Futuro, porém foi selecionado pelo Fundo Finlandês. A nova edição está pautada na construção da Agência de Comunicação do Subúrbio, que será gerenciada por jovens moradores da região.

A agência tem a função de promover ações de comunicação para o desenvolvimento comunitário, oferecer serviços de comunicação para as organizações sociais locais e possibilitar oportunidades de geração de renda e inserção no mundo do trabalho para os Agentes (PROJETO..., 2010).

Não conseguimos na primeira edição criar condições para que os jovens agentes continuem atuando de forma cada vez mais estratégica em prol do desenvolvimento local após o término do projeto. Isso porque dependemos exclusivamente de espaços públicos para execução das ações, como as Casas Brasil, que foram fechadas pela Prefeitura e Governo Federal. Entendemos que é importante formar os jovens para ocupar os espaços públicos, mas vamos investir dessa vez na montagem de um espaço modesto, mas funcional, que possa ser gerenciado por eles. Para isso construiremos com os jovens e lideranças locais um plano de sustentabilidade que fortaleça as ações mesmo depois que a Cipó se desligue da atuação direta no Subúrbio para empreender ações em outras comunidades. Queremos multiplicar essa experiência, pois acreditamos no potencial transformador do projeto Agentes” (Daniella Rocha, coordenadora executiva da Cipó)(51)

Após esse depoimento, no mês de novembro de 2010, a Cipó recebeu o comunicado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) que foi escolhida num processo licitatório para auxiliar a implantação de quatro Núcleos de Produção Digital (NPDs) nas Poligonais de Integração Social (PIS) do Cobre (localizado no Subúrbio Ferroviário), de Pau da Lima e Ribeira, em Salvador, e PIS Mangabeira, no município de Feira de Santana. A instituição está responsável pela formação de um grupo de 80 jovens moradores locais para atuarem como Agentes de Comunicação nos NPDs, exercendo atividades ligadas à produção e edição de vídeos, fotografia e design gráfico.

---

51 Entrevista concedida em 19 de agosto de 2010, na sede da Cipó.

Está previsto no projeto, que teve início em fevereiro de 2011 e está sendo coordenado por Leandro Vilas Verde, a formação de uma Rede de Núcleos de Produção Digital que contribua com o desenvolvimento local, além do detalhamento da metodologia do curso de capacitação dos Agentes de Comunicação em uso de suportes digitais. A SEDUR pretende, através desses Núcleos, fazer o mapeamento e registro de aspectos relacionados à cultura local e ao desenvolvimento dos subprojetos da Secretaria nesses PIS para construção de um banco documental de imagens. Essa releitura do projeto tem suas peculiaridades e será um novo desafio para Cipó executá-lo em uma parceria direta com o Governo do Estado, onde um resultado exitoso pode ser importante para visibilização do trabalho da organização, mas principalmente para fortalecimento da sua argumentação no embate político dentro do Conselho Estadual de Comunicação, ainda em fase de tramitação, como veremos no próximo capítulo. É importante ressaltar que o desdobramento do trabalho, em parceria com o poder público e com o Fundo Finlandês, demonstra a validação da proposta, além de demonstrar que dentro do atual Governo há experiências de democratização da comunicação e fortalecimento da participação para o desenvolvimento comunitário sendo promovidas.

#### 4.2 A INFLUÊNCIA DA ALER NO EFERVESCENTE CONTEXTO LATINO-AMERICANO: NOVOS CENÁRIOS, REIVINDICAÇÕES ANTIGAS

*Todos têm o direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de manter opiniões sem interferência e de buscar, receber e dar informações e idéias através de qualquer mídia e independentemente de fronteiras.*  
(art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

As discussões sobre comunicação retomaram de forma contundente à mesa de debate – sob a forma de democratização da comunicação, direito à comunicação, novas leis de comunicação, comunicação para transformação social, novas leis e políticas de comunicação, comunicação para o desenvolvimento etc -, especialmente na América Latina (AL), onde assistimos governos de diversos países, como Argentina, Venezuela, Equador e México, ocuparem os holofotes da mídia internacional por conta do debate sobre a necessidade de implantação ou reformulação das suas antigas leis e políticas de comunicação. Aparte as discussões sobre as contradições e críticas aos processos desencadeados nesses países, há uma ambiência e uma urgência por finalmente quebrar o tabu em torno do tema, que sempre foi tão caro às ditaduras que marcaram os países latinos.



Essa *nova onda* de debate não esconde o desejo de não cometer os mesmos erros desencadeados na primeira metade do século passado, principalmente décadas de 60 e 70, quando políticas desenvolvimentistas e difusionistas nortearam também a aplicação das tecnologias da informação e comunicação nos países *sub-desenvolvidos*. Aliada a essa concepção restritiva e utilitarista - que Paulo Freire chamou de *comunicação como extensão* - estava também uma promessa de desenvolvimento que nunca se cumpriu.

Ao longo dessas décadas muitos atores se mantiveram firmes na luta pelo direito à comunicação, mesmo diante de tão poucos logros visíveis durante décadas. E como já citamos em capítulos anteriores, a ALER é uma dessas organizações que há anos dedica-se ao tema. Durante a Residência Social e após análise documental, foi possível compreender melhor a dimensão do trabalho da organização, que ao final não possui de forma sistematizada seus resultados ou impactos. De modo fragmentado é possível conferir relatórios de projetos realizados, mas que não conseguem oferecer uma dimensão global do alcance da Associação. Para entender o impacto do trabalho, foi imprescindível entrevistar suas associadas, a secretária executiva da ALER, Nelsy Lizarazo, que fica baseada na sede, em Quito; e o presidente da organização, Gerardo Lombardi, que mora na cidade de Maracaibo, na Venezuela.

Na avaliação de Lizarazo, foram muitas as conquistas nos 37 anos de atuação da ALER para o fortalecimento do movimento das rádios populares e educativas. Conquistas que “não foram alcançados pela ALER, mas por um movimento amplo de organizações”, do qual a Associação teve e segue tendo um papel estratégico.

Primeiro eu diria que o movimento de rádios populares e comunicações alternativas na América Latina e Caribe não tem antecedentes no planeta. Não há em nenhum outro continente, e isso te digo com conhecimento de causa, que possa exibir uma história de comunicação educativa, alternativa, popular como tem acontecido em América Latina e Caribe. Então, eu creio que as rádios populares e educativas são parte dessa história, dessa experiência, desse conhecimento acumulado, pelo desenvolvimento desse pensamento sobre comunicação popular e alternativa (...). Nesse contexto, o que vemos como avanço hoje em dia é a existência de uma ampla corrente de comunicação popular e de rádio popular. Isso já me parece, em si mesmo, uma contribuição à democracia e ao exercício do direito à comunicação. (...) Que existam rádios populares e educativas, faz mais de 60 anos nesse continente, que siga existindo, não só que siga existindo, mas que se multipliquem da maneira que seguem multiplicando a mim é um impacto importante. (...) Temos contribuído para que as organizações, os bairros, a população rural, as pessoas se dêem conta de que podem apropriar-se de um meio, ter seu meio, expressar sua voz por esse meio e que isso é possível. Não só que é possível, mas que tem direito a fazê-lo. A mim me parece que esse é um segundo aporte, que afinal tem a ver com democratizar a

comunicação efetivamente.(Nelsy Lizarazo, secretária executiva da ALER)  
(52)

A organização credita ao desenvolvimento da plataforma de difusão via satélite, principalmente a partir de 2000, um importante papel na medida em que permitiu a disseminação de notícias em momentos críticos da vida política do continente, como ameaças de golpe de estado, crises fortes entre países, em que a Associação, pela possibilidade de saltar as fronteiras, pode divulgar a produção de suas associadas. Um exemplo emblemático foi o “golpe de rádio”, como assim foi chamado, dado em 2002, através das rádios do Instituto Radiofônico Fé e Alegria. O termo foi usado para designar o momento em que as rádios burlaram o cerco informativo das cadeias de transmissão de rádio e tevê internacionais e comerciais da Venezuela. Na ocasião, um golpe de Estado se articulou para tirar Chávez do poder e a mídia publicizava que o presidente estava “renunciando”, que a “chuva de protestos” havia estabelecido um caos e que estava em curso um processo de “tomada de poder” (VIGIL, 2006, p.91). O caso se transformou numa publicação chamada *Golpe de Rádio – Los 3 días que transmitimos peligrosamente*, escrito por José Ignacio López Vigil.

En cuanto a los medios locales, todos sabemos que alentaban la presencia de un gobierno de facto, con el afán de liberarse de Chávez. Tanto así que Carmona, el efímero presidente venezolano, lo primero que hizo, tras asumir el poder – con la difusión especial de todos los canales de televisión, fue reunirse con los principales medios de comunicación, obviamente para consolidar su posición. Los mismos medios que antes decidieron autocensurarse, y que cambiaron su programación informativa por una variedad de enlatados de humor” (VIGIL, 2006, p.91)

Para Lombardi, presidente da ALER, houve coerência na ação da organização, na medida em que se fez uma defesa pela institucionalidade. “Defender a volta de Chávez ao governo significava defender a institucionalidade(53)”.

O IRFA Venezuela, diante do cenário comunicacional do país, produziu, em agosto de 2009, um documento com princípios que deveriam nortear a nova Lei de Comunicação. O documento foi levado à Assembléia Nacional, à Comissão de Ciência e Tecnologia e também diretamente ao presidente Chávez. “Foi bem recebido e ficaram de nos chamar. Tivemos uma segunda reunião, com alguém da comissão, e disseram claramente que em 2010 esse assunto não estava na agenda, pois daria muito ruído. Que essa discussão seria transferida para 2011”,

---

52 Entrevista concedida em 16 de junho de 2010, em Quito.

53 Entrevista concedida em 31 de maio, em Maracaibo (Venezuela).

contou Javier Barrios(54), coordenador nacional do IRFA na Venezuela. O documento, chamado *Princípios e bases para democratizar a comunicação na Venezuela* foi inspirado na Lei da Argentina e na proposta que está se desenhando no Equador.

Defensor da facilitação governamental aos projetos de comunicação comunitária, através de políticas claras de democratização, Lombardi acha fundamental que se apóie desde a implantação à capacitação dos comunicadores populares, como se faz com outras áreas dos direitos humanos. Desde que isso não seja posto, entretanto, como condição de que “não pensem ou critiquem o governo”, o que ele considera “uma perversão”, que tem acontecido de forma sutil em alguns casos através da não renovação de concessões e outras situações de pressão. Para os que consideram polêmico o apoio governamental aos meios de comunicação populares, comunitários ou educativos vale lembrar que se partimos da concepção da comunicação como direito – assim como a saúde, a educação, entre outros – não há porque haver melindre em criar condições para que esse direito seja exercido por aqueles que não dispõem de mecanismos de acessá-lo de outra forma senão como um política pública. Discutir o modo como será assegurado que e o acesso a esse recurso não seja condicionado, como alerta Lombardi, é um outro ponto da questão.

Por questões como essa, a atuação política da ALER se fortaleceu e avançou por áreas novas, mas que já apresentam resultados. A organização tem hoje uma agenda da qual não abre mão quando entra num processo de negociação com governo e empresariado: como garantia de 33% do espaço radioelétrico para sociedade civil, dotação orçamentária para produção educacional, comunitária e popular, permissão para verba publicitária nesses veículos, descriminalização e fomento à comunicação no espaço escolar.

Para Lombardi, foi uma decisão acertada de a ALER ter acompanhado o *boom* das novas tecnologias na década de 90 e ter implantado o sistema via satélite. Na ocasião, a ALER se deu conta que tinha como associadas rádios sólidas, grandes, com nichos pequenos e específicos de audiência. “Uma rádio que quer ter incidência na sociedade precisa ser escutada”. Então, a opção pelo massivo fez a organização mudar, sem, garante sua direção, modificar sua essência. “O massivo nos fez buscar mais audiência, nos levou a pensar que a comunicação não se faz só entre nós mesmos, mas é um processo que reúne diversos, entre os que pensam diferentes, com diferentes objetivos(55)”.

No Equador, por exemplo, após a reforma constitucional promovida pelo economista Rafael Corréa, atual presidente do país, a ALER ofereceu amplo suporte para que

---

54 Entrevista concedida em 25 de maio, em Caracas.

55 Entrevista concedida em 25 de maio, em Caracas.

a Corape e outras organizações se articulassem para garantir já na nova Constituição alguns arranjos para área de comunicação, como o reconhecimento da comunicação como um direito, o reconhecimento do espaço radioelétrico como um bem público e da existência dos meios comunitários, que não eram considerados na Constituição anterior. Foram conquistas importantes que construíram as bases para que, em 2009, se abrisse a discussão para criação de uma Lei de Comunicação nova para o país. Durante esse processo, a ALER buscou fortalecer suas associadas, por meio de acompanhando técnico e respaldo político.

Há uma postura respeitosa com os sócios, que precisam determinar suas posturas e nos solicitar apoio no que consideram que podemos apoiar. Nunca nos expressamos por nossas sócias, especialmente em legislação e políticas públicas nacionais. As apoiamos quando nos solicitam. As sócias são mais importantes que a Associação em si". (Nelsy Lizarazo)(56)

A ALER, por meio do apoio à Corape, teve um papel protagonista em momentos de construção da lei, fazendo também uma assessoria direta ao governo executivo equatoriano, na comissão que está trabalhando, na Assembléia Nacional, a Lei de Comunicação, além de ter apoiado a equipe da Secretaria de Comunicação, inclusive contribuindo com a redação do texto da Lei, ainda em fase de trâmite.

A expertise na área de incidência política desenvolvida quando a organização apoiou o processo argentino de criação da sua nova legislação, tem contribuído muito. No contexto argentino, Néstor Buzo, integrante da Associação e atual presidente do Conselho Federal de Comunicação da Argentina, alcançou avanços considerados exitosos, já que a Nova Lei de Comunicação é apontada como uma das mais avançadas e modernas do mundo. Entre outros pontos, prevê a criação de uma comissão bicameral de controle, um Conselho Federal de Comunicação Audiovisual e a figura do Defensor Público de consumidores de serviços audiovisuais. Além disso, estabelece que uma mesma empresa não pode possuir canais de TV aberta e à cabo, além de reduzir de 24 para 10 o limite das concessões de rádio e TV em mãos de um mesmo proprietário. Cria uma entidade de supervisão das comunicações, com a presença da sociedade civil e do governo e regulamenta que a comunicação na Argentina passa a ser feita por emissoras de rádio e televisão de três tipos: emissoras comerciais, públicas e por aquelas que não têm fins lucrativos, em que se inserem os meios comunitários. Cada um desses segmentos passa a ter 33% do espaço radioelétrico.

A lei é resultado de um grande debate que pretendia mudar a legislação que estava vigente desde a ditadura militar (1976-1983). O processo teve suas controvérsias. De um lado

---

56 Entrevista concedida em 16 de junho de 2010, em Quito.

os críticos do chamado “poder K” (referência ao ex-presidente e a atual presidente Kirchner) acusavam que a nova lei refletia a briga comprada pela presidente e o seu marido e antecessor, Néstor Kirchner (morto em 2010), contra o Grupo Clarín, principalmente pela postura crítica de seus veículos na disputa do governo. Do outro, o movimento de organização da sociedade civil pressionou pela mudança, conseguindo inclusive levar 50 mil pessoas às ruas de Buenos Aires em apoio à aprovação do marco legal (CIRANDA BRASIL, 2010). Na ocasião dos debates acalorados, o argentino Pérez Esquivel, Nobel da Paz de 1980, conforme Ciranda Brasil (2010) declarou:

A lei possui muitos aspectos positivos, mas é necessário o debate para que se avance em algumas propostas. (...) para conquistar a democratização de imprensa como fundamento dos direitos humanos, que a liberdade de informar e ser informado seja maior que os interesses dos monopólios. A nova lei deve abrir espaços de liberdade de expressão e valores que nos permitam construir um novo amanhecer da pátria. Uma palavra, uma participação e um pensamento esquecido que devemos recuperar. A dominação não começa pelo econômico, começa pelo cultural.

Muitos dos pontos da nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual na Argentina se basearam num estudo que elencou 21 pontos pelo direito à comunicação no país, desenvolvido por movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores de comunicação e acadêmicos. Como integrante da ALER, Buzo participou deste processo que culminou na aprovação da nova regulação em outubro de 2009 (NOTÍCIAS..., 2010).

Diferentemente do que passou na Argentina, onde havia um amplo grupo de organizações sociais envolvidos com o tema, o mesmo não acontece no Equador, onde organizações estão fragmentadas por temáticas – mulheres, indígenas, infância etc – e não entendem a Lei de Comunicação, salvo quem atua na área. Além disso, a ALER e a Corape precisam “argumentar tecnicamente se é possível (ou não) distribuir de forma equitativa a frequência porque os parlamentares envolvidos na Comissão desconhecem o tema”, conta Lizarazo(57).

Esse fato distancia muito o processo equatoriano do processo argentino, o que não quer dizer que esse não tenha tido problemas na Argentina, mas é que lá houve pressão social, pois todos falam de comunicação nas escolas, nos sindicatos etc. A comunicação é tema de conversa. E isso tem a ver como o país tem tratado a prática comunicativa. Aqui a universidade, por exemplo, tem participado pouco do debate, pontualmente, estão muito presos ao tema sobre a titulação para o exercício da profissão. O debate universitário acaba ficando pobre. As organizações de comunicação são as que qualificam o debate. (Nelsy Lizarazo)

---

57 Entrevista concedida em 16 de junho de 2010, em Quito.

Ainda sobre os impactos do trabalho da ALER, o coordenador da área de Produção e Programação de ALER, o peruano Hugo Ramirez, destacou o papel da organização no apoio ao processo de abertura democrática do seu país de origem, especialmente no período do governo ditatorial de Alberto Fujimori, que entre 1990 e 2000 conduziu a presidência do país adotando uma linha dura, que lhe custou condenação e prisão por crimes de corrupção, violação de direitos humanos, entre outros, em 2007. O trabalho de ALER com as associadas locais foi, na opinião de Ramirez, “bem articulado e contribuiu muito para o processo de democratização(58)”. A Coordenadora Nacional de Rádios do Peru, que é integrante da Associação, foi posteriormente reconhecida como uma organização que contribuiu ao processo de recuperação da democracia no país.

São indicadores da capacidade de influência que a ALER tem tido do ponto de vista da comunicação. Ela se envolve com a discussão sobre políticas públicas de comunicação, como faz aqui no Equador, dando visibilidade a setores invisíveis, como as comunidades indígenas da região amazônica. E isso se dá com a Associação se posicionando, não como meio de comunicação, mas, como ator concreto dentro dessa problemática. (Hugo Ramirez)(59)

Na Colômbia, o trabalho da ALER tem buscado fortalecer a Rede A Sonora, que tem pouco tempo de criação. Isso porque no país, segundo argumentação dos integrantes da Associação, não há um movimento articulado que pressione por mudanças na atual política do setor. Padre Jaime Salazar, diretor da Rádio 1430, contou que “a maioria das emissoras pertence aos dois principais grupos econômicos, que têm influência sobre o governo, que são a RCN e a Caracol”(60), ambas com mais de 100 retransmissoras. Segundo ele, a venda de pauta publicitária é basicamente garantida por contratos com o estado para veiculação de campanha governamental. “É muito difícil sobreviver. O Ministério das Comunicações está muito infiltrado pelos interesses das grandes empresas”(61). Apesar do contexto, ele afirma que há liberdade de expressão na Colômbia, já que os comunicadores não sofrem o tipo de violência que se vê em outros países, “pelo menos não é tão permanente. Em geral, há liberdade para criticar o governo. Há também políticas de fomento a rádios comunitárias e populares”(62).

Alma Montoya, diretora do Grupo ComunicArte, aponta a existência de uma auto-

---

58 Entrevista concedida em 15 de junho de 2010, em Quito.

59 Idem.

60 Entrevista realizada em 08 de junho de 2010, em Bogotá.

61 Idem.

62 Idem.

censura como estratégia de sobrevivência, que oferece uma sensação de liberdade de expressão, mas que na verdade mascara “um Estado que é uma ditadura disfarçada de democracia, (...) onde um presidente desconhece a decisão da Corte Suprema de Justiça e onde 60% do Congresso tem a ver com paramilitarismo ou com narcotráfico. Creio que não estamos numa democracia”. Ela também aposta no fortalecimento das articulações como uma estratégia para reverter o atual quadro de concentração do poder comunicacional nas mãos das empresas e também do governo, que somente através do Exército, polícia e Forças Navais detêm, segundo ela, 125 emissoras.

A Constituição de 1991 da Colômbia traz no artigo 75 a possibilidade de existência dos meios comunitários, o que permitiu a abertura de mais rádios. Há frequências privadas, comunitárias e de interesse público e estas últimas reúnem aquelas ligadas às casas de cultura, universidades públicas, bibliotecas, prefeituras e as militares, por exemplo. Há ainda espaço para frequências étnicas, que são emissoras indígenas e dos ciganos. Essas emissoras de interesse público, que são concedidas pelo governo por meio de gestão direta, não podem ter publicidade. “Vivem de doações e patrocínios. Obviamente que as do Exército são mantidas pelo Estado”(63).

As comunitárias são permitidas para organizações que tenham pessoa jurídica, sendo possível a abertura de uma por município. A Lei de Radiodifusão é de 1995 e na época foi considerada muito avançada em relação a outros países, pois permitia à rádio comunitária veiculação de publicidade e 250 watts de potência. No que se refere aos canais de televisão, há também os comerciais, públicos e comunitários, obedecendo à mesma lógica das rádios. O alto custo impede a sua disseminação. Entretanto, há muitos coletivos de produção de vídeo comunitário de grupos juvenis e nos colégios, que são difundidos em festivais e mostras.

Onde está a sociedade civil? As emissoras comunitárias na Colômbia não têm força, tentam demonstrar que têm força, mas não têm. Em alguns lugares há regionais importantes, mas muitas, eu diria 80%, são cópias das rádios comerciais. E se metem numa briga pela pauta publicitária. (...) Nosso trabalho tem a ver com criar uma sensibilização, uma formação para o papel da rádio comunitária. Numa sociedade como a que estamos, com um conflito de 60 anos, com uma situação de insegurança em todo país, com uma cultura narcotraficante (...) não é só o técnico, senão uma proposta política e social para organização cidadã que devemos propor (Alma Montoya, diretora do Grupo ComunicArte).(64)

No Paraguai, um jornalista de ampla experiência no desenvolvimento dos meios comunitários, Augusto dos Santos (AUGUSTO..., 2010), ocupa o cargo de Ministro de Comunicação do governo de Fernando Lugo. Santos era diretor de Rádio Fe e Alegria do

---

63 Entrevista realizada em 9 de junho de 2010, em Bogotá.

64 Idem.

Paraguai e foi um dos articuladores mais ativos da ALER e Organização Católica Latino-americana e Caribenha de Comunicação (OCLACC). Entre os principais planos de Santos está a melhoria do acesso à informação pública, fortalecimento do trabalho de comunicação para o desenvolvimento, potencialização dos meios estatais e criação de um sistema público educativo. No país, entretanto, o debate ainda é muito incipiente, mas segundo a ALER deve se fortalecer em breve.

A direção de ALER afirma que não tem um modelo de relação com governos, podendo ser de cooperação, como tem sido na Venezuela, onde suas associadas executam uma parte da política educativa do governo através de convênio; ou mesmo de tensão, dependendo da conjuntura. Lombardi afirma que não necessariamente a organização estará próxima dos governos ditos mais a esquerda.

Não há uma política única. Vinculamo-nos com governos e com todos aqueles que querem promover o desenvolvimento humano, o desenvolvimento das classes mais pobres. Se isso acontece, estaremos lá. Esse é nosso papel. Para isso dialogamos com governo, com universidade, com várias organizações. Nossos apoios são mais conjunturais e não estruturais (Gerardo Lombardi, presidente da ALER)(65).

Lizarazo e Lombardi afirmam que é notório que a questão do direito à comunicação começa a ser tema de debate e de uma luta cada vez mais geral em todo o continente e que há muito por fazer mesmo após anos de trabalho, pois há países que não conseguiram sequer uma legislação favorável, como é o caso do Brasil. Mas há os que têm conseguido avanços, sobretudo no direito à comunicação, que se levanta como um tema de reivindicação de forma mais clara em todo continente. Lizarazo afirma que de forma geral ainda se reivindica na América Latina por leis, o que é um passo importante. Além disso, há países que devem entrar no debate como Guatemala, Costa Rica e Paraguai. “Há um ambiente que favorece. E é preciso mudar a lei, pois não há como falar em programas e orçamentos se não há lei. Então, como falar em políticas públicas”, disse Nelsy Lizarazo(66).

Ao final, é possível perceber as distinções entre a experiência da ALER e da Cipó no campo empírico, que não se resume apenas a raio de alcance das ações, mas da ênfase que cada uma vai dar a cada uma das dimensões do desenvolvimento. O modo como avaliam suas práticas e traduzem em seus documentos institucionais, como já foi apresentado no capítulo três, é que traz muitas convergências que vão nos ajudar a desenvolver no próximo capítulo a proposta de orientação para a Política de Comunicação do Estado da Bahia.

---

65 Entrevista concedida em 31 de maio, em Maracaibo (Venezuela).

66 Entrevista realizada em 16 de junho de 2010, em Quito.



## 5 TECENDO ORIENTAÇÕES PARA EMERGENTE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DA BAHIA

*É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença.  
(Constituição Brasileira, Cap. I, Art. 5, inciso IX).*

O capítulo anterior ajudou a compreender, em nível local, como é possível realizar uma experiência de democratização da comunicação para o desenvolvimento, através da experiência da Cipó, e, em nível continental, possibilitou visualizar o cenário latino-americano no debate sobre leis e políticas de comunicação, a partir da atuação da ALER. Neste capítulo, vamos localizar o Brasil e a Bahia nesse debate para então, a partir das duas experiências, tecermos algumas considerações para a emergente Política<sup>67</sup> Estadual de Comunicação.

### 5.1 UMA BREVE RECAPITULAÇÃO HISTÓRICA

Desde o final da década de 60, quando o regime militar brasileiro promoveu a constituição de um sistema nacional de comunicações com a integração do país via microondas, nasceu em paralelo movimentos que refletiam e reivindicavam a necessidade de democratizar esse sistema como condição necessária para democratização do país. Ou seja, não se trata de afirmar esse tema como algo novo. Já na década de 70, uma das idéias principais que pautavam esse debate era a perspectiva de que “o direito à comunicação é um

---

67 Não foi nossa pretensão nessa dissertação-projeto discutir o conceito de política pública. Entretanto, de modo a clarificar um pouco o conceito, buscamos a definição sistematizada pela autora Maria das Graças Rua: “As políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, resultantes da atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (...) Além disso, por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’ - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”. Nossa intenção com essa conceituação é mostrar que o atual cenário de debate sobre uma política de comunicação encontra-se em construção e possui características, apontadas pela própria autora, de uma possível política pública, o que está há muitos passos de uma concretização.

direito humano fundamental e se expressa, sobretudo, através da criação de um sistema público de comunicação igualmente independente do Estado e da iniciativa privada” (LIMA, 2006, p.14).

Lima lembra que desde essa época, crescem as organizações da sociedade civil (entidades sindicais, ONGs, instituições religiosas, associações etc) envolvidas em práticas democratizantes e engajadas na formulação e implementação de políticas de comunicação no Brasil. Ele assinala o importante papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (Abepec), criada em 1972, e da constituição da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (embrião do FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), em 1984. Com grande capilaridade e alcance em diversos setores e movimentos, a igreja teve papel importante no processo através de experiências desenvolvidas: pela União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), que até hoje mantém sua trajetória através da Rede de Comunicadores Solidários. A UBC foi presidida, entre 1974-1976, por José Marques de Melo, quando esse foi demitido da USP acusado de “atividades subversivas”, para onde regressou após a anistia em 1979; pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Cemi (Centro de Educação e Comunicação Popular) e principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a ala da igreja que defendia a Teologia da Libertação, fenômeno que ocorreu (e ainda é forte) em muitos lugares da América Latina, com vimos inclusive através do depoimento das associadas da ALER.

A questão é que a década de 70 foi marcada, como lembra Kunsch (2009, p.61), por batalhas pelas políticas nacionais de comunicação e democratização dos meios, que foram fortemente combatidas de diversas maneiras.

Podem-se apontar a violência física e as medidas de intimidação, a legislação repressiva, a censura, a constituição de listas negras de jornalistas, a proibição de certos livros, os monopólios derivados de medidas políticas e as obstruções burocráticas, além dos procedimentos de caráter judicial, como as audiências a portas fechadas ou a sanção por desacato ao tribunal, e os que derivam de práticas profissionais, bem como os privilégios parlamentares. (...) Entre os entraves mais evidentes e, certamente, os mais irritantes, mencionem-se as violências físicas contra jornalistas e jornais: perseguições, prisões, torturas, raptos, assassinatos, atentados com bombas (...). (KUNSCH, 2009, p. 61).

Durante muito tempo o poder político geriu a comunicação a partir de critérios clientelistas, favorecendo não só os próprios políticos diretamente como os grandes empresários de comunicação que, ao lado de parlamentares, fizeram *lobby* contra mudanças no modelo de concessões e regulamentação do setor. Foi assim no governo Figueiredo (1979-

1985), marcado pelo número excessivo de concessões de canais de rádio e tevê. O sociólogo e mestre em comunicação, Venício Lima (apud Intervezes, 106 p. 144) lembra que somente nos últimos dois meses de seu mandato o último presidente escolhido pela ditadura militar, o general Figueiredo, baixou 91 decretos de concessões. Na ocasião, além do próprio ministro das Comunicação, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) – representado na Constituinte por seu irmão, deputado Ângelo Magalhães (PFL-BA) -, seu filho, o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e o secretário geral do Ministério, Rômulo Vilar Furtado e sua esposa, a deputada Rita Furtado, eram ligados a empresas concessionárias de emissoras de rádio e/ou televisão. Já na época, muitas organizações ligadas ao tema, entre elas o FNDC circulou manifestos com propostas que buscavam transformar o cenário.

A pesquisadora Kunsch destaca em seu texto que até a década de 60 o Brasil não tinha algo que pudesse ser definido como uma política nacional de comunicação. Entretanto, as Constituições Brasileiras, através de procedimentos normativos, sempre expressaram políticas parciais de comunicação. Até que, durante o período de transição democrática (1985-1989), a criação da Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, dedicou um capítulo exclusivo para o tema da comunicação. A decepção para o movimento social se deu quando Jose Sarney, ao assumir a presidência por conta da morte de Tancredo Neves, designa Antônio Carlos Magalhães para pasta do Ministério das Comunicações, gerando muita polêmica, como descrevemos em capítulos anteriores.

Sob o título “Da Comunicação Social”, os artigos 220 a 224 descrevem de forma explícita o direito à expressão e à informação por meio do acesso. Entretanto, os movimentos mais progressistas consideram que o direito ao acesso não contempla as necessidades atuais, já que a produção e difusão de informação e conhecimento, assim como o controle social sobre a produção dos meios de comunicação privados e comerciais também precisam estar garantidos por lei por meio da positivação do *Direito Humano à Comunicação*.

O autor Pasquali (2005) faz uma distinção entre “acesso” e “participação” que a nosso ver elucida alguns pontos. Enquanto o acesso refere-se ao exercício da capacidade de receber mensagens de qualquer natureza; a participação trata do exercício da capacidade de produzir e transmitir mensagens de qualquer natureza. Para ele:

A saúde comunicativa em uma sociedade pode ser mensurada em termos das complementariedades e do saudável equilíbrio existente entre a pluralidade e a qualidade das mensagens às quais ela tem acesso, e em termos de sua cota de participação na geração de mensagens e na transmissão (PASQUALI, 2005, p. 38).

Nesta perspectiva, a comunicação passa a ser vista como um direito mais amplo e

como uma promotora da efetivação de outros direitos humanos e do desenvolvimento. Como tal precisa ter como princípio a promoção do acesso, da produção e da difusão de conhecimentos, a livre expressão, a ampla participação e a coesão social, de forma a permitir que juntos os diversos atores sociais possam participar da vida democrática de forma equitativa, identificando seus problemas, construindo consensos sobre o futuro desejado e se co-responsabilizando por torná-lo realidade.

Entretanto, a posição das grandes empresas de comunicação, seja na área de teles ou radiodifusão, vem sendo por décadas pautada no aumento do acesso, erroneamente posto como equivalente a mais informação e comunicação, quando muitas vezes o efeito gerado é inverso, já que estimula o consumo exagerado e desnecessário de produtos que não refletem as diversidades culturais. Diante dessa constatação, Pasquali (2005) afirma que é preciso reviver o termo participação e torná-lo um conceito guia para superação da “hipertrofia do acesso”, promovendo a redescoberta da noção e dos benefícios dos serviços públicos nas comunicações.

Por um sistema público de comunicação eficiente e coerente não se está tomando como *bom* exemplo o caso brasileiro, onde o público se confunde muitas vezes com o estatal. Essa concepção tem raízes intrincadas na retomada da experiência da mídia pública no país, na década de 60, quando a preocupação dos militares em construir um sistema de educação de massa pela televisão (Decreto Lei 236, de 1967) instituiu a figura da televisão educativa. A norma estabeleceu ainda o caráter não-comercial desse tipo de comunicação, proibindo qualquer tipo direto ou indireto de publicidade ou patrocínio. (Intervozes, 2009, p.43). A publicação *Sistemas públicos de comunicação no mundo – Experiências de doze países e o caso brasileiro*, produzida pelo Coletivo Intervozes, com apoio da Fundação Ford, é uma referência sobre o tema. No trabalho, o Intervozes, assume a visão que define a mídia pública como um espaço entre esses dois pólos (público e estatal) “ao reservarmos centralidade à independência de mercados e governantes de plantão por meio de um controle democrático e participativo calcado na promoção de diferenciados e complementares mecanismos de participação” (Intervozes, 2009, p. 45) de diversos atores sociais.

## 5.2 A REALIZAÇÃO DA 1ª CONFECOM – CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Em dezembro de 2010, o debate sobre comunicação veio à tona durante a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª Confecom), realizada de forma inédita no Brasil a

partir de uma pressão da sociedade civil organizada, que por décadas tentou colocar o tema como prioridade na agenda do governo, levantando uma pauta antiga de reivindicações do movimento popular e de diversas organizações sociais, que defendem a democratização da comunicação, a posituação do Direito Humano à Comunicação, mudanças nas legislações em vigor, o controle público sobre a produção dos meios, entre outros. Mais que um evento, a 1ª Confecom reuniu mais de 1.200 pessoas na abertura e cerca de 1.700 ao longo de quatro dias de atividades, em Brasília, e como resultado dessa primeira consulta pública foi gerado um documento com 672 resoluções aprovadas.

A participação do empresariado, que esteve presente na Conferência (algo pouco comum em conferências de outros temas realizadas no País), demonstrou que não será fácil encontrar caminhos convergentes que conciliem as demandas sociais – cada vez mais urgentes com os avanços tecnológicos – e a desconstrução do que no país se costumou chamar de *coronelismo eletrônico*, expressão que designa a apropriação de políticos e poucas famílias da elite brasileira dos meios de comunicação de massa.

O empresariado deixou claro por meio dos posicionamentos que adotou durante a Confecom que não está disposto a lançar mão desse controle histórico, sustentado por um processo de desenvolvimento da radiodifusão baseado no modelo privado americano. Enquanto na Europa o investimento no sistema público foi determinante, no Brasil a ausência de legislação, de incentivo aos veículos públicos e comunitários gerou o que Borges (2009) descreveu como “um tipo *sui generis* de concentração com a chamada propriedade cruzada, na qual os *donos da mídia*(68) garantem a posse de diferentes meios – jornais, revistas, rádios, televisão, internet” (BORGES, 2009, p. 44). Esse processo de concentração conta com a fragilidade da legislação que desde a década de 30 (Decretos 20.047/1931 e 21.111/1932), passando pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962 (Lei n. 4.137), até a Lei da TV a Cabo de 1995 (Lei n. 8.977) não previu barreiras e punições claras contra monopolização. A Constituição de 1988 buscou fixar normas para evitar distorções desse tipo, como é possível conferir nos artigos 220 a 224, entretanto o poder econômico dos empresários e sua força política garantiram que as medidas reguladoras sempre fossem burladas, muitas vezes em nome da *liberdade de imprensa* (Borges, 2009, p. 46). O inciso 5º do Artigo 220 da

---

68 Atualmente, cinco famílias detêm os principais veículos do país: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Civita (Abril) e Frias (Folha). Para se ter uma dimensão, as Organizações Globo têm 35 grupos afiliados, que detêm juntos 340 veículos de comunicação. Na Bahia, grupos familiares como o da família Simões (A Tarde) e Magalhães (Rede Bahia) perpetuam o modelo em menor escala. (Borges, 2009, p.44).

Constituição veda o monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação e constitui um dos exemplos mais concretos de que temos uma Constituição ainda em disputa.

A 1ª Confecom, resultado da realização de 26 conferências estaduais(69), é um marco na história do País, porém foi apenas um primeiro passo na abertura do diálogo entre sociedade civil, governo e empresariado, na tentativa de rever o atual quadro de privatização da comunicação. É sabido que a mídia de massa nasceu privada, com fins-lucrativos e manteve-se baseada em monopólios desde então. Um exemplo recorrente que ilustra esse cenário são Organizações Globo, que com seus diversos veículos de TV, rádio, mídia impressa e Internet concentram 60% da audiência televisiva e 75% da verba publicitária do país. Dar o segundo passo não será uma tarefa simples. Grandes empresas de comunicação uniram-se em uma ofensiva com o intuito de abafar o debate ou atrelar a discussão do tema à volta da censura. Do outro lado da mesa, a sociedade civil tencionou e não escondeu suas expectativas em promover o controle social dentro de uma área hoje que parece ignorar os avanços na participação democrática.

A 1ª Conferência por si só não garantirá a efetivação das propostas aprovadas em plenária, e é sabido que de certo modo a primeira edição teve como principal conquista a sua própria realização e a abertura do diálogo sobre o tema. Foi uma conferência de muita negociação, uma delas, que gerou muita polêmica, vital para garantia da participação do empresariado: concessão de igual representatividade à sociedade civil (40%) e o empresariado (40%). O governo ficou com 20%. Muitos embates e disputas, mas também consensos, um deles a necessidade de atualização do Código Brasileiro de Telecomunicações e fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão. Além das resoluções acima, foram feitas outras aprovações importantes, entre elas: a criação do Conselho Nacional de Comunicação (em nível estadual e municipal, inclusive), com poderes deliberativos; definição do serviço de banda larga como um direito do cidadão; definição de critérios para cassação de concessões e outorgas; obrigatoriedade de as TVs por assinatura carregarem os canais abertos e públicos,

---

69 A Bahia foi o primeiro estado a realizar uma Conferência Estadual de Comunicação, ainda em 2008, e o único a ter realizado duas Conferências antes da 1ª Confecom. Agregue-se a esse cenário, a queda, após décadas no poder do *carlismo* e com isso a expectativa do fim do *coronelismo eletrônico* no estado, que no caso da Bahia referia-se ao império de comunicação construído pelo político Antônio Carlos Magalhães, que foi ministro das Telecomunicações durante 1985 e 1990, no governo do presidente José Sarney. Na ocasião, ele foi também responsável pelo maior número de concessões e renovações de outorgas de radiodifusão para grupos políticos, inclusive se beneficiando ao transferir a concessão da TV Globo para a TV Bahia, emissora de propriedade da sua família. O governo *do PT* mostrou-se sensibilizado a dialogar sobre o tema e atualmente discute com a sociedade civil a criação e regularização do que pode vir a ser o primeiro Conselho Estadual de Comunicação do país, uma das principais reivindicações aprovadas entre as resoluções das duas conferências estaduais.

entre outras. A questão agora é efetivar as resoluções e garantir a realização da segunda edição para manter o tem aquecido.

Durante a Conferência, 1.684 delegados eleitos nas conferências estaduais participaram de debates que foram divididos em três eixos temáticos: Produção de Conteúdos, Meios de Distribuição e Cidadania: Direitos e Deveres. Neste último eixo, além de uma série de temas, como participação social na comunicação, órgãos reguladores, proteção aos segmentos vulneráveis, marco legal regulatório, entre outros, estava desenvolvimento sustentável<sup>(70)</sup>. Dentro do tema desenvolvimento sustentável foram analisadas 17 propostas, aprovadas nas plenárias estaduais, sendo elas:

- Esclarecimento e informação sobre todos os atores sociais envolvidos com as questões e problemas, estimulando o controle público/social e ação consciente e sustentável e a simplicidade voluntária.
- Garantir na mídia programas voltados para o consumo consciente e o desenvolvimento sustentável.
- Que todos os meios de comunicação exerçam efetivamente ações de responsabilidade ambiental e social (acessibilidade) nos processos de produção e distribuição de materiais de comunicação.
- **Que a cadeia produtiva de comunicação respeite a sustentabilidade ambiental.**
- Abrir mais espaço nos veículos de comunicação para campanhas de conscientização sobre a importância de preservar o meio ambiente, sobretudo combatendo a derrubada de árvores.
- Proibir a apresentação, exibição e qualquer outro tipo de uso de animais em programas e propaganda, em todos os veículos de comunicação, particularmente os televisivos, pois incentivam práticas de exploração, crueldade e maus-tratos, violando a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, a Carta da Terra, artigo 225 da Constituição Federal de 1988, lei nº 9605/98 (crimes ambientais), excetuando os documentários que mostram os animais em vida livre e/ou denúncias

---

<sup>70</sup> Por interesse de pesquisa, a autora dessa dissertação-projeto, que participou do evento, fez parte do 12º GT, Eixo 3 (Cidadania: Direitos e Deveres), cujos temas foram: Soberania Nacional, Educação para Mídia, Acesso à Cultura e Educação e Desenvolvimento Sustentável. A proposta era observar como o tema Desenvolvimento iria se apresentar nos debates e posteriormente no processo de aprovação das propostas que foram encaminhadas pelas conferências estaduais.

de crimes e violências contra os animais, a título de mudanças de valores humanos para o respeito aos direitos de todas as formas de vida.

- Que os meios de comunicação divulguem em suas campanhas publicitárias os problemas relacionados à produção intensiva de animais para consumo humano, amplamente divulgados pelos relatórios relativos ao Aquecimento Global e Mudanças Climáticas, que afetam a saúde humana, o equilíbrio do planeta em todas suas dimensões: sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais e éticas.
- **Implantação das propostas voltadas à área de comunicação, incluídas nos planejamentos da Agenda 21 e do Plano Diretor Municipal, onde existirem.**
- Garantir o direito de resposta contra empresas que degradam o meio ambiente e impedir propagandas enganosas veiculadas sobre o tema.
- Garantir um espaço para a discussão e estímulo aos 4Rs (Reflexão, Redução, Reciclagem e Re-uso).
- Reservar horário permanente e pontual nas mídias públicas para a apresentação dos benefícios das cromoterapias e terapias alternativas.
- **Utilização dos canais de telefonia móvel para emissão de mensagens e campanhas de prevenção e promoção de saúde.**
- Garantir a inserção de temas ambientais, com enfoque na sociedade civil, na pauta e na grade de todos os meios de comunicação.
- **Encaminhamento de lei revisora ao projeto de Lei n 5.498-F de 2009, que contém no âmbito dos artigos referentes à propaganda por meio de cartazes que conforme hoje aprovado provoca abate de cerca de 02 milhões de árvores precoces a cada pleito; custo de 20 vezes superior ao gasto quando se usava estruturas de mídia já instauradas; poluição visual descontrolada.**
- **Fomentar a formação de salas de cinema totalmente digitais (da produção a distribuição a exibição).**
- Garantir um espaço, em todos os meios, para a conscientização da população sobre os problemas e impactos ambientais decorrentes do atual modelo de produção e consumo (predatórios).
- Criar subsídios à informação sobre biodiesel, de modo a beneficiar em especial a agricultura familiar e conscientizar os estudantes de meio ambiente.



Destas propostas, cinco (em destaque acima) foram aprovadas pelos delegados e entraram para as resoluções finais da 1ª Confecom. Como é possível observar, a maioria diz respeito às questões ambientais, sendo em muitas a redação compromete a própria compreensão da proposta ou foge à um padrão mais usual de resoluções. Algumas foram descartadas pelo GT com argumento de que deveriam estar em outra sessão, por redação incompreensível ou por não fazerem sentido, como foi dito algumas vezes durante o debate. Outras atingiam diretamente os interesses de representantes de tevê, que por estarem dentro da cota de 40% do empresariado, muitas vezes se aliava às empresas de telefonia para conseguir vetar a aprovação, que precisava de 80% dos votos para passar direto, sem votação na plenária final.

### **5.2.1 O governo Dilma Roussef e a pauta da comunicação**

Um momento estratégico para o movimento se apresentou em 2010, quando foram realizadas as eleições para a Presidência da República. Na ocasião, parecia consenso entre alguns especialistas que a defesa pela continuidade do debate e criação de espaços de diálogo deveriam aparecer nas propostas dos candidatos ou a sociedade civil correria sério risco de ver seus esforços irem à míngua. Essa articulação foi muito frágil. E é importante ressaltar que mesmo a vitória da candidata a sucessão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef, que posteriormente se elegeu, não era garantia de que a pauta estivesse na agenda. Isso porque em diversos momentos durante o governo Lula ficou evidente que a comunicação é um campo de conflito em que o empresariado tem grande poder de barganha junto ao governo. Basta lembrar-se de alguns episódios, como em meados de 2005, com a nomeação de Hélio Costa, ex-funcionário da Globo e conhecido lobista dos radiodifusores no Congresso, como Ministro das Comunicações. De posse do cargo, uma das ofensivas do ministro focou o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), concebido em 2003 como um instrumento de inclusão social e democratização da comunicação.

O SBTVD sofreu um forte golpe (...). Em pouco tempo, Costa acabou sumariamente com os espaços de interlocução com a sociedade civil e passou a defender intensamente, dentro e fora do governo, as principais reivindicações dos controladores da Rede Globo, a família Marinho, em relação à TV digital: a adoção do padrão japonês e a concessão de mais uma fatia no espectro de frequências, por onde trafegam as ondas da televisão, aos atuais concessionários. (...) Mais do que isso, com a publicação do

Decreto 5.820/06, o governo consolidou um fato antes conhecido, mas nunca legalizado: a posse do espectro de frequências, bem público por natureza, pelas empresas de comunicação. Para que isso fosse possível, ele enterrou as pesquisas nacionais e cometeu ilegalidades flagrantes, inclusive com violações à Constituição Federal. E, nesse quadro, distanciou-se o horizonte de um maior equilíbrio na ocupação do espaço televisivo, da diversificação da produção audiovisual e da inclusão social de milhares de brasileiros através desta nova tecnologia. (MOYSES, 2006, p.3)

Episódios como estes ilustram o jogo de forças presente na agenda da comunicação. Se por um lado, a 1ª Confecom revelou o desejo de mudança radical de diversas leis que regem a área e promoveu uma relativa popularização do tema, por outro, trouxe à tona também o posicionamento do empresariado e sua força. O desafio foi passado para as mãos do recém empossado Ministro das Comunicações (MiniCom), Paulo Bernardo Silva, ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo Lula. Político de carreira dentro do PT, foi escolhido por ser firme e bom negociador. Ele mesmo declarou publicamente ser um apaixonado pelas novas tecnologias. Mesmo no Planejamento, onde enfrentou o desafio de promover o planejamento participativo e melhorar a gestão pública, contribuiu com a formulação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).

O MiniCom (2011), segundo o ministro vai coordenar as ações de inclusão digital desenvolvidas em pelo menos 13 ministérios e realizará em breve a primeira reunião de fórum do governo com todos os ministros envolvidos em atividades e/ou projetos de inclusão digital. Entre eles, por exemplo, os pontos de cultura nas periferias das grandes cidades e assentamentos e o Programa de Banda Larga nas escolas públicas, que estão respectivamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Ministério da Educação (MEC).

O programa Computador Para Todos foi elogiado pelo ministro e apontado como uma ação exitosa e que será mantida, visto que “desenvolveu a indústria nacional, que vendeu em 2010 cerca de 14 milhões de computadores. (...) todo este pessoal que comprou computador quer acesso à internet que ainda hoje no Brasil é pouca e cara” (MINICOM..., 2011). Segundo ele, o objetivo do Programa Nacional de Banda Larga será “massificar a internet” através da oferta de banda larga em todo o Brasil a preços reduzidos e que essa é uma prioridade para presente Dilma Rousseff.

Na mesma matéria veiculada pela assessoria do MiniCom, quando da realização do 9º Seminário de Políticas de Telecomunicações, em 24 de fevereiro de 2011, Paulo Bernardo reafirmou que o projeto de mudança do marco regulatório das comunicações só será encaminhado ao Congresso depois de um “amplo e demorado debate”. “Tenho

convicção de que é preciso regulamentar os artigos da Constituição que até hoje não foram feitos como a definição do percentual de produção nacional e regional nas programações” (MINICOM..., 2011). Como sabe que o tema gera melindres, fez questão de dizer que não precisa continuamente reafirmar o compromisso do governo com a liberdade de expressão, “uma vez que a presidenta Dilma já o fez em pelo menos três ocasiões desde sua posse, em 1º de janeiro. (...) A democracia brasileira vive um grau de amadurecimento institucional que não permite retrocessos”.

Já foi divulgado, entretanto, que o conteúdo do projeto de revisão do marco regulatório, que está sendo preparado pelo governo, traz mudanças na fiscalização dos meios de comunicação. Uma delas é a existência de duas agências de regulação no setor: uma para os serviços de telecomunicações, que seria a própria Anatel, e outra para a regulação de rádios e TVs, incluindo seus conteúdos. O papel da nova agência seria fiscalizar se as emissoras estão cumprindo o que está previsto na Constituição em relação aos conteúdos, coibindo divulgação de conteúdos racistas e outras violações de direitos humanos previstas em lei. Além disso, verificaria o cumprimento de limite de publicidade nas televisões (25%) e de programas jornalísticos (5%), entre outras possíveis funções. Para o novo ministro, o conselho da nova agência não seria ocupado por representantes da sociedade civil (empresários ou não).

A agência tem que ter estabilidade, desvinculação de interesses econômicos, político-partidários. Se a presidente não tem legitimidade pra indicar (os conselheiros), quem tem? (...) Se o setor de mídia quisesse, poderia ter feito uma auto-regulação. Só que nunca fez. (...) e a ação do Ministério Público não tem sido suficiente para coibir os desvios de conduta dos concessionários de rádio e TV (PAULO..., 2011).

### 5.3 DA 1ª CONFERÊNCIA À POLÍTICA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO: OS DESAFIOS DO SEGUNDO MANDATO DO GOVERNO WAGNER

A Bahia foi o primeiro estado brasileiro a realizar uma Conferência Estadual de Comunicação, ainda em 2008, e o único do país a ter realizado duas Conferências, sendo a segunda no final de 2009, como etapa da 1ª Confecom. A pressão social aliada ao interesse do governo estadual (reeleito com 61% dos votos em outubro de 2010 para o mandato de 2011-2014) favoreceu a abertura do debate. E, ao contrário do cenário nacional, onde o tema ainda está morno, o governo de Jaques Wagner dá sinais de que está disposto a dar continuidade ao

diálogo sobre o tema. Anunciou, em fevereiro de 2011, a criação da Secretaria de Comunicação.

Neste capítulo, a proposta é trazer alguns episódios(71) dessa história, brevemente exposta acima, de modo a caracterizar o atual cenário do debate sobre comunicação no estado. De posse desse pano de fundo, tomamos os documentos produzidos durante as conferências, em que estão expostas as demandas em relação ao tema, e estabelecemos um paralelo com as experiências analisadas nesta pesquisa. A partir daí, apontamos algumas orientações para emergente Política de Comunicação da Bahia.

### **5.3.1 Um mais um é sempre mais que dois, pra melhor juntar as nossas forças**

Em 2005, um grupo de organizações de Salvador (o embrião do que se tornaria o Coletivo Baiano pela Democratização da Comunicação na Bahia(72), iniciou um processo de discussão sobre o direito à comunicação, realizando ações pontuais de aproximação e diálogo entre sociedade civil e o poder público, como a primeira audiência pública na Câmara Municipal de Salvador para discutir o tema. No ano seguinte, com o cenário de eleições presidenciais e estaduais, este mesmo grupo realizou um Seminário sobre direito à comunicação com parlamentares, a fim de discutir que modelo de políticas públicas de comunicação os partidos e coligações apresentavam. O resultado do Seminário revelou pouco acúmulo dos candidatos sobre o conceito do direito à comunicação, com destaques muito mais concentrados em analisar a mídia de massa.

A eleição de Jaques Wagner (Partido dos Trabalhadores) ao governo do Estado após anos de governo do antigo Partido da Frente Liberal (PFL) motivou o grupo a buscar novos atores da sociedade civil para elaborar o documento *Proposições da sociedade civil para uma política de comunicação democrática no Estado da Bahia*, dirigido ao governador e aos secretários de Comunicação e Cultura. Vinte e uma organizações e cinco pessoas físicas

---

71 Parte dos dados que serão apresentados foram recolhidos em documentos de registro interno da Cipó, ou mesmo relatórios, produzidos por Daniella Rocha (*Relatório para Fundação Ford*) e Gislene Moreira (*Idas e vindas - Construindo mapas e trajetórias pelo Direito à Comunicação*). Essas informações, entretanto, estão mescladas com registros pessoais feitos pela autora, quando da participação em alguns dos eventos.

72 Participam do Coletivo, Abraço Sisal, CIPÓ – Comunicação Interativa, Coletivo Intervozes, Conselho Regional de Psicologia (CRP), Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA), Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (ENECOS), Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA), Instituto de Mídia Étnica, Movimento de Organização Comunitária (MOC), entre outros.

ligadas aos mais diversos temas e segmentos assinaram a carta, que ressaltava a necessidade de realização da I Conferência Estadual de Comunicação, como marco do planejamento da área, e criação do Conselho Estadual de Comunicação Social. A partir deste documento, o grupo buscou participar de reuniões com a equipe de transição do novo governo eleito. E, em 2007, a Agência de Comunicação do Estado (Agecom), montou um Grupo de Trabalho formado por representantes do governo e sociedade civil (os empresários foram convidados, mas optaram por não participar) para estruturar a 1ª Conferência.

O processo abrangeu oito plenárias regionais<sup>(73)</sup> em municípios denominados pólos, envolvendo cerca de 2.100 pessoas que elegeram 22 resoluções para políticas públicas de comunicação, estruturadas em quatro eixos: (1) Comunicação e Desenvolvimento Territorial, (2) Políticas Públicas de Comunicação, (3) Comunicação e Educação e (4) Cidadania e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Em 2009, a Bahia novamente teve que se organizar para realizar sua etapa estadual, agora dentro de um parâmetro nacional para realização da 1ª Confecom. Um novo Grupo de Trabalho foi montado para executar a 2ª Conferência Estadual de Comunicação, realizada nos dias 14 e 15 de novembro de 2009, envolvendo a participação de cerca de 700 pessoas que votaram 162 resoluções distribuídas em três eixos: Produção de Conteúdo, Meios de Distribuição e Cidadania: Direitos e Deveres, seguindo as orientações da Comissão Organizadora Nacional. Não ocorreram etapas municipais ou regionais, apenas conferências livres.

Diferentemente da 1ª Conferência, nesta os empresários participaram, inclusive da Comissão Organizadora, como determinou o regimento interno da Confecom. Durante a abertura da 2ª Conferência, o governador Jaques Wagner assinou um decreto de criação de um Grupo de Trabalho formado por sociedade civil, universidades, empresários e governo para a elaboração de um projeto de lei de criação do Conselho Estadual de Comunicação, reivindicação colocada como prioritária nas 1ª e 2ª conferências. Este GT cumpriu o trabalho no período de 180 dias (entre dezembro a maio de 2010), estruturando um pré-projeto de lei para criação e regimento do Conselho Estadual de Comunicação Social. Também realizou uma audiência pública para escuta da sociedade. Na proposta o Conselho é definido como:

Órgão colegiado vinculado à Assessoria Geral de Comunicação Social da Casa Civil do Estado da Bahia, com sede nesta capital e atuação em todo o

---

73 Eunápolis, Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Irecê, Juazeiro, Feira de Santana e Salvador, foram identificados prioritariamente pela existência de cursos de comunicação, retransmissoras de TV e facilidade de agregar geograficamente outros territórios.

território estadual, de caráter consultivo e deliberativo sobre sua finalidade de formular a Política Estadual de Comunicação Social, observados a competência que lhe confere o art. 277 (parágrafo 2º) da Constituição do Estado da Bahia e o disposto na Constituição Federal, reconhecida a comunicação social como um serviço público e um direito humano e fundamental (ANTEPROJETO..., 2010).

O maior embate para definição da proposta foi em torno da composição do conselho. O empresariado reivindicou paridade com os outros atores da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações, universidades etc), usando o argumento de que isso aconteceu durante a 1ª Confecom (CARIBÉ; ARAÚJO, 2011). As organizações da sociedade civil, por outro lado, argumentam que o conselho deve se inspirar naqueles em funcionamento em outras áreas, como educação e saúde, e que entes privados não podem participar de instâncias de deliberações públicas em pé de igualdade com movimentos sociais, já que *a priori* defendem interesse comerciais, enquanto os primeiros defendem o interesse público.

Após muitas negociações dentro do GT, ficou definido um número de 25 vagas totais, sendo sete do governo, seis para os empresários e 10 para sociedade civil (incluindo a vaga da universidade pública) e duas vagas para produtores de audiovisual/prestadores de serviço e para entidade profissional de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outras. A proposta prevê que o acesso aos assentos da sociedade civil e das empresas se dê por eleição em cada segmento, fugindo do esquema da indicação do governador e com isso garantindo maior legitimidade e autonomia ao Conselho, que terá novo mandato a cada dois anos.

A proposta elencou entre as atribuições que competem ao Conselho, a formulação e acompanhamento da execução da Política Pública de Comunicação Social do Estado e desenvolvimento de canais institucionais e democráticos de comunicação permanente com a sociedade baiana; formulação de propostas que contemplem o cumprimento do disposto nos capítulos referentes à comunicação social das Constituições Federal e Estadual; proposição de medidas que visem o aperfeiçoamento de uma política estadual de comunicação social, com base nos princípios democráticos e na comunicação como direito fundamental, estimulando o acesso, a produção e a difusão da informação de interesse coletivo; atuação pela defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade baiana no que tange a comunicação social, entre outras(74).

Até a finalização dessa dissertação (em março de 2011), o anteprojeto de lei

---

74 Anteprojeto de Lei Cria o Conselho de Comunicação Social do Estado da Bahia. Salvador: acervo da Agecom. Maio de 2010.

encontrava-se na Casa Civil que está avaliando tecnicamente e elaborando uma redação final, que pretende transformar a proposta num Projeto de Lei que será encaminhado para Assembléia Legislativa da Bahia (ALBA), com o intuito de se transformar em política permanente do estado. Porém, em décadas anteriores (1980 e 1990) a ALBA engavetou duas propostas de natureza semelhante alegando inconstitucionalidade.

A questão é que, ainda que alguém do ritmo esperado pelos movimento sociais, mudanças vêm acontecendo. Em fevereiro de 2011, quando foram anunciados os novos secretários, outra promessa se cumpriu: a Assessoria Geral do Estado (Agecom), que antes tinha *status* de Secretaria, mas na prática tinha sua pauta absorvida pela agenda de comunicação governamental, se tornou efetivamente uma Secretaria. Ainda que sem recursos, visto que não estava prevista na Lei Orçamentária em vigor, já começa esse ano a mudar sua estrutura administrativa, com previsão de criação de novos cargos, e ampliação do seu leque de atuação. Abaixo estão alguns trechos de uma das primeiras entrevistas concedidas pelo Secretário de Comunicação, que antes ocupava a direção da Agecom, sobre os planos para nova Secretaria:

(...) Vamos agora ampliar a nossa ação para o mercado da comunicação, ou seja, vamos entender a comunicação como uma atividade econômica. A nossa missão é promover e ampliar esse mercado, que é responsável pela geração de milhares de empregos na Bahia, que movimentam muito dinheiro. Temos segmentos importantes como os de produção, os veículos de imprensa, as agências de publicidade etc. Então são muitas áreas inseridas no setor que contribuem para o desenvolvimento do estado e precisam de mais atenção do governo, através da elaboração de políticas públicas para a comunicação. (...) Vamos buscar uma melhor relação com a mídia alternativa. Falo aqui das rádios e TVs comunitárias, falo dos jornais independentes locais, da imprensa regional, que precisam da atenção do Governo do Estado para que possam sobreviver. Existe a relação dinâmica com a mídia digital, que está cada vez mais crescente, com o surgimento de sites, portais e todos os adventos da internet. Então o governo vai fortalecer ainda mais a relação com esse segmento, porque ele ajuda a democratizar a informação, ele ajuda a preservar a nossa identidade cultural. Então, em resumo, a população é sempre beneficiada quando democratizamos a comunicação. (...) Nós queremos ainda aproveitar tudo o que foi sugerido nas conferências estaduais que foram feitas nos anos anteriores (...) (SECRETÁRIO..., 2011).

O depoimento do secretário é muito similar em termos de idéias gerais àquele que foi dado durante entrevista para produção do vídeo *Uma América Latina de Muitas Vozes*. Na ocasião, ele disse que o governo buscava se distanciar, ao tomar essa pauta em conta, do sistema político que estava em vigor antes do ingresso do atual governador, que, na sua opinião, não estimulava a participação da sociedade e muitas vezes a preterição. “Então, o

desafio de democratizar a relação governo com sociedade passava também pelo desafio de democratizar a comunicação de governo, de passar para sociedade um canal mais direto, mais aberto de ida e vinda de um fluxo de informação. Um governo democrático pressupõe métodos democráticos e pressupõe comunicação democrática”, afirmou(75).

Na ocasião, reforçou também o interesse do governo de apoiar o desenvolvimento econômico a partir da comunicação através do investimento ao negócio da radiodifusão nas cidades do interior, incorporando de forma “sustentável” o segmento comunitário. No que se refere a essa pauta, ele destacou que a legislação restringe as possibilidades de financiamento desse segmento e que seria preciso abrir o debate em nível nacional para essas e outras questões.

Eu creio que um dos grandes instrumentos de democratização da comunicação está no uso da internet de forma ampla e generalizada pela sociedade. Para gente transformar as pessoas não apenas em consumidores de conteúdo, mas também em produtores de conteúdo. Cada um vai exercer a dimensão que é inata ao ser humano que é a dimensão de se comunicar. Se você não tem um meio, você acaba restringindo essa possibilidade. Então, quanto mais amplo for o acesso às novas tecnologias, especialmente a internet, maior será a possibilidade de democratizar a comunicação. (...) Então, a pauta do desenvolvimento é uma pauta combinada à pauta do avanço da comunicação, do avanço principalmente da plataforma em que ela vai se desenvolver(76).

Envolver a sociedade no debate sobre o tema é o que alguns pesquisadores do tema consideram como condição chave para o fortalecimento da pauta e promoção de uma mudança concreta nos atuais moldes em que a comunicação vem sendo tratada no país.. A comunicóloga e doutoranda pela FLACSO/México em Temas de Movimentos Sociais e Políticas de Comunicação, Gislene Moreira, esteve envolvida em todo o processo de construção da primeira conferência baiana, representando a Cipó, e é uma das defensoras da participação da sociedade civil em todo processo através da criação de espaços institucionalizados de consulta pública, como a própria Conferência e o Conselho.

Há algumas políticas de incentivo, como fundos de fomento à participação e ao uso das novas tecnologias bastante interessantes. Enfim, há programas de formação. Acho que a política dos pontos de cultura é algo que precisa ser observado com mais cuidado porque ali tem caminhos muito interessantes para realidade brasileira. (...) Agora é preciso ver o que a sociedade demanda (...). Acho que a questão da participação e do fomento são dois temas a serem enfrentados, mas o principal ainda é o gargalo da legislação.(77)

---

75 Entrevista concedida em 11 de agosto de 2010, em Salvador, Bahia.

76 Idem.

77 Entrevista concedida em 3 de setembro de 2010.



Moreira e Lizarazo não foram as únicas a declararem em suas entrevistas o quanto a falta de uma legislação, que reflita as demandas sociais e esteja atualizada (e isso está posto no caso brasileiro), condiciona a realização do desenho de uma Política de Comunicação. E estamos cientes desses limites. Porém, ao delinear algumas orientações para a Política de Comunicação da Bahia levamos em conta as possibilidades existentes mesmo com os entraves legais atuais e também aquelas que se esbarram nele, quiçá contribuindo para que o governo estadual também se veja como um ator político importante capaz de interceder em nível federal para promoção de um novo marco regulatório, mais atual, democrático e de acordo com as demandas reprimidas há mais de 40 anos no Brasil.

De antemão, é preciso dizer que não tivemos a pretensão de tecer orientações inéditas, muito pelo contrário, acreditamos que as experiências que por décadas vêm sendo desenvolvidas (como a da ALER, suas associadas e a da Cipó) e os documentos produzidos recentemente com as Conferências oferecem subsídios para definição de princípios e critérios que podem orientar um novo Marco e uma Política de Comunicação. E foi por isso que buscamos sistematizar algumas orientações levando em conta as idéias e propostas postas, sem pretender produzir uma idéia acabada. Dividimos nossa contribuição da seguinte forma: a) **Sistematização das principais demandas/propostas por um novo Marco Regulatório e uma Política Nacional de Comunicação (78)** – traz propostas mais gerais, mas que podem ser absorvidas em certa medida pelo Governo do Estado da Bahia e pautar sua decisão e postura política diante do tema. Neste caso, absorvemos as experiências da ALER na área de incidência em diversos países e as propostas apresentadas pela sociedade civil e/ou aprovadas durante a 1ª Confecom; e, b) **Orientações para a Política de Comunicação da Bahia(79)** -

---

78 Entre os documentos analisados estavam: *Princípios e Critérios. Para Hacer del Espectro Radioeléctrico – Una Expresión de la democratización de las Comunicaciones en la Venezuela del Siglo XXI... Con todas las Voces! (PC)*, desenvolvido pela Rede Nacional Fé e Alegria (Venezuela); a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual da Argentina (**LA**), aprovada com ampla influência do grupo *Coalición por una Radiodifusión Democrática* (Coalizão por uma Radiodifusão Democrática), que firmaram 21 pontos que deveriam estar presentes na nova lei; *Propostas do Intervozes para I Conferência Nacional de Comunicação - Contribuição a um Programa de Efetivação do Direito Humano à Comunicação no Brasil (PI)*; *Juventude pelo Direito à Comunicação (JD)*, documento produzido pela Cipó e Rede de Adolescentes e Jovens Comunicadores Comunicadoras para 1ª Confecom; O documento *Dez pontos para interface Infância e Adolescência e as Políticas Públicas de Comunicação (DP)*, desenvolvido por 10 organizações da Rede Andi Brasil; além do *Caderno 1ª Confecom (C1)*.

79 Entre os documentos analisados estavam: Resoluções da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia (**CC**); as cartas abertas *Proposições de entidades da sociedade civil para um apolítica de comunicação democrática no Estado da Bahia (PE)* e *Proposta de resolução da Conferência de Comunicação Social da Bahia – Carta da 1ª Conferência (PR)*, Caderno Preparatório da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia (**CP**), além de documentos e resultados do projeto ACD e dos documentos conceituais da Cipó (**ACD**).

mais focada ao contexto do estado, também inspiradas em propostas apresentadas e/ou aprovadas durante a 1ª e 2ª Conferências Estaduais, como a carta *Proposições de entidades da sociedade civil para uma política de comunicação democrática no Estado da Bahia* e a experiência do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, realizado pela ONG Cipó. Vale ressaltar que o(s) documento(s) que inspira(m) cada proposta está(ão) identificado(s) por sigla(s) nas notas de rodapé 77 e 78. O Caderno com os resultados da 1ª Confecom (**C1**) não foi citado na tabela porque é transversal a todas as propostas. É importante aclarar também que a redação da proposta, na maioria das vezes, não corresponde a nenhum dos documentos que a originou, pois se buscou agrupar idéias convergentes, reformulando-as em uma ou mais propostas. Ambas tabelas foram agrupadas num quadro para facilitar a visualização e leitura.

<p><b>Princípios</b></p>	<p>A comunicação é um Direito Humano. Deve ser garantido a toda pessoa ou grupo as condições necessárias para que possa investigar, acessar, receber e difundir informações, opiniões e idéias através de qualquer meio de comunicação (rádio ou televisão), impresso ou digital, respeitando-se o estado de direito democrático e os direitos humanos. <b>(PC / LA / PI / CP / ACD)</b></p> <p>O espectro radioelétrico é um bem da humanidade. <b>(PC / LA)</b></p> <p>A comunicação deve estar a serviço da promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões: pessoal, social, econômica, cultural, ambiental e política. <b>(ACD)</b></p> <p>A radiodifusão<sup>1</sup> é um serviço público. <b>(PC / LA)</b></p> <p>A liberdade de expressão é um direito de todos/as e não apenas das empresas de comunicação. <b>(PI / ACD / CC)</b></p> <p>A todos os meios de comunicação deve ser garantida a independência, impedindo-se qualquer forma de pressão, condenação ou criminalização pelo exercício do direito a emissão de informação, opinião e crítica baseada nos princípios do estado de direito e dos direitos humanos previstos em lei. <b>(PC / LA)</b></p>
<p><b>Novo Marco Regulatório</b></p>	<p>É preciso incluir no capítulo dos direitos fundamentais da Constituição Federal Brasileira o Direito Humano à Comunicação, compreendido através de uma concepção que abarca o direito à informação e liberdade de expressão, indo além ao prever também o acesso à produção e veiculação, garantindo a todos (indistintamente) as condições técnicas e materiais para comunicar e se informar de forma independente e ética. <b>(PI / CC / LA / PC)</b></p> <p>O espectro radioelétrico deve ser administrado pelo Estado através de um ente regulador dentro de um marco regulatório que preveja a formação de comissões de ampla participação de diversos setores da sociedade, tais como conselhos de usuários, setores empresariais, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, universidades, observatórios, sindicatos, igrejas etc. <b>(PC / CC / LA)</b></p> <p>A regulação do espectro radioelétrico não deve apenas estabelecer critérios de outorga de licenças de operação, mas também o monitoramento da qualidade do serviço e do atendimento a critérios de pluralismo, de ética, de divulgação de informações de interesse público, de respeito à Constituição e às leis, de proteção especial às crianças, adolescentes e jovens e de garantias à produção local. <b>(PI / PC / LA)</b></p> <p>O espectro deve ser reorganizado de modo que sejam assegurados 40% dos canais para o Sistema Público, 40% para o Sistema Privado e 20% para o Sistema Estatal ou pelo menos garantir um terço do espectro para cada sistema. <b>(PI)</b></p> <p>O Código Brasileiro de Telecomunicações deve ser revisado para ter critérios transparentes e não discriminatórios (em termos de raça-etnia, religião, orientação sexual etc) para concessões, outorgas e autorizações de canais de radiodifusão, com equilíbrio entre o setor público, privado e estatal. <b>(C1)</b></p> <p>O marco regulatório para Internet precisa ser definido, incluindo um Código de Direitos Civis dos Usuários de Internet. <b>(PI)</b></p> <p>A Lei 9.612/1998 deve ser reformada, garantindo o aumento da potência e da área de difusão comunitária, com reserva de mais canais dentro do espectro e políticas de fomento da produção. <b>(JD)</b></p>

<sup>1</sup> Conteúdos audiovisuais idênticos ou similares devem ser regulados pelo mesmo marco regulatório, independente da tecnologia de transmissão/plataforma em que são operados: pelo ar, através do cabo, via satélite, em tecnologia analógica ou digital.

<p><b>Concessão de Outorgas</b></p>	<p>Qualquer forma de concentração da propriedade dos meios deve ser coibida através de normas anti-monopólicas e oligopólicas, de modo a garantir ao amplo leque de setores/atores da sociedade a possibilidade de exercer plenamente o direito à comunicação. <b>(LA / PI / PC)</b></p> <p>Os parlamentares e seus parentes devem ser proibidos de ter acesso a concessões, outorgas e permissões. <b>(LA / PI / PC)</b></p> <p>As concessões e renovações de outorgas devem ser avaliadas sistematicamente de acordo com critérios coletivamente definidos e através de audiências e consultas públicas. <b>(LA / PI / PC)</b></p> <p>A constituição de redes deve ser submetida a um conjunto de afiliadas que não ultrapasse 10% dos entes exploradores. <b>(PI)</b></p> <p>Os serviços de radiodifusão devem ser oferecidos pelo titular da concessão. Portanto, as licenças são intransferíveis e indelegáveis, configurando falta grave qualquer ato que implique delegação, tais como arrendamento da grade, contratos de exclusividade com empresas que comercializem publicidade ou conteúdo, constituição de procurador para exercer atos vinculados à exploração do serviço ou delegação a terceiro da distribuição do serviço. <b>(LA / PI / PC)</b></p>
<p><b>Modelos de Serviços</b></p>	<p>O artigo 223 da Constituição Federal deve ser regulamentado de modo a caracterizar os sistemas público (integrado por organizações de caráter público, geridas de maneira participativa, com acesso ao cidadão às suas estruturas e submetida a controle social), privado (com finalidade comercial ou não, porém com gestão restrita) e estatal (todos os meios e serviços controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas), além de prever a implantação de conselhos públicos eleitos para definir diretrizes relativas às atividades dos mesmos. (E nos contratos de concessões para o Sistema Privado prever a obrigatoriedade de estabelecimento de mecanismos de diálogo com os cidadãos). <b>(LA / PI / PC)</b></p> <p>As frequências devem ser classificadas segundo a natureza dos prestadores de serviços de radiodifusão: público, privado e estatal, sem distinção para limites de potência e restrições para sustentabilidade econômica, que pode se dar através de venda publicitária (desde que respeitado os 25% das horas diárias transmitidas para esse tipo de conteúdo), patrocínios, convênios com o estado, doações de usuários/as e demais formas lícitas de financiamento sem qualquer tipo de discriminação. <b>(C1 / P1)</b></p> <p>O regime de Banda Larga deve ser instituído como regime público, garantido acesso de forma universal com qualidade e baixo custo, e o acesso a redes de compartilhamento de informações e dados. <b>(PR / JD / PI)</b></p> <p>Os responsáveis pela produção devem promover uma ampla programação educativa, informativa, cultural, de ficção e entretenimento. <b>(PI)</b></p> <p>Os sistemas de distribuição de sinais por cabo e satélite devem incluir em sua oferta percentagens para os canais de todos os sistemas. <b>(PI / PC)</b></p> <p>A convergência digital deve ser promovida para que diferentes redes possam oferecer serviços de voz, vídeo e dados, com unificação das regulamentações relativas à TV por assinatura. <b>(PI)</b></p> <p>A telefonia celular deve ser enquadrada no regime público, assegurando acesso de forma universal com qualidade e baixo custo. <b>(PI)</b></p> <p>Os veículos dos sistemas público e estatal devem ter seus sinais universalizados. <b>(PI)</b></p>



<p><b>Modelos de Gestão / Participação e Órgãos Reguladores</b></p>	<p>Os espaços de participação, deliberação, controle social e consulta pública devem ser criados e regulamentados (como conferências, audiências públicas, conselhos, observatórios etc) em nível nacional, estadual e municipal. <b>(PI)</b></p> <p>Os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Comunicação Social devem ser criados. Aberto a participação popular, essa instância deve seguir o exemplo de outros conselhos existentes no país, como o de Saúde (50% das cadeiras para os representantes de usuários, 25% aos trabalhadores e 25% aos prestadores de serviços), e seria responsável pela regulamentação específica, regulação, processamento das outorgas, fiscalização e pelas ações de fomento referentes ao setor, ou seja, absorveria atribuições que hoje estão concentradas na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Cinema (Ancine) e do Ministério das Comunicações. Com poder deliberativo para propor e debater políticas de comunicação, realizar audiência se consultas públicas. <b>(PI / JD)</b></p> <p>Uma procuradoria dos direitos dos usuários de serviços de comunicações deve ser instalada, de modo a proteger os direitos deste segmento e ajuizar ações para respeito e cumprimento dos mesmos, assim como encaminhar sugestões de reparação e punição para meios que violem os direitos humanos. <b>(PI)</b></p> <p>Crianças, adolescentes e jovens devem ter acesso a programas e conteúdos adequados a sua faixa etária, assim como devem ser atores ativos no processo de avaliação e desenvolvimento desses conteúdos, que podem ser feito para e com a participação deles. <b>(DP / JD)</b></p>
<p><b>Financiamento e Fomento</b></p>	<p>Os recursos destinados à publicidade estatal devem estar definir segundo critérios legais de distribuição, reservando uma cota de 20% da publicidade oficial para veículos de baixa circulação, alternativos, educativos e livres. <b>(JD / PI / CC)</b></p> <p>As experiências exitosas de utilização dos meios de comunicação para fins de promoção social e do desenvolvimento comunitário devem ser promovidas e apoiadas. <b>(ACD)</b></p> <p>Fundos Nacional e Estaduais de Comunicação Pública devem ser criados para garantir financiamento do sistema público. <b>(PI)</b></p> <p>A Lei 9.998 que regula o Fundo Nacional de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) deve ser atualizada, permitindo seu uso para universalização da banda larga. <b>(PI)</b></p> <p>Uma política universalizante de inclusão digital deve ser desenvolvida e implementada de modo a promover o acesso, a produção e difusão de cultura e informação, com garantia de financiamento a iniciativas de realização de conteúdos por segmentos historicamente marginalizados, subrepresentados, minorizados. <b>(PI / ACD / CC)</b></p> <p>Os preços de interconexão devem ser aprovados em um regulamento, através da Anatel, a partir da instituição do modelo de custos para os serviços de telecomunicações e de parâmetros voltado à garantia de tarifas justas. <b>(PI)</b></p> <p>Ações de fomento à democratização da comunicação devem prever as possibilidades de transmissão, através da rádio e tevê digitais. <b>(PC / LA)</b></p>

<p><b>Proteção e Acessibilidade</b></p>	<p>O cumprimento da política de Classificação Indicativa deve ser garantido em todo país, sendo que a política deve ser estendida às emissoras de TV por assinatura e rádio. <b>(PI / DP)</b></p> <p>A lei que proíbi veiculação de publicidade dirigida a menores de 12 anos deve ser aprovada. <b>(PI / DP)</b></p> <p>As disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente quanto à preservação da imagem e observância das regras de identificação desse público (Art. 17) devem ser normatizadas. <b>(DP)</b></p> <p>A lei que proíbi a publicidade de medicamentos deve ser aprovada. <b>(PI)</b></p> <p>A lei que restringe a publicidade de alimentos calóricos e de baixo valor nutricional e de bebidas alcoólicas deve ser aprovada. <b>(PI / DP)</b></p> <p>A acessibilidade aos meios de comunicação deve ser assegurada nos contratos de concessão de freqüência de radiodifusão, por meio da obrigatoriedade da adoção de mecanismos que possibilitem o acesso irrestrito, como legenda oculta, versão em linguagem de sinais, audiodescrição, além de outros mecanismos que favoreçam o acesso às pessoas com deficiência. <b>(PI / JD)</b></p>
<p><b>Educação e formação</b></p>	<p>Disciplinas específicas de educação para mídia devem ser inseridas nos parâmetros curriculares do Ensino Fundamental e Médio. <b>(PI / DP / PR / PE)</b></p> <p>Um programa nacional de formação de profissionais da área de educação em educomunicação (educação pela comunicação) e educação para mídia deve ser implementado. <b>(PI / DP / PR / JD)</b></p> <p>As escolas públicas devem ter infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de atividades de educomunicação. <b>(ACD / JD / DP)</b></p> <p>As experiências não-formais de educação para mídia devem ser incentivadas. <b>(ACD / DP)</b></p> <p>Centros de produção de mídia, com adolescentes e jovens, dentro e fora do espaço escolar, devem ser implementados, com financiamento garantido através de editais, concursos, parcerias com organizações sociais promovidos pelo poder público. <b>(ACD / JD)</b></p>
<p><b>Conteúdo</b></p>	<p>O conteúdo dos programas veiculados (seja via tevê, rádio, internet etc) deve estar pautado no desenvolvimento humano, respeito aos direitos humanos, promoção da diversidade, da democracia cultural, do pluralismo comunicacional, empoderamento dos excluídos e respeito ao outro. <b>(JD / ACD / PC / LA)</b></p> <p>Os conteúdos religiosos transmitidos em rádio e tevê devem ser regulamentados de modo a garantir a diversidade religiosa. <b>(PI)</b></p> <p>A programação deve ter compromisso com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. <b>(PI / CC / ACD / JD)</b></p> <p>As produções locais e regionais devem ter financiamento público e canais de disseminação garantidos, equilibrando sua veiculação com as produções nacionais e internacionais, que devem ser devidamente cotizadas. <b>(PI / PC / LA)</b></p> <p>As empresas de radiodifusão devem cumprir o artigo 221 da Constituição, regulamentando patamares mínimos de 30% para conteúdos regionais e produções independentes. <b>(DP / JD / PI / CC)</b></p> <p>Taxações específicas devem ser atribuídas aos produtos audiovisuais estrangeiros com objetivo de financiar e valorizar a produção regional e local, destinando parte dos recursos para desenvolvimento de programas voltados ao público infantil. <b>(DP / JD)</b></p>

QUADRO 6: Sistematização das principais demandas/propostas por um novo Marco Regulatório e uma Política Nacional de Comunicação.

Como é possível observar, algumas das demandas/propostas são antigas e esbarram não apenas em mudanças na lei, como em exigência do seu cumprimento. Por exemplo, o descumprimento dos critérios de prioridade para o atendimento a finalidades educativas,

artísticas, informativas e culturais, estímulo à produção independente e a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, que para emissoras de rádio e televisão estão asseguradas, mas a indefinição quanto a cotas ou penas claras para seu descumprimento torna a efetivação da lei uma eterna briga entre usuários e empresários. No que se refere a essa pauta, por exemplo, seria preciso explicitar os percentuais para cada finalidade.

Abaixo desenvolvemos uma tabela com orientações mais direcionadas ao contexto baiano, porém, reafirmamos que muitos dos tópicos elencados na sistematização acima contemplam demandas históricas do movimento social no estado, e que muitas das propostas também foram reforçadas nos documentos e cartas produzidos antes das duas conferências e validadas nas mesmas através de resoluções aprovadas nas plenárias. Seguimos a mesma estrutura da tabela anterior, retirando os tópicos “Princípios”, “Novo Marco Regulatório” e “Concessão de Outorgas” visto que estes são mais genéricos e de certo modo foram consensuados em nível nacional por meio da 1ª Confecom, onde delegados da Bahia também participaram.



<p><b>Modelos de Serviços</b></p>	<p>O sistema estadual de comunicação (TV, rádio etc) deve se reestruturado para se transformar num sistema mais autônomo, que migre em direção a um sistema público, assumindo uma efetiva e ativa participação da sociedade, e levando-o a ter um novo modelo de gestão e de produção de conteúdo. <b>(PR / PI / CP / PE)</b></p> <p>A rede pública de comunicação (TV, rádio, internet, telefonia e outros) deve ser implantada a partir de um amplo debate popular, garantindo a participação social na gestão e na programação, assegurando a autonomia do seu financiamento, de forma que sua independência editorial seja respeitada, incorporando conteúdos produzidos de maneiras diversas e independentes, assegurando a todos os territórios núcleos de gestão, produção e circulação pública, com ênfase na programação cultural territorial. <b>(PI / PE / CC)</b></p> <p>O fortalecimento da rede pública de comunicação deve ser promovido, de modo que ela tenha uma participação ativa na execução das políticas de comunicação do Estado da Bahia. <b>(CP / PE)</b></p> <p>Os veículos de comunicação comunitária devem ser priorizados em termos de implementação e fortalecidos (os que existem) para facilitar o acesso à produção e a comunicação social em todo o território estadual. <b>(CC)</b></p> <p>A infra-estrutura de comunicação do Estado deve ser ampliada e modernizada, fazendo com que os sinais de recepção, emissão e meios impressos cheguem a todos os municípios. <b>(CC)</b></p> <p>Um programa de universalização do acesso a centros tecnológicos deve ser criado e financiado com a finalidade de integrar ações entre escolas públicas, comunitárias, universidades, grupos sociais, ONGs, associações, entre outros setores da sociedade civil de modo a reforçar a cidadania e o desenvolvimento de territórios democráticos com auxílio das novas tecnologias. <b>(ACD / CP / PE)</b></p> <p>O acesso à banda larga e rede sem fio e às tecnologias de comunicação (telefonia móvel e fixa, tevê e rádio de linha modular, internet etc) devem ser garantidos e ampliados para todos os municípios do estado da Bahia de forma igualitária, com qualidade e baixo custo, incentivando o acesso gratuito. <b>(CP)</b></p> <p>O software livre deve ser adotado como política do Estado em todas as áreas. <b>(PE)</b></p> <p>O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) deve ser um ponto focal para implantação do Sistema Territorializado de Radiodifusão, garantindo a todos os territórios núcleos de produção. <b>(PR / PE)</b></p> <p>O IRDEB deve estabelecer maior interação com o Departamento de Imagem e Som (Dimas) e com as tevês e rádios comunitárias, além de promover maior intercâmbio com a TV Brasil e Radiobrás, dando visibilidade nacional a produção local e veiculando produções de outras regiões. <b>(PE)</b></p>
<p><b>Modelos de Gestão / Participação e Órgãos Reguladores</b></p>	<p>O Conselho Estadual de Comunicação deve ser regulamentado e implantado, garantindo participação democrática e representativa dos diversos segmentos sociais e territoriais, e ter fundo próprio. <b>(PR / PE / CC / ACD)</b></p> <p>A Secretaria de Comunicação deve ser criada na estrutura administrativa do governo da Bahia. Ela deverá garantir a execução da Política de Comunicação do Estado e articular os projetos com as diversas secretarias, em especial a de Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia e Trabalho e Ação Social. <b>(CC / PR/ PE / ACD)</b></p> <p>Os Conselhos Municipais de Comunicação devem ser criados. Caberá ao Conselho Estadual de Comunicação oferecer suporte técnico e político para o pleno funcionamento dessas instâncias. <b>(CC)</b></p> <p>O Conselho Estadual de Comunicação terá entre suas atribuições a promoção de audiências e consultas públicas sobre comunicação e políticas públicas do setor. <b>(PR)</b></p> <p>As atividades dos órgãos públicos de radiodifusão sonora e radiodifusão de sons e imagem do Estado devem ser acompanhadas e orientadas pelo Conselho Estadual de Comunicação. <b>(CC)</b></p> <p>A Conferência Estadual de Comunicação deve ser recomendada e convocada pelo Conselho Estadual de Comunicação, que participará da sua execução. Os recursos para sua realização devem estar garantindo no orçamento, inclusive para realização das etapas preparatórias regionais. <b>(CC)</b></p> <p>As ações e orçamentos do governo devem ser mais transparentes e estar disponíveis para acesso via internet (e-Governo). <b>(PE / CC)</b></p> <p>Uma comissão específica de Comunicação Social deve ser promovida na Assembléia Legislativa da Bahia. <b>(PR)</b></p>



<p><b>Financiamento e Fomento</b></p>	<p>A produção e difusão de conteúdos de iniciativa pública devem ser fomentadas e financiadas, observadas as diversidades artísticas, culturais, regionais e sociais da Bahia. <b>(CP / ACD)</b></p> <p>A política de investimento da verba governamental na área de comunicação deve ser alterada, assegurando a publicização, por meio de projeto de lei (se necessário) amplamente debatido pela sociedade, estabelecendo critérios de investimento, financiamento e fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, por meio dos conselhos estadual e municipais a serem criados, abrangendo a diversidade de veículos públicos e privados, bem como promover o financiamento para manutenção e criação de veículos comunitários, alternativos e outros, via editais, concursos e apresentação de projetos. <b>(CP / PE / CC / PR / PC)</b></p> <p>Portanto, a distribuição das verbas publicitárias do Estado deve ser baseada em critérios técnicos de audiência e que garantam a diversidade e pluralidade das produções. <b>(CP / CC)</b></p> <p>As rádios e tevês universitárias e comunitárias devem receber apoio da Secretaria de Comunicação no seu processo de implantação (infra-estrutura) e fortalecimento (formação e financiamento), garantindo condições técnicas e financeiras e sinal suficiente para que contemplem as populações de diversas regiões. <b>(CC)</b></p> <p>Os Centros Digitais de Cidadania devem ser implantados em todos os municípios com financiamento do governo e apoio das universidades, municípios e entidades representantes da sociedade civil, com gestão compartilhada com a comunidade. Para isso é preciso também garantir formação técnica para seus gestores e ampliação desse trabalho para comunidades indígenas, quilombolas, rurais, urbanas, grupos culturais etc. Eles podem ainda estar na modalidade fixa ou móvel, com equipamento multimídia e softwares livres, com oferta de acesso gratuito à banda larga. <b>(CC / PR)</b></p> <p>A adoção dos recursos tecnológicos proporcionados pela digitalização da radiodifusão estatal, pública e comunitária deve ser financiada de modo a incentivar à regionalização da produção cultural, artística e jornalística, e democratização dos meios de comunicação. <b>(CC / PC / PI)</b></p> <p>A inclusão digital e o acesso às redes digitais devem ser fomentados em todo o território baiano, como forma de democratizar a comunicação. <b>(CP / CC)</b></p> <p>Uma política de investimento, financiamento, subsídios fiscais e fundos para projetos de comunicação, nos diversos setores sociais, deve ser implantada, promovendo a relação entre sociedade civil, universidades e outros atores sociais. <b>(CC / ACD)</b></p> <p>Um programa de fomento a produção audiovisual deve ser implantado com incentivo às produções independentes. <b>(CP / JD / PE)</b></p> <p>As bibliotecas e salas de cinema devem ser implantadas e fomentadas em bairros populares, comunidades quilombolas, indígenas, entre outros setores historicamente excluídos, utilizando-se tecnologia digital. <b>(CP / JD / PE)</b></p> <p>A consolidação de um pólo de produção audiovisual deve ser garantida através de parceria com Governo Federal, que posicione a Bahia como um local propício para locação, fornecimento de mão de obra e infra-estrutura. <b>(CP)</b></p> <p>Observatórios de mídia – sob responsabilidade de ONGs, sindicatos, centros de pesquisa etc - devem ser fomentados, garantindo-se sua autonomia. <b>(CP)</b></p>
<p><b>Proteção e Acessibilidade</b></p>	<p>As denúncias sobre abusos e violações de direitos humanos nos veículos de comunicação no Estado da Bahia devem ser recebidas pelo Conselho Estadual de Comunicação e reencaminhadas aos órgãos competentes, para adoção de providências nos seus respectivos âmbitos de atuação. <b>(CC)</b></p> <p>Os ambientes públicos de acesso às TICs e a programação veiculada nos sistemas público, privado ou estatal devem se adequar ao Decreto Lei n. 5296/04 de acessibilidade, que garante às pessoas com deficiência o acesso aos bens e serviços públicos. <b>(PE)</b></p> <p>A equidade e a diversidade cultural devem ser garantidas na programação e no corpo de funcionários dos sistemas público e estatal a começar pelo IRDEB. <b>(CP / PE)</b></p>

<p><b>Educação e formação</b></p>	<p>Programas de formação em Educomunicação e novas tecnologias da informação e comunicação devem ser criados, na modalidade presencial e à distância, voltados para profissionais de educação e mobilizadores sociais. Esse trabalho deve valorizar as múltiplas identidades, envolver métodos educacionais que estimulem a leitura crítica da mídia, a aproximação das escolas/universidades, a compreensão e disseminação das mídias educativas, comunitárias e alternativas, objetivando consolidar os programas de democratização da comunicação do Estado. <b>(CC / DP / ACD / JD)</b></p> <p>Laboratórios de produção de mídia educativa devem ser criados e mantidos pelo estado na rede de pública do ensino médio, permitindo a promoção do desenvolvimento dos estudantes como agentes de transformação da sua comunidade. A produção dos adolescentes e jovens deve ter canais de disseminação garantidos através do sistema público e estatal. <b>(CC / CP / PE / JD / ACD)</b></p> <p>Núcleos de formação permanente devem ser criados para oferta de programas de capacitação e formação entre diversos públicos (jovens, comunicadores comunitários, profissionais da área de educação, jornalistas etc), assegurando a apropriação social das novas tecnologias da comunicação na relação com ensino-aprendizagem, através de diversas metodologias: educação à distância (e-learning), educomunicação, arte-educação etc. <b>(ACD / PR / JD / CP / PE)</b></p> <p>Os projetos de caráter educacional, de autoria de estudantes, professores, grupos juvenis, organizações não governamentais, associações comunitárias etc, que visem a democratização da comunicação no âmbito comunitário, escolar ou não formal de educação devem ser fomentados, financiados e multiplicados, a exemplo do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, realizado pela Cipó e atualmente em fase de implementação com a Secretária de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). <b>(CC / CP / ACD / JD)</b></p> <p>Experiências como a da TV Anísio Teixeira devem ser ampliadas com núcleos de produção em diversas regiões do estado e participação da sociedade em sua gestão e definição de atividades. <b>(CC / PR)</b></p> <p>Disciplinas específicas de comunicação e tecnologia devem ser inseridas nos parâmetros curriculares do ensino médio, criando a função pública do educador em comunicação e inclusão sócio-digital, potencializando o uso dos equipamentos e software livre nas escolas urbanas, nos campos e infocentros. <b>(CC / CP / PE / JD / ACD)</b></p> <p>Em parceria com a Secretaria de Educação, devem ser implementadas tevês e rádios universitárias (rede estadual). <b>(CC / PR)</b></p>
<p><b>Conteúdo</b></p>	<p>Os programas e conteúdos produzidos pelos sistemas público e estadual devem prioritariamente promover o desenvolvimento em todas as suas dimensões: pessoal social, política, econômica, ambiental e cultural. <b>(ACD)</b></p> <p>Programas de rádio, tevê, conteúdos voltados para internet ou outras mídias, devem ser produzidos de modo a combater o analfabetismo, o racismo, a homofobia, intolerância religiosa e todas as formas de discriminação. <b>(CC / DP)</b></p>

QUADRO 7: Orientações para a Política de Comunicação do Estado da Bahia.

Em linhas gerais, poderíamos resumir que as orientações buscam garantir três tipos de demandas observadas: participação, regulamentação e fomento. E não podemos deixar de registrar que nos três eixos, o Governo da Bahia tem dado sinais de que está disposto a implementar uma Política de Comunicação para o Estado. A realização das duas Conferências, a criação da Secretaria de Comunicação, em 2011, e o encaminhamento para redação final do Projeto de Lei que busca criar o Conselho Estadual de Comunicação são ações concretas nesta direção.

Há ainda projetos governamentais, ou realizados em parceria com o governo, que são bons exemplos de democratização da comunicação e promoção da comunicação para o desenvolvimento. O próprio projeto Agentes, da Cipó, está sendo implementado em 2011 em

parceria com a SEDUR. Entretanto, essas iniciativas não fazem parte de uma Política Estadual e costumam ser pontuais. Em sua maioria, estão desarticuladas, pois são executadas por várias secretarias que não dialogam, e não possuem segurança orçamentária para sua continuidade porque não estão dentro de uma política definida, mesmo quando demonstram êxito em termos de impacto. Daí nossa sugestão de que a recém criada Secretaria de Comunicação faça um mapeamento desses projetos, promova integração na sua execução e crie condições de ganho de escala para essas iniciativas, fomentando outras tantas.

Basta acessar a *home page* dos portais de algumas secretarias para visualizar parte do que está sendo feito. No final de fevereiro de 2011, quando acessamos os sites encontramos algumas dessas iniciativas, que elencamos abaixo a título de ilustração:

- a) **Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia** ([www.irdeb.ba.gov.br](http://www.irdeb.ba.gov.br)) – anunciava a produção de obras audiovisuais na forma de 26 documentários, com 26 minutos de duração cada, que foram selecionados em edital aberto ao público. Cada um deles abordando aspectos característicos dos territórios de identidade do Estado. Divulgava também um edital de Apoio à Produção de Programas Radiofônicos, promovido com recursos do Fundo de Cultura do Estado da Bahia. No edital, lia-se que a produção independente seria valorizada.
- b) **Secretaria de Cultura** ([www.secult.ba.gov.br](http://www.secult.ba.gov.br)) – Anunciava a implantação, em parceria com o Ministério da Cultura, de novos Pontos de Cultura - iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil que, após seleção por edital público, firmam convênio com a SecultBA e o MinC, e tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações que já existem nas comunidades envolvendo arte, educação, cidadania, cultura, comunicação e economia solidária. Na Bahia estão implantados 220 Pontos de Cultura, 150 conveniados à Secretaria e os outros 70 ao Ministério da Cultura, distribuídos nos 26 territórios.

Outra iniciativa que estava sendo divulgada era o Circuito Popular de Cinema e Vídeo, projeto da Fundação Cultural do Estado da Bahia, unidade da Secretaria, realizado em parceria com a Diretoria de Audiovisual (DIMAS) e a Programadora Brasil. O Circuito é composto por mostras quinzenais de diversos gêneros, entre longa e curta metragem, em quatro espaços culturais da FUNCEB, em Salvador. A programação inclui produções, entre animações e filmes nacionais, com exposições gratuitas no Centro Cultural Plataforma (Plataforma), Espaço Cultural Alagados (Uruguai), Cine-Teatro Solar Boa Vista (Brotas) e na Casa da Música (Itapuã).



c) **Secretaria Estadual da Educação** ([www.sec.ba.gov.br](http://www.sec.ba.gov.br)) – Disponibilizava ambiente educacional web para educadores, ambientes virtuais de aprendizagem e o Portal do Educador Baiano. Há projetos em andamento como o *Cinemação: uma idéia na cabeça e um celular na mão*, que foi implantado em 2008, como experiência-piloto em nove escolas de Salvador. A Secretaria produz ainda o Fala Educação, que traz notícias, reportagens e entrevistas.

d) **Secretaria de Ciência e Tecnologia** ([www.secti.ba.gov.br](http://www.secti.ba.gov.br)) – Na ocasião, anunciava em matéria de destaque a fase final de ampliação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), em Salvador. O PoP-BA deve distribuir acesso a uma rede de transmissão de dados em alta velocidade para mais de 20 instituições de ensino e pesquisa que fazem parte da Rede Metropolitana de Salvador (Remessa).

Havia também o anúncio do projeto Cidade Digital, que em sua primeira etapa, prometia promover a infra-estrutura de comunicação por uma rede de alto desempenho em 37 municípios. A rede deve suportar serviços de internet, intranet e aplicações corporativas, priorizando escolas públicas, estabelecimentos de saúde, prédios da administração pública e os Centros Digitais de Cidadania (CDCs).

e) **Secretaria de Comunicação** (antiga Agecom - [www.comunicacao.ba.gov.br](http://www.comunicacao.ba.gov.br)) – O portal oferecia informações sobre os programas do governo, alguns resultados, matérias atualizadas sobre obras e lançamento de projetos, um *link* para o programa Conversa com o Governador, entre outros canais que buscam dar mais transparência à gestão atual.

Não nos propusemos a analisar nenhum desses programas em específico, mas ilustrar o número de ações que estão em curso. Fortalecer esses trabalhos, promover continuidade e dar escala dependerá não só de vontade política, expressa na emergente Política de Comunicação para o Estado da Bahia, mas também da capacidade de articulação e presença dos setores representativos da sociedade civil. E aí, uma frase simples usada por um amigo ilustra essa postura - “o governo é como feijão só amolece na pressão”. O que não significa que essa “pressão” não possa ser feita em mesas de diálogo, de forma propositiva, construtiva e democrática, como de certa forma vem acontecendo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acadêmico José Marques de Melo, um dos mais importantes pesquisadores na área da Comunicação para o Desenvolvimento do Brasil, defende uma política de comunicação a serviço do desenvolvimento custeada por políticas estatais, que invistam em projetos e atividades com a preocupação de mobilizar as iniciativas comunitárias ou coletivas para produzir ou difundir informações destinadas a fomentar o incremento e melhoria da vida em diversos âmbitos. Afirma o autor:

“(...) nesse sentido, convém estimular a posse dos meios de comunicação pelas comunidades locais e regionais, tanto nas áreas rurais quanto nas pequenas cidades, bem como organizar grupos de ouvintes e telespectadores, de leitores e espectadores cinematográficos, para exercitarem a crítica das mensagens captadas nos grandes e pequenos veículos” (MELO, 1989, p.20).

De certa forma, esse trabalho busca atualizar e reafirmar o que está sintetizado no argumento de Melo através da análise de duas experiências distintas, mas com muitos pontos convergentes. Uma delas é a Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER), que tem muito a nos ensinar através da sua atuação em nível continental, do forte trabalho com rádios comunitárias e de incidência por políticas de comunicação com assessoramento em processos de mudanças em legislação da área em diversos países. A outra experiência analisada foi desenvolvida pela ONG baiana Cipó – Comunicação Interativa. Trata-se do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, que desde uma ação localizada vem possibilitando transformações em nível pessoal e comunitário em bairros populares de Salvador. A partir das duas análises buscamos refletir sobre as potencialidades da comunicação para o desenvolvimento.

Depois dessa etapa, promovemos um processo de intercâmbio entre os caminhos que foram apontados pelas duas experiências e as propostas geradas pela sociedade civil para o setor através de três importantes marcos na história da comunicação do País: a 1ª Conferência de Comunicação da Bahia, que também foi a primeira a ser realizada no país; a 2ª Conferência de Comunicação da Bahia, uma etapa preparatória para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª Confecom). Através dessa compilação, buscamos tecer orientações para a emergente Política de Comunicação da Bahia.

Percebemos no percurso a fragilidade da regulação da área de comunicação no país, que se dá em termos de atualização, cumprimento e consonância com os princípios democráticos. Por outro lado, vimos que a vontade política dos governantes para mudar esse

contexto, de forma geral, ainda está distante do que se espera, mesmo após sinais de revitalização do tema com a realização das Conferências Nacional e Estaduais.

Em nível estadual, percebemos avanços, mas sabemos que a implantação de uma Política de Comunicação não será uma tarefa simples ou de curto prazo. Será preciso muita articulação e diplomacia para conciliar tantas demandas, por décadas reprimidas, de atores com interesses divergentes em muitos pontos. Uma Política de Comunicação é abrangente e complexa, pois engloba políticas estatais, públicas e empresariais (para o sistema privado), e coloca em evidência uma correlação de forças entre dois Golias e um Davi. A sociedade civil faz um claro contorcionismo para manter-se na disputa e pleitear seu espaço, a pluralidade de voz e, em última instância, garantir o cumprimento do Direito Humano à Comunicação, ainda que este não esteja posto dessa forma na Constituição Cidadã de 1988. Pensar a comunicação na perspectiva do desenvolvimento também é um exercício muito insipiente. As propostas e resoluções geradas nas conferências estaduais e na 1ª Confecom revelam mais essa fragilidade. Ao que tudo indica, é preciso ter paciência para consolidar etapas anteriores a um processo que soa, apesar de não ser, muito complexo, que é o de pensar a comunicação para além do âmbito instrumental.

Portanto, falar em Política Estadual de Comunicação no atual contexto - em que não está dada a reformulação do(s) marco(s) regulatório(s) - é falar de uma atuação ainda condicionada a um emaranhado de disputas que precisam se dar em outras instâncias. As leis e documentos defasados que ainda regulamentam o setor, e que abrangem um espectro que vai desde a Legislação Brasileira de Comunicação, Telecomunicações, Sistema de Concessões de Rádio e Televisão etc -, emperram o raio de ação em nível estadual, porém não impedem, como expusemos anteriormente, que sejam dados passos importantes para promoção de uma comunicação mais democrática, popular, educativa, comprometida com o desenvolvimento em todas as suas versões mais humanizadas e libertadoras.

Os novos suportes técnicos não só revolucionam o modo de comunicar como ampliam sobremaneira as possibilidades inventivas de apropriação dos meios em prol do fortalecimento democrático e promoção do desenvolvimento e as experiências analisadas comprovam isso, vide sistema de transmissão via satélite da ALER, que salta barreiras e permite a difusão de materiais produzidos nas zonas mais longínquas. No projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (ACD) pudemos averiguar como a implementação de

metodologias participativas<sup>(80)</sup> de comunicação para mobilização social e em prol do desenvolvimento contribuem para o fortalecimento dos atores sociais envolvidos e de suas comunidades, instaurando ações para emancipação, que podem fortalecer processos de desenvolvimento nos âmbitos pessoal e local, e conseqüentemente o exercício da democracia.

Sabemos que as tecnologias da informação e comunicação por si só não são suficientes para garantir o êxito de projetos dessa natureza, mas a sua utilização de forma contextualizada e democratizada têm a capacidade de gerar outros processos importantes para os que estão envolvidos com a experiência. A diversidade de materiais comunicativos produzidos pelos jovens do ACD, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, e a repercussão desse trabalho em suas comunidades são exemplos claros do impacto desses processos, ainda muito limitados por seu raio de alcance, condições de execução, financiamento, falta de continuidade etc. O caso do projeto Agentes, que logrou sua continuidade com duas instituições de natureza distintas, é uma exceção.

Os depoimentos reunidos no vídeo-debate *Uma América Latina de Muitas Vozes* demonstra que não estamos falando de experiências isoladas ou que estamos diante de uma bandeira de poucos. Ele é também uma síntese dos referenciais teórico-práticos. Em toda América Latina muitas vozes ecoam por liberdade de expressão para todos, democratização das TICs, políticas de fomento para produção educativa, popular e alternativa e principalmente pela efetivação do Direito Humano à Comunicação. Talvez por isso esse trabalho tenha buscado, em todo seu percurso metodológico, garantir a escuta de tantas vozes. Vozes estas que partilham a crença de que o acesso à informação e ao conhecimento e a garantia de mecanismo para produção e difusão de informação e cultura são requisitos imprescindíveis para que as pessoas consigam responder positivamente às oportunidades e aos desafios impostos pelas mudanças sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e ambientais na contemporaneidade. Mais que isso, esses mecanismos podem promover o empoderamento e viabilizar a participação social e política. E mais além: podem contribuir com a promoção de transformações sociais através da construção de projetos coletivos de comunidades, cidades, país, e quiçá de uma região. Esses projetos coletivos podem e devem estar pautados num “outro” modelo de desenvolvimento. Mas que “outro” desenvolvimento? O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realizou contribuições importante para o conceito de desenvolvimento humano ao concebê-lo como um processo de expansão das liberdades reais que disfrutam os indivíduos e que se traduzem na liberdade geral que deveria

---

<sup>80</sup> Entendendo-se o conceito de metodologia como aquele que integra a concepção teórica, valores, diretrizes, técnicas e instrumentos, de pesquisa e/ou de atuação em dado contexto.

ter os indivíduos para viverem do modo que elessem viver. A abordagem do desenvolvimento humano proposta oferece pistas muito importantes já que:

- Propõe como objetivo do processo de desenvolvimento a ampliação das opções (liberdades) que as pessoas têm. Assim, os objetivos do desenvolvimento estão além do econômico e do material (liberdades políticas, capacidades sociais, etc).
- Reivindica a importância das peculiaridades locais e culturais para desenhar as estratégias de desenvolvimento mais apropriadas.

Desenvolver-se localmente implica, portanto, interagir, mobilizar-se e participar em um nível geral na tomada de decisões em questões de interesse público e no processo de conquista dos objetivos nacionais. Essa interação, mobilização e participação não podem ter lugar sem estratégias de comunicação.

(...) o desenvolvimento social está determinado pela capacidade de estabelecer uma interação sinérgica entre a inovação tecnológica e os valores humanos, conduzindo-o a um novo conjunto de organizações e instituições que criam ciclos de retroalimentação positiva entre a produtividade, a flexibilidade, a solidariedade, a segurança, a participação e a prestação de contas, em um modelo de desenvolvimento que poderia ser social e ambientalmente sustentável. (CASTELLS, 1999, p. 43).

É importante reconhecer, entretanto, que esse modelo não está definido ou acabado, o que alguns vão apontar como uma fragilidade. Não pretendíamos encerrá-lo nesse trabalho, ao contrário, buscamos apresentar possíveis *modus operandi* para seu desenho, a partir das duas experiências analisadas, que claramente optam por um processo de construção coletiva, empoderador e gerador de autonomia.

Por fim, temos que reconhecer que muitas lacunas ficaram no meio do caminho e que há um vasto campo de estudos por manter vivo e aquecido. Vivemos no Brasil um momento oportuno para este tipo de debate. Esperamos ter contribuído com as reflexões atuais sobre o tema, mas reconhecemos a sabedoria do escritor argentino Jorge Luis Borges quando este afirmou que *la ciencia es una esfera finita que crece en el espacio infinito; cada nueva expansión le hace comprender una zona mayor de lo desconocido, pero lo desconocido es inagotable.*



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia, LIMA, Fabiano, PINHEIRO, Leonardo e RODRIGUEZ, Ernesto. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

ALER. Disponível em: [www.aler.org](http://www.aler.org). Acesso em: 13 maio 2010.

AMARENTE, Maria Inês. **A experiência das redes de rádios comunitárias na América Latina**. In: CONGRESO DE LA CIBERSOCIEDAD 2009, 4., Grupo de Trabajo F 31: Redes Sociales. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2009/es/coms/a-experincia-das-redes-de-radios-comunitarias-na-america-latina/601/>. Acesso em: 27 nov. 2010.

ANTEPROJETO de Lei cria o Conselho de Comunicação Social do Estado da Bahia. Salvador: acervo da Cipó, Maio 2010.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano - A formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Atlas de Desenvolvimento Humano da região metropolitana de Salvador. São Paulo: PNUD; Fundação José Pinheiro; IPEA: 2001.

AUGUSTO dos Santos futuro ministro de comunicación. Disponível em Rádio Evangelización: <http://www.radioevangelizacion.org/spip.php?article2066/>. Acesso em: 17 dez. 2010.

BARBOSA, Bia. **Sociedade reivindica direito humano à comunicação**. Carta Maior, 18 ago. 2005. Disponível em: [http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=198&Itemid=1](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=198&Itemid=1). Acesso em: 29 dez. 2009

BARROS, S. et al. Digitalizando a Inclusão Social: o caso do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. In: JAMBEIRO, O; SILVA, H.P; BORGES, J. (org). **Cidades Contemporâneas e Políticas de Informação e Comunicações**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 191-218.

BARROS, José Márcio. **Cultura, Mudança e Transformação: A diversidade cultural e os desafios de desenvolvimento e inclusão**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: 2007.

BELTRÁN, Luis Ramiro. **Communication for Development in America Latina: a forty-year appraisal**. Disponível em: <http://www.southbound.com.my/communication/cul-ch.htm>. Acesso em: 21 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Discurso de inauguração da IV Mesa Redonda sobre Comunicação e Desenvolvimento**, organizada pelo Instituto para América Latina (IPAL), em Lima, Peru, entre 23 e 26 de fevereiro de 1993. Disponível em: [www.comminit.com/en/node/150404](http://www.comminit.com/en/node/150404). Acesso em: 21/01/2010.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O desenvolvimento de um comunicador para o**

**desenvolvimento.** ECOS REVISTA Regiocom 2008. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 13., Pelotas: EDUCAT, 12(2): jul-dez/2008, 13(1):jan-jun/2009. p. 5-18.

\_\_\_\_\_. **Além dos Meios e Mensagens:** introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 11. ed. São Paulo: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. La comunicación para el Desarrollo. In: GUMUCIO-DAGRÓN, Alfonso; e TUFTE, Thomas. **Antología de Comunicación para el cambio social: lecturas históricas y contemporáneas.** New Jersey: Consorcio de Comunicación para el Cambio Social, 2008.

BORGES, Altamiro. Concentração *sui generis* e os donos da mídia no Brasil. In: CASTRO, Daniel. (org.). **Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação.** Brasília: IPEA, 2009. CABRAL, Adilson. **Comunicação para o Desenvolvimento:** a perspectiva das agências de cooperação internacional. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/comdesenv.htm>. Acesso em: 13 dez. 2009.

CADERNO 1ª Confecom. Brasília, DF: Ministério das Comunicações, dez. 2009. Disponível em: <http://www.movimientos.org/imagen/Caderno%20da%201%C2%AA%20Confer%C3%Aancia%20Nacional%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2010.

CADERNO preparatório da 1ª Conferência De Comunicação Social da Bahia. Salvador: Assessoria Geral de Comunicação Social, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos.** 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CARA Y SEÑAL. AMARC – ALC: Argentina, ano 1, n. 1, mayo-agosto 2004.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A Trajetória dos Movimentos Sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90:** Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** Ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARIBÉ, Pedro; ARAÚJO, Andre. Na BA, demandas empresariais podem atrasar conselho. Publicada no Observatório do Direito à Comunicação. Disponível em: [www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=6487](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=6487). Acesso em: 15 jan. 2011.

CARTA aberta proposições de entidades da sociedade civil para um a política de comunicação democrática no Estado da Bahia. Salvador: acervo da Cipó, 2008.

CARTA aberta proposta de resolução da conferência de comunicação social da Bahia – carta da 1ª conferência. Salvador: acervo da Cipó, 2009.

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação:** economia, sociedade e cultura. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Information Technology, Globalization and Social Development**. Documento de trabajo N| 114. Geneva, United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 1999.

CASTRO, Daniel (org.). **Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação**. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas - perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: RITLA, 2009.

CIRANDA BRASIL. Iniciativa Brasileira de Comunicação Compartilhada: Disponível em: <http://www.ciranda.net/brasil/comunicacao/i-confecom-conferencia-nacional-de/article/nova-lei-de-comunicacao-argentina>. Acesso em: 22 dez. 2010.

CONCEITOS e processos. Salvador: acervo da Cipó, 2007.

COSENZA, Eduardo Gularte; CALDERÓN, Cristian Ozaeta; SALAZAR, Gabriela Díaz. **Otra Comunicación para Otro Desarrollo**. Ciudad de Guatemala: Colección CECODE, 2008.

COUTINHO, C. N. **Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

CRUZ, Renato **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

DEZ pontos para interface infância e adolescência e as políticas públicas de comunicação. Disponível em: [http://www.andi.org.br/\\_pdfs/infancia\\_comunicacao.pdf](http://www.andi.org.br/_pdfs/infancia_comunicacao.pdf). Acesso em: 05 maio 2010.

DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

EMPRESAS direcionam investimento social aos jovens. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/empresas-direcionam-investimento-social-aos-jovens/14840/>. Acesso em: 17 out. 2010.

ENCICLOPEDIA Internacional de las Ciencias Sociales. Edición Española, 1979, Crowell Collier and Macmillan: New York, 1968.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In OLIVEIRA, N. de; RIBEIRO, L. M. S.; ZANETTI, J.C. (orgs). **A outra face da moeda: violência na Bahia**. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000. p.30-43.

\_\_\_\_\_. (org). **Sociabilidade e Violência:** criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sociedade do Medo.** Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Giovandro Marcus; DALMONDE, Edson Fernando. **Comunicação e pesquisa:** região, mercado e sociedade digital. Salvador: EDUFBA, 2007.

FERREIRA, F; SPENCE, J; STRAUBHAAR, J. Comprando iniciativas governamentais e não-governamentais de inclusão digital nos EUA e Brasil. In: JAMBEIRO, O; SILVA, H.P; BORGES, J. (org). **Cidades Contemporâneas e Políticas de Informação e Comunicações.** Salvador: EDUFBA, 2007. p. 237-257.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Coleção Mundo Hoje, vol 24).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003 (Coleção Leitura).

FREITAS, Maria Virgínia de (org). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. **Caderno Juventude e Adolescência no Brasil.** 2005. Disponível em: [www.juventudesulamericanas.org.br](http://www.juventudesulamericanas.org.br). Acesso em: 08 set. 2010.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **A Nova Dependência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **A construção interrompida.** São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: [s.n.], 1999. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index3.hotm>. Acesso em: 06 jun. 2005. Capítulo IX.

GETSCHKO, D. Participação e presença na rede. In: BALBONI, M. (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC domicílios e TIC empresas 2006.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007. , p. 35-37.

GIANNELLA, Valéria. **Base teórica e papel das metodologias não convencionais para formação em gestão social.** [s.l.]: Coleção Enapegs, 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. Esfera pública política e media. Com Habermas. Contra Habermas. In. RUBIM, A;

BENTZ, I.; PINTO, M. (org), **Produção e recepção dos sentidos mediáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 155-185.

GOMIS, Lorenzo. Do Importante ao Interessante ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. In: MACHADO, Elias; TEIXEIRA, Tatiana (org.). **Pauta Geral – Revista de Jornalismo**. Salvador: Calandra, ano 9, nº 4, 2002.

GRUPO COMUNICARTE. Disponível em: <http://www.grupocomunicarte.org/mision.html>. Acesso em: 14 jul. 2010.

GUMUCIO-DAGRON, Alfonso; e TUFTE, Thomas. Raíces e Importancia – Introducción a la Antología de Comunicación para el Cambio Social. In: GUMUCIO-DAGRON, Alfonso; e TUFTE, Thomas. **Antología de Comunicación para el cambio social: lecturas históricas y contemporáneas**. New Jersey: Consorcio de Comunicación para el Cambio Social, 2008.

GUSHIKEN, Yuji. Dialogismo: Emergência do pensamento latino-americano em comunicação. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 5-9 set. 2005. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/5036/466>. Acesso em: 27 dez. 2009.

GUIA DE ATITUDE: reflexões e práticas para o monitoramento e ação política. Bahia: Rede Sou de Atitude; Cipó, 2007.

HAMELINK, Caes J. Direitos Humanos para Sociedade da Informação. In: MELO, J.M; SATHLER, L. (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 103-151.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 5-9 set. 2005. Disponível em: [http://www.unifra.br/professores/rosana/marcio\\_henriques.pdf](http://www.unifra.br/professores/rosana/marcio_henriques.pdf). Acesso em: 27 dez. 2009.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lannna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Cultura, Recurso para o Desenvolvimento**. Disponível em: [http://www.democratizacaocultural.com.br/Conhecimento/Artigos/Paginas/081023\\_heloisa\\_hollanda.aspx](http://www.democratizacaocultural.com.br/Conhecimento/Artigos/Paginas/081023_heloisa_hollanda.aspx). Acesso em: 24 de outubro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em [www.ibge.gov](http://www.ibge.gov). Acesso em: 14 jul. 2010.

INSTITUTO RADIOFÔNIO FÉ E ALEGRIA. Disponível em: <http://www.feyalegria.org/>. Acesso em: 24 ago. 2010.

INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro.** São Paulo: Paulus, 2009.

JAMBEIRO, Othon. Cidade e Tecnologia de Informação e Comunicação: comparando as políticas de Salvador e São Paulo. In: JAMBEIRO, O; SILVA, H.P; BORGES, J. (org). **Cidades Contemporâneas e Políticas de Informação e Comunicações.** Salvador: EDUFBA, 2007. p. 15-50.

JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs.). **Comunicação, Informação e Cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder.** Salvador: EDUFBA, 2004.

JUVENTUDE pelo direito à comunicação. Salvador: acervo da Cipó; Rede de Adolescentes e Jovens Comunicadores, 2009.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Políticas Públicas de Comunicação: a necessidade de um debate abrangente. In: CASTRO, Daniel. (org.). **Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação.** Brasília: IPEA, 2009.

LEI de serviços de comunicação audiovisual da Argentina. LEI Nº 26.522, promulgada em 10 de outubro de 2009. Disponível em: [http://www.argentina.ar/\\_es/pais/nueva-ley-de-medios/C2396-nueva-ley-de-medios-punto-por-punto.php](http://www.argentina.ar/_es/pais/nueva-ley-de-medios/C2396-nueva-ley-de-medios-punto-por-punto.php). Acesso em: 29 out. 2010.

LIBÂNIO, José Carlos. Desenvolvimento Humano: a parte e o todo. In Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

LIMA FILHO, Roberto Cordoville Efrem de. **Direito Humano à Comunicação: uma afirmação contra a criminalização dos movimentos sociais.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2., Universidade Federal da Paraíba, set. 2006.

LIMA, Venício. A. Uma Iniciativa Fundamental. In: **Vozes da democracia: Histórias da comunicação na redemocratização do Brasil.** São Paulo: Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social e Imprensa Oficial, 2006, p.14.

LINS, Bernardo F.E. **Argentina: nova lei dos meios audiovisuais.** Brasília: 2009. Disponível em: [http://www.belins.eng.br/tr01/reports/2009\\_17122.pdf](http://www.belins.eng.br/tr01/reports/2009_17122.pdf). Acesso em: 30 out. 2010.

MARINO, Eduardo; LOCATELLI, Cristiane. **Programa Jovens Escolhas 2008/2010: Relatório de Avaliação de Resultados.** São Paulo: CAOS - Central de Apoio a Organizações Sem Fins Lucrativos, 2010.

MELO, José Marques de. **Comunicação e Libertação.** Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Comunicação na América Latina.** Campinas: Papirus, 1989.

\_\_\_\_\_. Exclución Comunicacional y Democracia Mediática: Dilema brasileño em El umbral de La Sociedad de La Información. In: MELO, J.M; SATHLER, L. (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo: UESP, 2005. p.

237-244.

\_\_\_\_\_. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. In: **LOGOS 28 – Globalização e comunicação internacional**, ano 15, 1º semestre de 2008, p. 42-59.

\_\_\_\_\_. Para entrar em La Sociedad del Conocimiento: dilemas de la comunicación em América Latina. In: **EPTIC – Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación**. México: EPTIC, Vol. X, N. 1, Enero-abr, 2008.

MENDEL, Toby. **Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado**. Brasília: UNESCO, 2009.

MENDONÇA, Maria de Fátima P. **Desenvolvimento Sustentável sob a ótica dos direitos e valores humanos**. Trabalho apresentado em exame de qualificação para o Núcleo de Pós-graduação em Administração e Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MIGUEZ, Paulo. **Cultura e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://politicasculturais.wordpress.com/>. Acesso em: 02 de julho, 2009.

MINICOM vai coordenar as políticas de inclusão digital do governo, diz Bernardo. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/23223-minicom-vai-coordenar-as-politicas-de-inclusao-digital-do-governo-diz-bernardo>. Acesso em: 24 fev. 2011.

MONTESSORI JR., Mario. **Educação para o Desenvolvimento Humano: para entender Montessori**. Rio de Janeiro: OBRAPE.

MORAES, Dênis de. **A Batalha da Mídia: Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MOREIRA, Gislene. **Fogo cruzado: o desafio das políticas públicas de comunicação no Subúrbio Ferroviário de Salvador**. Artigo apresentado à Fundação Getúlio Vargas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Fuego Cruzado en el Suburbio Ferroviario de Salvador:** El desafío de las políticas públicas de comunicación en contextos de violencia. Texto presentado en el Congreso Mundial de Ciencia Política, Santiago de Chile, julio 2009. Disponível em: <http://flacso-mx.academia.edu/gislenemoreira/Papers/144331/Fuego-Cruzado-en-el-Suburbio-Ferroviario-de-Salvador--violencia-y-politicas-de-comunicacion>. Acesso em: 19 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **El realismo fantástico de las políticas de Comunicación para el Desarrollo en América Latina**. Disponível em: <http://flacso-mx.academia.edu/gislenemoreira/Papers/144334/El-realismo-fant%C3%A1stico-de-las-pol%C3%ADticas-de-comunicacion-para-el-desarrollo-en-Am%C3%A9rica-Latina>. Acesso em: 19 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Idas e vindas: construindo mapas e trajetórias pelo Direito à comunicação**. Salvador: acervo da Cipó, 2008.

MOYSES, Diogo; CHARÃO, Cristina. **Direito Humano à Comunicação:** reconhecimento cresce, mas violações permanecem a regra. Produzido para o Relatório de Direitos Humanos da Rede Social. Disponível em <http://www.social.org.br/relatorio2006.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2010.

NASCIMENTO, Antônio Dias; FIALHO, Nadia Hage; HETKOWSKI (orgs.). **Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias da Informação e Comunicação.** Salvador: EDUFBA, 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política – Idéias para reforma democrática do Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOTÍCIAS da América Latina. Disponível em: [http://sobrenuestramerica.blogspot.com/2010\\_08\\_08\\_archive.html](http://sobrenuestramerica.blogspot.com/2010_08_08_archive.html). Acesso em: 22 dez. 2010.

NOVAES, Regina. **A Juventude de Hoje: (Re) Invenções da Participação Social.** Resumo da Conferência do 75º Aniversário da Fundação W.K.KELLOG. São Paulo: 2005. Disponível em: [http://www.wkkf.org/DesktopModules/WKF\\_Dmaltem/ViewDoc.aspx?LanguageID=2&CID=145&ListID=28&ItemID=1450049&fld=PDFFile](http://www.wkkf.org/DesktopModules/WKF_Dmaltem/ViewDoc.aspx?LanguageID=2&CID=145&ListID=28&ItemID=1450049&fld=PDFFile). Acesso em: 28 out. 2008.

PASQUALI, Antonio. Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação. In: MELO, J.M; SATHLER, L. (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 15-48.

PATRÍCIO, Edgard. **Comunicação e Educação no Mercosul:** princípios e estratégias a partir das ações de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca nos países do Bloco. ECOS REVISTA Regiocom 2008. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 13., Pelotas: EDUCAT, 12(2): jul-dez/2008, 13(1):jan-jun/2009. p. 115-132.

PAULO Bernardo defende novo modelo de fiscalização para rádios e TVs. Disponível em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=7593](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=7593). Acesso em: 24 fev. 2011.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares:** a participação na construção da cidadania. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados – reelaborações no setor. In: **Palavra Clave**, Vol. 11, N. 2, 2008. Disponível em: <http://www.palavraclave.unisabana.edu.co/index.php/palavraclave/rt/printerFriendly/1503/1744>. Acesso em: 29 dez 2008.

\_\_\_\_\_. Internet e Democracia Comunicacional: entre os entraves, utopias e o Direito à Comunicação. In: MELO, J.M; SATHLER, L. (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 267-288.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios. São Paulo: IBGE, 2005.

PESQUISA Rastros da Violência. Salvador: FCCV, 2001 e 2006. Disponível em:



<http://www.fccv.ufba.br/observatorio.htm>. Acesso em: 14 dez. 2010.

POCHMANN, Márcio. Em defesa da refundação do Estado. In **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento**. Brasília, Conselho de Desenvolvimento Econômico, 2009, p. 21.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas. In: MELO, J.M; SATHLER, L. (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 245-253.

PLANEJAMENTO estratégico de 2007. Salvador: acervo da Cipó, 2007.

PLANEJAMENTO trienal da Cipó 2006-2008. Salvador: acervo da Cipó, 2009.

PLANO de ação 2007-2009. Salvador: Acervo da Cipó, 2007.

PRINCÍPIOS e critérios para hacer del espectro radioelétrico una expresión de la democratización de las comunicaciones en la Venezuela del siglo Xxi... con todas las voces! Caracas: acervo IRFA Caracas, ago. 2009.

PROJETO agentes de comunicação para o desenvolvimento. Salvador: Acervo da Cipó, 2008.

PROJETO agência de comunicação do subúrbio. Acervo da Cipó. Salvador, 2010.

PROPOSTAS do Intervezes para I Conferência Nacional De Comunicação: contribuição a um programa de efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. São Paulo: Coletivo Intervezes, 2010. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-as/2.5/deed.pt>.

RÁDIO 143. Disponível em: <http://www.1430amradio.com/node/1>. Acesso em: 17 jul. 2010.

RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano 2009. **Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos**. São Paulo: PNUD, 2009.

RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano 2004. **Liberdade Cultural num Mundo Diversificado**. São Paulo: PNUD: 2004.

RELATÓRIO de atividades. projeto agentes de comunicação para o desenvolvimento 2008 a 2010. Salvador: Acervo da Cipó, 2008.

RELATÓRIO do Projeto Cibersolidário. Salvador: Acervo da Cipó, 2007.

RELATÓRIO institucional 2009. Salvador: Acervo da Cipó, 2009.

RESOLUÇÕES da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia. Salvador: Agecom, 2009.

RIBEIRO, A.P; et al. Dilemas Urbanos: municipalidades e políticas de informação e comunicações. In: JAMBEIRO, O; SILVA, H.P; BORGES, J. (org). **Cidades Contemporâneas e Políticas de Informação e Comunicações**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 51-81.

ROCHA, Daniella. **Projeto Rede Sou de Atitude**. Salvador: acervo da Cipó, 2007.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas.PDF](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF). Acessado em: 23 de abril de 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem – Em busca do Ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: PEREIRA, WILHEIM & SOLA (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. S.Paulo/Brasília: Ed. ENAP, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETÁRIO detalha novas prioridades da Comunicação. Publicado em: Teia de Notícias. Disponível em: <http://www.teiadenoticias.com.br/entrevista/entrevista/secretario-detalha-novas-prioridades-da-comunicac-o>. Acesso em: 22 fev. 2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENA, Bartira. **Enciclopédias da Cidade – Volume I: Criatividade e Inovação no Subúrbio Ferroviário**. Salvador: acervo do Instituto Cultural Casa Via Magia Bartira Sena, 2008.

SYDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa. (orgs.) **Direitos Humanos no Brasil 2006: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006. Disponível em <http://www.social.org.br/relatorio2006.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2010.

SILVA, Luiz Martins da; et al. **Jornalismo público: o social como valor-notícia**. Disponível em: [www.ucb.br/comsocial/mba/jornalismo\\_publico\\_o\\_social\\_como\\_valor-noticia.pdf](http://www.ucb.br/comsocial/mba/jornalismo_publico_o_social_como_valor-noticia.pdf). Acesso em: 1º jun. 2005.

SOARES, Murilo César. Jornalismo e Cidadania em duas abordagens. p. 12. Trabalho submetido ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 17., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNIP, jun. 2008. Disponível em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=420&Itemid=99999999](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=420&Itemid=99999999). Acesso em: 15 nov. 2008.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com**: a luta contra desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília-DF: UNESCO, 2003.

SOUZA, Sandra Maria Farias Loureiro de. **Interfaces entre educação e comunicação através da produção de mídias alternativas**: possibilidades emancipatórias. Trabalho apresentado em exame de qualificação da Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

SQUIRRA, S. Sociedade do Conhecimento. In: MELO, J.M; SATHLER, L. (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 255-265.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo**. Coimbra: LMI, 2000.

TREMBLAY, Gaëtan. La Sociedad de La Información y La Nueva Economía: promesas, realidades e faltas de un modelo ideológico. In: MELO, J.M; SATHLER, L. (org.). **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 49-63.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, set-dez 2005. p.443-466.

UM MUNDO e muitas vozes: Comunicação e Informação na nossa época. Rio de Janeiro: FGV; Unesco, 1983.

VIEZZER, Moema L. **Pesquisa-Ação-Participante**. MV-Consultoria em educação sócio-ambiental. Disponível em: [www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/Artigo\\_PAP.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/Artigo_PAP.pdf). Acesso em: 29 abr. 2010.

VIGIL, José Ignacio López. **Golpe de Rádio**: los 3 días que transmitimos peligrosamente. Ecuador: ALER, 2006.

VOZES da democracia: Histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e Imprensa Oficial, 2006.

YEROVI, Celeste Viale. La experiencia de los chaskiwawas: comunicación para un proyecto de comunidad, participación y desarrollo. **Comunicar**, Perú, n.16, 2001, p. 97-102.

**ANEXOS**

ANEXO A – ROTEIRO E CD DO VÍDEO-DEBATE “UMA AMÉRICA LATINA DE MUITAS VOZES”



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO  
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

**Roteiro do Vídeo-debate “Uma América Latina de Muitas Vozes”**  
**Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social**  
**Realizado como forma de registrar a etapa da Residência Social,**  
**entre maio e junho de 2010, na Venezuela, Colômbia e Equador**

Mestranda: Carla Azevêdo de Aragão

Orientadora: Maria Suzana Moura

Co-orientador: Giovandro Marcos Ferreira

**1. TÍTULO**

Uma América Latina de Muitas Vozes.

**2. APRESENTAÇÃO**

A proposta desse vídeo é recuperar o debate sobre comunicação para o desenvolvimento a partir do atual cenário latino-americano, que será traçado por meio de diferentes depoimentos (vozes) de atores envolvidos com o tema: sociedade civil organizada, acadêmicos, representantes do governo, jovens, redes, entre outros.

Serão apresentadas experiências de uso democrático e educativo da comunicação que vêm sendo promovidas por organizações antigas e recentes com o objetivo de: consolidar a comunicação como um direito humano, fortalecer a democracia na América Latina e implantar políticas de comunicação que favoreçam a organização e participação popular/da sociedade.

Ao traçar esse breve panorama do *status* do debate sobre comunicação em diversos países da América Latina será possível expor a sintonia que existe dentro desse processo, no atual momento histórico, sem desconsiderar as diferentes frequências nas quais estes países estão sintonizados. As legislações e as políticas adotadas por cada um deles, novamente apresentadas a partir do ponto de vista dos envolvidos, permitirão entender de que forma essas lutas históricas têm alcançado espaço, popularidade e se materializado em políticas universalizantes.

Para contar essa história, o vídeo está estruturado em três momentos:

a - Comunicação para o Desenvolvimento: que discussões remonta esse termo? Por que ele ficou esquecido após a década de 70? Em 2010, o Relatório Mc Bride completa 30 anos, faz sentido recuperá-lo? Sob qual roupagem?

b – Experiências desenvolvidas na América Latina (algumas): estão pautadas na democratização da comunicação para promoção da transformação social? Ou seja, na promoção do desenvolvimento? Em quais dimensões? Elas oferecem pistas para as políticas de comunicação?

c - Políticas de Comunicação na América Latina: como está o processo de reformulação das antigas leis de comunicação? Há avanços após décadas de pressão social? Qual o cenário em cada País?

### 3. ROTEIRO

VÍDEO	AUDIO
1. Mapa da América Latina animado, com setas/balão saltando de um país a	ALMA/COLÔMBIA: (3'30) Com lápis. (...) cabemos todos.

<p>outro OU aparece um balão no país de onde a pessoa fala, com pequenas interrupções, trechos curtos de depoimentos impactantes de pessoas falando do Brasil, Equador, Venezuela, Colômbia, Peru e Chile</p>	<p>FERNANDO/COLÔMBIA: (7'12'') infelizmente (...) esse clique.</p> <p>ANGÉLICA/CHILE: (3'18) sabemos (...) expressar-lo. (3'27) Nesse sentido (...) ainda. (4'21) E (...) também.</p> <p>HUGO/PERU: (1'12) E eu creio (...) humano</p> <p>ERIC/BRASIL: (Parte 1: 1'06'') Com certeza (...) a internet. (Parte 2: 9'') Sim, a comunicação (...) Então, é preciso que as pessoas se apoderem mesmo disso e é uma coisa que eu sinto que está começando a acontecer hoje. (Parte 2: 1'08'') Eu acho (...) façam uma coisa melhorar, progredir. (Parte 5: 4'32) Então, eu acho (...) seguinte que é tentar resolver aquilo.</p> <p>CAREN/BRASIL – (Parte 1: 57'') Comunicação (...) arrasa quarteirão ao nosso redor.</p> <p>ROBINSON/BRASIL: (8'07'') Eu creio (...) a comunicação.</p> <p>CICÍLIA/BRASIL: (6'19) Eu acho (...) transformação social.</p> <p>ANTONIO/EQUADOR: (10') Eu creio (...) Alegria. (32'') Ajudá-la (...) realidade.</p> <p>GISSOLA/EQUADOR: (1'57) Garantir (...) real no País.</p> <p>NELSY/EQUADOR: (2'53'') Que existam (...) multipliquem</p> <p>ANA ESTELA/VENEZUELA: (1') É nossa rádio. (...) valiosa.</p> <p>JAVIER/EQUADOR: (5'07) Nós, (...) igualitária.</p> <p>GERARDO/VENEZUELA: (3'03) Eu não (...) da ajuda.</p> <p>Entre uma entrevista e outra, ou na transição da seta, ruído de rádio sendo sintonizada.</p>
<p>2. TELA DE TRANSIÇÃO COM TEXTO: Em 2010, o Relatório Um</p>	<p>FUNDO MUSICAL</p>

<p>Mundo e Muitas Vozes (ou Relatório McBride) completa 30 anos. Engavetado pela UNESCO frente as pressões dos EUA, o documento elevou a comunicação ao status de direito humano, apontou a necessidade de democratização dos meios de acesso, produção e difusão de comunicação, e principalmente reconheceu que o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento prescindem da comunicação, uma estratégia fundamental para promoção dos direitos humanos e da participação popular.</p> <p>O documento pode ter parado na gaveta da ONU, mas não deixou de inspirar diversas experiências em toda América Latina.</p> <p>IMAGEM DO LIVRO</p>	
<p>3. Entra o título <i>Uma América Latina e Muitas Vozes</i> em cima do mapa</p>	<p>RUÍDO de muitas vozes</p>
<p>4. Imagem da entrevistada Cicília Palavras-chave transitam na lateral</p>	<p>CICÍLIA: (52'') falar em comunicação (...) bem orgânica.</p>
<p>5. Imagem da entrevistada Gislene Palavras-chave transitam na lateral</p>	<p>GISLENE: (Parte 3: 6'05'') Mas, (...) desenvolver é o quê?</p>
<p>6. TELA DE TRANSIÇÃO COM TEXTO: Que Comunicação? Que Desenvolvimento?</p>	<p>FUNDO MUSICAL</p>



7. TEXTO: Comunicação é um direito Imagem das entrevistadas no início da fala	GISLENE: (Parte 1: 20'') se você (...) pessoas produzirem comunicação. NELSY (Parte1: 3'13'') Tem (...) direito a fazê-lo.
8. Comunicação promove participação	JAVIER: (6'10) Sabemos que as mudanças (...) dizer uma palavra e pronto. (8'10) Entendemos participação quando essa participação influi, incide nas decisões finais.
9. Fortalece processos coletivos	JAVIER: (9'06) Nós não queremos (...) sua vida como indivíduo, sua vida coletiva.
10. A comunicação com a educação	FERNANDO: (40'') Já não (...) ato de comunicação. (1'10'') Então para (...) estreitamente ligadas. (2'18'') Eu não (...) informação. CAREN: (3'07'') Tem (...) Então, devera ser obrigatório, as escolas tratem dessa questão da comunicação porque facilita muito a vida do jovem. Ele se torna crítico, ele se torna autêntico, dono das suas opiniões. CICILIA: (2'35'') o próprio (...) de formação
11. TELA DE TRANSIÇÃO COM TEXTO: O que é desenvolvimento?	FUNDO MUSICAL
12. O que não foi? O que não é?	GISLENE: (Parte 3: 5'24'') Ficou. (...) nunca chegaram. HUGO – (12') Eu te (...) de decisão
13. Desenvolvimento humano	HUGO – (12') Eu te (...) de decisão
14. Promove qualidade de vida para todos/as	FERNANDO: (6'46'') a educação (...) qualidade de vida.
15. Promove direitos	ROBINSON: (Parte 4: 5'33) Então, eu costumo dizer (...) envolvimento da sociedade.
16. Promove participação	Daniella – (5'15'') Bom, (...) para o desenvolvimento. (7'01'') Acho que (...) o do coletivo. ANTONIO (1'02'') Eu creio (...) como comunicadora.

17. Desenvolvimento tem várias dimensões	DANIELLA: (14'') Para Cipó, (...) em seis perspectivas. (3'50'') o desenvolvimento (...) ambiental.
18. Tem a ver com planos de vida e plano de país	FERNANDO: (3'31) Quando falamos (...) formas de pensar das pessoas (...) Nos planos de desenvolvimento (...) com a participação. GISLENE: (Parte 3: 6'52'') Você não (...) tempo. CICÍLIA: (11'16) Que toda (...) momento atual.
<b>TRANSIÇÃO PARA O PRÓXIMO ASSUNTO</b>	
19. TELA DE TRANSIÇÃO COM TEXTO: Experiências promovem transformações sociais na América Latina	FUNDO MUSICAL
20. Mapa animado Primeira Parada: Colômbia	Música Colombiana
21. Imagem dos entrevistados Josué e Helga  Cobre com imagem das crianças na Escola Santa Bárbara (Parte 2)  Imagem da entrevistada Alma  Imagem do entrevistado Pe. Salazar. Cobrir com imagens de comunidades populares fazendo rádio, imagens da Colômbia, fotos  IDENTIFICAR: Escola Santa Bárbara/ Bogotá/Colômbia, Grupo ComunicArte/Bogotá/Colômbia e Rádio 1430 / Bogotá/Colômbia	PROFESSOR JOSUÉ (barba branca): (1'21) Desenvolveram habilidades para falar, (...) entre eles. PROFESSOR HELGA (6') A visão (...) pedagógico e didático.  ALMA: (4'34) Eu creio (...) desfrutar.  Pe. JAIME SALAZAR: (2'28) Nossa emissora (...) profundo de Colômbia. (48'') Lhes proporcionamos não somente (...) Colômbia é um país muito violento.
22. Mapa animado	Música Brasileira

Segunda Parada: Brasil	
<p>23. Imagem da entrevistada Daniella. Cobre com imagens da Cipó de jovens em atividade.</p> <p>Abre janela lateral para depoimentos dos jovens do projeto Agentes: Anderson, Emilai e Eric.</p> <p>Cobrir com imagens do Subúrbio e do Agentes/fotos.</p> <p>Imagem da entrevistada Cicília.</p> <p>IDENTIFICAR: ONG CIPÓ – Comunicação Interativa /Salvador/Brasil</p>	<p>DANIELLA: (35'') O jovem (...) fazer comunicativo. Daniella – (4'20'') Comunicação (...) estar conectado.</p> <p>ANDERSON: (Parte 2: 2'50'') É um prazer (...) uma vida melhor que aquilo. (Parte 3 - 27'') Pode. Bastante. Porque (...) unir, ter um laço entre um e outro.</p> <p>EMILAI: (3'48'') Mudanças, né. (...), determinados aspectos do bairro. (4'36'') A própria (...) que nunca tem nada. (7'42'') O projeto mudou (...) uma educadora.</p> <p>ERIC: (Parte 5: 3'40'') Eu acho (...) pouco essa realidade.</p> <p>CICÍLIA – (3'30) Eu (...) mundo em que está inserido. (4'09'') importante é criarmos (...) coletividade. (4'49'')a comunicação (...) social. (5'17) Eu acho (...) de comunicação. (8') é essa (...) digital. (10'16) Então, não (...) fontes.</p>
<p>24. Mapa animado</p> <p>Terceira Parada: Venezuela</p>	MÚSICA VENEZUELANA
<p>25. Imagem da entrevistada Monica</p> <p>Cobre com imagens do Encontro, do Canal Zeta e fotos</p> <p>Imagem da entrevistada Ana</p> <p>Cobre com imagens da Escola Yanama e da outra índia wayuu, fotos</p>	<p>MONICA: (2'05) São os próprios jovens dos CCAs, (...) não somente denúncias, senão propostas.</p> <p>ANA: (1') É nossa rádio. (...) valiosa.</p>

<p>IDENTIFICAR: IRFA/Rádio Maracaibo, Maracaibo/Venezuela</p> <p>IRFA/Rádio Paraguaipoa, Paraguaipoa, Venezuela</p>	
<p>26. Mapa animado Quarta Parada: Equador</p>	MÚSICA EQUATORIANA
<p>27. Imagem da entrevistada Sandra Cobre com imagem de mulheres indígenas fazendo rádio (Vídeo do La Mirona – dar crédito)</p> <p>Imagem da entrevistada Nelsy Cobre com imagem do vídeo da Rádio Kichwa (La Mirona), com crédito.</p> <p>Imagens da entrevistada Angélica</p> <p>Imagens da entrevistada Ibeth Cobre com imagem do outro vídeo do La Mirona, com crédito.</p> <p>Imagem da entrevistada Gissela Cobre com vídeo e fotos do encontro da Corape</p>	<p>SANDRA – (29’) O trabalho (...) sua participação.</p> <p>NELSY: (3’58) Mas que, (...) Bolívia esse momento, assim é.</p> <p>ANGÉLICA (5’27) Não trabalhamos (...) de linguagem.</p> <p>IBETH: (30’’) A produtora (...) basicamente. (46’’) São (...) anos. (56’’) As metodologias (...) que eles falam. (4’25) O trabalho (...) todos aprendemos</p> <p>GISSELA: (Parte 1: 2’31) Nós temos (...) possam desenvolver-se.</p>
<b>TRANSIÇÃO PARA O PRÓXIMO ASSUNTO</b>	
<p>28. TELA DE TRANSIÇÃO COM TEXTO: Políticas de Comunicação na América Latina</p>	FUNDO MUSICAL
<p>29. Imagem da entrevistada Gislene</p> <p>Imagem do entrevistado Gerardo</p>	<p>GISLENE: (Parte 1: 1’04’’) Como é que você (...) histórico. (Parte 2: 12’’) Olhe, (...) meios comunitários.</p> <p>GERARDO: (2’14) Ou seja, nós mantemos (...) Não te renovo permissão.</p>

<p>TEXTO: Princípios e Diretrizes</p>	
<p>30. Imagem da entrevistada Gislene</p> <p>TEXTO: Papel da sociedade civil</p>	<p>GISLENE: (Parte 3:19'') Considero que (...) regulação dos meios.</p>
<p>31. Imagem dos entrevistados.</p> <p>TEXTOS: Argentina, Brasil, Equador, Venezuela, México, Colômbia e Bolívia.</p>	<p>GERARDO/VENEZUELA: (2'14) Ou seja, nós mantemos (...) Não te renovo permissão.</p> <p>NELSY/AL: (Parte: 1'18) Primeiro (...) história. (Parte 1: 2'16'') Nesse contexto, (...) democratização.</p> <p>GISLENE/ARGENTINA/MÉXICO/BOLÍVIA/BRASIL: (Parte 2: 12'') Olhe, a gente (...) aos meios comunitários. (Parte 3: 47'') Por exemplo, na Argentina (...) sobre o tema. (Parte 3: 3'57'') Como é (...) para o tema. (Parte 3: 4'38'') Enfim, (...) legislação.</p> <p>ROBINSON/BRASIL: (Parte 1: 2'02'') E a comunicação (...) no Brasil e aqui na Bahia muito menos ainda. (4'56'') Então, nós (...) participação da sociedade. (7'25'') Então, a elevação (...) direito da sociedade. (Parte 2: 11'21'') Então, da nossa (...) no Estado. (13'26'') Como é que (...) diretrizes principais e o seu funcionamento. (Parte 3: 5'48'') A regulamentação (...) de conteúdo local. (Parte 4: 1'16'') Eu acho (...) distantes daquele modelo presente.</p> <p>GISSELA/EQUADOR: (Parte 1: 20'') – No Equador, (...) demandas principais. (1'06) Além disso, (...) processos. (1'19) Temos interesses (...) radioelétrico.</p> <p>ALMA/COLÔMBIA: (1'57) Cada (...) economia de solidariedade. (1'15) Não posso (...) vão poder manifestar.</p>

<p>32. Imagens dos diversos entrevistados construindo uma frase OU Imagens de pessoas usando tecnologia e fazendo comunicação saindo do mapa da América Latina.</p> <p>Entra o título <i>Uma América Latina de Muitas Vozes</i></p>	<p>Frase construída com muitas vozes sobre Direito Humano à Comunicação / Desenvolvimento / Democracia e Participação (vozes dos entrevistados)</p>
---	---

### **Trilha Sonora**

Venezuela – Música llanera (CDs)

Brasil – samba-rock, tambores ancestrais (pesquisar)

Equador – música andina (CD)

Colômbia – música tradicional (Rádio Sutatenza)

### **Imagens de cobertura**

Venezuela – takes, fotos e entrevistas

Brasil – Imagens de arquivo da Cipó e entrevistas

Equador – takes, fotos e entrevistas

Colômbia – takes, fotos e entrevistas

\* Vídeos do La Mirona

### **Créditos**

*Texto de abertura:* Este vídeo é resultado de um trabalho de pesquisa realizado pela comunicóloga Carla Aragão, aluna do Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Gestão e Desenvolvimento Social, oferecido pelo CIAGs – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Os depoimentos foram cedidos em dois momentos: durante a etapa da Residência Social, pré-requisito do mestrado, realizada na Colômbia, Equador e Venezuela, com apoio da ALER – Associação Latino-americana de Educação Radiofônica e das suas associadas: Instituto Radiofônico Fé e Alegria, Rádio 1430 e Grupo ComunicArte. E, no Brasil, com apoio da ONG Cipó – Comunicação Interativa através da Kabum Novos Produtores.

Direção: Carla Aragão e Débora Freire

Edição: Débora Freire

Roteiro: Carla Aragão

Animação: Leandro Sena

Arte da capa: Luca Pedreira

Entrevistas: Carla Aragão

Apoio: Cipó Comunicação Interativa, Kabum Novos Produtores e Escola Oi Kabum de Arte e Tecnologia

*Dedicatória:* Aos que me impulsionam, como Bruno e Daniel, jovens que tiveram seus sonhos interrompidos, e os/as guerreiros/as do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Aos que me ensinam, como os/as companheiros/as da Cipó, os colegas queridos do Mestrado e da vida. Aos que amo. À minha avó Jandira, que sempre me apoiou nos meus sonhos, e minha sobrinha Gabi, que renova minhas esperanças. E principalmente aos que me inspiraram, como Neyde Marques, a quem presto esta singela homenagem em agradecimento aos seus sábios ensinamentos.

*Agradecimentos:* A Alejandro Bilbao Magis, que me entregou a chave que faltava para abrir as portas para essa aventura. A todos/as entrevistados/as que gentilmente disponibilizaram seu tempo e generosamente compartilharam suas experiências para este vídeo e/ou para dissertação. As organizações que me receberam com tanto carinho na Colômbia (Escola Santa Bárbara, Formato 19K, Grupo ComunicArte, Paulinas/Centro de Comunicação e Rádio 1430), Equador (ALER – Associação Latino-americana de Educação Radiofônica) e Venezuela (Instituto Radiofônico Fé e Alegria, Rádio IRFA/Caracas, Rádio IRFA/Maracaibo, Rádio IRFA/Paraguaipoa, Canal Zeta e Escola Intercultural Indígena Yanama).

Aos professores do curso, à Giovandro Marcus Ferreira e Maria Suzana, pela bússola, e Touché Guimarães, pelas incríveis aulas de espanhol e de vida.

Especialmente à minha família, por todo apoio, e ao meu querido companheiro, Lêu.

**Vídeo-debate *Uma América Latina de Muitas Vozes* (Anexo A)**

**Colar o CD do Vídeo aqui**

**Los tres links de lo video en castellano:**

<http://www.youtube.com/watch?v=5VvYkNidvQ8>

<http://www.youtube.com/watch?v=w4eu7rmFwVo>

<http://www.youtube.com/watch?v=Xq5fR5puFOA>

**Os três links do vídeo em português:**

<http://www.youtube.com/watch?v=yEBRFHiVyVE>

<http://www.youtube.com/watch?v=KTidIp18TKE>

<http://www.youtube.com/watch?v=HxOGb2cScig>



## ANEXO B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO**

**CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**Pesquisa de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social**

**Com foco na avaliação do projeto Agentes de Comunicação para o  
Desenvolvimento, realizado pela Cipó – Comunicação Interativa, entre 2008 e 2010**

Mestranda: Carla Azevêdo de Aragão

Orientadora: Maria Suzana Moura

Co-orientador: Giovandro Marcos Ferreira

**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

1. Nome, idade e bairro onde mora.
2. Está trabalhando? Se sim, especifique, por favor.
3. *(Para os que atuarem na área de comunicação)* Você contou que está atuando na área de comunicação. Começou antes ou depois do projeto? O que te motivou a ingressar nessa área?
3. O que é que você conseguiu perceber de mudança na sua vida depois de ter participado do projeto Agentes?
4. E qual a importância dessas mudanças para você? O que significa ter conseguido, por exemplo, *(inserir aqui alguns itens que o entrevistado tenha elencado)*?
5. Na sua relação com sua comunidade, percebeu algum tipo de mudança, postura?

6. *(Para os que responderam positivamente acima)* Antes como você via sua comunidade e como enxergava seu papel dentro dela?
  
6. *(Para os que responderam positivamente a questão 5)* O projeto Agentes contribuiu para que você se relacionasse de outra forma com sua comunidade?
  
7. De que forma você contribuiu com o desenvolvimento da sua comunidade? Está, por exemplo, vinculado a algum grupo, fórum ou rede que atua em prol do Subúrbio Ferroviário?
  
8. *(Caso responda a pergunta acima, caso não passar para pergunta seguinte)* A comunicação é utilizada por você nesses espaços? De que forma?
  
9. A sua compreensão sobre comunicação mudou após o projeto?
  
10. Quando eu te falo a seguinte frase “a comunicação é um direito humano”, você concorda comigo? Caso sim, o que compreende dessa afirmação?
  
11. Ao executar os planos de ação, de que forma o seu grupo utilizou as tecnologias da informação e da comunicação? Teve alguma importância para que vocês alcançassem os resultados?
  
12. A comunicação contribuiu para realização de algo que foi positivo para comunidade? *(Em caso afirmativo)* O que você destacaria como um exemplo?
  
13. Quando eu falo a seguinte frase “a comunicação pode contribuir para o desenvolvimento (pessoal, econômico, cultural, social, político e ambiental)”, ela faz sentido para você?
  
14. *(Em caso afirmativo)* Então, para você, a comunicação pode promover o desenvolvimento *(elencar o/s que o entrevistado destacou)*. Você pode exemplificar para que eu possa entender melhor?
  
15. Durante o Agentes, vocês construíram o projeto de vida. O modo como você se projeta para o futuro hoje é diferente de antes de ter passado pela experiência do projeto?

## ANEXO C - FALAS VIDEO DA RESIDÊNCIA SOCIAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO**

**CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**Transcrição e tradução das entrevistas para o Vídeo-debate**

**“Uma América Latina de Muitas Vozes”**

**Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social**

**Realizado como forma de registrar a etapa da Residência Social,  
feita entre maio e junho de 2010**

Mestranda: Carla Azevêdo de Aragão

Orientadora: Maria Suzana Moura

Co-orientador: Giovandro Marcos Ferreira

**FALAS VIDEO DA RESIDÊNCIA SOCIAL**

**TÍTULO:** Uma América Latina de Muitas Vozes

**AUDIO**

ANGÉLICA: É como efetivamente a construção de conhecimento é uma construção dialógica que tem que ver com o respeito, a crença e a fé que tenho no outro para construir a partir do outro e de si mesmo também.

HUGO: Eu creio que a partir da comunicação contribuimos muito nisso: em formar sujeitos, em promover esses sujeitos, pessoas pensantes, que são os que, afinal de contas, tendo isso como suas próprias capacidades de decisão são os que vão também por si contribuir com o desenvolvimento.

ERIC: Hoje, eu acho que é muito mais fácil a gente dizer o que está sentindo, o que está se passando no seu bairro, no lugar onde você mora porque a gente tem mecanismos que antigamente a gente não tinha.

**Hoy, créo que es mucho más fácil a la gente decir lo que está sentiendo, lo que está pasando en su barrio, el lugar a donde viven porque la gente dispone de mecanismos que anteriormente no tenían.**

CICÍLIA: Eu acho que o direito à comunicação é realmente uma proposta bem mais ampla do que se entende por direito à informação ou mesmo à liberdade de expressão.

**Créo que lo derecho a la comunicación es realmente una propuesta mucho más amplia de lo que se entiende por el derecho a la información o mismo a la libertad de expresión.**

ANTONIO: Eu creio que o papel do comunicador comunitário é formar as pessoas. Ajudá-la a ler a realidade, sua realidade.

GISSELA: A comunicação comunitária é o que garante diversidade de vozes, pluralidade e te garante uma democracia real no País.

NELSY: Que existam rádios populares e educativas faz mais de 60 anos nesse continente, que siga existindo, e não só que siga existindo, senão que se multipliquem

## **AUDIO**

CICÍLIA: Comunicação para o desenvolvimento implica na participação ativa das pessoas. Eu acho é que as pessoas é que podem discutir e ajudar na construção desse novo desenvolvimento.

**Comunicación para el desarrollo implica en la participación activa de las personas. Me parece que son las personas quienes pueden discutir y ayudar en la construcción de ese nuevo desarrollo.**

## **ÁUDIO**

GISLENE: Que comunicação é essa e que desenvolvimento é esse?. Então, hoje o debate é comunicação não é só tecnologia, envolve mediação das pessoas, envolve processos culturais, envolve participação política, enfim, comunicação é algo muito mais que uma câmera fotográfica, enfim. E você tem um outro debate que é: que modelo de desenvolvimento é esse?. Desenvolvimento não é só inserção no modelo capitalista. Desenvolvimento implica que outras discussões? Desenvolver pessoas, desenvolver lugares.

**¿Que comunicación es esa y que desarrollo es ese? Entonces, hoy el debate es comunicación no es sólo tecnología, involucra mediación de las personas, involucra procesos culturales, involucra participación política, finalmente, comunicación es algo mucho más que una camera fotográfica. Y tú tienes un otro debate que es: ¿qué modelo de desarrollo es ese? Desarrollo no es sólo inserción en el modelo capitalista. ¿Desarrollo implica que otras discusiones? Desarrollar personas, desarrollar lugares.**

## ÁUDIO

GISLENE: Se você entende direito à comunicação como parte dos direitos humanos e necessários para consolidação e reforço da democracia, você tem que entender que o papel do estado é garantir esse direito. Então, a primeira etapa é reconhecer que esse direito existe e aí a gente está numa etapa bem incipiente. Esse direito ainda não está presente nas constituições, às vezes ele aparece como liberdade de expressão, mas muito confundido ainda com liberdade de empresa, das empresas de comunicação, não como uma liberdade das pessoas. Então, o papel do governo primeiro é o reconhecimento desse direito, a garantia à efetivação, e aí entendendo não o direito ao acesso às novas tecnologias, mas o acesso às pessoas produzirem comunicação.

**Sí tu entiendes derecho a la comunicación como parte de los derechos humanos y necesario para consolidación y refuerzo de la democracia, tú tienes que entender que el rol del estado es garantizar ese derecho. Entonces, el primero paso es reconocer que ese derecho existe y la gente está en una etapa muy incipiente. Ese derecho aún no está presente en las constituciones, a veces aparecen como libertad de expresión, pero muy confundido con libertad de empresa, de las empresas de comunicación, no como una libertad de las personas. Entonces, el rol del gobierno inicialmente es el reconocimiento de ese derecho, la garantía a la efectivación y entendiéndose en eso no el derecho al acceso**

**a las nuevas tecnologías, pero el acceso de las personas a producción de comunicación.**

NELSY: Tem a ver com como temos contribuído para que as organizações, os bairros, os camponeses, as pessoas se dêem conta de que podem apropriar-se de um meio, ter seu meio, expressar sua voz por esse meio e que isso é possível. Não só que é possível, mas que tem direito a fazê-lo.

## ÁUDIO

JAVIER: Entendemos participação quando essa participação influi, incide nas decisões finais. Sabemos que as mudanças não são de um dia para o outro, mas um processo sistemático, de todo dia, cada minuto, cada momento. E isso implica, por exemplo, em empoderamento das comunidades. Que a comunidade tenha mais poder. Que haja troca saberes e que a mesma possa colocar sua voz, Que possam reconhecer-se como líderes. Possam controlar e conseguir seu próprio desenvolvimento.

## ÁUDIO

FERNANDO: Já não concebo a possibilidade de que em um processo educativo deixe de ser um ato de comunicação. Então para mim são duas coisas que vão hoje em dia muito estreitamente ligadas. Eu não posso deixar de entender que quando eu animo um processo de aproximação do conhecimento, o faço fundamentalmente através de ferramentas da comunicação. E a comunicação eu sinto que também é entendida não como simples transferência de informação.

CAREN: Então, deveria ser obrigatório as escolas tratarem essa questão da comunicação porque facilita muito a vida do jovem. Ele se torna crítico, ele se torna autêntico, dono das suas opiniões.

**Entonces, debería ser obligatorio a las escuelas el tratamiento de esta cuestión de la comunicación porque facilita mucho la vida del joven. Él se vuelve en más crítico, él se vuelve más auténtico, dueño de sus opiniones.**

CICILIA: O próprio processo de fazer comunicação também pode se tornar um processo educativo, um processo de formação.

**El proceso mismo de hacer comunicación también puede convertirse en un proceso educativo, un proceso de formación.**

## ÁUDIO

HUGO: Eu te coloco contradizendo o que não é desenvolvimento ou o que não entende por desenvolvimento a ALER. Há muitos que consideram que desenvolvimento é igual a crescimento e sobretudo o relaciona ao tema do desenvolvimento econômico. Para nós isso não é desenvolvimento. Eu creio que vai mais adiante. Nós estamos falando de um desenvolvimento mais integral, de um desenvolvimento humano, que não somente as pessoas tenham a possibilidade de ter melhores condições de vida, a partir do ponto de vista, digamos, de infra-estrutura, de uma boa saúde, de uma boa educação. Creio que é integral e que abarca precisamente este último, o educativo basicamente. Que a pessoa tenha capacidade de discernir, capacidade de criticar, capacidade de ser livre realmente, de avançar e fazer um sujeito e não um objeto. Um sujeito com capacidade de decisão.

GISLENE: Desde as correntes americanas que achavam que o desenvolvimento se construía fomentando tecnologia para disseminar conteúdo. E esse modelo morre nos anos 70, com as ditaduras, enfim, ele vai passar por uma série de questionamentos, principalmente de “que modelo de desenvolvimento é esse?”. E os resultados que ele prometia que também nunca chegaram.

**Desde las corrientes estadounidenses que creían que el desarrollo se construía mediante el fomento de la tecnología para difundir contenidos. Y este modelo se muere en los años 70, con las dictaduras, en fin, pasará por una serie de preguntas, en especial “¿qué modelo de desarrollo es este?”. Y los resultados que él prometía también tampoco han llegado.**

FERNANDO: Estaríamos pensando que a educação e a comunicação são eixos de desenvolvimento e são o mecanismo através do qual os governos, os estados pensam os planos de desenvolvimento para melhorar a educação, para melhorar a comunicação, para melhorar as condições e a qualidade de vida.

ANTONIO: Eu creio que devemos ser educadores, devemos ser comunicadores, devemos ajudar-lhes a entender sua realidade para mudá-la, mas também ajudar-lhes a mobilizar-se. Formar consciência de que se não se movem não vamos mudar esse mundo. Não somente esperar o líder comunitário ser comunicador, senão eles também recorrer ao microfone e falar. E creio que não somente evocar aos comunicadores senão a comunidade como comunicadora.

DANIELLA: A democratização da comunicação contribui e muito para o desenvolvimento das pessoas. A comunicação é um processo que contribui para o desenvolvimento em seis perspectivas: a dimensão do desenvolvimento pessoal, o desenvolvimento social, o desenvolvimento cultural, o desenvolvimento político, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento ambiental.

**La democratización de la comunicación contribuye en gran medida al desarrollo de las personas. La comunicación es un proceso que contribuye al desarrollo en seis categorías: la dimensión de desarrollo personal, el desarrollo social, el desarrollo cultural, el desarrollo político, el desarrollo económico y el desarrollo del medio ambiente.**

## ÁUDIO

FERNANDO: Quando falamos de desenvolvimento, o que para mim é fundamental é que estamos pensando nas condições e na qualidade de vida das pessoas, das populações dos países. Então, colocar a educação e a comunicação em função de melhorar as condições de vida é pensar em um desenvolvimento, que em contextos e cenários concretos, pensa planos de vida.

CICÍLIA: (Que) Toda sociedade possa então estar realmente se comunicando, trocando, debatendo e construindo tudo isso. Um projeto de sociedade coerente e que faça jus às necessidades humanas, o respeito à pessoa e os direitos postos pela sociedade no momento atual.

**Toda la sociedad pueda entonces estar realmente comunicándose, intercambiando, debatiendo y construyendo todo eso. Un diseño de una sociedad coherente y que responda a las necesidades humanas, el respecto a la persona y los derechos definidos por la sociedad en la actualidad.**



## ÁUDIO

DANIELLA: O jovem quando tem a oportunidade de acessar a comunicação, de compreender seus conceitos, se apropriar das linguagens, ele é um jovem que tem uma condição de sair de um lugar, muitas vezes que ele, ainda mais no nosso caso, que é de comunidade popular, de uma condição de desigualdade para uma outra de estar num processo de maior conhecimento, de apropriação do conhecimento, de construção da sua autonomia, de empoderamento, de se colocar no mundo de uma outra forma a partir do momento em que ele domina esse fazer comunicativo.

Comunicação e comunidade eu acho que são palavras e conceitos muito próximos. Se a gente for pegar a etimologia da palavra comunidade, que vem daquilo que é comum, comunicação também parte daquilo que é comum, né? Então, a comunidade pode ser esse lugar do encontro, daquilo que é comum, onde as pessoas se reconhecem, não só geograficamente, mas historicamente, culturalmente. E a comunicação também é esse elo que faz o comum estar conectado.

**Cuando el joven tiene la oportunidad de acceso a la comunicación, de entender sus conceptos, de apropiarse de los lenguajes, él es un joven que tiene una condición de salir de un lugar, sobretodo que en nuestro caso él vienen de una comunidad popular, de una condición de desigualdad, para una otra condición de estar involucrado en un proceso de mayor conocimiento, de la adquisición de conocimiento, de construcción de su autonomía, de empoderamiento, de ponerse en el mundo de una manera distinta desde el momento en que domina ese hacer comunicativo.**

**Creo que comunicación y comunidad son palabras y conceptos similares. Si nosotros observamos la etimología de la palabra comunidad, que es lo que se comparte, la comunicación es también parte de lo que es común, ¿no? Entonces, la comunidad puede ser el lugar de encuentro, de lo que es común, donde las personas se reconocen no sólo geográficamente, pero históricamente, culturalmente. Y la comunicación es también ese enlace que hace que el común esté conectado.**

ANDERSON: Se a comunidade aprender a se comunicar, ela pode crescer. Porque a comunidade está assim hoje porque não se comunica com ninguém. Ela vota no prefeito, vota

no presidente, mas não corre atrás de nada. Ela espera que eles voltem. Só que eles não vêm até aqui. A comunidade também tem que correr atrás. Ir até eles. Comunicar com outras pessoas para tentar criar um vínculo entre a prefeitura, por exemplo, e a comunidade. Para tentar crescer juntos. Tentar unir, ter um laço entre um e outro.

**Si la comunidad aprender a comunicarse, puede crecer. Porque la comunidad está así actualmente porque no se comunica con nadie. Ella vota por alcalde, vota por presidente, pero no hace nada más. Ella espera que ellos regresen. Pero ellos no vienen aquí. La comunidad también tiene que buscarlos. Ir hacia ellos. Comunicarse con otras personas para tratar de crear un vínculo entre la alcaldía, por ejemplo, y la comunidad. Para intentar crecer juntos. Intentando unir, crear un vínculo entre uno y otro.**

EMILAI: Através do projeto a gente vê mudanças dentro da comunidade, tanto dos jovens dos Agentes, como de outras pessoas, né. Que através da comunicação e das ferramentas de comunicação a gente pode apresentar para o bairro outra visão. A gente percebeu que as pessoas mudaram seu olhar sobre determinados assuntos, determinados aspectos do bairro.

**A través del proyecto vemos cambios dentro de la comunidad, tanto de los jóvenes del proyecto Agentes, como de otras personas, ya lo sabes. Que a través de la comunicación y de las herramientas de comunicación la gente puede presentar al barrio una otra visión. Nos dimos cuenta de que la gente ha cambiado su mirada sobre ciertos temas, ciertos aspectos del barrio.**

CICÍLIA: Eu percebo uma transformação muito grande no ponto de vista individual porque as pessoas começam a se valorizar. Então, há uma mudança, uma mudança de postura em relação a si mesmo, em relação ao entorno, em relação ao mundo. Então, as pessoas crescem nessa relação com a comunidade e com o mundo em que está inserido. Agora, que eu acho que é importante criarmos condições, nesse tipo de trabalho comunitário, para que as pessoas possam dar um passo para além do individual, que é o compromisso local, que é o compromisso com os grupos sociais, que é compromisso com a coletividade. Enfim eu acho que a comunicação pode ser mais um pretexto, um pretexto de organização e de conscientização social.

**Percibo una transformación muy gran en el punto de vista individual porque la gente está empezando a valorarse. Entonces, hay un cambio, un cambio de actitud en relación**

**a si mismo, en relación con su entorno, en relación con el mundo. Entonces, la gente crece en esta relación con la comunidad y con el mundo en que está involucrado. Ahora, creo que es importante crearnos las condiciones, en este tipo de trabajo comunitario, para que la gente pueda dar un paso más allá del individuo, que es el compromiso local, que es el compromiso con los grupos sociales, que es el compromiso con la colectividad. En fin, creo que la comunicación puede ser más un pretexto, un pretexto de organización y de concientización social.**

## ÁUDIO

JAVIER: Nós não queremos que hajam professores que ensinam alunos. Ou seja, mudamos. Não há professores, há facilitadores. E não há alunos, sobretudo porque a palavra alunos já diz sem luz. Como quem não sabe. Fizemos uma mudança. Tu não és aluno e eu não sou professor. Você é alguém importante, que tem uma experiência, que sabe algo, que tem algo para compartilhar. Eu estou aqui para facilitar um intercâmbio. E usamos a rádio e alguns espaços populares para construir essa educação entre todos.

MONICA: São os próprios jovens dos CCAs, dos Centros Comunitários de Aprendizagem, os que falam pela rádio e contam o que está passando. Nós cremos que se dá em dois âmbitos: um âmbito é todas as competências discursivas, da facilidade da palavra, capacitação e desenvolvimento oral e um desenvolvimento inclusive corporal. E outras áreas que consideramos importante é o desenvolvimento como líder dentro das comunidades através de um meio que possam, digamos como aplicam os teóricos da comunicação, de como eles podem aproveitar os meios para convocar, para transmitir, não somente denúncias, senão propostas.

ANA: É nossa rádio. É a voz dos que não têm voz. É como nossa filha muito querida, muito valiosa. De lá funciona, desde Paraguaipoa, nos leva alegria, nos leva notificação e nos educa por meio da rádio. É muito importante e valiosa.

## ÁUDIO

SANDRA: O trabalho de cinco mil mulheres de uma organização da igreja que, rompendo com muitos tabus, começou a organizar, faz muitos anos atrás. Onde com poucas mulheres a

princípio reunidas, com muito temor de falar, se foi construindo toda esta rede onde agora conformam cinco mil mulheres. E aquelas mulheres que não podiam expressar o que sentiam porque estavam coibidas, por medo. Agora elas conseguem falar. E agora, nos tempos atuais, elas podem produzir, podem informar e podem compartilhar todas as suas experiências e sobretudo o que elas consideram que são problemas fundamentais para elas tratá-los através da rádio. Mas, não a partir da visão dos produtores da rádio, como havia dito antes, senão a partir de sua própria visão e com sua participação.

ANGÉLICA: Não trabalhamos somente as técnicas, as ferramentas de como fazer rádio, assim como temos avançado sobre como essas técnicas e essas ferramentas nos permitem falar de muitos temas que são muito necessários hoje em dia em nível de comunicação, em nível de narrativas jornalísticas, a nível de linguagem.

IBETH: A produtora audiovisual ALER/La Mirona trabalha com o projeto político comunicativo de ALER. Isso basicamente, mas enquanto o trabalho de campo, nós trabalhamos com duas metodologias basicamente. E as colocamos a prova. São metodologias que vêm se desenvolvendo ao largo desses três anos. E as metodologias são trabalho intercultural e o aprender fazendo. Isto nos assegura por um lado poder trabalhar com outros olhares. Se nós vamos contar uma história de alguém, sobre alguém, deve ser um discurso que saia dessas pessoas.

NELSY: Outra coisa que me parece importante, já como aporte de ALER, nos anos mais recentes, anos 90 e 2000, e sobretudo a partir da existência de nossa plataforma via satélite, eu creio que ALER fez um aporte bem significativo em momentos politicamente difíceis nesse continente. Nós temos provas e constância de que havia momentos críticos da vida política do continente, momentos de ameaças de golpe de estado, momentos de crises fortes em alguns dos nossos países e de que se não fosse pela rede ALER e por nossa possibilidade de saltar as fronteiras da informação, provavelmente não se haveria conhecido muitas das coisas que se conheceram. Assim foi com Venezuela, assim foi com Bolívia, esse momento, assim é.

GISSELA: Nós temos meios de comunicação que conseguiram desenvolver, por exemplo, projetos produtivos, projetos organizativos dentro das comunidades em que estão, nas que se trabalham.

## ÁUDIO

GISLENE: Como é que você regula já que o espectro radioelétrico é finito? Enfim, tem todo um setor aí e um campo a ser discutido. Mas, a gente ainda está muito incipiente de qual é o papel. Tem vários modelos sendo experimentados nesse momento na América Latina, mas não tem um formato único. Tem desde o controle, o governo que controla e parte com uma coisa exclusiva. Tem governo que deixa à mercê de um liberalismo meramente econômico, em que as empresas se auto-regulam e com constituições bastante limitadas nisso. E tem os governos que estão ensaiando formas de garantia desse direito, mas esses formatos ainda não estão definidos. Eles estão sendo construídos exatamente nesse momento histórico.

**¿Cómo se puede regular si el espectro radioeléctrico es finito? Finalmente, hay todo un sector y un campo a ser discutido. Pero todavía la discusión está muy incipiente sobre cuales son los roles. Varios modelos han sido probados en este momento en América Latina, pero no hay un formato único. Hay desde el control, el gobierno que controla y parte de algo exclusivo. Hay gobierno que permite a la merced de un liberalismo puramente económico, en lo cual las empresas se auto regulan y con constituciones muy limitadas en eso. Y hay gobiernos que han probado formas de garantizar ese derecho, pero estos formatos no están aún definidos. Ellos se están construyendo en ese momento histórico.**

GERARDO: Eu creio que é dever do governo, é dever do estado, e por conseqüência do governo, promover a participação das comunidades em educação e em comunicação. Assim, eu estou de acordo com que o governo facilite a elaboração de projetos comunitários de comunicação, facilite a instalação, a dotação e a capacitação porque está facilitando processos democráticos de capacitação. Mas, também creio que tem que ser com independência. Eu não estou de acordo, como muitos meios nossos comunitários, tem tido que hipotecar sua cabeça e não ser crítico frente a coisas que não estão bem no governo porque senão lhes podem castigar. Isto, eu creio que é uma perversão da ajuda. Condiciona a ajuda a que não pense. Isso não está correto.

## ÁUDIO

NELSY: Primeiro eu diria que o movimento de rádios populares e comunicações alternativas na América Latina e Caribe é um movimento que não tem antecedentes no planeta e que não tem comparação no planeta. Não há em nenhum outro continente, e isso te digo com conhecimento de causa, que possa exibir uma história de comunicação educativa, alternativa, popular como tem acontecido em América Latina.

O que vemos como avanço hoje em dia é a existência de uma ampla corrente de comunicação popular e de rádio popular. Isso já me parece, em si mesmo, uma contribuição a democracia e ao exercício do direito à comunicação.

GISLENE: A gente pode dizer que, nos últimos dez anos, o Brasil avançou muito, mas muito, muito pouco para o que poderia ser feito. A gente teve conferência de comunicação, mas basicamente só no último ano de governo Lula. Você tem as políticas dos Pontos de Cultura no Ministério da Cultura, mas uma série de ações soltas. O próprio Plano Nacional de Banda Larga agora. Mas, se você pensa isso como questão latino-americana, assim, isto não está se refletindo, por exemplo, em termos de mudanças de leis. A gente tem entraves muito sérios no Congresso. Se você compara com países como a Argentina, que acaba de mudar a lei, uma lei bastante progressista, com uma série de problemas, mas foi a lei que eles conseguiram construir, e é das mais avançadas do mundo no tema, garantindo inclusive por exemplo o direito de a sociedade civil ter acesso a produção midiática. Inclusive, garantindo parte do espectro. Você tem na Venezuela, com todas as suas contradições e problemas, avanços muito importantes, que, desde 2002, o governo ali tem incentivado a formação de rádios comunitárias. Mas, a legislação e a regulação no Brasil eu considero ainda uma das mais perversas de todo continente latino-americano.

**Podemos decir que en los últimos diez años, el Brasil ha avanzado mucho, pero muy, muy poco para lo que se podía hacer. Tuvimos conferencia de comunicación, pero básicamente sólo en el año pasado en gobierno de Lula. Tuvimos las políticas de los Puntos de Cultura, del Ministerio de Cultura, pero una serie de acciones sin articulación. Incluso el Plan Nacional de Banda Ancha ahora. Pero si pensamos en eso como una cuestión como latinoamericana, así que esto no se refleja, por ejemplo, en términos de cambios en las leyes. Tenemos obstáculos muy serios en el Congreso. Si se compara con países como Argentina, que acaba de cambiar la ley, una ley bastante progresista, con una serie de problemas, pero la ley que ellos arreglaron para construir, y es la más avanzada del mundo sobre el tema, porque garantiza, por ejemplo, el**

**derecho de la sociedad civil tener acceso a los medios de producción. Incluso garantizando parte del espectro. En Venezuela, con todas sus contradicciones y problemas, hay avances muy importantes, desde el año 2002, el gobierno ha promovido la formación de las radios comunitarias. Sin embargo, la legislación y la regulación en Brasil, creo que siguen siendo unas de las más perversas de todo el continente latinoamericano.**

ROBINSON: Então, o desafio de democratizar a relação governo com sociedade passava também pelo desafio de democratizar a comunicação de governo, de passar para sociedade um canal mais direto, mais aberto de ida e vinda, de um fluxo de informação. Um governo democrático pressupõe métodos democráticos e pressupõe comunicação democrática. Então, nós elevamos o tema comunicação ao status, ao patamar de política pública. Ele perde um pouco essa dimensão meramente instrumental de ser uma forma das pessoas se comunicarem. Ele passa a ter uma categoria de serviço público. E por isso precisa de políticas públicas. E nada mais democrático que fazer políticas públicas com a participação da sociedade.

Então ter o Conselho, que seria a instância permanente, onde parcela da sociedade representada discute esses temas, e ter também outras instâncias de ampla capilaridade das conferências para fazer parte de um sistema de comunicação, que não seria apenas a Secretaria. Fazer um sistema de comunicação onde a sociedade tivesse participação, interação, interlocução e, em última instância, regesse nas suas diretrizes principais o seu funcionamento .

**Entonces, el desafío de democratizar la relación entre gobierno y la sociedad pasa también por lo desafío de democratizar la comunicación del gobierno, de pasar para la sociedad un canal más directo, más abierto de ida y venida, de una corriente de información. Un gobierno democrático asume los métodos democráticos y requiere una comunicación democrática. Entonces, elevamos el tema de la comunicación al *status*, el nivel de la política pública. Él pierde un poco esa dimensión puramente instrumental de ser una forma de las personas se comunicaren. Él pasa a tener una categoría de servicio público. Y por eso necesita de políticas públicas. Y nada más democrático que hacer políticas públicas con la participación de la sociedad.**

**Entonces, hacer el Consejo, que sería el órgano permanente, donde parte de la sociedad representada discute los temas, y garantizar también otros órganos con amplia capilaridad de las conferencias para formar parte de un sistema de comunicación, que**

**no es sólo la Secretaría. Hacer un sistema de comunicación donde la sociedad tuviese participación, interacción, interlocución y, en última instancia, regesse en sus directrices principales el funcionamiento.**

GISSELA: No Ecuador, estamos viviendo esse processo a partir da Constituição. Porque em 2008, quando se começou a fazer todo esse trabalho de uma nova Constituinte, de como se pode garantir os direitos, por exemplo, dos meios comunitários no país, que até antes desse ano não existíamos simplesmente. Assim em 2008, temos três setores de comunicação – estamos falando de públicos, privados e comunitários. Isso para nós foi fundamental e foi uma luta de estarmos aí todos os dias aí trabalhando esse processo. Agora, com a nova Lei de Comunicação estamos trabalhando em que, uma vez que está garantido o espaço para os comunitários, isso seja respeitado também a partir dos direitos, a partir da liberdade, mas também ao acesso às novas tecnologias e ao espectro radioelétrico, como uma de nossas demandas principais.

#### **ALMA: LEGENDADO**

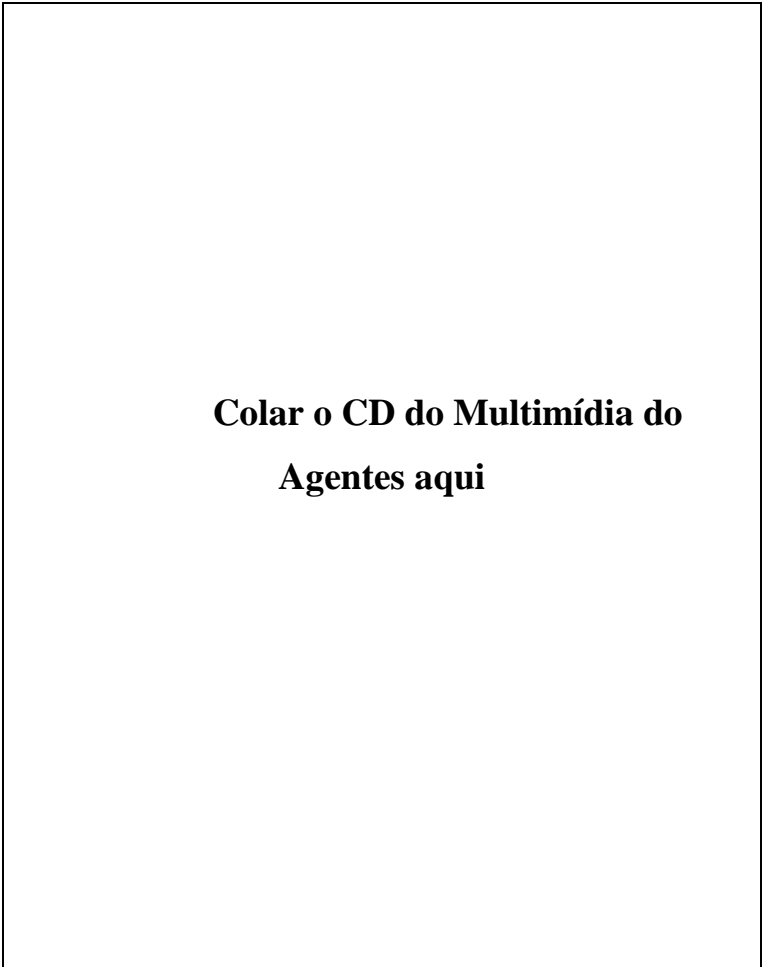
Em 2010, o Relatório McBride completa 30 anos. Engavetado pela UNESCO frente as pressões dos EUA, o documento elevou a comunicação ao status de direito humano, apontou a necessidade de democratização dos meios e reconheceu que o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento necessitam da comunicação. O documento pode ter parado na gaveta da ONU, mas não deixou de inspirar diversas experiências em toda América Latina.

**En 2010, el Informe McBride cumple 30 años. Dejado de lado por la UNESCO ante la presión de los EUA, el documento elevó la comunicación al *status* de derecho humano, señaló la necesidad de democratización de los medios de comunicación y reconoció que el fortalecimiento de la democracia y el desarrollo necesitan de la comunicación. El documento se haya dejado en el cajón de la ONU, pero no paró de inspirar diversas experiencias en toda la América Latina.**



ANEXO D - MULTIMÍDIA DO PROJETO AGENTES DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**Cipó – Comunicação Interativa**  
**Salvador, 2010.**



**Colar o CD do Multimídia do**  
**Agentes aqui**

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (DISPONIBILIZADO EM MEIO ELETRÔNICO)



*Central de Apoio a Organizações Sem Fins Lucrativos*

**IDENTIFICAÇÃO**

1. Organização?

2. Qual a sua idade?

Menor de 17 anos

17 anos

18 anos

19 anos

20 anos

Maior de 20 anos

3. Quando você iniciou suas atividades no Programa Jovens Escolhas? Caso não esteja mais participando do Programa, indique a razão.

Entre maio e agosto de 2008

Entre setembro e dezembro de 2008

Entre janeiro e junho de 2009

Entre julho e dezembro de 2009

Após dezembro de 2009

4. Por quanto tempo você participou - ou está participando - das atividades do Programa Jovens Escolhas? Caso não esteja mais participando do Programa, indique a razão.

Menos de 6 meses

De 6 meses a 1 ano

De 1 ano e 1 mês a 1 ano e 6 meses

Mais de 1 ano e 6 meses

Estou participando do Programa atualmente

**SOBRE SUA ESCOLARIZAÇÃO**

5. Qual a sua escolarização?

Fundamental Completo

Ensino Médio - 1a série

Ensino Médio - 2a série

Ensino Médio - 3a série

Ensino Médio Completo.

Nível Superior em curso. Qual curso?

Nível Superior Completo. Qual curso?

Interrompeu os estudos. Se interrompeu os estudos, em que série?

6. Já teve alguma reprovação?

Sim

Não

Caso afirmativo, em qual série?

7. Se você estava na terceira série do Ensino Médio em 2009, fez ENEM?

Sim

Não

8. Se você estava na terceira série do Ensino Médio em 2009, prestou vestibular?

Sim

Não

10. Se você já concluiu o Ensino Médio, está fazendo curso preparatório para o vestibular?

Sim

Não

11. Já fez - ou está fazendo - algum curso técnico?

Estou cursando

Já completei

Não

Qual?

12. Este curso faz parte do Sistema S (SENAC, SENAI, outros)?

Sim

Não

### **PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

13. Que planos você tem com relação à sua educação?

Estou satisfeito com minha escolaridade e não pretendo mais estudar.

Não estou satisfeito com minha escolaridade, mas não pretendo mais estudar.

Pretendo concluir o Ensino Fundamental.

Pretendo concluir o Ensino Médio.

Pretendo concluir um Curso Universitário.

Pretendo continuar estudando depois de concluir um Curso Universitário.

14. O que você acha que vai estar fazendo daqui a dois ou três anos?

15. Você está trabalhando atualmente?

Sim

Não

16. É um trabalho ligado à sua área de estudos?

Sim

Não

17. Se não está trabalhando, já trabalhou?

Sim

Não

19. Sua participação no Programa Jovens Escolhas contribuiu para sua entrada, ou para um melhor desempenho, neste trabalho?

Sim. Que contribuição foi essa?

Não

20. Caso nunca tenha trabalhado, já surgiu alguma oportunidade de trabalho que você não quis aceitar?

Sim

Não

21. Em caso afirmativo, qual foi essa oportunidade? Por que não aceitou?

22. Quais são suas principais competências e habilidades para o ingresso/ permanência no mundo do trabalho?

23. Você considera que o Programa Jovens Escolhas contribuiu para que você desenvolvesse alguma dessas competências e habilidades? Em caso afirmativo, qual(is) dela(s)?

### **FINANÇAS PESSOAIS**

24. Você acha que consegue controlar bem seus gastos?

Sim

Não

25. Consegue fazer um planejamento de seus gastos e cumpri-lo?

Sim

Não

26. Consegue adiar uma compra com base nesse planejamento?

Sim

Não

27. De acordo com o que você pensa sobre o uso do dinheiro, assinale "verdadeiro" ou "falso" para as colocações abaixo:

É possível fazer um planejamento de seus gastos para daqui a cinco anos. (Verdadeiro/Falso)

Você pode assumir qualquer crediário desde que sua renda mensal seja suficiente para cobrir o pagamento. (Verdadeiro/Falso)

Não há nenhum prejuízo em deixar de pagar uma prestação do crediário no vencimento desde

que você pague mais tarde. (Verdadeiro/Falso)

Tanto faz fazer uma compra a vista ou um crediário em que se acrescem juros no valor total da compra. (Verdadeiro/Falso)

Depois de suprir seus gastos imediatos, colocar o dinheiro em uma poupança no banco é melhor que guardá-lo com você. (Verdadeiro/Falso)

28. Você se sente a vontade para tirar dúvidas, pedir informações, negociar com o:

Gerente da loja, banco? (sim / não)

Funcionários da loja e pessoas que ajudam no caixa eletrônico? (sim / não)

### **ATUAÇÃO NO PLANO DE AÇÃO**

29. Destaque um dos principais desafios que sua comunidade vem enfrentado.

30. Quem se preocupa com esse desafio? (assinale quantas alternativas quiser)

Prefeito, governador, presidente.

Gestores de serviços públicos.

Moradores da região.

Movimentos Sociais.

Você.

Seus amigos.

Seus pais.

Outros. Quais?

31. Quem tem a responsabilidade de lidar com esse desafio? (assinale quantas alternativas quiser)

Prefeito, governador, presidente.

Gestores de serviços públicos.

Moradores da região.

Movimentos Sociais.

Você.

Seus amigos.

Seus pais.

Outros. Quais?

32. De que forma podem ajudar? (um ou dois dos escolhidos acima)

33. Durante o PLANEJAMENTO do Plano de ação que foi desenvolvido no Programa Jovens Escolhas, quais foram suas atividades? O que você aprendeu com elas?

34. Durante a EXECUÇÃO do Plano de ação, que papéis você assumiu? O que você aprendeu com isso?

35. Alguma das atividades do Plano de ação aconteceu na escola?

Sim

Não

36. Caso sua resposta tenha sido afirmativa, você acha que agiu de forma diferente da que estava acostumado a agir neste espaço da escola? Comente.

37. Caso o plano de ação de vocês tenha sido desenvolvido na escola, você acha que ele gerou alguma mudança nas pessoas que vivem esse espaço?

38. Com que frequência você participa de:

Conselhos de Direito

Associações

Sindicatos

Manifestações Públicas

Outros. Quais?

(mais de uma vez por mês/uma vez por mês/uma vez a cada três meses/uma vez a cada seis meses/nunca)

39. Descreva como se dá sua participação nestes espaços. O que você faz lá?

40. Com que frequência você participa de eventos culturais como:

Apresentações de teatro.

Exposições culturais.

Exibições de cinema.



Seminários.

Outros. Quais?

(mais de uma vez por mês/uma vez por mês/uma vez a cada três meses/uma vez a cada seis meses/nunca)

41. "As empresas contratam jovens que saibam entregar mensagens a Garcia. Quando irrompeu a guerra entre a Espanha e os Estados Unidos, no final do Século 19, o que importava aos americanos era comunicar-se rapidamente com o chefe de um grupo de revoltosos, Garcia, que se encontrava em uma fortaleza em algum ponto ignorado no interior do sertão cubano. Naquela época e naquelas circunstâncias, era impossível comunicar-se com Garcia pelo correio ou pelo telégrafo. (hoje)... Quando o jovem vê chegada sua hora de sair para o mercado de trabalho... precisa ter em mente que (...) será necessário possuir profissionalismo para avançar, com êxito, nesse tortuoso caminho. E entende-se por profissionalismo a capacidade do jovem de estar "antenado"..." (Leal, Ruy - O perfil dos jovens que as empresas estão contratando - <http://www.dicasprofissionais.com.br>) Considerando o desafio de ingresso e permanência no mundo do trabalho, o que é para você "estar antenado"?

42. Conte pra gente uma experiência significativa vivenciada por você durante a execução do plano de ação. (Se você não participou dos planos de ação, conte uma experiência que foi significativa pra você durante o projeto).

43. Esse espaço é para você comentar o que achou deste questionário. MUITO OBRIGADO!

## APÊNDICE B - LISTA DOS 49 ENTREVISTADOS PARA O VÍDEO E A DISSERTAÇÃO

### **EQUADOR**

- Alexander Amezquita - coordenador da Rede de Jovens da ALER, em 14 de junho de 2010.
- Nelsy Lizarazo - Secretária Executiva da ALER, em 16 de junho de 2010.
- Ibeth Paucar, Assistente La Mirona da ALER, em 15 de junho de 2010.
- Hugo Ramirez - Coordenador da área de produção e programação da ALER, em 15 de junho de 2010.
- Eduardo Guerrero, diretor da Rádio Latacunga, membro da Junta Diretiva da ALER, e atual presidente da Corape, em 17 de junho de 2010.
- Santiago Naula Quisper, locutor e produtor da Rádio Latacunga, em 16 de junho de 2010.
- Marlene Fernanda Lissa, locutora e produtora da 102.1 FM, Rádio FM Latacunga, em 16 de junho de 2010.
- Zulay Maythe, jovem ouvinte da Rádio Latacunga, em 16 de junho de 2010.
- Marco Reinaldo Llango, locutor e produtor do programa Sin Limite e produtor de notícias em Kichwa da Rádio Latacunga, em 16 de junho de 2010.
- José Fernando Lopez Forero, membro do Núcleo de Formação da ALER, em 18 de junho de 2010.
- Antonio Zarango, diretor da Rádio IRFA, em 16 de junho de 2010.
- Sandra Villa, diretora da Radio Católica Manabi, em 16 de junho de 2010.
- Gissela Dávila, Secretaria Executiva da CORAPE – Coordenadora de Radio Popular Educativa de Ecuador, em 17 de junho de 2010.
- Angélica Rosas, Coordenadora do Núcleo de Formação da ALER, em 21 de junho de 2010.

### **COLÔMBIA**

- Padre Jayme Salazar, padre e diretor da Rádio 1430, em 8 de junho de 2010.
- Carlos Molano Gómez, gerente da Rádio 1430, em 8 de junho de 2010.
- Leonardo Parardo, locutor e produtor da Rádio 1430, em 8 de junho de 2010.
- José Luiz Moreno, controle master da Rádio 1430, em 8 de junho de 2010.
- Alma Montoya, fundadora e diretora do Grupo ComunicArte, em 9 de junho de 2010.
- Helga Lusinki, professor da Escola Santa Bárbara, em 11 de junho de 2010.
- Josué Corrêa, professor da Escola Santa Bárbara, em 11 de junho de 2010.

- Olga Calbo, diretora da Escola Santa Bárbara, em 11 de junho de 2010.
- Cecília Barros, professora da Escola Santa Bárbara, em 11 de junho de 2010.
- Raúl Montaña e Linda Mendoza, integrantes do grupo Formato 19K, em 11 de junho de 2010.
- Lucelly Villa, monja e diretora do Centro de Comunicação Social da Editora Paulinas, em 11 de junho de 2010.
- Camilo Vaz, jovem participante dos projetos do Centro de Comunicação Social da Editora Paulinas, em 11 de junho de 2010.
- Dani Salamanca, assistente no Centro de Comunicação Social da Editora Paulinas, em 11 de junho de 2010.

### **VENEZUELA**

- Javier Barios, coordenador Nacional do Instituto Radiofônico Fé e Alegria (IRFA)/Caracas, em 25 de maio de 2010.
- Carlos Alaña, educador do IRFA/Caracas, em 25 maio de 2010.
- Claryed Castillo, produtora da rádio IRFA/Caracas, em 27 de maio de 2010.
- Jeylú Pereira, produtora de web de notícias do IRFA/Caracas, em 26 de maio de 2010.
- Gina Rangel e Jophelin Primera, membros do Núcleo de Educação do IRFA/Caracas, em 26 de maio de 2010.
- Gerardo Lombardi, presidente da Associação Latino Americana de Educação Radiofônica (ALER), em 31 de maio de 2010.
- Monica Marchesi, diretora da Rádio IRFA/Maracaibo, em 1º de junho de 2010.
- Alexander Hernandez, ex-integrante da Rádio IRFA/Maracaibo e atualmente professor da Universidade Zulia, em 2 de junho de 2010.
- Sailyn Fernández, radialista e produtora da Rádio IRFA/Paraguaipoa, em 2 de junho de 2010.
- Ana Estela González, ouvinte e porta-voz da Rádio IRFA/Paraguaipoa, em 2 de junho de 2010.

### **BRASIL**

- Anderson Santos de Souza, jovem participante do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, em 13 de julho de 2010.

- Emila Alana Silva Sena, jovem participante do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, em 13 de julho de 2010.
- Eric Reis, jovem participante do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, em 13 de julho de 2010.
- Caren Cristina Prazeres, jovem participante do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, em 13 de julho de 2010.
- Robinson Almeida, secretário da AGECOM – Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia, em 11 de agosto de 2010.
- Cicília Peruzzo, professora do Programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, em 26 de agosto de 2010.
- Daniella Rocha Magalhães, coordenadora do Núcleo de Mobilização e Ação Política da CIPÓ – Comunicação Interativa, em 31 de agosto de 2010.
- Gislene Moreira, comunicóloga e doutoranda pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso/México) em Temas de Movimentos Sociais e Políticas de Comunicação, em 03 de setembro de 2010.
- Leandro Vilas Verde, educador e comunicador, responsável pela área de formação e assistência de coordenação do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento (Cipó – Comunicação Interativa).